

revista
cadernos
de pesquisa

escola
da cidade

16

spin **sementes de romã: as cidades**
ória da urbanização allan pedro dos
ida rio branco na capital federal (rio
za de oliveira **formas livres e utopia**
tantine de oscar niemeyer fernanda
raccaroli baptista da costa **casa de**
s, julia deccó **entre a materialidade**
oban/DOI-codi beatriz coutinho de
xperiências de coletivos feministas
xv jornada de iniciação científica

#16

maio – 2024

**revista
cadernos
de pesquisa**

**escola
da cidade**

A Revista Cadernos de Pesquisa da Escola da Cidade é uma publicação periódica criada com o objetivo de divulgar e tornar públicas as ações de Iniciação Científica desenvolvidas por essa instituição. De caráter acadêmico e científico configura-se como um espaço de discussão e reflexão dedicado às questões afeitas à pesquisa de arquitetura e urbanismo — e áreas afins — em seus múltiplos aspectos. Voltada para a publicação de trabalhos de pesquisa desenvolvidos por alunos durante a graduação, Cadernos de Pesquisa busca qualificar e fomentar as pesquisas desenvolvidas na Escola da Cidade, bem como chamar ao diálogo pesquisadores de outras instituições.

Editora Executiva

Marianna Boghosian Al Assal

Editor Ensaios

Gilberto Mariotti

Comissão Editorial

Aline Nasralla Regino (FAU-Mackenzie)
Amália Cristovão dos Santos (EC)
Ana Carolina Tonetti (EC)
Ana Claudia Veiga de Castro (FAU-USP)
Carolina Heldt (EC / SENAC-SP)
Catalina Mejia (Central Saint Martins - UAL)
Clevio Rabelo (UFC)
Eduardo Costa (FAU-USP)
Eduardo Gurian (EC / FAU-Mackenzie)
Eneida de Almeida (USJT)
Fábio Lins Mosaner (UFSC)
Felipe de Souza Noto (EC)
Gilberto Mariotti (EC)
Glória Kok (EC)
Jeniffer Cuty (UFRGS)
Juliano Gouveia dos Santos (ECA-USP)
Leonardo Novo (UNIFESP)
Luís Antônio Jorge (FAU-USP)
Marianna Boghosian Al Assal (EC)
Marina Pedreira de Lacerda (USJT)
Mônica Junqueira de Camargo (FAU-USP)
Paula Gorenstein Dedecca (EC)
Pedro Beresin (EC)
Ricardo Luís Silva (SENAC-SP)
Sabrina Studart Fontenele Costa (EC)
Thiago Benucci (EC)
Visto Macchioni (EC)
Viviane de Andrade Sá (Unip)
Yuri Fomin Quevedo (EC)

Assistente Editorial

Bruna Bonfim Guimarães
Marina Pedreira de Lacerda

Diagramação

Débora Filippini

Revisão de Texto

MPMB

Projeto Gráfico

Núcleo de Design Escola da Cidade:
Celso Longo e Daniel Trench
(Coordenação)

Programa de Iniciação Científica

Carolina Heldt
(Coordenação de Pesquisa)

Editora Escola da Cidade

Alvaro Luís Puntoni
Thais Albuquerque

Associação Escola da Cidade

Alvaro Luis Puntoni
(Presidência)
Fernando Felipe Viégas
(Presidência)
Marta Moreira
(Presidência)
Cristiane Muniz
(Diretoria Escola)
Maira Rios
(Diretoria Escola)
Anália M. M. de C. Amorim
(Diretoria Conselho Científico)
Marianna Boghosian Al Assal
(Diretoria Conselho Científico)
Anderson Fabiano Freitas
(Diretoria Conselho Social)
Guilherme Paoliello
(Diretoria Conselho Técnico)
Ciro Pirondi
(Diretoria Escola de Humanidades)

Revista Cadernos de Pesquisa da Escola da Cidade

Número 16 / maio 2024
ISSN 2675-9918

Rua General Jardim, 65 - Vila Buarque
CEP 01223-011, São Paulo, SP, Brasil
cadernosdepesquisa@escoladacidade.edu.br
www.ec.edu.br

- 5** **Apresentação**
Marianna Boghosian Al Assal
- 7** **ENSAIO**
Urbanização artificial
Tamara Crespim
- 19** **ARTIGO**
Sementes de romã: as cidades árabes e islâmicas no ensino de História da Urbanização
Allan Pedro dos Santos Silva
- 31** **ARTIGO**
História urbana da Avenida Rio Branco na capital federal (Rio de Janeiro, 1930–1960)
Andréia Feitoza de Oliveira
- 47** **ARTIGO**
Formas livres e utopia anticolonial: a Universidade de Constantine de Oscar Niemeyer
Fernanda Teixeira
- 61** **ENSAIO**
Porta, escada, janela: um ensaio
Luiza Fraccaroli Baptista da Costa
- 75** **ENSAIO**
Casa de vó
Mariana Macedo, Vitoria Ajukas e Julia Deccó
- 81** **ARTIGO**
Entre a materialidade e a memória: o caso do Complexo OBAN/DOI-Codi
Beatriz Coutinho de Freitas
- 97** **ARTIGO**
Coletivo como método: as experiências de coletivos feministas universitários
Luciana Fernandes
- 113** **JORNADA DE INICIAÇÃO CIENTÍFICA**
XV Jornada de Iniciação Científica
- 115** **JORNADA DE INICIAÇÃO CIENTÍFICA**
Programação e resumo dos trabalhos
- 139** **JORNADA DE INICIAÇÃO CIENTÍFICA**
Professores convidados
- 143** Normas para submissão de trabalhos

Apresentação

Marianna Boghosian Al Assal

Seria bastante plausível pensar que algo que se faz pela décima-sexta vez teria já se tornado rotineiro ou automático. Para publicações, mesmo periódicas como essa, isso não é verdade e, ousado dizer, jamais será. A cada número em elaboração, surgem sempre novos diálogos – intermediados ou diretos. Novas questões se colocam, se articulam e desdobram nos processos de submissão; verificação de normas e pertinência editorial; escolha e envio para pareceristas; retorno e correções; preparações e revisões; escolha e montagem editorial; diagramação; fechamento; e disponibilização em portal do *Open Journal System* com livre e amplo acesso. Uma longa lista de tarefas que exigem rigor e método, mas que, na *Cadernos de Pesquisa da Escola da Cidade*, ganham contornos especiais pelo caráter fundamentalmente pedagógico que assume cada um desses passos e que nos possibilita ver surgir junto com cada um dos trabalhos publicados, novas pesquisadoras e pesquisadores. Esse é o propósito maior dessa publicação e que nos traz alegria renovada a cada finalização!

Abrimos este número com trabalhos que, embora de pontos de vista e tempos diferentes, nos fazem pensar parâmetros através dos quais percebemos e analisamos espaços construídos. Tamara Crespin, em "Urbanização artificial", coleta e traz como potentes exemplos imagens capturadas em plataforma digital de geoprocessamento. Em sua estranheza, essas imagens indicam os limites colocados pelo desenvolvedor daquilo que interessa ou não detalhar (sem nunca explicitar critérios claros), contrapostos às pontuais iniciativas colaborativas de complementação.

Já Allan Pedro dos Santos Silva propõe – em "Sementes de romã: as cidades árabes e islâmicas no ensino de História da Urbanização" – uma sistemática organização da presença (e ausência!) do estudo sobre cidades e processos de urbanização não ocidentais no currículo de formação de arquitetos e urbanistas.

Destacando períodos e fontes de estudo sobre as cidades árabes e islâmicas, evidencia o potencial dessa abordagem não como questão circunscrita, mas com impacto de forma mais ampla em leituras excessivamente eurocêntricas que resistem em muitas de nossas estruturas curriculares.

Ainda no campo dos estudos urbanos e da relação com suas fontes, no artigo "História urbana da Avenida Rio Branco na capital federal (Rio de Janeiro, 1930–1960)" Andréia Feitoza de Oliveira se aproxima de uma transformação urbana circunscrita, no espaço e tempo, para coletar material detalhado que possibilita organizar, justapor e confrontar bases gráficas e assim recompor processos históricos.

O acompanhamento próximo de um processo histórico, nesse caso de elaboração do projeto arquitetônico e construção, é também o foco de Fernanda Teixeira em "Formas livres e utopia anticolonial: a Universidade de Constantine de Oscar Niemeyer". Consultando documentação específica, mas sobretudo através da realização de entrevistas com agentes que participaram do processo de construção, a pesquisa permite levantar aspectos mais amplos acerca do desenvolvimento técnico, de dimensões políticas ou mesmo da carreira do autor do projeto.

Na sequência, dois ensaios transitam entre a transposição de sentidos cotidianos do habitar espaços e a abstração ou imaginação que envolve o ato profissional de projetar. "Porta, escada, janela: um ensaio" de Luiza Fraccaroli Baptista da Costa, propõe uma reflexão que retoma o percurso de aprendizado na faculdade de arquitetura e urbanismo para pensar de forma metalinguística alguns dos elementos basilares do desenho e concepção arquitetônica. Em "Casa de vó", Mariana Macedo, Vitoria Ajukas e Julia Deccó recolhem fotografias de família para construir ficcionalmente um espaço que toma vida pela descrição textual de sensações e sua permanência como memória.

Beatriz Coutinho de Freitas explora também as dimensões materializadas da memória, embora não mais no campo ficcional. "Entre a materialidade e a memória: o caso do Complexo oBaN/Doi-Codi" aproximasse do processo recente de ações museológicas, pedagógicas e patrimoniais em espaço emblemático das violências cometidas pela ditadura militar brasileira, destacando a importância da memória como parte de processos sociais e políticos que se refazem a cada momento da história nacional.

Porfim, "Coletivo como método: as experiências de coletivos feministas universitários", de Luciana Fernandes, sistematiza experiências de construção de coletivos feministas em faculdades de arquitetura e urbanismo - mais especificamente na Escola da Cidade, Universidade de São Paulo e Universidade Presbiteriana Mackenzie - evidenciando nesse processo tanto violências e desigualdades de gênero que permeiam a formação e a atuação profissional, quanto estratégias para seu enfrentamento.

Esse décimo sexto número conta ainda com os anais da xv Jornada de Iniciação Científica da Escola da Cidade, realizada entre 6 e 8 de maio de 2024, mais uma vez reunindo pesquisadores de todo o Brasil e ainda com participações internacionais de colegas latino-americanos. A articulação permanente deste evento anual com a revista Cadernos de Pesquisa, reforça de maneira potente a ideia primeira de formação de novas pesquisadoras e pesquisadores e de como tal processo só pode se concretizar como muito afimco, trabalho diálogo e aprendizado coletivo. Novas gerações de pesquisadores surgem e já nos ensinam tanto em seu processo de formação.

Urbanização Artificial

Tamara Crespín

Orientação: Profa. Ms. Joana Barossi (Escola da Cidade)

Pesquisa: Pesquisa Experimental, bolsa do programa de Iniciação Científica da Escola da Cidade, 2022.

Os registros imagéticos aqui apresentados procuram investigar relações dos usuários, bem como dos usos das plataformas e das ferramentas de geoprocessamento da cidade, para a construção de suas paisagens, mesmo que artificiais. Procura-se aqui espelhar uma realidade e tensionar aquilo que é representado enquanto cidade ou paisagem pelo Google Earth. Todas as fotografias foram feitas pela autora e são registros das intervenções realizadas pelos próprios usuários desta interface. São casas, prédios, arborização, ruas e calçadas, pontes, edifícios em construção, manutenção de infraestruturas urbanas,

idades por completo, que são inseridos em contextos urbanos-artificiais que o Earth não deseja construir. Mais do que um mero levantamento de prédios gelatinosos, daqueles que observamos ao acessar a cidade de São Paulo e outras regiões centrais, as fotografias apresentadas são registros das periferias, de cidades interioranas, e/ou de regiões com pouco interesse para o mercado. Nesses locais cabe aos moradores inserir suas próprias casas e aos empreiteiros atestar suas paisagens. Afinal, no mundo contemporâneo, estar na internet é também certificar uma certa existência.

Artificial urbanization

The image records presented here seek to investigate user interactions, as well as uses of the city's platforms and geoprocessing tools, to construct its landscapes, even if artificial. The aim is to mirror a reality and tension what is represented as city or landscape by Google Earth. All photographs presented were taken by the author and are records of interventions carried out by the users of this interface. There are houses, buildings, trees, streets, sidewalks, bridges, buildings under construction, maintenance of urban infrastructures, cities as a whole, which are inserted in artificial urban contexts that Google Earth does not want to build. More than a mere survey of gelatinous buildings, as those we can observe when accessing the city of São Paulo and other central regions, the photographs presented are records of the outskirts, countryside cities, and/or regions with little interest in the market. In these places, it is up to residents to insert their own homes and contractors to certify their landscapes. After all, in the contemporary world, being on the internet is somehow certifying existence.

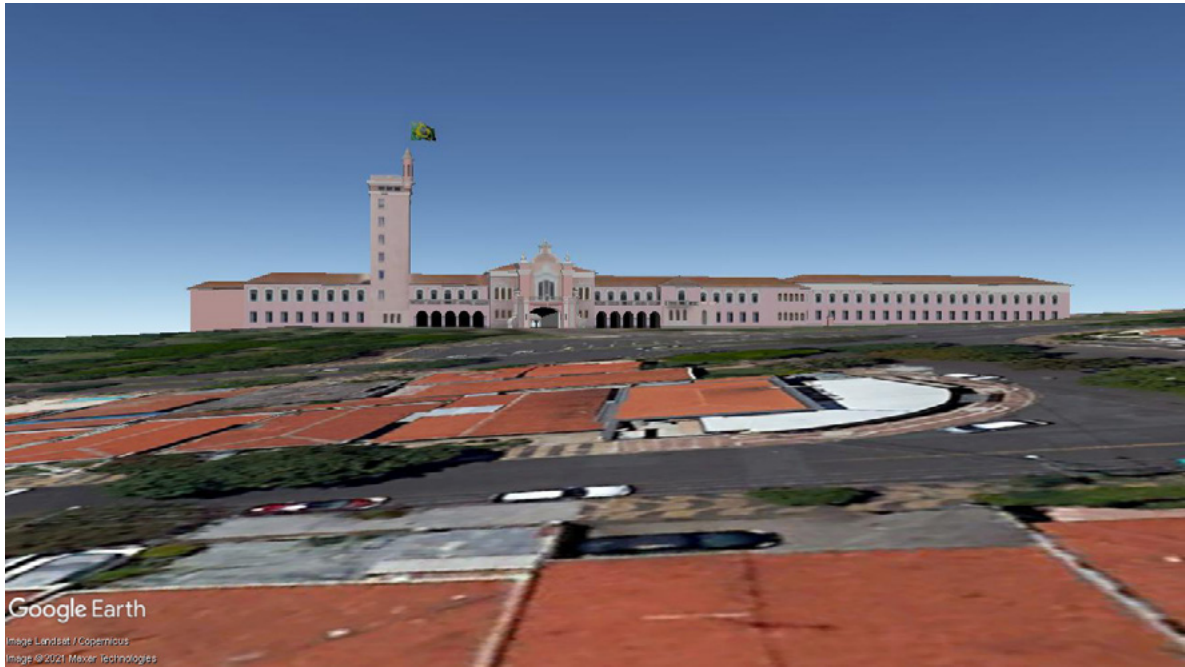
Urbanización artificial

Las imágenes presentadas aquí pretenden investigar las relaciones entre los usuarios y el uso de las plataformas y herramientas de geoprociamiento en la ciudad para construir sus paisajes, aunque sean artificiales. El objetivo es reflejar una realidad y poner en tensión lo que se representa como ciudad o paisaje, por Google Earth. Todas las fotografías presentadas fueron tomadas por la autora y son registros de intervenciones realizadas por los propios usuarios de esta interfaz. Se trata de casas, edificios, árboles, calles, aceras, puentes, edificios en construcción, mantenimiento de infraestructuras urbanas, ciudades en su totalidad, que se insertan en contextos urbanos artificiales que Google Earth no desea construir. Más que un mero estudio de edificios gelatinosos, como los que observamos al acceder a la ciudad de São Paulo y otras regiones centrales, las fotografías presentadas son registros de las periferias, ciudades del interior y/o regiones con poco interés para el mercado. En estos lugares, corresponde a los residentes insertar sus propias casas y a los contratistas certificar sus paisajes. Al fin y al cabo, en el mundo contemporáneo, estar en internet es certificar de alguna manera una existencia.



Google Earth

© 2013 Google. All rights reserved.
Map data © OpenStreetMap contributors,
DigitalGlobe, GeoEye, IGN, AerGRID, NOAA, IGN, etc.



Google Earth

Image Landsat / Copernicus
Image © 2021 Maxar Technologies



Google Earth

Image created by Google Earth

Image © 2008 Maxell Technologies

Data © 2008, U.S. Navy, NOAA, GEBCO



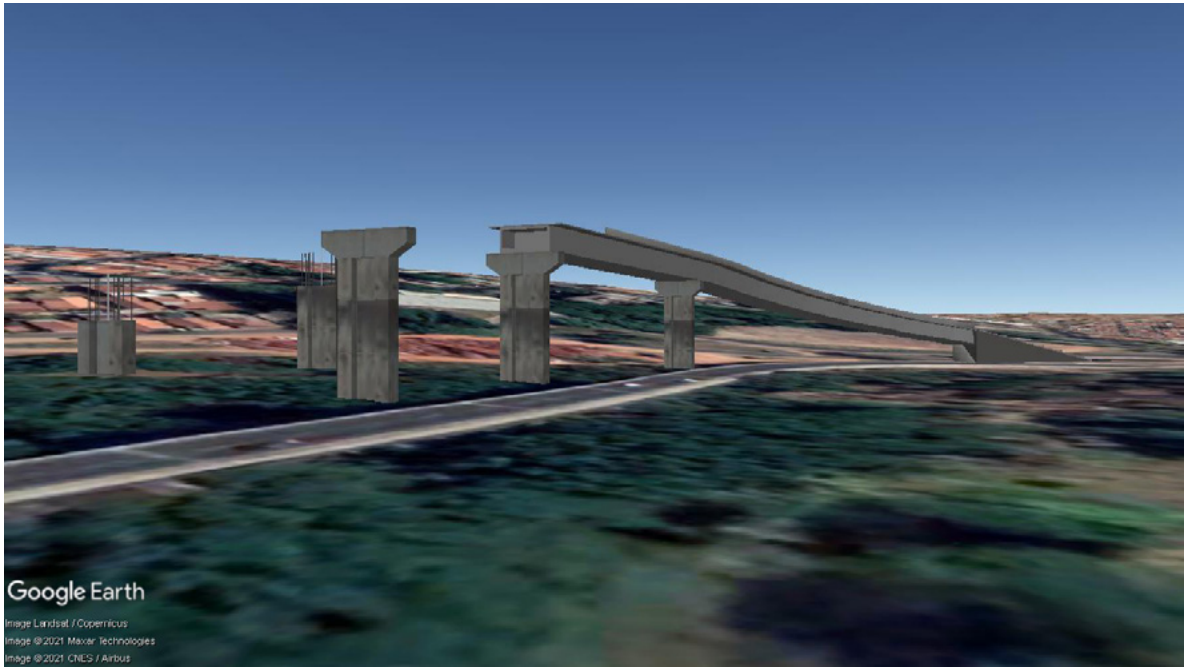
Google Earth

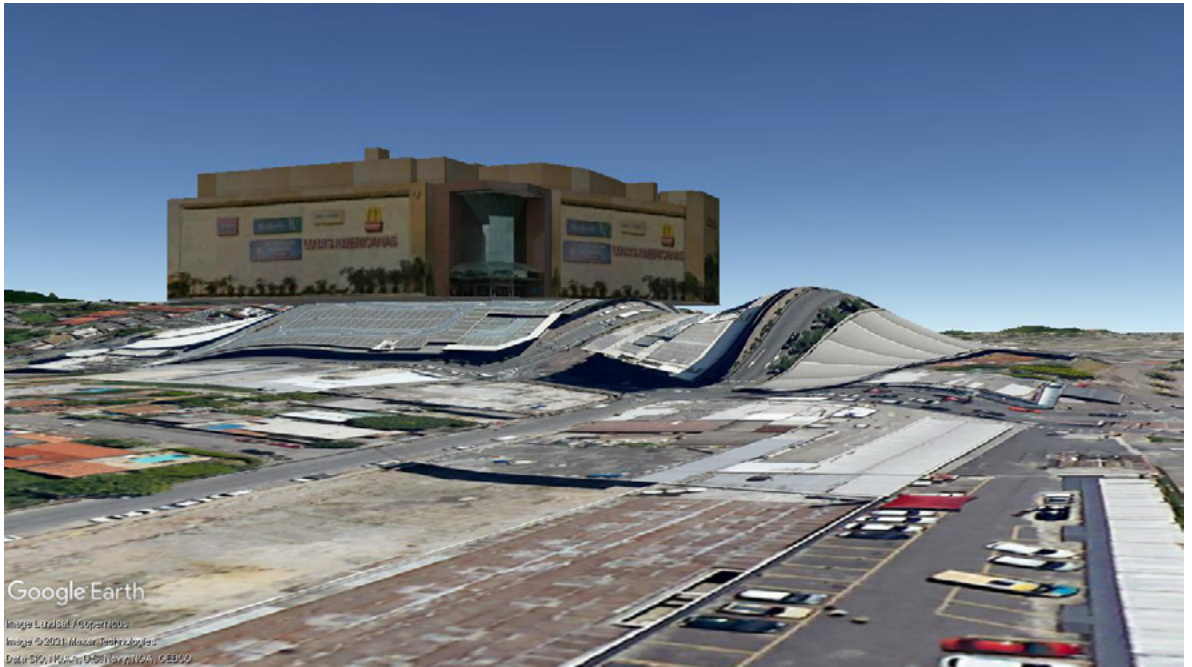
Data SIO, NOAA, U.S. Navy, NGA, GEBCO
Image Landsat / Copernicus
Image © 2021 Maxar Technologies



Google Earth

Image Landsat / Copernicus
Image © 2021 Maxar Technologies
Data SIO, NOAA, U.S. Navy, NGA, GEBCO







Google Earth

© 2015 Google
© 2015 Google
© 2015 Google
© 2015 Google

REFERÊNCIAS

ACERVO MARTIN PARR. Disponível em: <https://www.martinparr.com/>. Acesso em: 20 ago. 2021.

BENJAMIN, Walter. A obra de arte na era da reprodutibilidade técnica. In: BENJAMIN, Walter. **Magia e técnica, arte e política**, v.1. São Paulo: Brasiliense, 2012.

VIEIRA, Tuca. **Atlas Fotográfico**. Disponível em: <https://www.tucavieira.com.br/atlasfotografico>. Acesso em: 23 set. 2021.

WHAMPOLE, Christy. A ensaificação de tudo. **Revista Serrote [online]**. Tradução de Paulo Roberto Pires. Disponível em: <https://www.revistaserrote.com.br/2013/06/a-ensaificacao-de-tudo-por-christy-wampole/>. Acesso em: 25 nov. 2021.

SOBRE A AUTORA

Arquiteta e urbanista graduada pela Escola da Cidade em 2023. A pesquisa apresentada é um ensaio fotográfico desenvolvido para a Pesquisa Experimental "A escrita da Cidade: Metodologias, Apropriações e Traduções do Urbano".

tcrespin1999@gmail.com

Sementes de romã: as cidades árabes e islâmicas no ensino de História da Urbanização

Allan Pedro dos Santos Silva

Orientação: Profa. Dra. Beatriz Piccolotto Siqueira Bueno

e Prof. Dr. Nestor Goulart Reis Filho

Pesquisa: PUB-USP e Trabalho de Conclusão, FAU-USP, 2022.

Este artigo busca identificar e analisar o lugar ocupado pelas cidades árabes e islâmicas nas disciplinas de Urbanização e Urbanismo do curso de graduação em Arquitetura e Urbanismo da Faculdade de Arquitetura e Urbanismo da Universidade de São Paulo (FAU-USP), utilizando para isso das definições de orientalismo, de Edward Said, e fato histórico, de Antoine Prost. A pesquisa baseia-se sobretudo na análise das ementas e programas de disciplinas da FAU-USP em busca de menções a árabes e muçulmanos,

revisando criticamente os materiais bibliográficos mobilizados por docentes para discutir os processos de urbanização envolvendo esses povos. O estudo identifica períodos de exclusão (1952 a 2011) e de relativa marginalidade (2012 a 2022) de árabes e muçulmanos no ensino de História da Urbanização, apontando, ainda, para as limitações e potencialidades do uso de fontes secundárias para o estudo das cidades árabes e islâmicas no contexto da formação de arquitetas, arquitetos e urbanistas.

Palavras-chave: urbanização e urbanismo; orientalismo; ensino de arquitetura e urbanismo.

Seeds of Pomegranate: Arab and Islamic Cities in the Teaching of Urbanization History

This article aims to identify and analyze the place occupied by Arab and Islamic cities in the disciplines of Urbanization and Urbanism in the undergraduate Architecture and Urbanism program at the Architecture and Urbanism School of the University of São Paulo (FAU-USP), based on the definitions of orientalism by Edward Said and historical fact by Antoine Prost. The research primarily relies on the analysis of syllabi and course outlines at FAU-USP, searching for references to Arabs and Muslims and seeking to critically review the bibliographic materials used by instructors to discuss the processes of urbanization involving these populations. The study identifies periods of exclusion (1952 to 2011) and relative marginalization (2012 to 2022) of Arabs and Muslims in the teaching of Urbanization History. It also points to the limitations and potentialities of using secondary sources to study Arab and Islamic cities in the context of the education of architects and urban planners.

Keywords: urbanization and urbanism; orientalism; teaching of architecture and urbanism.

Semillas de Granada: Ciudades Árabes e Islâmicas en la Enseñanza de la Historia de la Urbanización

Este artículo tiene como objetivo identificar y analizar el lugar ocupado por las ciudades árabes e islâmicas en las disciplinas de Urbanización y Urbanismo en el programa de Arquitectura y Urbanismo de pregrado de la Facultad de Arquitectura y Urbanismo de la Universidad de São Paulo (FAU-USP), basado en las definiciones de orientalismo de Edward Said y hecho histórico de Antoine Prost. La investigación se basa principalmente en el análisis de los planes de estudio y programas de asignaturas de la FAU-USP en busca de menciones a árabes y musulmanes, revisando críticamente los materiales bibliográficos mobilizados por los docentes para discutir los procesos de urbanización que involucran a estos pueblos. El estudio identifica períodos de exclusión (1952 a 2011) y de relativa marginalidad (2012 a 2022) de árabes y musulmanes en la enseñanza de la Historia de la Urbanización, señalando además las limitaciones y potencialidades del uso de fuentes secundarias para el estudio de las ciudades árabes e islâmicas en el contexto de la formación de arquitectas, arquitectos y urbanistas.

Palabras clave: urbanización y urbanismo; orientalismo; enseñanza de arquitectura y urbanismo.

1. FRUTO DO ORIENTE, IMAGEM DO OCIDENTE: E VICE-VERSA

Fernand Braudel foi uma das figuras centrais da historiografia no século xx, cujas obras tiveram enorme impacto sobre gerações de historiadores. Em "Civilização material, economia e capitalismo", o autor dedicou-se a pensar a relação entre cidades e civilizações, tomando como referência o caso do Islã:

Um outro traço comum a todas as cidades, e que todavia está na origem das suas profundas diferenças de fisionomia, é que são todas produtos das suas civilizações. Para cada uma delas, há um protótipo. [...] Não há dúvida de que há, através do Islame, de Gibraltar às ilhas de Sonda, um tipo de cidade islâmica e o exemplo, só por si, pode bastar-nos como imagem destas evidentes relações entre cidades e civilizações. (BRAUDEL, 1970, p.427)

A noção do autor de que a cidade é produto de sua civilização vem acompanhada da afirmação de que uma só cidade seria capaz de constituir uma imagem representativa de todas as outras inseridas na mesma civilização. Pensemos, pois: as cidades islâmicas, "de Gibraltar às Ilhas de Sonda", de fato poderiam ser representadas por um só caso? Seria a Medina Al-Salam do século x, sede do Califado Abássida, suficiente para pensarmos a cidade de Córdoba no mesmo período, sede do Califado Omíada? E a cidade do Cairo do século xv, seria representativa da Istambul do mesmo período?

Se incluirmos, ainda, a variável tempo, a hipótese defendida por Braudel esbarra em maior complexidade: qual seria a imagem comum que representaria simultaneamente, além das quatro cidades que já mencionamos, a Meca dos primeiros anos do Islã (século vii), a Goa tomada pelos portugueses na Índia (1510), a Isfahan do século xix, a Beirute de Samir Kassir (2003), a Cidade Linear do emir Mohammed bin Salman (2021), dentre tantas outras cidades que se acomodam com facilidade à designação de "cidade islâmica"?

Geralmente são enormes cidades, afastadas umas das outras. As casas baixas estão apertadas como [sementes

de romã]. O Islame proíbe (salvo exceções: em Meca, em Djeddah, seu porto, ou no Cairo) as casas altas, sinal de um orgulho odioso. Por não se poderem elevar, invadem as vias públicas que o direito muçulmano defende mal. As ruas são ruelas, dois burros com as suas albardas, obstruem-nas. (BRAUDEL, 1970, p.427)

Orientado por relatos de alguns poucos viajantes europeus que visitaram a Pérsia e a Turquia nos séculos xvii e xviii, Fernand Braudel (1970, p. 428) evoca a imagem da enorme cidade com seu casario apertado como sementes de romã, ruas estreitas, mal geridas pelo poder muçulmano e tomadas pela sujeira. Tais afirmações geram alguma inquietação quando observadas à luz das primeiras palavras do capítulo seguinte: "O Ocidente é uma espécie de luxo do mundo. As cidades foram elevadas a uma temperatura que não se encontra noutros lados. Fizem a importância do estreito continente" (BRAUDEL, 1970, p.430).

O "estrito continente", também referido como "Ocidente", nada mais é do que a Europa, continente sobre o qual o autor se debruça nas páginas seguintes defendendo uma "originalidade" pautada na noção de liberdade. É digna de nota a flagrante inserção de um subcapítulo que caracteriza de maneira pejorativa as cidades islâmicas exatamente antes de uma exaltação da cidade europeia como lócus do luxo, da liberdade, do "signo da mudança [...], enquanto as outras cidades, comparativamente, não têm história, estão como que enterradas em longas imobilidades" (Braudel, 1970, p.430).

Edward Said, em seu clássico "Orientalismo: O Oriente como invenção do Ocidente" (2007 [1978]) reúne elementos importantes que nos ajudam a pensar esta imagem da cidade islâmica construída por Braudel. O autor palestino define o termo "Orientalismo" como

um modo de abordar o Oriente que tem como fundamento o lugar especial do Oriente na experiência ocidental europeia. O Oriente não é apenas adjacente à Europa; é também lugar das maiores, mais ricas e mais antigas colônias europeias, a fonte de suas

civilizações e línguas, seu rival cultural e uma de suas imagens mais profundas e recorrentes do Outro. Além disso, o Oriente ajudou a definir a Europa (ou o Ocidente) com sua imagem, ideia, personalidade e experiência contrastantes. Mas nada nesse Oriente é meramente imaginativo. O Oriente é uma parte integrante da civilização e da cultura material europeia. (SAID, 2007 [1978], p.27-28)

Da descrição pejorativa sobre as cidades islâmicas à aparentemente inocente comparação do casario islâmico com sementes de romã, as palavras do historiador francês geram dúvidas. Em que medida seu texto era, de fato, a respeito de cidades islâmicas? Em outras palavras: poderia esta imagem construída por Braudel estar, na realidade, dirigida a construir um enredo que distinguisse as cidades europeias das demais? No limite, pode-se falar em orientalismo?

É difícil não enquadrar o texto de Braudel na definição de Said, e mais difícil ainda é mapear o alcance da imagem construída pelo historiador acerca das cidades islâmicas, tendo em vista as noções propostas por Antoine Prost em suas "Doze lições sobre a história" (2020 [1996]). Segundo ele, os fatos históricos não existem senão pelos olhos de um observador, decorrendo de perguntas, fontes e procedimentos críticos. Em outras palavras, os fatos históricos são fabricados:

Nesse aspecto, encontra-se, sem dúvida, a principal diferença entre o ensino e a pesquisa, entre a história que se expõe didaticamente e aquela que se elabora: no ensino, os fatos já estão prontos; na pesquisa, é necessário fabricá-los. (PROST, 2020 [1996], p.53)

Enquanto caberia à História (enquanto disciplina) fabricar os fatos, caberia ao ensino, nessa perspectiva, reproduzi-los tais como foram construídos.¹ Assim, na medida em que nos apropriamos de fatos fabricados através de produção historiográfica referencial (materializada sobretudo na bibliografia especializada), podemos incorrer na reprodução de fatos fabricados.

À luz dessas noções e diante da inquietude gerada pelo texto de Fernand Braudel, este artigo busca avaliar o alcance de fatos históricos sobre as cidades islâmicas, discutindo as imagens sobre esses artefatos que chegaram às salas de aula, e estender, ainda, nossa atenção às cidades árabes – visto que ambas são frequentemente mobilizadas conjuntamente, confundidas ou até mesmo (erroneamente) tomadas como sinônimos. Com a expectativa de que possa se somar a outros esforços que caminham no sentido de revisitar, de maneira crítica, os fatos históricos construídos e reproduzidos sobre árabes e muçulmanos, optamos por circunscrever nosso estudo a um contexto específico, buscando avaliar o lugar desses povos no ensino de História da Urbanização do curso de graduação em Arquitetura e Urbanismo da Faculdade de Arquitetura e Urbanismo da Universidade de São Paulo (FAU-USP).

2. O ENSINO DE HISTÓRIA DA URBANIZAÇÃO NA FAU-USP COMO CAMINHO

Fundada em 1948 como a primeira escola de Arquitetura e Urbanismo do Brasil,² a FAUUSP acumulou larga experiência na formação de profissionais dedicados à reflexão e produção do espaço habitado em suas múltiplas escalas, do objeto ao território. Mais do que isso, colocou o Urbanismo como um dos eixos centrais de sua atuação, para além do então mais difundido campo da Arquitetura.

Nesse contexto, vale ressaltar a contribuição de Nestor Goulart Reis Filho, um professor comprometido com o tema, que desde meados da década de 1950 trabalhou ativamente para a constituição de um campo disciplinar, o dos Estudos da Urbanização, trazendo para os estudos urbanos um novo olhar sobre seu objeto, isto é, um novo método de se pensar as cidades. Arquiteto e Urbanista pela FAUUSP e Cientista Social pela Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da mesma universidade, Reis Filho convoca ao encontro de seus estudos

instrumentos variados de análise da cultura material, sedimentando-os enquanto metodologia em sua tese de livre-docência "Evolução Urbana do Brasil 1500-1720" (2001 [1964]). Ancorado no conceito de urbanização, o professor persegue a compreensão do urbano como processo social, estando diretamente ligado ao tempo (e não só ao espaço), somando-se ainda a ideia de sistema (REIS, 2001 [1964], p.200-201).

Lançando luz sobre a urbanização do Brasil e sedimentando as bases dos estudos científicos acerca da matéria em nosso país, as atividades de pesquisa da Urbanização logo transbordaram para o ensino de graduação, por meio da cátedra de História da Arquitetura Contemporânea e Evolução Urbana, criada pelo docente no fim dos anos 1960 (REIS FILHO, 1999, p.33) e que posteriormente deu origem à sequência de disciplinas de Urbanização e Urbanismo³ da FAU-USP.

Não cabe aqui fazer uma descrição da história do Grupo de Disciplinas de Urbanização e Urbanismo (GDUU), apenas notar que dessa experiência de décadas passaram pelas salas de aula da FAUUSP cerca de trinta docentes lecionando Urbanização e Urbanismo, que atuaram, cada qual à sua maneira, nas sucessivas transformações pelas quais o grupo passou, desde a extinção das cátedras pela USP até a revisão das ementas disciplinares implementada em 2017 – na qual se adotou a terminologia "História da Urbanização e do Urbanismo" para designar as disciplinas obrigatórias, em substituição à denominação antiga, "Estudos da Urbanização". A diversidade, a longevidade e o pioneirismo do GDUU são qualidades que interessam a este estudo, colocando o grupo como um universo potente para emprendermos o estudo de caso proposto.

3. UMA BUSCA POR ÁRABES E MUÇULMANOS NAS EMENTAS DE HISTÓRIA DA URBANIZAÇÃO

As ementas e programas de disciplinas do GDUU⁴ oferecem elementos importantes para pensarmos o problema, tanto pela extensão da série documental quanto pelos registros

que guardam do cotidiano da FAUUSP, e especificamente, do referido grupo.⁵

No arco temporal registrado pelos 284 documentos, de 1952 a 2022, foram 71 anos de oferecimento de disciplinas da área de Urbanização e Urbanismo, incluído nesse recorte o período anterior à conformação do grupo, no qual havia o oferecimento de cadeiras como a de Urbanismo ou Evolução Urbana. Nestes documentos são registrados dados como: objetivos e conteúdo programático dos cursos, ano de oferecimento, docentes alocados, temas das aulas, bibliografia e materiais didáticos utilizados, entre outras informações. Do lastreamento documental em busca da menção a árabes e muçulmanos pudemos delinear dois períodos: o de completa ausência desses temas nas ementas e programas de disciplinas, datado entre 1952 e 2011; e o de uma tímida inclusão, em disciplinas e aulas específicas, entre 2012 e 2022.

3.1 O LONGO SILÊNCIO (1952-2011)

Não pudemos identificar nos sessenta anos de conjunto documental mobilizado qualquer contato de estudantes do curso de Arquitetura e Urbanismo da FAUUSP com o estudo da urbanização ou do Urbanismo árabes ou islâmicos. Estamos falando de gerações de egressos que podem ter passado pela escola sem nunca ter tido uma aula sequer sobre o tema. Em termos quantitativos, esses sessenta anos correspondem a 80% dos programas de disciplinas analisados; em termos temporais, cerca de 85% do período total estudado; no que se refere ao corpo docente, cerca de vinte professores colaboraram com o conjunto de cadeiras e disciplinas, número equivalente a dois terços do total de docentes que passaram pelo grupo.

Não sendo nosso objetivo avançar numa compreensão do porquê dessa ausência, cabe-nos apenas constatar que o completo silêncio acerca da urbanização e do urbanismo árabes ou islâmicos durante tanto tempo é revelador de uma agenda de ensino que não tinha esses povos em seu horizonte, deixando em aberto a possibilidade de avançar nos estudos que esclareçam os motivos que levaram ao quadro e que motivaram uma virada somente em 2012.

3.2 A TÍMIDA PRESENÇA (2012-2022)

Somente em 2012 identificou-se a primeira menção ao Islã, no contexto da disciplina obrigatória AUHO236 – Estudos da Urbanização I. Na bibliografia básica da disciplina, menciona-se o texto “As cidades”, de Fernand Braudel (1995 [1967]), do qual extraímos o subcapítulo analisado na introdução do trabalho, no qual o autor discorre sobre a cidade islâmica. Além de ter sido o primeiro texto mobilizado pelas disciplinas tratando do tema, foi também dos mais perenes, mantendo-se na bibliografia obrigatória da disciplina AUHO236 desde então, mesmo após a mudança do nome e da ementa da disciplina, ocorrida em 2017, quando passou a se chamar AUHO236 – História da Urbanização e do Urbanismo I.

Na ocasião, o texto foi introduzido na disciplina pela professora Beatriz Piccolotto Siqueira Bueno, tendo sido mantido nas bibliografias obrigatórias de seus programas pelas professoras Flávia Brito do Nascimento e Ana Claudia Scaglione Veiga de Castro em todos os outros treze oferecimentos da disciplina que foram registrados pela documentação seriada, até 2022. Ainda em 2012, o mesmo texto passou a integrar a bibliografia da disciplina obrigatória AUHO238 – Estudos da Urbanização II (posteriormente renomeada para AUHO238 – História da Urbanização e do Urbanismo II), mas não por muito tempo. Após outras quatro menções, entre 2013 e 2015, pelas professoras já mencionadas e por Suzana Pasternak, Renato Cymbalista, Jorge Bassani e Leandro Medrano,⁶ o texto foi suprimido dos programas analisados da disciplina AUHO238.

Em paralelo às menções à bibliografia que trata de árabes e muçulmanos, buscou-se também identificar as aulas cujas temáticas tivessem relação com o assunto. Essas tiveram sua primeira aparição em 2013, também na disciplina AUHO236, quando ministrada pela professora Beatriz Bueno. Na ocasião, foram identificadas duas aulas de interesse: a aula “Urbanização na Idade Média: mudanças na rede urbana e suas consequências nos espaços intraurbanos”, identificada não por seu título, mas pela menção que o programa faz à

exibição do documentário “Veneza e o Islão” – realizado no âmbito de projetos expográficos do *Institut du Monde Arabe*, em Paris, e no *Metropolitan Museum of Art* (The Met) de Nova Iorque; e a aula “Herança portuguesa no mundo: as fortalezas, vilas e cidades do Império luso na África, Mar Vermelho, Golfo Pérsico e Ásia”, com menção ao inventário produzido pela Fundação Calouste Gulbenkian, no âmbito do projeto Patrimônio de Influência Portuguesa no Mundo (HPIP), que debate a presença lusitana no mundo, com ênfase em preexistências nativas e protagonismo dos povos árabes e muçulmanos na Ásia, África, Mar Vermelho e Golfo Pérsico. Nota-se que até esse momento a cidade, urbanização e história árabes e islâmicas aparecem ainda no encontro a outros temas de aula, mas não de maneira independente, diferentemente do que ocorreu no mesmo ano numa disciplina optativa ministrada pelo professor Renato Cymbalista.

Com apenas um registro documental na série mobilizada, a disciplina AUHO243 – Cidade, Espaço e Religião avança na introdução de um outro conjunto bibliográfico para tratar da cidade islâmica, de autores como Al Sayyad & Massoumi (2011), Deffontaines (1948), Park (1994), Stump (2008) e Wheatley (2000). Interessante notar também que a aula que trata de cidade islâmica mencionada no programa parece não ter sido ministrada pelo docente, mas por um convidado externo, o sheik Jihad Hammadeh, que apresentou a palestra “Espaço e território no islamismo”. A disciplina, porém, não voltou a ser oferecida e tampouco a temática apresentada por Cymbalista voltou a ser incorporada nas disciplinas do GDUU nesses termos, configurando-se como um fato isolado. A bibliografia voltou a ser mobilizada uma única vez, em outra disciplina optativa oferecida pelo docente, AUHO247 – “Lugares de Memória e Consciência”, que, embora tenha sido oferecida diversas vezes, deu lugar à aula “Religião. Perseguições Religiosas. Memorializando o Holocausto judaico. Lugares sagrados em disputa. O Caminho de Abraão no Oriente Médio. Canudos. O Pátio do Colégio em São Paulo” somente

uma vez, em 2015. Foram mobilizados, na ocasião, também os autores Barbara Mann (2006) e Simon Goldhill (2008).

Ainda em 2013, Renato Cymbalista e Jorge Bassani oferecem a disciplina AUHO238 conjuntamente, na qual ministram as aulas "1250-1400: Rotas comerciais e a centralidade das redes urbanas árabe e asiática. A passagem da Idade Média para o Renascimento e a reconstrução da rede urbana na Europa" e "1400-1500: Cairo, Vijayanagar e a rede urbana chinesa. O primeiro Renascimento na Europa", sem que houvesse, porém, menção à bibliografia específica para os temas, exceto pelo já mencionado texto de Fernand Braudel sobre cidade islâmica, que se mantinha na bibliografia obrigatória da disciplina.

A incorporação de outros referenciais bibliográficos aconteceria somente em 2015, na disciplina AUHO238: Beatriz Bueno e Flávia Brito com o texto de John Freely (2011) e Ana Castro com a incorporação do clássico "Orientalismo", de Edward Said, ao qual já fizemos menção. Distingue-se, porém, o modo como cada texto foi incorporado: o de Freely como texto de seminário na aula "'Renascimentos' na perspectiva de uma história menos eurocêntrica", e o de Said na bibliografia obrigatória do curso.

O texto de Freely, que integra o livro "O Grande Turco: Sultão Mehmed II, conquistador de Constantinopla e senhor de um império", foi ainda mobilizado outras três vezes pelas mesmas docentes, mas na disciplina AUHO236, entre 2017 e 2018. Nas três ocorrências, o texto aparece vinculado diretamente à aula "A cidade islâmica e o mundo urbano a Oriente", com proposição de exercícios em sala de aula relacionando o texto a cartografia de época, enquanto o texto de Fernand Braudel segue somente na listagem de bibliografia geral do curso.

Assim como o texto de Braudel, o de Said foi recorrente nos programas das disciplinas obrigatórias AUHO236 e AUHO238, tendo sido listado na bibliografia obrigatória dessas disciplinas um total de dezessete vezes ao longo do período estudado, onze delas só nos programas das disciplinas oferecidas por Ana Castro – e as demais ocorrências compartilhadas entre Beatriz Bueno, Flávia Brito, Jorge Bassani e Leandro Medrano. O texto não foi, porém, relacionado à aula

alguma ao longo dos cursos. Acredita-se que o conteúdo mais teórico do texto, que não trata objetivamente do urbano ou de sua materialidade, possa ter mantido a obra apenas como pano de fundo para as discussões promovidas pelas disciplinas ao longo de suas aulas.

As menções a árabes e muçulmanos continuariam ainda sendo feitas nos contextos das disciplinas obrigatórias AUHO236 e AUHO238. No caso da AUHO236, a discussão que se cristaliza nos programas é a de problematização da noção de Idade Média que se configurou pela historiografia europeia, buscando incorporar o estudo da cidade islâmica como recurso de revisão historiográfica. Essa recorrência em praticamente todo o período analisado é acompanhada da manutenção de alguns textos – como o de Braudel – e a incorporação de outros – como os textos do livro organizado por Cardaillac (1992) sobre a cidade de Toledo, introduzido em 2017 em um programa da professora Ana Castro, associado à aula "Cidades e urbanização na Reconquista: Hibridismos nas fronteiras no território europeu", que mais tarde passou a integrar a discussão sobre a Idade Média, com a adesão também das professoras Beatriz Bueno e Flávia Brito.

Em 2021, houve uma justaposição, pela professora Beatriz Bueno, da problematização da Idade Média a partir do Islã com uma discussão sobre a mundialização e a presença árabe e muçulmana no Império Luso, numa aula intitulada "A Idade Média revisitada à luz do Islão e o Império Luso à luz dos encontros culturais, trocas e hibridismos. Heranças compartilhadas". Tema debatido por Beatriz Bueno desde 2010, no estudo do Império Luso a professora busca acentuar aspectos da mobilização ibérica, indiretamente introduzindo os árabes em meio aos tantos outros povos nativos genericamente alcunhados pelos portugueses como "gentios", conferindo-lhes protagonismo nos processos de escolhas dos assentamentos portugueses nas mais diversas latitudes onde estes ocorreram. Nesse contexto foram inseridos os DVDs da série "O mundo de cá", produzidos por Paulo Varella Gomes para a rede Rádio e Televisão de Portugal (RTP), versando sobre a Índia Portuguesa. Na ocasião da referida aula, apresentamos a palestra "A mobilização ibérica como

laboratório do mundo: urbanização e hibridismo no Estado da Índia Portuguesa”, com ênfase na contribuição árabe e muçulmana na conformação do Império Português. No mesmo ano, incluiu-se no plano de aulas da AUHO236 das professoras Ana Castro e Beatriz Bueno uma palestra da pesquisadora Lygia Rocco, intitulada “Arquitetura e Cidade Islâmica”, junto da qual foi mobilizado o texto da autora intitulado “Antiguidade Tardia e a islamização da paisagem” (ROCCO, 2019).

Paralelamente, na AUHO238, verifica-se em 2018 a incorporação de textos do livro “Istambul: Memória e Cidade”, de Orhan Pamuk (2007) e de Sibel Bozdogan (2001) associados à aula “Urbanização na era industrial: redes, imperialismos, massas”, nos programas de Beatriz Bueno e Flávia Brito. O texto de Pamuk e a temática voltam a ser mobilizados outras três vezes por Beatriz Bueno, entre 2019 e 2021, estabelecendo alguma continuidade. Durante estas quatro ocorrências, o texto de Said permaneceu na bibliografia geral da disciplina.

Em meio a esse percurso relatado para as disciplinas obrigatórias, identifica-se também na disciplina optativa AUHO249 – Áreas Urbanas Centrais e Cidades Históricas: temas de patrimônio urbano, ministrada por Flávia Brito em 2020, a aula “Mundialização do patrimônio e o patrimônio da UNESCO 1: As cidades patrimônio mundial no espelho global. Turismo, visibilidade e comércio”, que tem como objeto de estudo a cidade de Aleppo, na Síria. Para tanto, a docente mobiliza um texto de Lynn Meskell (2018), conforme consta no plano de aula. Enquanto disciplina optativa, deve-se considerar que seu alcance é significativamente menor do que o das disciplinas obrigatórias, mas ainda assim oferece uma visada importante (a patrimonial) sobre as cidades árabes e islâmicas, enriquecendo em muito a formação dos egressos da escola.

Percebe-se, pelo percurso através da documentação, que a discussão sobre a cidade e a urbanização árabe ou islâmica acontece de maneira marginal nas disciplinas do GDUU. As poucas e recentes menções, que ocupam uma parcela ínfima do total de aulas ministradas e bibliografia listada, atestam o quadro. Ademais, a circunscrição do tema às

disciplinas obrigatórias AUHO236 e AUHO238, exatamente no arco temporal anterior à consolidação do Urbanismo como um campo disciplinar autodenominado científico, parece sintomático de uma visão de árabes e muçulmanos contribuintes somente com o passado do campo, enquanto o tempo recente parece privado a esses povos. Por outro lado, enquanto a AUHO240 – História da Urbanização e do Urbanismo III não reconhece em seus programas a temática aqui perseguida, as optativas tiveram papel fundamental no apontamento da atualidade do tema, seja nas discussões sobre religião e a sua relação com o espaço urbano, como ocorreu na AUHO243, seja nas discussões de memória e patrimônio, promovidas pela AUHO247 e pela AUHO249, ministradas por Renato Cymbalista e Flávia Brito, respectivamente.

Pode-se dizer, por fim, que a menção a árabes e muçulmanos de fato pôde ser identificada na documentação de disciplinas do GDUU entre 2012 e 2022, mas tal presença não é generalizada, tampouco parece estar plenamente consolidada, exigindo ainda esforços para que estes e outros povos esquecidos e invisibilizados por uma historiografia eurocêntrica se façam verdadeiramente presentes no ensino de Arquitetura e Urbanismo.

4. ALGUMAS CIDADES ISLÂMICAS QUE ENCONTRAMOS

Se a seção anterior se debruça sobre a identificação às menções de árabes e muçulmanos no conjunto de ementas e programas de disciplinas do GDUU ao longo da história da FAUUSP, esta é dedicada a compreender, nessas menções, quais fatos históricos desses povos podem ter sido veiculados no contexto das disciplinas por meio dos materiais didáticos mobilizados, nomeadamente os referenciais bibliográficos.

Para tanto, buscamos selecionar os textos que se mostraram, a partir do conjunto documental analisado, mais recorrentes nas bibliografias das disciplinas e/ou mais diretamente vinculados às aulas ministradas nos cursos. Optou-se, ainda, por circunscrever tal recorte às disciplinas obrigatórias, nas quais o alcance é mais extenso no contexto de formação de estudantes da FAUUSP, enquanto as poucas

optativas que trataram da urbanização ou das cidades árabes e islâmicas acabaram por acessar um número bastante menor de arquitetas, arquitetos e urbanistas em formação. Chegamos, então, aos seguintes autores para análise: Braudel (1970), Cardaillac (1992), Freely (2011), Pamuk (2007) e Rocco (2019).

4.1 A ROMÃ DE BRAUDEL

Apresentamos na introdução nossas impressões mais pertinentes ao capítulo "As cidades" do clássico "Civilização material, economia e capitalismo: séculos xv – xvii". As estruturas do cotidiano, de Fernand Braudel (1970, p.404-474),⁷ circunscrevem a discussão ao subcapítulo em que o autor discorre sobre a cidade islâmica. Há que se reconhecer, entretanto, que o subcapítulo é uma parte diminuta de um capítulo muito maior, sobre o qual fazemos questão de dar um breve panorama ao leitor, de modo a melhor enquadrar as questões que o texto suscitou e que motivaram este estudo.⁸

O historiador dá início ao capítulo sob o subtítulo "A cidade em si", buscando definições mínimas do que seria uma cidade, uma espécie de linguagem material comum do que se pode classificar sob esta definição. Dentre os elementos elencados pelo autor estão: os números de população; a divisão de trabalho; a relação cidade-campo; a capacidade de atrair homens vindos do estrangeiro; o desejo por se reservar e se distinguir em relação ao espaço externo a ela; a existência de caracteres comuns que o autor elenca como geografia urbana; e, finalmente, a relação entre cidades e civilizações, onde usa o caso do Islã como exemplo.

Concluindo a primeira parte do texto no difícil equilíbrio entre a descrição generalista das cidades islâmicas e a comparação do casario com um exótico fruto do Oriente (a romã), Braudel inicia a segunda parte do capítulo, intitulada "A originalidade das cidades do Ocidente", com elogios às especificidades das cidades europeias, destacando elementos como a liberdade, a modernidade, a forma urbana e os modelos de cidade. Finalmente, na terceira parte, o autor volta a fazer as contraposições entre Oriente e Ocidente, numa vista

panorâmica de diversos casos elencados para discutir "As grandes cidades".

Se há um traço comum, constantemente enfatizado nas três partes do capítulo, é a dicotomia perseguida por Braudel entre Ocidente e Oriente. Há, é claro, considerações da maior importância em todo o texto, produzido com rigor e visão de conjunto que são características comuns ao conjunto da obra de Braudel, mas a insistência em dividir o mundo entre Oriente e Ocidente, numa estanqueidade que parece não ter encontrado permeabilidade alguma, senão pelo olhar sobre o outro com desconfiança, gera algum desconforto na visão contemporânea. Nesse espírito, com muita facilidade nos distraímos do conteúdo do texto em si, e a maestria do historiador parece se perder sob um emaranhado de imagens que alimentam um modo de dividir o mundo que talvez tenha funcionado no passado, mas que tem sido atualmente intensamente tensionado pelos estudos históricos.

4.2 AS MÚLTIPLAS VISTAS SOBRE TOLEDO EM CARDAILLAC

Especialista nas relações entre a Espanha e o Islã, o historiador Louis Cardaillac apresenta em seu livro "Toledo, Séculos XII-XIII: muçulmanos, cristãos e judeus, o saber e a tolerância" uma coletânea de estudos de diversos autores que exploram Toledo durante o período de transição entre a ocupação muçulmana e a Reconquista da Península Ibérica pelos reinos cristãos. Quatro textos dessa obra, que exploram a morfologia urbana de Toledo, são selecionados para o curso AUH0236 e recomendados para a leitura dos estudantes como preparação para aulas expositivas e atividades com cartografia.

O primeiro texto, de Julio Porres de Mateo e Dolores de Paz Escribano, "Trinta mil habitantes, uma cidade-fronteira", situa Toledo como uma fronteira em dois sentidos: a expansão cristã nos territórios islâmicos em Al-Andalus e como ponto de encontro entre dois momentos históricos na Península Ibérica. O segundo texto, de Geneviève Barbé Coquelin de Lisle, "Da grande mesquita à catedral gótica", busca entender Toledo através da transformação da antiga mesquita em catedral, destacando a dimensão simbólica da transformação urbana em relação ao

poder e à representação. O capítulo seguinte, da mesma autora, "A arquitetura mudéjar acima das três religiões", argumenta que a arquitetura mudéjar testemunha a simbiose cultural em Toledo, transcendendo diferenças religiosas.

O capítulo final, "Um passeio pela Toledo medieval", de Julio Mateo e Dolores Escribano, foca na forma urbana da cidade, destacando suas características muçulmanas. Apesar de uma estrutura de datação frágil, os autores ressaltam a natureza plural de Toledo, a intensa troca entre diferentes comunidades religiosas e os esforços para transformar a paisagem urbana. Eles descrevem vividamente a cidade do ponto de vista pedestre, detalhando a arquitetura mudéjar, bairros, mercados, a judiaria, a ponte, portões e muralhas. Os autores retratam uma cidade vibrante, não apenas em forma, mas também em seus diversos usos.

Em suma, a coletânea de estudos de Cardaillac nos oferece vistas diversas sobre a cidade de Toledo, numa alternância de perspectivas conforme diferentes autores observam a cidade a partir de diferentes enquadramentos. Ainda que com suas deficiências pontuais, tal pluralidade se faz bem-vinda na medida em que permite discussões historiográficas que enriquecem o cotidiano da sala de aula.

4.3 UMA ISTAMBUL MONUMENTAL EM FREELY

Nascido nos Estados Unidos, John Freely formou-se entre a Universidade de Nova Iorque e a Universidade de Oxford, antes de iniciar a sua carreira docente em Istambul, na Universidade do Bósforo. Dedicando seu livro "O Grande Turco" (2011) ao registro da vida e dos feitos do sultão Mehmed II, constrói uma biografia permeada por diversos temas, dentre os quais está o capítulo "A cidade do Conquistador" (2011, p.266-281), acerca da cidade de Istambul.

Para o autor, a cidade de Istambul do tempo de Mehmed II ainda está presente nos dias de hoje através das diversas intervenções promovidas pelo sultão em seu tempo e que continuam existindo e desempenhando funções na cidade atual (FREELY, 2011, p.266). O autor segue praticamente o restante do texto em busca de identificar todos esses elementos que subsistem da cidade do Conquistador,

percorrendo a arquitetura militar, religiosa e civil. Pode-se dizer que é um texto que enfoca a cidade a partir de sua arquitetura, sem que haja pretensão de fazer grandes aprofundamentos sobre os usos da cidade, tomando-se, assim, os marcos arquitetônicos como reveladores da forma urbana.

Enquanto inventário dessa arquitetura, e dada a objetividade do autor na defesa da tese apresentada de início, o texto possui seus méritos. Se por um lado, observado de maneira isolada, o enquadramento de Freely tende a esvaziar a cultura material de sua apropriação pelo homem, por outro, oferece uma visada eficiente enquanto identificação dos elementos da cultura material que permitem inferir a forma da cidade. Ademais, é fundamental reconhecer que o texto é mobilizado como instrumento pedagógico para a realização de exercícios de espacialização em cartografia de época (assim como ocorre com os textos selecionados do livro organizado por Cardaillac), cumprindo papel fundamental na formação dos estudantes em associação a aulas expositivas e a material cartográfico. Assim, no que o autor pode ter pecado no esvaziamento do entendimento da vida urbana ao longo do capítulo, a prática pedagógica que opera o texto parece ter encontrado formas de torná-lo pertinente ao estudo da urbanização.

4.4 UMA ISTAMBUL SUBLIME EM PAMUK

O romancista Orhan Pamuk é um dos mais prestigiados escritores turcos da atualidade, reconhecimento expresso no Nobel de Literatura que recebeu em 2006. Em seu livro "Istambul: memória e cidade" (2007), Pamuk constrói uma narrativa autobiográfica cujo cenário é uma Istambul entre os limites de um glorioso passado imperial e um melancólico presente pós-ocidentalização.

O primeiro capítulo, indicado para leitura na disciplina AUNO238 – História da Urbanização e do Urbanismo II, intitula-se "Explorando o Bósforo" (Pamuk, 2007, p.57-71), e descreve os passeios ao Bósforo que o autor compartilhava com seu irmão e sua mãe durante a infância, dos quais ele resgata características materiais do ambiente para relatar sentimentos com riqueza de detalhes. O Bósforo assume, nas palavras sensíveis de Pamuk, uma materialização do sentimento melancólico

pelo qual são tomados os habitantes de Istambul, que se equilibram entre o orgulho de um passado glorioso da capital do grande Império Otomano e o sentimento de luto pelo estabelecimento da República e ocidentalização da cidade.

No capítulo "As paisagens do Bósforo por Melling" (PAMUK, 2007, p.72-84), também indicado para leitura pela disciplina, o autor parte dos sentimentos múltiplos pela glória e posterior ruína do Império, mas dessa vez para comentar as pinturas do Bósforo produzidas pelo artista alemão de ascendência franco-italiana Antoine-Ignace Melling, no início do século XIX.

Pamuk assume uma postura bastante elogiosa ao conjunto de pinturas que analisa, destacando as qualidades de verossimilhança, precisão e detalhe no registro de um Bósforo esplendoroso. Trata-se, sem rodeios, de um elogio à própria Istambul, captada pelos olhos de Mellin e reproduzida nas pinturas que deslumbram Pamuk. A cada passagem, o autor persegue este passado Otomano que é simultaneamente (e paradoxalmente) tão distante e tão próximo em Istambul, na medida em que não poupa elogios ao trabalho do pintor que conferiu à cidade nada menos do que a "beleza sublime" (PAMUK, 2007, p.84).

4.5 O AVESSE DA ROMÃ EM LYGIA ROCCO

Arquiteta e urbanista, mestre em Língua, Literatura e Cultura Árabe e doutora em Estudos Judaicos e Árabes pela Universidade de São Paulo, Lygia Ferreira Rocco buscou trilhar seu percurso acadêmico em diálogo com diversas áreas do conhecimento. Com essa perspectiva interdisciplinar, hoje é pesquisadora associada do Laboratório de Arqueologia Romana e Provincial no Museu de Arqueologia e Etnologia da USP, onde tem se dedicado ao estudo da paisagem e sua conformação em relação com a islamização.

Em seu texto "Antiguidade Tardia e islamização da paisagem", publicado no número 32 da Revista do MAE (2019), a autora busca problematizar os estudos sobre a chamada Idade Média tal como eles são em geral orientados, à luz da história do cristianismo. Mobilizando

os estudos sobre o Islã, que, conforme afirma, costuma ser apartado da história do medievo, como se ele não tivesse feito parte dos processos que tomaram curso no período, a pesquisadora caminha numa direção semelhante àquela que vem sendo perseguida há pelo menos uma década pela professora Beatriz Bueno na disciplina AUH0236 – História da Urbanização e do Urbanismo I.

Além da discussão historiográfica do conceito de Idade Média e de sua ineficácia para tratar da história islâmica, Rocco se dedica a apresentar o processo que ela denomina como "islamização da paisagem", que consiste na transformação de paisagens promovida pelo processo de islamização e mesmo pela arabização (pensado como o processo de difusão da língua árabe). A partir dos estudos arqueológicos, a pesquisadora enfatiza o caráter plural desse processo, que encontrava, por um lado, uma unidade da religião e da língua, que promovia um fluxo intenso de pessoas, e por outro, a enorme diversidade das regiões alcançadas pela islamização e a arabização. A interação entre a unidade e a diversidade resultou em transformações importantes em cada região, sem que houvesse, entretanto, rupturas profundas, gerando uma vasta extensão geográfica islamizada em franco contato sem implicar uma homogeneidade absoluta da cultura material. Neste ponto, parece propor uma visão divergente daquela proposta por Braudel para pensar a relação entre cidades e civilização.

5. PARA ONDE IR, AFINAL?

Poderíamos seguir analisando outros autores que presentes nas bibliografias de disciplinas do GDUU, em vias de ampliar a compreensão sobre os fatos históricos (ou, ampliando as noções de Prost para outras disciplinas, os fatos literários, fatos arqueológicos) que foram veiculados através da produção especializada mobilizada pelos docentes para pensar a urbanização árabe e islâmica no contexto da FAUUSP. Para fins deste estudo, acreditamos que a amostra selecionada seja suficiente para notarmos que cada um desses trabalhos, bem como outros que possam ter sido mobilizados pelos

docentes, possuem suas limitações. Não se entende aqui limitação como falha, erro ou ausência de qualidades, mas sim como o reconhecimento de que cada texto apresentado possui perguntas e perspectivas próprias para enquadrar a urbanização árabe e islâmica, bem como árabes e muçulmanos em si, incorrendo num certo limite de análise possível – aliás, podemos dizer que, com exceção de Rocco, nenhum se propôs a estudar de fato a urbanização, mas sim as cidades islâmicas.

Isso significa que devemos abrir mão da bibliografia especializada, a fim de evitar vistas parciais ou fatos históricos enviesados em sala de aula? Acreditamos que não. A partir desses estudos, mobilizados de maneira consciente pelos estudantes (sob a orientação cuidadosa dos docentes) e em conjunto com outros estudos ou materiais didáticos, tais como a já mencionada cartografia, pode-se tirar proveito da bibliografia em vias de torná-la não só operacional, mas sobretudo desejável em sala de aula. Lembremos que foram as dúvidas suscitadas pelo texto de Fernand Braudel levaram à pesquisa deste artigo, demonstrando o caráter formativo que essa bibliografia pode propiciar se analisada de maneira crítica. Na FAUUSP, acreditamos, os docentes têm trabalhado na desnaturalização dos fatos apresentados pelos autores, seja nas aulas expositivas, seja nos exercícios propostos aos estudantes, e destacar a essencialidade dessa postura se faz necessário – inclusive, para deixar clara nossa posição.

Se apontamos para a marginalidade dos muçulmanos no conjunto de disciplinas analisadas, não se pode deixar de mencionar a flagrante ausência dos árabes. É verdade que em textos como os reunidos por Cardaillac e o de Rocco, esses são em grande parte devotos do Islã (isto é, muçulmanos), mas há distinções entre as duas designações que mereceriam esclarecimentos mais expressivos ao longo da bibliografia analisada.⁹ Afinal, há árabes muçulmanos, árabes não muçulmanos, muçulmanos não árabes, árabes cristãos, árabes budistas... dentre tantos outros.

Detalhar essas e outras caracterizações acerca desses povos seria um passo

importante para a formação de arquitetas, arquitetos e urbanistas com uma visão de mundo alargada. Os estudos históricos podem fornecer modos de se pensar relações entre humanos, e destes com o espaço, que distem da generalização, dos apagamentos e da invisibilização de culturas. Apesar da posição coadjuvante (quando não antagônica) à qual foram relegadas por uma historiografia ocidental, essas culturas sempre tiveram – e ainda têm – muito a contribuir com a construção de um futuro comum, de respeito e trocas férteis.

NOTAS

1. Há uma certa estanqueidade nesta formulação, que poderia facilmente ser tensionada a partir de experiências efetivas de sala de aula (como, por exemplo, aquelas estabelecidas numa perspectiva freiriana), mas o arranjo é operacional para o presente estudo.
2. Havia escolas de arquitetura, ainda que poucas, tais como a Escola de Arquitetura de Belo Horizonte, fundada em 1930 como a primeira escola de arquitetura da América Latina desvinculada das escolas de Belas Artes e escolas Politécnicas (OLIVEIRA; PERPÉTUO, 2005), e a Faculdade de Arquitetura do Mackenzie College, com a desvinculação do Curso de Arquitetura da Escola de Engenharia (também do Mackenzie College), fundado em 1917 (ALVIM et al., 2017).
3. AUHO236, AUHO238 e AUHO240, História da Urbanização e do Urbanismo I, II e III (respectivamente), oferecidas pelo Departamento de História da Arquitetura e Estética do Projeto (AUH).
4. Uma descrição detalhada dos procedimentos adotados e uma síntese dos documentos de maior relevância são apresentadas em Silva (2022, p.156-198).
5. Evidentemente que a inclusão de outras fontes e outras perguntas poderiam gerar alterações nos resultados aqui apresentados, mas por ora vale reconhecer que a qualidade do conjunto documental mobilizado nos permite construir um panorama satisfatório para nossos objetivos.
6. O desequilíbrio entre o número de oferecimentos e o número de professores se explica pelo compartilhamento de um mesmo programa por grupos de docentes, que não raro ministravam as aulas conjuntamente.
7. Note-se que utilizamos a edição portuguesa de 1970 para o nosso estudo, dada a indisponibilidade da edição brasileira de 1995 na biblioteca acessada.
8. Reconhecendo, ainda, que há uma obra extensa e complexa na qual o capítulo em discussão se insere, mas que, para o escopo aqui definido, optamos por não adentrar.
9. Conforme explica Miguel Attie Filho (2016, p.35-40), a definição de “muçulmano” pode ser simplificada como aquele que encontra no Islã sua religião, fé e prática cotidiana de devoção. Já a distinção em relação ao termo “islâmico” é explicada pelo autor: “islâmico” geralmente refere-se às ideias e ideais contidos no Islã, enquanto “muçulmano” é mais frequentemente aplicado à pessoa concreta que pratica esses ideais. O termo “árabe”, em sua denotação mais antiga, refere-se aos beduínos e à população nômade do deserto da Arábia, em contraste com a população sedentária das cidades. Com a expansão do Islã e da língua árabe para outras regiões, o significado de “árabe” migrou em direção a uma conotação mais próxima tanto do conceito religioso quanto do linguístico, uma definição mais alinhada com a compreensão contemporânea.

REFERÊNCIAS

- AL SAYYAD, Nizar; MASSOUMI, Mejgan (ed.). **The fundamentalist city: religiosity and the remaking of urban space**. New York: Routledge, 2011.
- ALVIM, A.T.B.; ABASCAL, E.H.S.; ABRUNHOSA, E.C. (org.). **Arquitetura Mackenzie 100 anos FAU-Mackenzie 70 anos: pioneirismo e atualidade**. São Paulo: Editora Mackenzie, 2017. Disponível em: <https://books.scielo.org/id/xrrzx>. Acesso em: nov. 2022.
- ATTIE FILHO, Miguel. **Falsafa: a filosofia entre os árabes**. 2. ed. São Paulo: Attie Produções, 2016.
- BOZDOGAN, Sibel. **Modernism and Nation Building**. Turkish architectural culture in the early republic. Seattle; London: University of Washington Press, 2001.
- BRAUDEL, Fernand. **Civilização material, economia e capitalismo: séculos XV–XVII**. As estruturas do cotidiano (capítulo 8 – As cidades). Lisboa; Rio de Janeiro: Edições Cosmo, 1970.
- CARDAILLAC, Louis (org.). **Toledo, séculos XII-XIII**. Muçulmanos, cristãos e judeus: o saber e a tolerância. Rio de Janeiro: Zahar, 1992.
- DEFFONTAINES, Pierre. **Geographie et religions**. Paris: Gallimard, 1948.
- FACULDADE DE ARQUITETURA E URBANISMO DA UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO. Departamento de História da Arquitetura e Estética do Projeto (AUH). **Ementas e programas do Grupo de Disciplinas de Urbanização e Urbanismo (Série documental digital)**. São Paulo: FAUUSP; AUH, 1952-2022. 284 documentos.
- FREELY, John. **O grande turco**. Tradução de Adriana de Oliveira. São Paulo: Grua, 2011.
- GOLDHILL, Simon. **Jerusalem, city of longing**. Cambridge, Massachusetts: The Belknap Press of Harvard University Press, 2008.
- MESKELL, Lynn. Conflict. In: MESKELL, Lynn. **A future in ruins**. Unesco, world heritage, and the dream of peace. Oxford: Oxford University Press, 2018, p.143-171.
- OLIVEIRA, Cléo Alves Pinto de; PERPÉTUO, Maini de Oliveira. O ensino na primeira escola de arquitetura do Brasil. **Vitruvius: Arqtextos**, ano 06, nov. 2005. Disponível em: <https://vitruvius.com.br/revistas/read/arqtextos/06.066/408>.
- PAMUK, Orhan. Explorando o Bósforo e As paisagens do Bósforo por Melling. In: PAMUK, Orhan. **Istambul: Memória e Cidade**. São Paulo: Cia. das Letras, 2007, p.57- 84.
- PARK, Chris. **Sacred worlds: an introduction to geography and religion**. London: Routledge, 1994.
- PROST, A. **Doze lições sobre a História**. Belo Horizonte: Autêntica, 2020.
- REIS, Nestor Goulart. **Contribuição ao estudo da evolução urbana do Brasil (1500/1720)**. 2. ed. São Paulo: Pini, 2001.
- REIS, Nestor Goulart. Notas sobre a evolução dos estudos de história da urbanização e do urbanismo no Brasil. **Cadernos de pesquisa do LAP**, n.29. São Paulo: FAU-USP, 1999.
- REIS, Nestor Goulart. **Urbanização e teoria: contribuição ao estudo das perspectivas atuais para o conhecimento dos fenômenos de urbanização**. Tese de Cátedra, FAU-USP, 1967. [edição fac-símile, FAU-USP, 2006]
- ROCCO, Lygia. Antiguidade Tardia e a islamização da paisagem. **Revista do Museu de Arqueologia e Etnologia**, n.32, 2019, p.143-150.
- SAID, Edward W. **Orientalismo: o Oriente como invenção do Ocidente**. Tradução de Rosaura Eichenberg. 1. ed. São Paulo: Companhia das Letras, 2007.
- SILVA, Allan Pedro dos Santos. **A medina e a romã: reflexões para o ensino de história da urbanização**. 2022. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação) – Faculdade de Arquitetura e Urbanismo, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2022. Disponível em: https://repositorio.usp.br/directbitstream/c4b791b9-4cc8-46d7-b216-1320dfc6d93a/TFG_2022_1_Allan_Silva.pdf. Acesso em: 28 dez. 2023.

SOBRE O AUTOR

Allan Pedro dos Santos Silva é Arquiteto e Urbanista pela Faculdade de Arquitetura e Urbanismo da Universidade de São Paulo e Mestrando em Arquitetura e Urbanismo. allanpedro@usp.br

História urbana da Avenida Rio Branco na capital federal (Rio de Janeiro, 1930–1960)

Andréia Feitoza de Oliveira

Orientação: Profa. Dra. Flávia Brito do Nascimento (FAU-USP)

Pesquisa: Iniciação Científica, bolsa FAPESP, FAU-USP, 2018

Este artigo tem por objetivo analisar e discutir a história urbana e as transformações da Avenida Rio Branco, localizada na cidade do Rio de Janeiro, entre 1930 até a transferência da capital nacional para Brasília, em 1960. De maneira inédita, este trabalho procura reconstruir a partir da análise de documentos textuais, iconográficos e cartográficos, a história urbana da Avenida Rio Branco, para então buscar

entender o processo de transformação e sua permanência na paisagem urbana durante o período que a cidade foi capital federal do Brasil. Resultados encontrados até o presente momento indicam que a Avenida Rio Branco começou a passar por um processo de transformação de sua paisagem devido às demolições dos edifícios ecléticos ainda nos anos 1930, intensificados nos anos 1940 e 1950.

Palavras-chave: Avenida Rio Branco do Rio de Janeiro; patrimônio cultural urbano; história urbana.

Urban history of Rio Branco Avenue in the federal capital (Rio de Janeiro, 1930 - 1960)

This article aims to analyze and discuss the urban history and transformations of Avenida Rio Branco, located in the city of Rio de Janeiro, between 1930 and the transfer of the national capital to Brasília, in 1960. In an unprecedented way, this work reconstructs from the analysis of textual, iconographic and cartographic documents, the urban history of Avenida Rio Branco, to then seek to understand the process of transformation and its permanence in the urban landscape of the Avenue, during the period that the city was the federal capital of Brazil. Results found so far indicate that Avenida Rio Branco began to undergo a process of transformation of its landscape due to the demolition of its eclectic buildings in 1930s, intensified in the 1940s and 1950.

Keywords: Rio Branco Avenue in Rio de Janeiro; urban cultural heritage; urban history.

Historia urbana de la Avenida Rio Branco en la capital federal (Rio de Janeiro, 1930-1960)

Este artículo tiene como objetivo comprender y discutir la historia urbana y transformaciones de la Avenida Rio Branco, ubicada en la ciudad de Rio de Janeiro, entre 1930 y el traslado de la capital nacional a Brasilia, en 1960. De manera inédita, este trabajo busca reconstruir, a partir del análisis de documentos textuales, iconográficos y cartográficos, la historia urbana de la Avenida Rio Branco, para luego buscar comprender el proceso de transformación y permanencia en el paisaje urbano de la Avenida, durante el período en que la ciudad fue la capital federal de Brasil. Los resultados encontrados hasta el momento indican que la Avenida Rio Branco comenzó a sufrir un proceso de transformación de su paisaje debido a la demolición de sus edificios ecléticos en la década de 1930, intensificado en las décadas de 1940 y 1950.

Palabras clave: Avenida Rio Branco en Rio de Janeiro; patrimonio cultural urbano; historia urbana.

1. INTRODUÇÃO

Localizada no centro da capital do Rio de Janeiro, a Avenida Rio Branco, antiga Avenida Central¹, foi símbolo das forças republicanas e da imagem de modernidade buscada no início do século xx, tanto pelo seu projeto e construção quanto por sua função em abrigar símbolos de poder, como câmara de vereadores, senado, escolas, teatros e edifícios administrativos. Construída entre 1904 e 1905, na gestão do então prefeito Pereira Passos e do governo Rodrigo Alves, a Avenida representa na história nacional as forças republicanas em favor da ideia de modernização do país e da cidade (SISSON, 2008). Sua construção visava instaurar uma nova imagem de país que superasse a imagem de país colonial expressada no tecido urbano e nos hábitos cotidianos da capital federal, e que passasse a consagrar novos hábitos de lazer – cafés, cinemas, lojas – e de poder – instituições de cultura, ensino e de governo (LIMA, 2000).

A construção da Avenida Central ligava o novo porto da cidade da época, a Praça Mauá, à Avenida Beira-mar, que levava aos bairros de expansão residencial da elite como Glória, Catete e Botafogo. A implantação desse projeto significou a primeira intervenção de reurbanização extensiva do Estado no tecido urbano pré-existente do Rio de Janeiro, provocando a expulsão de moradores mais pobres, tanto pela demolição de mais de seiscentas edificações para a abertura da avenida, destas sendo 1681 habitações (ABREU, 1987).

Considerando a circulação de ideias e conhecimentos, tanto por intercâmbio de pessoas – como do próprio Pereira Passos em seu período de estudos na França –, quanto de produções diversas, o conjunto de reformas feitas nesse período dialoga com as reformas de Paris, feitas por Haussmann no século xix. Esta reconstrução de trechos da cidade tinha como objetivo adequar a cidade às novas necessidades de criação, centralização e acumulação do novo momento social e da integração cada vez maior do país na dinâmica capitalista internacional (ABREU, 1987). O traçado colonial da época, caracterizado pelas ruas paralelas e perpendiculares formando um tabuleiro, lotes longos e de pouca largura, eram considerados estreitos e

insalubres considerando a massa edificada, novas demandas de uso e os estudos que relacionavam o desenho da cidade à saúde pública. Essa reforma visava a dinamização da economia e do mercado interno, e a melhoria de sua imagem internacional quanto a saneamento na concorrência direta com Montevideu e Buenos Aires pelo mercado internacional (PAOLI, 2013).

Além disso, indícios mostram que a cidade do período de Pereira Passos não era exatamente colonial em relação à sua arquitetura, tendo sofrido intervenções pontuais como a substituição e reforma de prédios gradualmente, feita de forma anônima por cidadãos isolados (PAOLI, 2013). Um exemplo é a legislação de 1874 determinava que todas as casas tivessem banheiros e fossas individuais, o que acarretou na demolição de diversas edificações fora dessas condições (CAVALCANTI, 2018). Além disso, André Azevedo em entrevista à Revista Fapesp sobre seu trabalho "A grande reforma urbana do Rio de Janeiro: Pereira Passos, Rodrigues Alves e as ideias de civilização e progresso" apresenta que a reforma urbana do início de século xx era abordada nos discursos e cartas de Rodrigues Alves, relacionada a palavra progresso, sendo "empregada com sentido de valor máximo para empreender a reforma, enquanto em Pereira Passos o termo ressaltado era civilização" (AZEVEDO, 2018, s.p.).

A homogeneidade construída pelos edifícios ecléticos na Avenida não durou muitos anos. Embora fosse muito importante na construção de uma imagem de modernidade e na memória carioca, a transformação arquitetônica da avenida teve início poucos anos depois de sua construção. A tecnologia do concreto armado promoveu grandes arranha-céus na cidade, símbolos – como o Palácio Monroe –, e uma primeira verticalização, que junto com desmonte dos morros do Castelo e de Santo Antônio, ambos na região central da cidade, impulsionaram a renovação no centro da cidade (CARDEMAN, 2004; AGUIAR, 1976; ATIQUÊ, 2014).

Diversos autores pesquisaram e produziram reflexões sobre a construção da Avenida no início do século xx, contudo pouco foi explorado sobre os processos de transformação da Avenida durante sua existência. Existiram esforços dessas

pesquisas para entender o momento histórico, o contexto, as motivações e os agentes envolvidos na construção da avenida Rio Branco² e existe reflexões sobre as manifestações e o papel da Avenida em diferentes momentos políticos ao longo do século XX (RAMOS, 2015), mas pouco se sabe sobre o processo urbanização, as mudanças de traçado e as mudanças edilícias dos lotes, frutos de reformas, demolições, reconstruções na Avenida Rio Branco ao longo de sua existência até chegar a configuração de Avenida que conhecemos hoje.

Assim, esse artigo tem como objetivo partilhar e lançar à luz as transformações entre 1930 e 1960, levantadas e reconhecidas ao longo da pesquisa de iniciação científica realizada com o apoio FAPESP, de modo a contribuir para futuros estudos e divulgar a história desse símbolo na memória carioca. A partir da consulta dos projetos urbanos da Avenida Rio Branco – antiga Avenida Central –, desde sua criação em 1905, constatamos que em 1930 foi o primeiro momento no qual houve um projeto de abertura de viário que gerasse uma transformação na Avenida. Sendo assim, delimitamos o ano de 1930 como o início do período de análise deste artigo. O ano de 1960, momento em que há uma mudança política social na cidade com a cidade do Rio de Janeiro perdendo o status de capital nacional, foi definido como o fim do período de análise.

1.1 PROCESSO DE PESQUISA

As poucas informações específicas e organizadas relativas à produção do espaço urbano da Avenida Rio Branco ao longo de sua existência, fez com que a construção histórica da avenida fosse remontada como um quebra cabeça. Foram estudados todos os 99 lotes que atualmente fazem frente para a via, buscando reconstituir a história das suas substituições e transformações. Estão incluídos nesse perímetro de estudo os lotes das praças Mauá e Floriano Peixoto, localizadas nas duas extremidades da Avenida, e os cinco edifícios da rua Miguel Couto, os quais possuem a fachada principal voltada para a Avenida, devido a existência de uma área livre formada pelo afunilamento da quadra entre a rua do Rosário e do Ouvidor.

O processo de reconstrução histórica consistiu em uma complexa pesquisa de dados. Inicialmente, a metodologia adotada consistia no levantamento de projetos, cartografias, iconografias e o cruzamento dessas informações por georreferenciamento. Foram levantados os projetos oficiais de intervenção urbana e legislações, consultados no Arquivo Geral da Cidade do Rio de Janeiro (AGCRJ) e na Secretaria Municipal de Urbanismo, e que consistiam em mapas cadastrais, Projeto Aprovados de Alinhamento (PAA)³, Projeto Aprovado de Loteamento (PAL)⁴, e documentos oficiais, entre eles licenciamentos, aprovações de obras e habite-se das edificações. A partir desse levantamento, foi realizado um processo de digitalização, georreferenciamento, análise e comparação entre os mapas cadastrais de 1953, 1975 e 2016. Esses mapas elaborados foram comparados também com os projetos de alinhamento e loteamento, inclusive o projeto de abertura da Avenida, visando entender a sequência de projetos e transformações que geraram cada um dos cenários encontrados nos mapas cadastrais.

Além das questões relativas de compreender o processo urbano, considerando a construção, demolição e permanência dessas edificações na Avenida, esta pesquisa se propôs a usar a tecnologia Sistema de Informação Geográfica (GIS), especificamente o software livre QGIS, para a elaboração do mapeamento georreferenciado. O uso dessa ferramenta foi escolhido como exercício e esforço de dialogar com as discussões levantadas por Amália Santos, na qual a autora aponta a existência de lacunas no contexto brasileiro em relação às pesquisas que associam informática com construção do conhecimento histórico, se comparado à produção estrangeira, principalmente em relação a produção inglesa e norte-americana (SANTOS, 2016).

Paralelamente à pesquisa de legislações e planos urbanos, foi realizado um levantamento iconográfico, considerando as bases do Instituto Moreira Salles, o Arquivo Geral da Cidade do Rio de Janeiro, Arquivo Nacional e referências secundárias que pudessem contribuir com a construção imagética e histórica da Avenida Rio

Branco. Essas imagens passaram por um processo de comparação e análise do próprio material e em relação com outros documentos coletados na pesquisa, como exemplificado na fig. 1, com a intenção de que elas pudessem contribuir com informações da existência de alguns edifícios em determinados anos, mas também como um registro das permanências e transformações.

A adoção dessa metodologia se estruturou de forma desafiadora por três desafios principais. O primeiro foi a coleta de informações. Nem todas as instituições acionadas no processo de levantamento de dados, principalmente as vinculadas aos projetos urbanos e arquitetônicos de décadas mais recentes, possuíam seu acervo de documentos organizado e catalogado para consultas externas. De modo a ser contornado pela busca em outras instituições, mas também da conscientização da própria pesquisadora desta pesquisa de que algumas informações, neste momento histórico, não serão acessadas, e que vão depender de um trabalho técnico de outras áreas e do enfrentamento desses desafios de catalogação e organização de documentos pelas instituições que detêm esses materiais.

O segundo desafio encontrado foi o próprio processo de conectar e relacionar informações de diferentes tipos de suporte de documento, que no caso foi feito por tabulação em formato excel, relacionando conteúdo informacional do documento em texto como arquivo georreferenciado, as imagens, links e pastas, de maneira manual e comparativa de cada documento. Também se configurou como desafio nesse processo as diferentes qualidades dos documentos e suas informações, dado a técnica utilizada, o tempo de existência do material, o modo como ele foi guardado ou reproduzido, e a própria existência ou registro de informações complementares. De modo que, nem todas as imagens levantadas foram passíveis de utilização, visto que algumas delas não possuíam uma data referencial, e em outros casos possuíam divergências entre informações registradas nas fotografias datados de mesmo ano pelas bases de pesquisa.

O terceiro desafio foi como lidar com as lacunas e incertezas históricas que surgiram ao juntar as peças do levantamento. E nesse sentido, primeiro houve um novo exercício de expandir as fontes e instituições de documentos. No qual foi realizada uma pesquisa por termos em jornais e registros de veículos de comunicação de grande circulação, disponíveis no acervo da Hemeroteca da Biblioteca Nacional⁵. Os termos pesquisados foram os nomes dos 99 edifícios existentes atualmente, e os termos "Avenida Rio Branco", e "Av. Rio Branco", e variações visto que as bases de pesquisa buscam os termos exatos assim como escritos no buscador. E também a realização de pesquisa em revistas e jornais de conteúdo específico da área de Arquitetura e Urbanismo utilizando-se a base de dados do Índice de Arquitetura Brasileira da Biblioteca da Faculdade de Arquitetura e Urbanismo da USP e vídeos da Agência Nacional. Os termos pesquisados nessas bases foram: "Avenida Rio Branco", e "Av. Rio Branco".

E por fim, em relação ao terceiro desafio, houve também o aprendizado de condensar as informações difusas e fragmentadas originadas com o levantamento de dados da pesquisa em um produto que possa ser compreendido por outros, mesmo com as lacunas de informação, e fazer esse produto ser uma parte da construção da história da Avenida Rio Branco, dialogando com as pesquisas que vieram anteriormente e podendo ser uma possível base para futuras descobertas e reconstruções. Assim, o processo da pesquisa resultou na produção de uma série de mapeamentos, usando a base do mapa digital da cidade do Rio de Janeiro de 2013, e as transformações registradas nos mapas cadastrais de 1975 e 1953. Esse mapeamento serviu como produto de unificação de informações, mas também como objeto de análise e reflexões. O mapa, como documento histórico, não é a simples representação do existente, e sim uma ferramenta capaz de indicar aspectos das relações e condições sociais que produzem aquele espaço no recorte temporal, assim como as questões relativas à sua época de elaboração (SANTOS, 2016; BUENO, 2016; BUENO 2004).

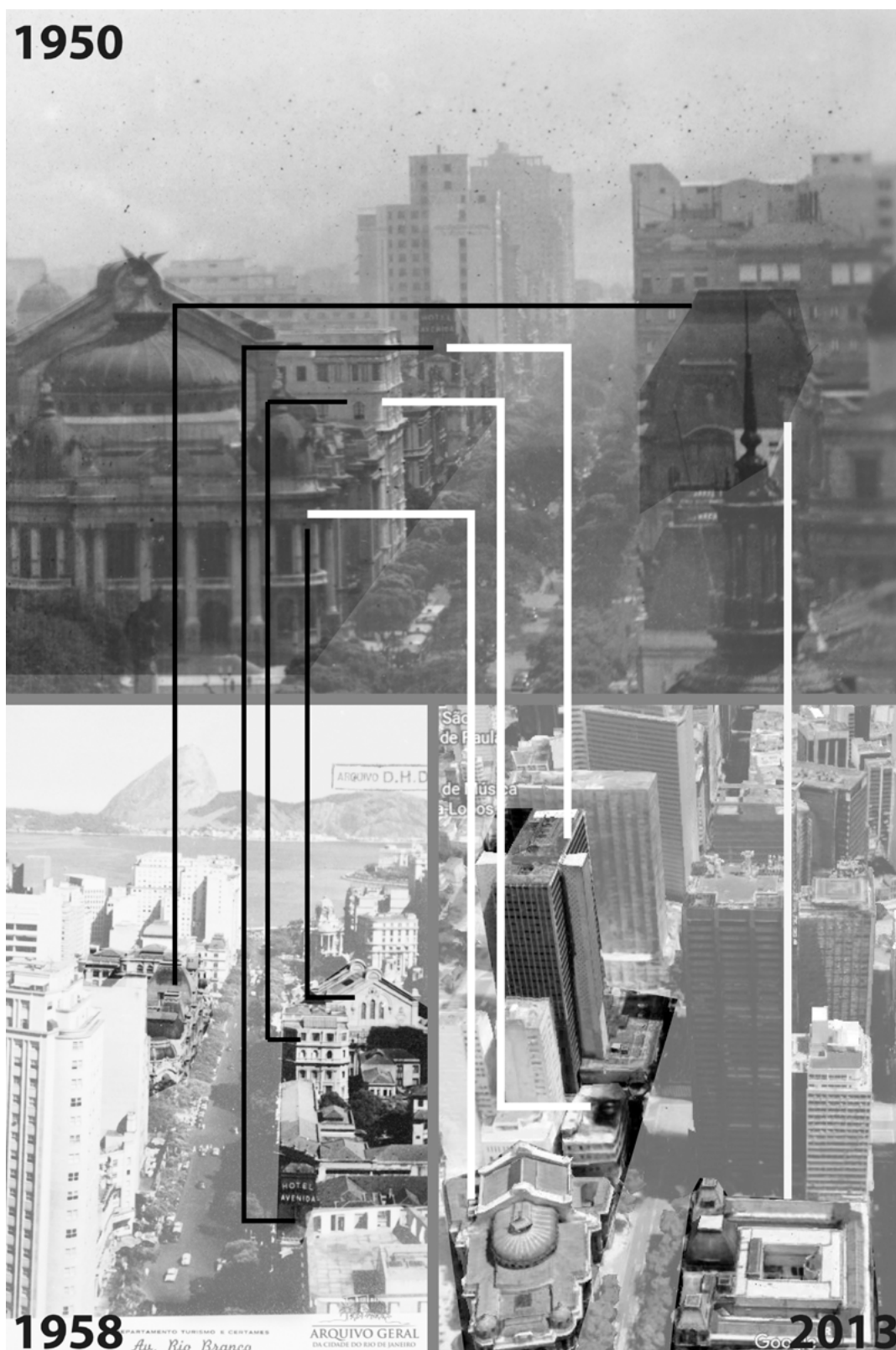


FIG. 1:

Análise comparativa de registros fotográficos para identificação das edificações, elaborado pela autora. Fonte: Arquivo Nacional, Doação de Nilza Soares em 1989; Vista e zoom de fotografia da Praça Floriano e Avenida Rio Branco, Rio de Janeiro, 1950 (acima). Fonte: Prefeitura da Cidade do Rio de Janeiro/Arquivo Geral da Cidade do Rio de Janeiro (AGCRJ); Avenida Rio Branco, com Cinelândia ao fundo, 1958 (abaixo, à esquerda). Fonte: Google Earth, 2019. Vista da Avenida Rio Branco, atual (abaixo, à direita).

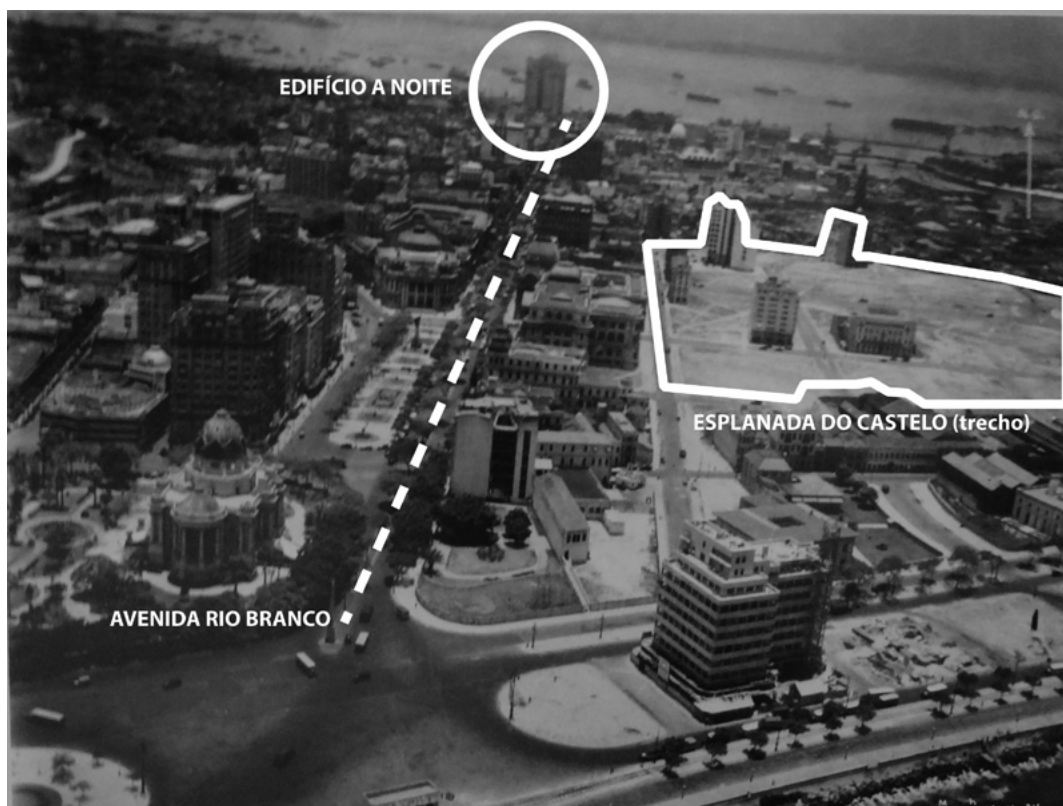


FIG. 2:

Centro da cidade do Rio de Janeiro, em 1934, à direita a área das quadras da Esplanada do Castelo, a Avenida Rio Branco ao centro, e o Edifício A Noite ao fundo. Fonte: Elaborado pela autora a partir da Foto 23 – Escola de Aviação Militar – Avenida Rio Branco – F.30 – 300m – 11h – 16 – 11- 34. In.: PAMPLONA, P. (org.). O Rio pelo alto: Museu Aeroespacial: fotografias aéreas do Rio de Janeiro 1930-1940. Rio de Janeiro: ID CULTURAL, 2014.

2. A AVENIDA RIO BRANCO DA CAPITAL RIO DE JANEIRO

A primeira verticalização da Avenida aconteceu nos anos de 1920, principalmente na região do Convento da Ajuda, localizada ao final da Avenida Rio Branco. O antigo convento deu lugar à construção de edifícios que formariam a Cinelândia com seus teatros e, posteriormente, cinematógrafos, reafirmando a avenida como polo cultural e político nos anos posteriores (LIMA, 2000). E, também, com o edifício A Noite construído em 1929, localizado na praça Mauá, entrada principal para a Avenida Rio Branco, sendo este o arranha céu mais alto da América Latina nas primeiras décadas do século XX (SALOMON, 2016; MALTA, 1929), com seus 22 andares.

Conforme é possível observar na fig. 2, ainda em 1934, o centro da cidade, que naquele momento passava por um

momento de ocupação da área resultante do desmonte do Morro do Castelo, com a construção das quadras da Esplanada do Castelo, possuía predominantemente edificações coloniais ou ecléticas, com altura entre 1 e 4 pavimentos, apresentava suas primeiras verticalizações. Neste momento, o Edifício a Noite se destacava como arranha céu na área central do Rio de Janeiro, visto que as outras poucas verticalizações existentes tinham em média a metade da altura desse edifício e pouco se destacavam no skyline da cidade. O Projeto de Urbanização da Esplanada do Castelo e adjacências, registrado sob o número 3.085 de 1938, elaborado pela Comissão do Plano da Cidade e aprovado pelo prefeito Henrique Dodsworth, prefeito interventor do Distrito Federal (1937-1945), foi o primeiro a propor mudanças na cidade de modo a modificar o traçado urbano até então existente da avenida. Esse se projeto que trata de uma ocupação

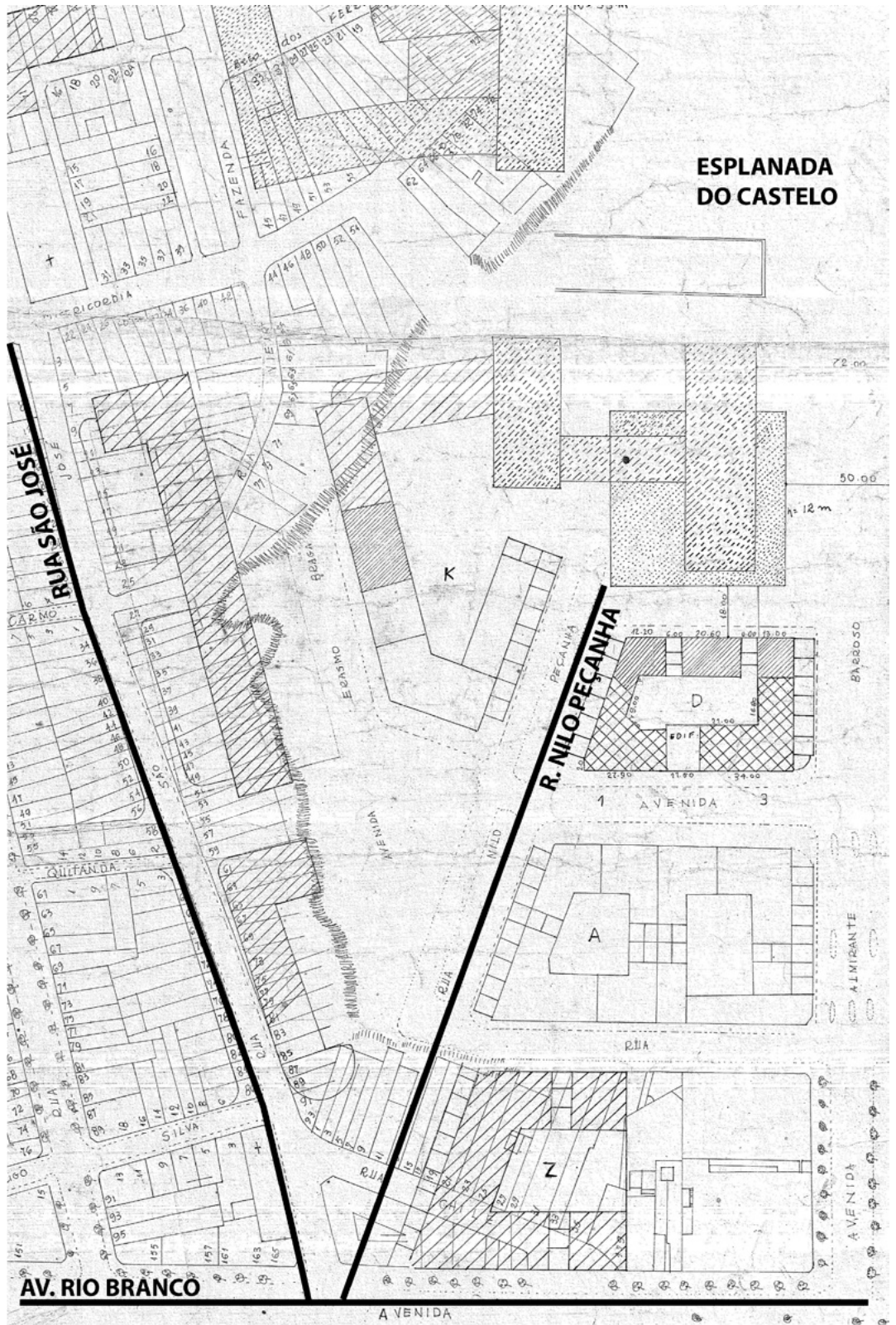


FIG.3: Trecho do projeto de urbanização da Esplanada do Castelo e adjacências – PA 3085 de 06 de dezembro de 1938, no que diz respeito a remodelação de duas quadras da Avenida Rio Branco. Fonte: Elaborado pela autora. Adaptado de: Prefeitura da Cidade do Rio de Janeiro. Projeto Aprovado de Alinhamento – PAA 3085, Rio de Janeiro; Prefeitura do Rio de Janeiro, 1938.

pós-transformação da cidade colonial – visto que o desmonte do morro em si já se configura como uma transformação urbana de grande escala –, e que junto à outros PAA's e PAL's ⁷ anteriores retratam o processo de mudanças e transformações da cidade edificada colonial por meio dos projetos urbanos. Essa transformação, que é muito mais sutil que o desaparecimento do morro, se dava por meio da remodelação de quadras e lotes coloniais que tangenciavam a área do desmonte; por meio da incorporação de uma quadra existente a uma proposta, ou também pela abertura de vias em quadras longas, transformando-as em uma quadrícula menor, mais padronizada e regular, conforme observável na fig. 3.

Esse projeto de urbanização propunha justamente a alteração de duas quadras da Avenida Rio Branco para a abertura de vias. A primeira alteração é a abertura de via na quadra que começava na esquina das Avenidas Rio Branco e Almirante Barroso e que seguia por trás de outras quadras fazendo o contorno ao redor do morro. A segunda, é de uma quadra que era formada pelas ruas São José, Chile e Avenida Rio Branco, por meio da demolição parcial da mesma para criar o cruzamento da via proposta (Rua Nilo Peçanha) com a Avenida Rio Branco. Apesar desse projeto não ter sido edificado sob esse número, sua ideia foi incorporada a outros projetos e concretizado nos anos seguintes.

Outros dois Projetos Aprovados de Alinhamento chamam a atenção em relação às propostas de transformação da cidade, de modo a influenciar a configuração da Avenida Rio Branco. O primeiro de 1920 propunha a abertura de uma avenida que ligaria a Avenida Rio Branco à Praça da República. Essa via se localizaria no lugar das quadras que se encontram entre as ruas da Alfândega e Buenos Aires, mas acabou sendo revogado pelo Decreto 2117 de 11 de agosto de 1925. O segundo caso é o PA 3021 de 1938 que trata da Urbanização do Centro Bancário e do Palácio do Comércio, o qual propunha a abertura e conexão da Igreja da Candelária com a Avenida Rio Branco por meio da demolição dos lotes existentes entre os dois, criando um largo retangular de quinas arredondadas entre eles. Essas duas ideias de transformações urbanas não foram

executadas sob esses PAA, mas foram ambos incorporados no PAA 3481 PAL 5972, de 28 de dezembro de 1940, referente ao projeto da Abertura Presidente Vargas.

A Avenida Presidente Vargas (LIMA, 1990; ARQUIVO GERAL DA CIDADE DO RIO DE JANEIRO, 2016) cortou o centro do Rio de Janeiro e Avenida Rio Branco em 1941, e gerou a demolição de duas quadras inteiras da Avenida Rio Branco. O porte e a maior largura da nova avenida permitiriam mais veículos e se tornaria uma alternativa de acesso do centro à zona norte e zona sul. Os edifícios localizados no novo cruzamento passaram a ser localizados principalmente com a numeração da Av. Presidente Vargas, sendo usado a numeração da Avenida Rio Branco apenas para os térreos comerciais com frente única para a avenida mais antiga. Apesar desse segundo plano que a Avenida Rio Branco assume frente ao novo símbolo da modernização, ela ainda era a avenida a qual se queria conectar, e se caracteriza como símbolo da área central.

A década de 1940 foi a década do século XX em que mais houve Projetos de Alinhamento (PA) e Loteamento (PAL) envolvendo direta e indiretamente a Avenida Rio Branco. Com 32 processos, a maioria deles se relacionava a loteamentos e a mudanças de desenho urbano. A década de 1950 contou com 16 processos, que incluíam o processo de urbanização do Largo da Carioca, projeto do Metrô e algumas mudanças no lote. As décadas seguintes foram menos marcantes em quantidade de processos. É interessante pontuar que 1910, a década da abertura da Avenida, houve apenas cinco processos de projeto de alinhamento encontrados, sendo possível perceber que a quantidade de projetos pode ser impactante, mas seus conteúdos são os verdadeiros balizadores do potencial de transformação.

O projeto de urbanização do Largo da Carioca em 1952 (PAA 7073 PAL 21394) incorporou a abertura da Avenida Nilo Peçanha⁸, a qual já estava sendo discutida desde o PAA 1791 de 1928 e que ainda não havia sido concretizada. A ideia inicial era de que a Avenida Nilo Peçanha fosse aberta como um túnel por debaixo da Avenida Rio Branco e das quadras a oeste dessa mesma avenida (lado que se conecta ao Largo da Carioca). Contudo, no projeto de Urbanização da Esplanada

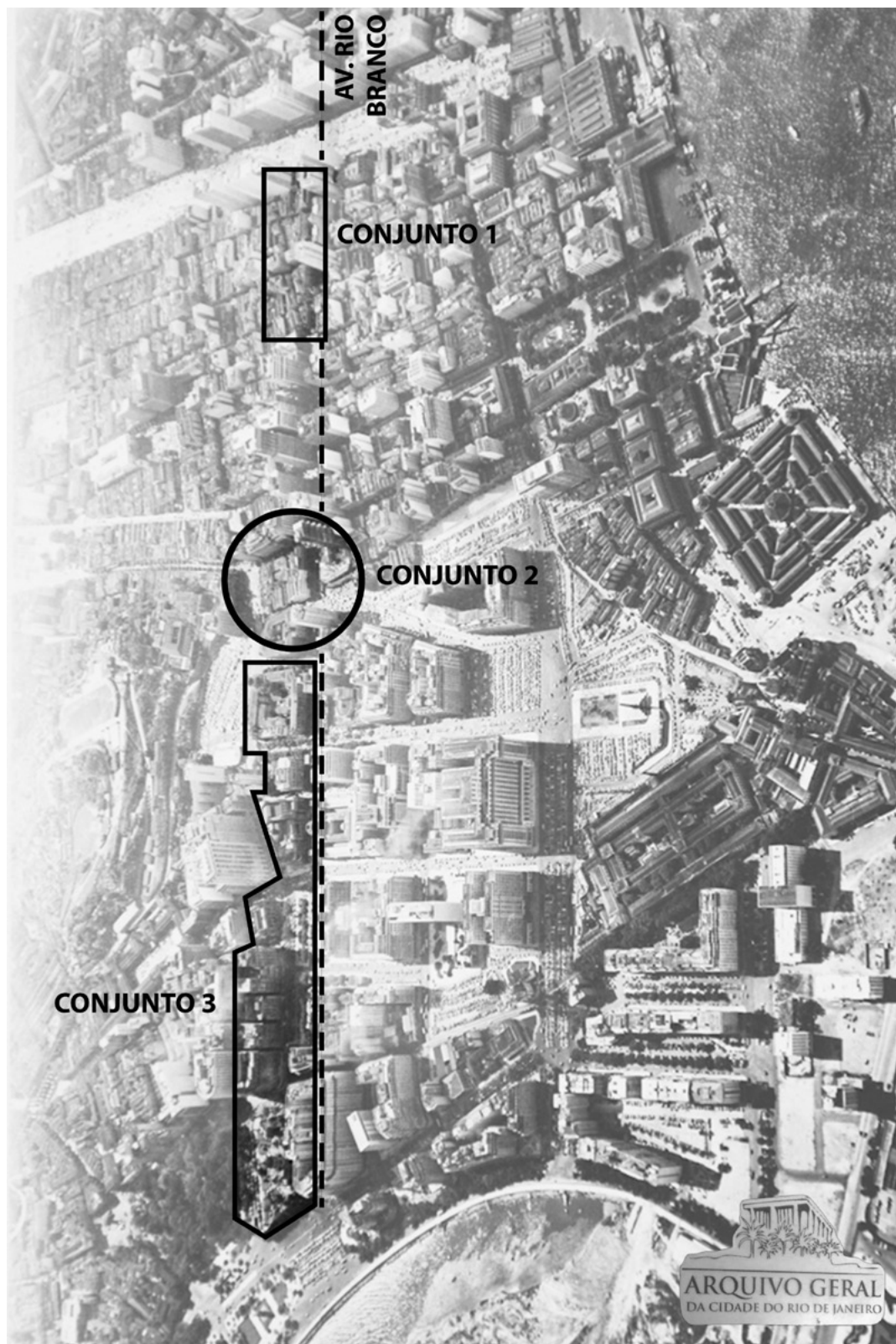


FIG.4:

Vista aérea da cidade do Rio de Janeiro, em 1952. Avenida Rio Branco com algumas verticalizações, principalmente entre a Av. Presidente Vargas e a Rua da Assembleia. Fonte: adaptado de Prefeitura da Cidade do Rio de Janeiro, Pasta 685/A; R:3024/19. Disponível no Arquivo Geral Cidade do Rio de Janeiro (AGCRJ), Rio de Janeiro.

do Castelo, já citado anteriormente, ela passa a ser indicada como uma rua de mesmo nome, Nilo Peçanha. Em 1939, a ideia de avenida para essa via volta a ser uma pauta aprovada⁹. Nesse projeto haveria a demolição apenas da mesma parte proposta no projeto de urbanização, evitando a demolição das quadras do outro lado da avenida existente. Um ano depois, o projeto foi substituído pelo PAA 3340 PAL 5.263 de 29 de março de 1940 que retoma a ideia de cruzamento entre as duas avenidas no nível da rua, por meio da (i.) demolição parcial de duas quadras da Avenida Rio Branco para o leito viário da futura Avenida Nilo Peçanha – sendo essas quadras a porção norte da quadra localizada entre a Av. Rio Branco e Rua do Chile, e a quadra entre Avenida Rio Branco e a região da futura área do Largo da Carioca, especificada no PAA 3477 PAL 5968 de 28/11/1940, redesenhado no PAL 22340 de 1959, e modificado posteriormente pelo PAL 23155 de 1960; (ii.) Remodelamento e reloteamento de uma segunda quadra entre Avenida Rio Branco e o Largo da Carioca, também especificada no PAA 3477 PAL 5968 de 28/11/1940.

Os lotes redesenhados eram voltados para as ruas vizinhas à avenida e ocupariam áreas que ainda possuíam um caráter colonial: lotes estreitos de fachada e profundo em comprimento e que agrupados a cada dois ou três formariam os novos lotes previstos nos projetos. Há registros de que pelo menos até 1964 esse prolongamento ainda não havia sido construído (COARACY, 1965), mas em 1975 já havia sido finalizado¹¹ (PREFEITURA, 1975).

Nesse mesmo ano de 1952, como vemos na figura 4, a Avenida Rio Branco apresenta algumas verticalizações, principalmente entre a Av. Presidente Vargas e a Rua da Assembleia. O conjunto 1 corresponde as quatro quadras entre a Av. Presidente Vargas e a Rua do Ouvidor, as quais não eram ainda verticalizadas, e possuíam como característica lotes menores e gabaritos originais da Av. Central. O conjunto 2 se caracteriza como uma quadra com características de gabarito e tamanho de lotes do começo do século xx, foi loteada mais uma e dividida em duas após essa data, dando origem ao viário

correspondente ao projeto da via Nilo Peçanha. O conjunto 3 apresenta uma verticalização de até 20 andares mais ao sul do conjunto, relacionada com as quadras da Cinelândia, e mais ao norte duas quadras que estavam com projetos de verticalização em andamento, sendo um deles o edifício da Caixa Econômica Federal (FIG. 4).

Em 1953 de acordo com o mapa de alturas realizado nessa pesquisa (FIG. 5), nota-se que em 1953 há uma predominância de edifícios com alturas de até 10 andares. Na região da Praça Floriano Peixoto, ao sul da avenida, temos uma verticalização de altura entre 11 e 20 andares, que está relacionada com a criação bairro da Cinelândia, na área do antigo Convento da Ajuda, e ao longo da Avenida é possível observar a existência de algumas verticalizações pontuais acima de 21 andares, modificando a ambiência e os gabaritos da Avenida existente na memória carioca. Contudo, Avenida Rio Branco ainda mantinha alguns edifícios do período de sua abertura, tais como as três quadras formadas pelo triângulo de vias Av. Rio Branco, e ruas Miguel Couto e da Alfândega; as quadras do lado par desde a rua da Assembleia até o Teatro Municipal - o hotel Avenida ainda marcava a avenida com seu letreiro; assim como as esquinas formadas pelo cruzamento da Avenida com a Rua Visconde de Inhaúma, e o terreno em que se encontravam a antiga Casas Mauá, no qual hoje se encontra o edifício RB1. Já a verticalização que se fazia presente na avenida não sombreava a via como atualmente, e contrastava com seu entorno de edifícios baixos. Os arranha-céus se instalavam no cruzamento com a Av. Presidente Vargas, apesar de existir ainda, em 1950, uma esquina não verticalizada. Esquina na qual atualmente se encontra o edifício Ed. Herm Stoltz, Av. Presidente Vargas 409. A verticalização também se fazia presente nos lotes do lado par da avenida Rio Brando desde o edifício A Noite até a Rua Mairink Veiga; nos lotes do lado ímpar entre a Av. Presidente Vargas e a rua Buenos Aires; e na última quadra da avenida formada pelas Avenidas Rio Branco e Presidente Wilson, com as ruas México e Santa Luzia.

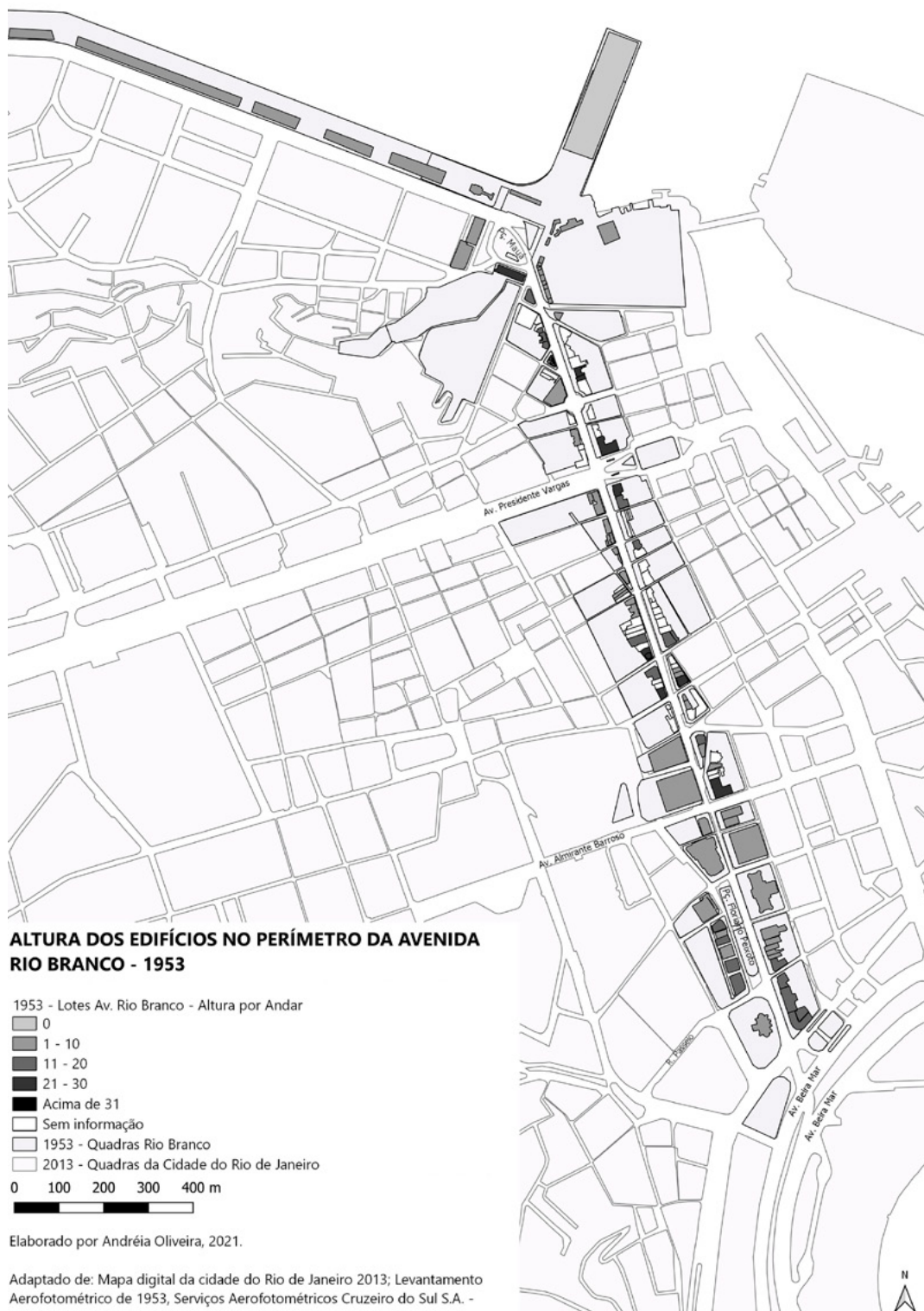


FIG.5:

Mapa de alturas dos edifícios em 1953 no perímetro da Avenida Rio Branco. Fonte: Elaborado pela autora. Adaptado de Mapa Cadastral da cidade do Rio de Janeiro de 1953 e de 2013.

A avenida eclética do começo do século xx foi objeto de transformações não só na esfera do desenho urbano, mas também foi resultado de transformações internas aos lotes da Avenida. Um dos mais marcantes é o edifício Almirante Barroso, da Caixa Econômica Federal, número 174 da Avenida Rio Branco. No registro do seu pedido de aprovação de construção, em 1949¹², o edifício possuía 21 pavimentos, um gabarito maior do que as primeiras edificações da Avenida Rio Branco, mas semelhante a segunda geração de edifícios, caracterizados pela Cinelândia. O histórico do processo de construção mostra a existência de pedido de modificação por parte do proprietário em 1965, data posterior à transferência da capital para Brasília. A modificação consistia em um pedido de licença para construção de mais um andar sob a argumentação de viabilizar a rentabilidade do edifício, visto que a liberação de um piso de serviços próprios não havia sido suficiente para ampliar a renda pretendida com a construção do edifício. Já em 1972 houve um pedido de atualização do alvará do mesmo edifício no qual o projeto já aprovado constava 31 pavimentos e 3 subsolos. Todo o processo, considerando projeto, construção e habite-se –considerando o primeiro habite-se que foi dado para os 3º primeiros pavimentos em 1972–, levou mais de vinte anos, e significou um acréscimo de dez andares no projeto original.

Outro processo que se destaca em relação à produção de cidade é o edifício 117/12313 da Avenida Rio Branco, conhecido como prédio do Jornal do Comércio, o qual também teve um caso interessante de revisão de potencial construtivo. Em janeiro de 1957, os interessados Rodrigues & Cia, Jornal do Comércio, entraram com um pedido de construção de um edifício de 21 pavimentos na prefeitura para o lote 117/123. Em março do mesmo ano, houve uma concessão de licença em relação a um pedido de revisão de altura pretendida. A nova proposta previa um edifício de 26 pavimentos, quando o máximo permitido para o local era de 21. O requerente havia alegado em seu favor, a concessão de precedente concedido para o clube de Engenharia, o qual teve o licenciamento autorizado pelo prefeito Francisco de Sá Lessa, antecessor do prefeito da época

Francisco Negrão de Lima,
sob a argumentação:

(...)devido à natureza da entidade requerente e as suas finalidades como órgão de classe dos engenheiros, digna de todo amparo e a monumentalidade da construção. Não há como negar-se o precedente invocado, o qual foi enquadrado dentro do que dispõe a artº 49º do Decreto 6000, de 01.07.1937, que assim reza: As alturas máximas fixadas para as construções só em casos especiais e excepcionais, a juízo do Prefeito, poderão ser excedidas (AGCRJ, Processo nº 7502412/54).

Em 5 de novembro de 1958¹⁴, os requerentes entraram com um novo pedido na prefeitura. O edifício do Jornal do Commercio havia sofrido um incêndio no dia 10 de setembro daquele ano, e ficou parcialmente destruído. O requerente pedia o cancelamento do trecho da intimação pós-vistoria que dizia para efetuar obras de restabelecimento das galerias de esgoto, da rede de abastecimento d'água, as de luz, força, gás, telefone, a fim, de tornar possíveis as condições de habitabilidade do referido prédio. O requerente argumentou que essas obras entrariam em conflito com a licença já aprovada para construir no local edifício de 22 pavimentos, e que era firme sua intenção de iniciar a nova construção, tendo aguardado até o momento a desocupação pedida do imóvel. A licença vigente nessa data inclui um pavimento a mais do que o primeiro pedido, e subentende-se que o pedido de aumento para 26 pavimentos não foi aprovado. Atualmente no local está construído o edifício Comércio e Indústria¹⁵, com os 22 pavimentos. Em fotografias de 1958, é possível observar que a quadra atual do edifício Avenida Central e do Edifício da Caixa, ainda não tinha sido demolida e nem instaurada os novos projetos submetidos na prefeitura.

Ambos os processos em relação aos lotes da Avenida ilustram o processo de construção e de transformação na cidade. Podemos observar que há agentes privados, que buscam a maior rentabilidade de seus negócios, e se utilizam da argumentação e da pressão de que as legislações não atendem e não permitem cumprir suas

expectativas econômicas; e há os interesses públicos, representado pelo Estado que é composto e por pessoas. Essas pessoas podem ou não concordar com essas argumentações, e podem ter diferentes compreensões de como atender o interesse público, de modo a aprovar ou recusar a construção de um edifício de maior gabarito, como foi o caso do edifício do clube de engenharia na época, e o próprio caso do edifício da Caixa Econômica.

3.CONCLUSÃO

As transformações na paisagem urbana da Avenida Rio Branco, durante o seu período de existência na cidade do Rio de Janeiro sob o status de capital federal (1905 a 1960), foram principalmente relacionadas a aberturas de novas vias cruzando a Avenida e demolições e construções dos lotes.

As transformações do desenho urbano da Avenida Rio Branco durante esse período são resultadas de construções de vias transversais, que conectam outras partes da cidade a esse eixo, símbolo da cidade e da área central do Rio de Janeiro. O alargamento de vias e a criação de novas conexões viárias se configuraram como os tipos de projetos de intervenção naquele momento. A cultura do automóvel transformou, e ainda hoje transforma, a cidade existente pautando-se na necessidade de abrir espaços para conectar lugares individualmente.

A abertura e o projeto da Avenida Nilo Peçanha, assim como o projeto da Avenida Getúlio Vargas e o projeto anterior de abertura de um largo entre a Avenida Rio Branco e a igreja da Candelária, trazem à luz a necessidade e a importância da construção e da consciência do processo histórico sobre intervenções. Ideias, projetos e ações se conectam no tempo, e não nascem do nada. Elas se formam por meio de conexões e de relações, formando uma rede entre acontecimentos, que não podem ser lidos isoladamente.

Sobre a verticalização, houve um primeiro momento, na década de 1920, relacionada a construção do edifício a Noite, na praça Mauá, e a construção da Cinelândia, na praça Floriano, no outro extremo da avenida. Entre a década de 1920 até 1953 foi possível observar o início de

uma verticalização dos lotes originalmente ecléticos da abertura da Avenida.

Apesar da ausência de informações de construção específicas de todos os lotes, foi possível observar por meio de registros iconográficos, esse processo na Avenida Rio Branco.

O caso do edifício da Caixa e do edifício 177/123, antigo Jornal do Comércio, se constitui como um exemplo do processo de construção da cidade, no qual se explicitam as relações entre público e privado, os interesses das partes, e demonstram que nenhum dos dois lados são neutros. Existe muitas vezes espaço para essa não neutralidade ser manifestada em relação a interesses e afinidades, como foi o caso da abertura de exceção de gabarito para o Clube de engenharia, possibilitado pelo prefeito Francisco de Sá Lessa, em poder de uma liberdade definida pela lei vigente em 1950.

Ao se estudar um território, no caso, uma avenida em busca de compreender os processos histórico-sociais que formam sua história e o objeto existente no presente, percebemos que mais do que as alterações da avenida por si só, essa história se conecta e se relaciona com as demais avenidas que foram construídas e com o restante da cidade. Em se tratando de uma avenida emblemática, símbolo da república e da modernização, as mudanças observadas, tanto em projetos urbanos quanto em verticalização, representam a imagem dominante de progresso idealizada para a cidade naquele momento histórico. Junto aos novos projetos de alinhamento e loteamento na região, vieram outros tamanhos de lotes, novos usos e públicos para a região.

A reconstrução arquitetônica da Avenida Rio Branco nesses 30 anos analisados permite também a reconstrução da própria história e dos processos sociais e econômicos da cidade do Rio de Janeiro. Essa reconstrução histórica se fez multidisciplinar e enriquecedora, pois ela não é apenas uma reconstrução imagética das transformações do Rio antigo –representadas pela Avenida Central e posterior Avenida Rio Branco–, mas sim uma reconstrução do processo social, cultural e político materializado no território e nas iconografias.

NOTAS

1. A antiga Avenida Central passou a ter o nome de Avenida Rio Branco, em 1912, após a morte do Barão de Rio Branco, advogado e diplomata brasileiro. (JUNIOR, 1988)
2. Para saber mais sobre a construção e as razões de importância da Avenida Rio Branco, recomenda-se ver os trabalhos produzidos por ABREU, 1987; BENCHIMOL, 1992; CARVALHO, 1995; FERREZ, 1983; GUIMARÃES, 2002; PAOLI, 2013; SANTOS, 2003; SISSON, 2016.
3. Projeto aprovado de Alinhamento (PAA): Projetos urbanos que informam a largura da rua, isto é, o traçado que separa a área pública – ruas, áreas verdes, áreas institucionais – da área privada – lotes (RIO DE JANEIRO, s.d)
4. Projeto aprovado de Loteamento (PAL): Projetos urbanos que informam o tamanho dos lotes, e da quadra se houver alguma modificação da mesma (RIO DE JANEIRO, s.d)
5. Entre os veículos de comunicação pesquisados estavam incluídas as revistas especializadas em arquitetura Acropole, Arquitetura no Brasil e Módulo Brasil Arquitetura, e os seguintes jornais de ampla circulação: Correio da Manhã, Diário de Notícias, Jornal do Brasil, Jornal do Comércio, Última Hora (RJ), o Jornal (RJ), Diário Carioca, A Manhã (RJ). O recorte de período de publicação das revistas pesquisado foi 1940 a 1990.
6. Anterior a isso, temos três projetos pontuais que transformam esquinas e rua que atravessam a Avenida. Sendo eles o PAA 2575 de 10 de julho de 1936 que trata do projeto de Canalização da rua General Canara; o PAA 2613 de 07 de agosto de 1936, referente ao projeto de alargamento da rua São José; e o PAA 2631 de 08 de setembro de 1936, que trata do alargamento da rua São Pedro. O primeiro e o último foram substituídos pelo PAA 3481 – Projeto Avenida Presidente Vargas, e o segundo pelo PAA 3414 PAL 5746 de 28 de outubro de 1940 referente ao Projeto da Av. Erasmo Braga e da rua São José, que seria revogado pelo Decreto Nº12378 de 15/01/1954 e pelo decreto Nº12337 de 09/12/1953.
7. Historicamente podemos apontar o PAA 1489, que foi substituído pelo PAA 1515 aprovado pelo Decreto 1924 de 28 de dezembro de 1923; em 1928 houve a substituição pelo PAA 1791; que foi modificado em parte pelo PAA1805 - sendo que a modificação não atinge a Avenida em estudo; e por fim, substituído pelo PAA 3085 - Projeto de Urbanização da área da esplanada.
8. PAA 3292 PAL 5043 de dezembro de 1939, que foi modificado em parte pelo projeto de número 13280 e pelo PAA 3085 – Projeto de Urbanização da Esplanada do Castelo e Adjacências, mas que trata da abertura da Av. Nilo Peçanha. A ideia da avenida Nilo Peçanha também está presente nos PAA 3477 PAL 5968 de novembro de 1940, substituído pelo PAA 5881 PAL 17264 de 29 de maio de 1952, que foi substituído pelo PAA 7073 PAL 21394 de setembro de 1957.
9. PAA 3292 PAL 5043 de 12 de dezembro de 1939
10. Além dessas transformações propostas devido ao prolongamento da Avenida Nilo Peçanha, o PAA 3340 propunha também o reloteamento das quadras A e B que compunham a avenida. A proposta de desenho do loteamento da quadra A foi modificação pelo PAA 4174 PAL 10588 de 04/07/1940, e posteriormente no PAA 3225 de 02/10/1940, sendo que este foi revogado pelo 7947 de 21/10/1944. Já a quadra B teve sua proposta modificada pelo PAA 9952 PAL 364553 de 1979. Essas quadras também eram ainda nesse período um caráter colonial, e seus projetos também seguiam com o redesenho de lotes maiores, assim como os previstos para o cruzamento entre as avenidas Rio Branco e Nilo Peçanha.
11. Carta cadastral da cidade do Rio de Janeiro 1975.
12. PREFEITURA DA CIDADE DO RIO DE JANEIRO. PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 7436811 /1949. Requerimento de licença para construção de um prédio na Av. Rio Branco 174. Arquivo Geral da Cidade do Rio de Janeiro: Rio de Janeiro, RJ, [s.d.].
13. PREFEITURA DA CIDADE DO RIO DE JANEIRO. GABINETE DO PREFEITO. PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 309.596/1947

(juntado ao Processo Administrativo 7502412/1954). Requerimento de Licença para construção de um prédio de 21 pavimentos na Av. Rio Branco 117/123. Arquivo Geral da Cidade do Rio de Janeiro: Rio de Janeiro, RJ, [s.d.].

14. PREFEITURA DA CIDADE DO RIO DE JANEIRO. GABINETE DO PREFEITO. PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº116 DE 12 DE JANEIRO DE 1957 (juntado ao nº 7516775/1958). Ref. ao processo 7502412/54 sobre Licença para construção de um prédio de 21 pavimentos na Av. Rio Branco 117/123. Arquivo Geral da Cidade do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, RJ, [s.d.].

15. Esse edifício passou por reforma há pouco tempo e se transformou no RB123 – Ed. Comércio e Indústria.

REFERÊNCIAS

ABREU, Maurício. **Evolução Urbana do Rio de Janeiro**. Rio de Janeiro: IPLANRIO, 1987.

ARQUIVO GERAL DA CIDADE DO RIO DE JANEIRO. DOSSIÊ: Avenida Presidente Vargas. **Revista Arquivo Geral da Cidade do Rio de Janeiro**, n.10 e 11. Rio de Janeiro: 2016.

ARQUIVO NACIONAL. **BR RJANRIO 02.0.FOT.507.006**: Vistas da cidade do Rio de Janeiro, Doação de Nilza Soares em 1989. Rio de Janeiro: Arquivo Nacional, 1950.

AGUIAR, Louis de Souza. **Palácio Monroe – Da Glória ao Opróbrio**. Editora arte moderna: Rio de Janeiro, 1976.

ATIQUE, Fernando. **O Patrimônio (Oficialmente) Proibido: A destruição e a Memória do Palácio Monroe** (Rio, 1906-1976). In: Elisabete Leal; Odair da Cruz Paiva. (Org.). **Patrimônio e História**. 1ed.Londrina: UNIFIL, 2014, v. 1, p.181-189

AZEVEDO, André Nunes. **Prefeito ambivalente**. [Entrevista concedida a Christina Queiroz. **Prefeito Ambivalente**: Estudo defende que reforma de Pereira Passos, no começo do século passado, pretendia integrar população de baixa renda ao centro do Rio de Janeiro. [Entrevista concedida a] Christina Queiroz. **Revista Fapesp**, ed. 266, 2018. Disponível em: <https://revistapesquisa.fapesp.br/prefeito-ambivalente/>. Acessado em: 03 de novembro de 2023.

BENCHIMOL, Jaime Larry. **Pereira Passos: um Haussmann Tropical**. Rio de Janeiro: Secretaria Municipal de Cultura, Turismo e Esportes, Departamento Geral de Documentação e Informação Cultural, Divisão de Editoração, 1992.

BUENO, Beatriz Piccolotto Siqueira. **Arqueologia da paisagem urbana**: lógicas, ritmos e atores na construção do centro histórico de São Paulo (1809-1942). **Revista do Instituto de Estudos Brasileiros**, São Paulo, n. 64, p.99-130, ago. 2016.

_____. **Decifrando mapas: sobre o conceito de “território” e suas vinculações com a cartografia**. **Anais do Museu Paulista**, São Paulo, v. 12, p.193- 234, jan/dez. 2004

CARDEMAN, David; CARDEMAN, Rogerio G. **O Rio de Janeiro nas alturas**. Rio de Janeiro: Mauad, 2004

CARVALHO, Lia de Aquino. **Habitacões populares**. Rio de Janeiro: Secretaria Municipal de Cultura, Departamento Geral de Documentação e Informação Cultural, 1995.

CAVALCANTI, Nireu. **Prefeito Ambivalente**: Estudo defende que reforma de Pereira Passos, no começo do século passado, pretendia integrar população de baixa renda ao centro do Rio de Janeiro. [Entrevista concedida a] Christina Queiroz. **Revista Fapesp**, ed. 266, 2018. Disponível em: <https://revistapesquisa.fapesp.br/prefeito-ambivalente/>. Acessado em: 03 de novembro de 2023.

COARACY, Vivaldo. **Memórias da cidade do Rio de Janeiro**. Volume 03. Ed. José Olympio, 1965.

ESCOLA DE AVIAÇÃO MILITAR. **Foto 23 – Avenida Rio Branco - F.30 – 300m – 11h – 16 – 11- 34**. In.: PAMPLONA, P. O Rio pelo alto: Museu Aeroespacial: fotografias aéreas do Rio de Janeiro 1930 -1940 / Org. Patrícia Pamplona. Rio de Janeiro: ID Cultural, 2014 FERREZ, Marc. Ferrez, Gilberto. Santos, Paulo F. O álbum da Avenida Central.

- Um documento fotográfico da construção da Avenida Rio Branco, Rio de Janeiro, 1903-1906. São Paulo: João Fortes Engenharia, 1983.
- JUNIOR, Donato Mello. **Rio de Janeiro: Planos, Plantas e Aparências.** Rio de Janeiro; Galeria de Arte Centro Empresarial Rio, 1988
- LIMA, Evelyn Furquim Werneck. **Arquitetura do Espetáculo:** teatros e cinemas na formação da Praça Tiradentes e da Cinelândia. Rio de Janeiro: Editora UFRJ, 2000.
- MALTA, AUGUSTO. **Vista aérea do Rio de Janeiro,** da Praça Mauá para a zona sul, tendo ao fundo o Pão de Açúcar. Rio de Janeiro, RJ, Brasil, cerca de 1929. Coleção Brascan – Cem anos no Brasil. Instituto Moreira Salles. Disponível em: http://fotografia.ims.com.br/sites/#1466181482448_61. Acessado em: 17 de maio de 2016
- PAOLI, Paula di. **Entre relíquias e casas velhas:** a arquitetura das reformas urbanas de Pereira Passos no Centro do Rio de Janeiro. Rio de Janeiro: Rio Book's, 2013
- PREFEITURA DA CIDADE DO RIO DE JANEIRO. **Mapa cadastral digital da cidade do Rio de Janeiro 2013.** Rio de Janeiro: Prefeitura da Cidade do Rio de Janeiro, 2013.
- PREFEITURA DA CIDADE DO RIO DE JANEIRO. **Projeto Aprovado de Loteamento - PAA 9952 PAL 364553.** Rio de Janeiro; Prefeitura do Rio de Janeiro, 1979.
- PREFEITURA DA CIDADE DO RIO DE JANEIRO. **Mapa cadastral da cidade do Rio de Janeiro 1975.** Rio de Janeiro: Prefeitura da Cidade do Rio de Janeiro, 1975.
- PREFEITURA DA CIDADE DO RIO DE JANEIRO. **Projeto Aprovado de Loteamento - PAL 23155.** Rio de Janeiro; Prefeitura do Rio de Janeiro, 1960.
- PREFEITURA DA CIDADE DO RIO DE JANEIRO. **R: 133/04 - Avenida Rio Branco** – 1958. Rio de Janeiro; Arquivo Geral da Cidade do Rio de Janeiro, 1958.
- PREFEITURA DA CIDADE DO RIO DE JANEIRO. **Projeto Aprovado de Alinhamento - PAA 7073 PAL 21394.** Rio de Janeiro; Prefeitura do Rio de Janeiro, 1957.
- PREFEITURA DA CIDADE DO RIO DE JANEIRO. **Mapa cadastral da cidade do Rio de Janeiro 1953.** Rio de Janeiro: Prefeitura da Cidade do Rio de Janeiro, 1953.
- PREFEITURA DA CIDADE DO RIO DE JANEIRO. **Pasta 685/A; R:3024/19.** Arquivo Geral da Cidade do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, RJ, 1952.
- PREFEITURA DA CIDADE DO RIO DE JANEIRO. **Projeto Aprovado de Alinhamento - PAA 5881 PAL 17264.** Rio de Janeiro; Prefeitura do Rio de Janeiro, 1952.
- PREFEITURA DA CIDADE DO RIO DE JANEIRO. **Projeto Aprovado de Alinhamento - PAA 7073 PAL 21394:** Largo da Carioca. Rio de Janeiro; Prefeitura do Rio de Janeiro, 1952.
- PREFEITURA DA CIDADE DO RIO DE JANEIRO. **Projeto Aprovado de Alinhamento PAA 7947.** Rio de Janeiro; Prefeitura do Rio de Janeiro, 1944.
- PREFEITURA DA CIDADE DO RIO DE JANEIRO. **Projeto Aprovado de Alinhamento PAA 3225.** Rio de Janeiro; Prefeitura do Rio de Janeiro, 1940.
- PREFEITURA DA CIDADE DO RIO DE JANEIRO. **Projeto Aprovado de Alinhamento PAA 4174 PAL 10588.** Rio de Janeiro; Prefeitura do Rio de Janeiro, 1940.
- PREFEITURA DA CIDADE DO RIO DE JANEIRO. **Projeto Aprovado de Loteamento - PAL 22340.** Rio de Janeiro; Prefeitura do Rio de Janeiro, 1940.
- PREFEITURA DA CIDADE DO RIO DE JANEIRO. **Projeto Aprovado de Alinhamento - PAA 3477 PAL 5968.** Rio de Janeiro; Prefeitura do Rio de Janeiro, 1940.
- PREFEITURA DA CIDADE DO RIO DE JANEIRO. **Projeto Aprovado de Alinhamento - PAA 3340 PAL 5263:** Avenida Nilo Peçanha. Rio de Janeiro; Prefeitura do Rio de Janeiro, 1940.
- PREFEITURA DA CIDADE DO RIO DE JANEIRO. **Projeto Aprovado de Alinhamento - PAA 3481 PAL 5972:** Projeto de Abertura da Avenida Presidente Vargas. Rio de Janeiro; Prefeitura do Rio de Janeiro, 1940.
- PREFEITURA DA CIDADE DO RIO DE JANEIRO. **Projeto Aprovado de Alinhamento - PAA 3414 PAL 5746:** Projeto da Av. Erasmo Braga e da rua São José. Rio de Janeiro; Prefeitura do Rio de Janeiro, 1940.
- PREFEITURA DA CIDADE DO RIO DE JANEIRO. **Projeto Aprovado de Alinhamento - PAA 3292 PAL 5043.** Rio de Janeiro; Prefeitura do Rio de Janeiro, 1939.
- PREFEITURA DA CIDADE DO RIO DE JANEIRO. **Projeto Aprovado de Alinhamento - PAA 3085.** Rio de Janeiro; Prefeitura do Rio de Janeiro, 1938.
- PREFEITURA DA CIDADE DO RIO DE JANEIRO. **Projeto Aprovado de Alinhamento - PAA 2631.** Rio de Janeiro; Prefeitura do Rio de Janeiro, 1936.
- PREFEITURA DA CIDADE DO RIO DE JANEIRO. **Projeto Aprovado de Alinhamento - PAA 2613.** Rio de Janeiro; Prefeitura do Rio de Janeiro, 1936.
- PREFEITURA DA CIDADE DO RIO DE JANEIRO. **Projeto Aprovado de Alinhamento - PAA 2575.** Rio de Janeiro; Prefeitura do Rio de Janeiro, 1936.
- PREFEITURA DA CIDADE DO RIO DE JANEIRO. **Projeto Aprovado de Alinhamento - PAA 1791:** Avenida Nilo Peçanha. Rio de Janeiro; Prefeitura do Rio de Janeiro, 1928.
- PREFEITURA DA CIDADE DO RIO DE JANEIRO. **O que é PAA ou PAL (Projeto de Alinhamento de Loteamento)?** Rio Prefeitura. Disponível em: <http://www.rio.rj.gov.br/web/smf/perguntas-frequentes/-/blogs/5301037j;sessionid=63D63D800D8599DF7CC9636E90511892.liferay-inst1>. Acessado em: 08 de maio de 2021.
- RAMOS, Diego Marques dos Santos. **O palco das manifestações sociais cariocas:** um estudo da espacialização urbana da Avenida Rio Branco. Dissertação (Mestrado em Urbanismo) – Universidade Federal do Rio de Janeiro, RJ, 2015.
- SALOMON, Maria Helena R (org). **Guia de arquitetura do Rio de Janeiro.** Rio de Janeiro: Bazar do tempo, 2016
- SANTOS, Amália Cristovão dos. A América Portuguesa sob as luzes do scanner: arquivos, reprodução e manipulação digital da cartografia histórica. **Anais do Museu Paulista: História e Cultura Material**, v. 24, n. 3, p.71-98, 2016. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/1982-02672016v24n0303>. Acessado em 03 de novembro de 2023.
- SANTOS, Angela Moulin Simões Penalva; MOTTA, Marly Silva da. O **"bota-abaixo" revisado:** o Executivo municipal e as reformas urbanas no Rio de Janeiro (1903-2003). Rio de Janeiro: Revista Rio de Janeiro, nº 10, 2003. Disponível em: http://www.forumrio.uerj.br/documentos/revista_10/10-Angela-Marly.pdf. Acessado em 03 de novembro de 2023.
- SISSON, Rachel E. F. **Espaço e Poder:** Os três centros do Rio de Janeiro e a chegada da Corte Portuguesa. Rio de Janeiro: Arco, 2008.

SOBRE A AUTORA

Arquiteta e Urbanista formada pela Faculdade de Arquitetura e Urbanismo da Universidade de São Paulo. Pesquisa de Iniciação Científica, iniciada em 2016 e finalizada em 2018, com apoio financeiro FAPESP, realizada na Universidade de São Paulo e na Universidade de Berkeley. Orientação de Flávia Brito do Nascimento, docente do Departamento de História da Arquitetura e Estética do Projeto da Faculdade de Arquitetura e Urbanismo da Universidade de São Paulo (FAU-USP).

oliveira.andreiaf@gmail.com

Formas livres e utopia anticolonial: a Universidade de Constantine de Oscar Niemeyer

Fernanda Teixeira

Orientação: Prof. Dr. Alexandre Benoit (Escola da Cidade)

Pesquisa: Iniciação Científica, bolsa do Programa de Iniciação Científica da Escola da Cidade, Escola da Cidade, 2023.

O presente artigo busca investigar a presença dos intelectuais e técnicos brasileiros envolvidos no projeto de Oscar Niemeyer para a Universidade de Constantine na Argélia, que se localiza ao leste da capital, próxima à fronteira com a Tunísia, concluída em 1969. Foram realizadas entrevistas com alguns desses agentes em busca de resgatar a memória, principalmente a partir da oralidade, e recolher registros e documentos de modo a ampliar o entendimento crítico dessa obra, cujo estudo é restrito se comparado com os edifícios feitos por ele na Europa, que são muito mais conhecidos e celebrados. A Argélia acabava de sair de uma guerra

pela conquista da independência, o que levava o novo governo a se afastar da influência cultural francesa, resultando, entre outras ações, no convite a Niemeyer para desenvolver uma série de projetos, sendo a Universidade de Constantine aquele de maior importância. O arquiteto, que vivia na França devido ao golpe militar no Brasil, viu nesse convite um meio de mobilizar intelectuais da Universidade de Brasília (UnB) exilados, indicando-os para formular o programa de ensino da nova universidade. Além disso, convocou engenheiros para conduzir o canteiro de obras, introduzindo na Argélia novas técnicas do concreto armado já desenvolvidas no Brasil.

Palavras-chave: Oscar Niemeyer; Argélia; Universidade de Constantine.

Free forms and anti-colonial utopia: Oscar Niemeyer's University of Constantine

This article seeks to investigate the presence of Brazilian intellectuals and technicians involved in Oscar Niemeyer's project for the University of Constantine in Algeria, which is located east of the capital, close to the border with Tunisia, completed in 1969. Interviews were carried out with some of those agents, seeking to recover the memory, mainly from oral sources, and collecting records and documents in order to expand the critical understanding of this work, whose study is comparatively restricted compared to the buildings he created in Europe. Algeria had just emerged from their independence war, and as a result, the new government sought to move away from French cultural influence, which resulted, among other actions, in the invitation to Niemeyer to develop a series of projects, including the University of Constantine, the one of greatest importance. The architect, who was living in France due to Brazil's military dictatorship, saw this invitation as a way of mobilizing exiled intellectuals from the Universidade de Brasília, appointing them to formulate the new university's teaching program, at the same time taking engineers to lead the construction site, introducing in the country new reinforced concrete techniques already developed in Brazil

Keywords: Oscar Niemeyer; Algeria; University of Constantine.

Formas libres y utopía anticolonial: la Universidad de Constantine de Oscar Niemeyer

El artículo busca investigar la presencia de intelectuales y técnicos brasileños involucrados en el proyecto de Oscar Niemeyer para la Universidad de Constantina en Argelia, ubicada al este de la capital, cerca de la frontera con Túnez, finalizado en 1969. Se realizaron entrevistas a algunos de estos agentes en busca de recuperar la memoria, principalmente de fuentes orales, y recopilar registros y documentos con el fin de ampliar la comprensión crítica de esta obra, cuyo estudio es comparativamente restringido en comparación con los edificios que realizó en Europa. El país acababa de salir de una guerra por la independencia, lo que llevó al nuevo gobierno a buscar distanciarse de la influencia cultural francesa, lo que se tradujo, entre otras acciones, en la invitación a Niemeyer para desarrollar una serie de proyectos, entre ellos la Universidad de Constantine, la de mayor importancia. El arquitecto, que vivía en Francia debido al golpe militar, vio en esta invitación un medio para movilizar a los intelectuales exiliados de la Universidad de Brasília, encargándoles de formular el programa docente de la nueva universidad, al mismo tiempo que llevaba ingenieros para dirigir las obras, introduciendo nuevas técnicas de hormigón armado desarrolladas en Brasília al país.

Palabras clave: Oscar Niemeyer; Argelia; Universidad de Constantine.

1. INTRODUÇÃO

E nessa contribuição [construtiva], que se expande e fortifica, nossa arquitetura assume aspectos mais radicais, desejosa de exibir a técnica mais apurada, de demonstrar o nível artístico e tecnológico do nosso País. Isso explica a fachada em curva da sede do P.C.F. [Partido Comunista Francês], em Paris, os vãos de 50 m e balanços de 25 m do edifício de classes da Universidade de Constantine, ou o grande auditório que com ele contrasta, como um grande pássaro de concreto. (NIEMEYER, 1976/77, p.40)

Após mais de meio século de colonização francesa e quase dez anos de guerra pela independência que gerou mais de um milhão de mortos, somada a um golpe de estado para a implementação de um socialismo que valorizasse a cultura árabe (CRUZ, 2016), a Argélia começa um processo de modernização econômica e social do país (HILDEBRANDO, 1990) paralelo à criação de uma nova identidade nacional.

Houari Boumediène assume a presidência em um momento em que o país caminhava em direção a um desenvolvimento industrial focado no petróleo e em outras riquezas minerais. Seu objetivo era fazer uma reestruturação na sociedade argelina que divergisse completamente do modelo francês instaurado até então, com base no resgate da língua nacional e transformação da mentalidade para criar uma unidade religiosa e social, estabelecendo o islamismo como a religião oficial e criando um Estado com grande controle sobre a economia. Para tornar possível seu projeto de país, instaurou diversas mudanças que visavam a modernidade e a reestruturação institucional. Ele enxergava a arquitetura como ferramenta crucial de modernização e desenvolvimento das cidades, queria que os princípios socialistas de seu governo fossem transformados em projetos construídos (ODDY, 2019, p.85). Até aquele momento, a arquitetura monumental na Argélia era relacionada apenas a símbolos de tradição cultural e religiosa voltados ao passado, mas a partir dos novos objetivos de construir uma nação voltada para o futuro, ciência e técnica, o presidente desejava que

tivessem monumentos que retratassem essa nova revolução argelina.

O país perdeu a maior parte dos seus profissionais qualificados com a independência, já que grande parte era de origem francesa e voltou para sua terra natal. Por esse motivo, a criação de universidades tornou-se uma das demandas mais urgentes para a capacitação da população e geração de empregos e mão de obra, com o objetivo de que não fossem mais dependentes dos europeus, especialmente dos franceses, para o funcionamento e crescimento da nação (SUSSEKIND, 2023). O crescimento do setor hoteleiro também era uma outra demanda imprescindível e o objetivo de incentivar o turismo era uma forma de acelerar a economia. Outros setores que estavam em urgência eram a construção de habitações populares e equipamentos sociais.

Nessa época, final da década de 1960, o Brasil vivia sob o regime militar. A Argélia, por ser um país com um governo não alinhado aos Estados Unidos, agregado a um histórico de colonização e guerra de independência, era muito aberto a receber militantes políticos exilados, especialmente de outras colônias na África que também estavam em processos de independência. Inclusive, muitos movimentos pela independência tiveram sua sede estabelecida no país, devido a sua política de integração com o continente.

Em função disso, inúmeros brasileiros exilados foram morar na Argélia, transformando o país em um local estratégico para a composição de redes transnacionais de oposição à ditadura (CRUZ, 2016). Esse contato se deu inicialmente pelo ex-governador de Pernambuco, Miguel Arraes, cuja trajetória na Argélia começa em 1965 após ser perseguido pelo Ato Institucional nº1 e ter ficado preso durante mais de um ano no Brasil. Arraes teve um papel fundamental em conseguir acolhimento e oportunidades para muitos brasileiros que chegavam, liderando, por exemplo, a Frente Brasileira de Informação, que conectava os brasileiros exilados pelo mundo, denunciando os acontecimentos no Brasil.

O governo brasileiro, em contrapartida, acompanhava atentamente as movimentações dos exilados a partir dos departamentos de investigação e da



FIG. 1:

Engenheiros no canteiro de obras da Universidade de Constantine com o bloco de classes ao fundo. Identificado apenas o segundo da direita para a esquerda, Abraão Saliture. Fonte: Fotografia cedida por Cecília Saliture, 1970-1975.

colaboração de agentes diplomáticos brasileiros, franceses e norte-americanos (CRUZ, 2016). Em 1966, foi criado o Centro de informações do exterior (CIEEX), "um órgão específico para o monitoramento do que ocorria para além das fronteiras nacionais" (KREUZ, 2020/2021). Fernando Cabral conta, em entrevista e em sua tese (2003), sobre o dia que recebeu um jornal brasileiro, por meio de amigos, e dentro constava seu nome como uma pessoa a ser procurada e investigada, após a morte de Vladimir Herzog. Fábio Cruz comenta em sua tese (2016) que é possível encontrar documentos dessas investigações na Coordenação-Regional do Arquivo Nacional do Distrito Federal e no Instituto Miguel Arraes, que hoje em dia pertence à Fundação Joaquim Nabuco.

Miguel Arraes escolheu o país justamente por haver na constituição argelina um artigo que certifica que o país "receberá todos aqueles que lutam pela liberdade e sejam perseguidos" (CRUZ, 2016). Desenvolveu, então, uma relação próxima com o governo e começou a atuar junto a ele, sendo o principal responsável por manejar a presença brasileira lá. Devido a recente independência e o êxodo de profissionais capacitados, que eram de maioria francesa, era muito fácil conseguir empregos pela necessidade de mão de obra, em especial no setor da educação. Foram para a Argélia figuras como Leonel Brizola, que lecionou

na Universidade de Argel, e Almeri Bezerra de Melo, que trabalhou no Ministério da Agricultura da Argélia e organizou atividades de ensino a partir do método de alfabetização Paulo Freire.

Na mesma época, Oscar Niemeyer foi morar na França e tinha contatos com o Partido Comunista Francês (PCF), que por sua vez ainda mantinha relações próximas com a Argélia. Arraes não teve papel relevante em relação à aproximação do arquiteto com a Argélia. Este, a partir dos contatos com o PCF, foi chamado para projetar a Universidade de Constantine (CABRAL, 2023). Por outro lado, Sussekind (2023) acredita que, na verdade, a relação de Niemeyer com o país surgiu a partir da proximidade com Jean-Paul Sartre ou André Malraux, e que eles, por fazerem parte da esquerda intelectual francesa, tinham contato com Boumediene. Apesar do vínculo do arquiteto com movimentos políticos de esquerda, Fernando Cabral e Newton Arakawa afirmam, em entrevistas à autora (2023), que sua arquitetura em nenhum momento teve cunho ideológico.

Segundo os entrevistados, Niemeyer desenvolveu uma relação de amizade com o então presidente, o que favoreceu a realização de mais alguns projetos importantes, como a Universidade de Argel, que teve sua construção iniciada quando a Universidade de Constantine ainda estava sendo finalizada, e o Centro Esportivo, bem

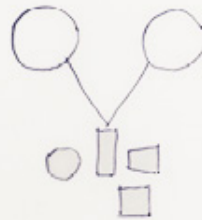
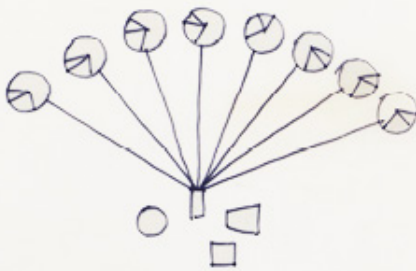
celas sont, dans l'ensemble, les caractéristiques de ce projet, qui visé à la centralisation des organes d'enseignement, évitant ainsi un nombre excessif de constructions, solutions onéreuse que l'on se doit d'écarter car elle multiplierait les axes, les mouvements de terre, dénaturant les lieux et le paysage.

Le projet cherche à s'harmoniser avec l'architecture byzantine sans la copier, sans adopter d'une façon primaire ses éléments traditionnels, visant seulement à saisir le même esprit: les grands espaces pleins et les formes curbes, de ses coupes, niches, etc., en y ajoutant les nouvelles et inévitable conquêtes de la technique et de l'industrie contemporaine.

Pour les étudiants, le projet crée le climat de coopération et de dialogue indispensable en les intégrant à d'autres disciplines, en les orientant, naturellement, vers les problèmes collectifs, vers les problèmes de ce pays plein de possibilités et d'espérance.

sign. 1.10.1968

Oscar Niemeyer



"En sus de docenas de edificios, apenas seis: bloco de classe, bloco de ciência, restaurante, auditório, biblioteca e direção. É a Universidade compacta, flexível, integrada."

Oscar Niemeyer.

FIG. 2:
Pranchas de apresentação
do projeto da Universidade de
Constantine. Fonte: Cedidas
pela Fundação Oscar Niemeyer.

como projetos não construídos como um Centro Cívico, uma Mesquita e um zoológico. Com essas demandas, o arquiteto abriu uma sede de seu escritório em Argel, coordenada pelo arquiteto Kurt Fonseca (codinome que Marcos Jaimovitch usou durante a ditadura).

Por se tratar de acontecimentos relativamente recentes na história, percebeu-se a importância de entrar em contato com os agentes ainda vivos que estiveram envolvidos de alguma forma nesses projetos. O método de entrevista, valorizando a história oral,¹ combinado com pesquisa de documentos em arquivos pessoais e públicos, foram considerados essenciais para melhor compreensão dos projetos e da situação política e social da época, especialmente por não terem muitos estudos em relação a essas obras de Niemeyer e também sobre o exílio brasileiro na Argélia. Em seu artigo, Débora Kreuz (2020/2021) reforça a relevância da memória oral para estudar esse tema. Ela se baseia em Pollak (1992), Portelli (1997) e Bourdieu (2006) para afirmar que são encontrados nos relatos pontos de contato, mas não experiências iguais, o que permite visualizar e compreender aspectos diferentes, por vezes antagônicos, embora o exílio seja fruto de uma política institucional da qual todos sofreram, sendo possível perceber a importância da memória enquanto fonte de estudo.

[...] a memória adquire uma centralidade indiscutível ao estudar o exílio enquanto espaço de interseção de horizontes culturais, formas e tomadas de consciência políticas, modalidades discursivas, ações e reflexões que se criam e recriam em um contexto assinalado pela perda dos até então referenciais da vida cotidiana. (YANKELEVICH apud. KREUZ, 2020/2021)

Nesse sentido, foi primeiramente realizado um levantamento de nomes de agentes que participaram dos projetos de Oscar Niemeyer na Argélia, seja do projeto arquitetônico, pedagógico ou de engenharia, e em um segundo momento foram feitas entrevistas com alguns deles, quando o contato foi bem-sucedido. Dentre eles temos: Fernando Cabral (arquiteto), José Carlos Sussekind (engenheiro) e Newton Arakawa (arquiteto). Com o objetivo de entender

as diversas visões e o projeto mais a fundo também foram realizadas conversas com pessoas que tiveram relação com o projeto, porém não de maneira direta, como Ciro Pironi (ex-diretor da Fundação Oscar Niemeyer), Cecília Saliture (esposa de Abraão Saliture, um dos engenheiros calculistas da Universidade de Constantine) e Zahra Hadji (arquiteta argelina formada na Universidade de Argel, em 2017).²

2. A UNIVERSIDADE DE CONSTANTINE E OS BRASILEIROS ENVOLVIDOS

A cidade de Constantine, que se localiza ao leste da capital, Argel, e próxima à fronteira com a Tunísia, era antes da ocupação francesa um polo cultural e intelectual muito forte. A cidade, mais antiga que Roma (CABRAL, 2003), foi construída em cima de um rochedo e tem uma topografia em formato de teatro de arena, ou arquibancada de estádio de futebol, tinha um terreno livre bem no centro, que abrigava um cemitério, e a implantação da universidade se deu no centro desse "teatro" (SUSSEKIND, 2023). A ideia era que a cidade voltasse a ser esse polo relevante com a construção da universidade (CABRAL, 2003), como indica Luis Marçal (apud NIEMEYER, 2007, p.105):

Do platô da obra, com seus edifícios e viaduto em concreto protendido, avista-se num mesmo alinhamento um aqueduto romano, a Casbah árabe, depois uma ponte de pedra com grande vão e em seguida duas outras pontes pênséis metálicas, do tempo dos franceses, cruzando o desfiladeiro que circunda a velha cidade. Uma aula de história da arquitetura.

O convite foi feito em 1967. Boumédiène explicou a Niemeyer o projeto de modernização econômica e social do país e sua grande expectativa, já o ministro de assuntos exteriores, Mohamed Benahya, insistia na necessidade de se concentrar na formação profissional ligada ao projeto de industrialização do país. Para isso, seriam construídas duas universidades, a de Constantine e a de Argel, por Niemeyer, e a Universidade de Oran, pelo arquiteto

Kenzo Tange, mas que não chegou a ser finalizada por ele. Enfatizou que os projetos submetidos a assessorias europeias tendiam a reproduzir os esquemas das velhas universidades francesas e que ele os tinha recusado, além disso, também queria se inspirar em outros países de terceiro mundo que tiveram projetos de afirmação nacional e modernização da sociedade, como o Brasil antes do golpe, razão do convite (HILDEBRANDO, 1990).

Com o início da ditadura, a Universidade de Brasília foi tomada pelos militares e a grande maioria dos professores foi obrigada a se exilar, não podendo ser finalizada e ocupada da forma como foi planejada. Segundo Luiz Hildebrando (NIEMEYER, 2007), na medida em que as universidades brasileiras se esvaziavam de valor, o exílio se enriquecia de intelectuais e cientistas competentes. Com o convite de Boumédiène a Niemeyer, o arquiteto vê uma possibilidade resgatar o sonho da universidade aberta de Darcy Ribeiro (NIEMEYER, 2000), em conjunto com seus colegas que também estavam em exílio. Para isso, cerca de uma centena de brasileiros, exilados e não exilados, se juntaram para colaborar com o projeto da Universidade de Constantine (NIEMEYER, 2007), que também contou com alguns professores locais na equipe. Para uma organização interna, esses que chegavam eram submetidos a um órgão presidencial chamado Comedor (Comitê Permanente de Estudo do Desenvolvimento da Organização e Planejamento de Argel), liderado pelo coronel Djelloul Khatib (CRUZ, 2016).

Os agentes envolvidos nesses projetos não eram apenas arquitetos, mas especialistas nas mais diversas áreas, tanto do Brasil como da América Latina. Aconteceram, também, múltiplos encontros com professores e políticos argelinos para melhor compreensão das demandas e para explicar as ideias e chegar em acordos. A discussão tinha como objetivo não apenas o projeto arquitetônico, mas a formulação do projeto pedagógico inteiro, já que, por a Argélia ainda estar se estruturando como nação independente, ainda não existia um plano de ensino para o país. O ministro e o presidente estavam preocupados em resolver não apenas a Universidade de Constantine, mas todo o ensino superior da Argélia.

O modelo que conheciam era o francês, e no momento estavam rompendo com toda a influência de seus colonizadores. Ubirajara Brito (NIEMEYER, 2007) explica que os argelinos se achavam condicionados aos modelos, sistemas, estruturas e cultura da antiga metrópole e, portanto, eram incapazes de imaginar uma universidade que fosse diferente, mais adequada aos seus anseios de rápido desenvolvimento, mais flexível, mais produtiva e mais econômica. Estava claro que os argelinos queriam algo diferente do modelo francês, mas não sabiam o que exatamente. As proposições arquitetônicas só começaram a ser elaboradas após o plano de ensino ter sido estruturado, por isso, devido à complexidade, foi um dos projetos que o arquiteto mais demorou para começar a desenhar (HILDEBRANDO *apud* NIEMEYER, 2007).

Procuramos contato primeiro com a brasileira do exílio. Havia entre eles os que tinham sido demitidos ou afastados das universidades no Brasil. Havia também os que, sem ter perdido o emprego, mas desgostosos da situação, ficavam pela Europa, em sabáticos intermináveis ou estágios prolongados. Havia um pouco de tudo: de matemáticos e engenheiros a bioquímicos e médicos. Quando não dispúnhamos de especialistas brasileiros, recorriamos a outros latino-americanos, argentinos principalmente, que não faltavam na França, e também a franceses, aqueles com quem nos identificávamos pela compreensão da problemática terceiro-mundista. (HILDEBRANDO *apud* CRUZ, 2016, p.95)

Nesse período, a discussão sobre universidades e métodos de ensino tomava conta de diversos congressos internacionais. Heron de Alencar, que tinha sido vice-reitor na Universidade de Brasília, foi uma das figuras-chaves na formulação do plano de ensino da Universidade de Constantine, sempre enfatizando a necessidade de a universidade não ser algo intocado e inacessível, mas dominar e coordenar as atividades culturais e científicas como modo de enfrentar questões políticas. O objetivo era criar uma universidade nacional que funcionaria como um dos centros de



FIG. 3:
Auditório da Universidade de Constantine em construção.
Fonte: Fotografia em slide cedida por Cecília Saliture, 1970-1975.

criação e estímulo e de planificação do desenvolvimento nacional, um dos motores de aceleração do progresso econômico e social da nação (NIEMEYER, 2007). Ubirajara Brito conclui que o projeto pedagógico para Constantine acabou sendo muito mais radical do que o projeto para a Universidade de Brasília, porque se enquadra numa realidade local e responde a uma demanda do momento histórico que a Argélia estava vivendo após a independência (NIEMEYER, 2007).

Ao requisitar a encomenda, Boumédiène apresentou a Niemeyer uma primeira ideia que já tinha sido esboçada de distribuir espacialmente a universidade em cerca de vinte edifícios, cada um destinado a um curso. Contudo, a premissa do projeto que a equipe brasileira pensou, inspirado na Universidade da Brasília, era criar um edifício único que juntasse todos os cursos em um mesmo volume, separando apenas salas de aula, laboratórios, auditório, administração, biblioteca e restaurante. Com a ajuda de Darcy Ribeiro,³ o arquiteto tentou traduzir o ideal de universidade unificada com apenas seis edifícios, apresentando um projeto que seguia as preocupações de integração dos alunos, redução de laboratórios repetidos e aproximação entre as diferentes áreas, promovendo uma maior integração criativa e cultural entre os alunos e professores. Desse modo, fugiam do modelo em que cada faculdade tem sua própria estrutura e que era usada apenas uma pequena parte do tempo (HILDEBRANDO *apud* NIEMEYER, 2007).

Com a redução dos edifícios, que foram situados nos limites do terreno, foi possível deixar um respiro para a criação de uma grande praça, como uma área aberta de descanso, que se destaca "com a sua arquitetura branca e monumental, na paisagem dramática de Constantine" (NIEMEYER, 2000, p.63), que de outro modo, teria sido inteiramente ocupada. O arquiteto observa que a concepção de universidade integrada, com grandes unidades funcionais, conduzia a estruturas mais monumentais, mais dispendiosas, em consequência (HILDEBRANDO, 1990, p.162).

Segundo Niemeyer (2007), com um número menor de edifícios, criou-se uma relação entre volumes e espaços livres que deu ao conjunto maior beleza, maior monumentalidade e contraste com a cidade no entorno, de modo que a arquitetura se fizesse importante. Niemeyer, ao simplificar as formas de seus projetos, estava indo na contramão do que estava sendo feito na arquitetura da época (MOUSSAQUI *apud* NIEMEYER, 2007). O desejo do arquiteto, segundo Ubirajara Brito (NIEMEYER, 2007), era que a arquitetura refletisse em si mesma as mudanças estruturais de ensino na universidade. O arquiteto também aproveitou essa oportunidade para mostrar o progresso da construção civil brasileira, com o uso do concreto armado, protensão e pré-fabricação (NIEMEYER, 2007, p.104), propondo, por exemplo, vãos de 50 metros e balanços de 25 metros no edifício de classes.

É por termos sabido, exaustivamente, aproveitar este material, que ocupamos

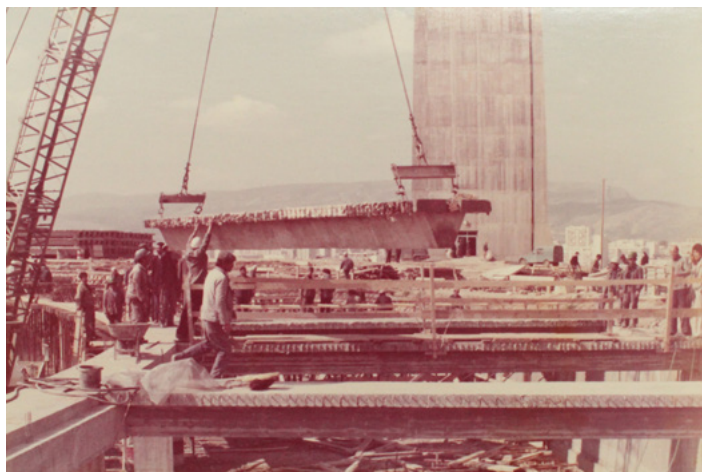


FIG. 4:
Peças de concreto pré-moldadas
construindo um dos edifícios da
Universidade de Constantine.
Fonte: Fotografia cedida por
Cecília Saliture, 1970-1975.

hoje posição de destaque no cenário mundial, detendo uma experiência muito palpável no projeto de construção em concreto. Como exemplo, podemos citar a Universidade de Constantine (Argélia), considerada – estrutural e construtivamente – inexequível por técnicos de nações altamente desenvolvidas e que foi – sem problemas – projetada e construída, com grande tranquilidade e segurança a partir do conhecimento, experiência e colaboração brasileiros. (SUSSEKIND, 1976/77, p.50).

Com a perda dos profissionais franceses, também se foram os engenheiros que já estavam acostumados a projetar no país, que é situado em uma região sísmica. Os argelinos, por sua vez, não tinham a experiência necessária, já que eram raros os que estudavam e tinham cargos de poder, sendo assim, em um primeiro momento chamaram engenheiros franceses para ficarem encarregados dos cálculos. Os franceses convocados não acreditavam que o projeto ficaria em pé e sugeriram estruturas espessas para sustentação do edifício, recusadas por Niemeyer, que escalou, então, uma equipe de engenheiros brasileiros, Projectum, que já trabalhava em conjunto no Rio de Janeiro, para essa tarefa.

Essa nova equipe, somada a alguns agregados, calculou estruturas mais finas como o arquiteto queria. A maior parte dos cálculos estruturais foram realizados pelo engenheiro Bruno Contarini, já o acompanhamento da obra se deu principalmente por Luis Marçal (NIEMEYER,

2007). Os engenheiros se instalaram no canteiro das obras e executaram junto com os argelinos as estruturas de concreto armado (MARÇAL *apud* NIEMEYER, 2007, p.106). Episódios de embates entre engenheiros europeus e Niemeyer foram comuns na carreira do arquiteto, como por exemplo na Itália, para a construção da Sede da Mondadori, em 1968, onde também houve desacordos (CABRAL, 2023).

A Universidade de Constantine é considerada pelo arquiteto um de seus melhores projetos (NIEMEYER, 2000). Nela, ele teve total liberdade para realizar a universidade por completo de acordo com o que acreditava ser mais coerente, desde suas concepções iniciais. Já a Universidade de Argel, que começou quando a de Constantine já estava sendo finalizada, teve que seguir demandas específicas, já que o país estava mais estruturado.

A mesquita foi o projeto que mais entusiasmou o arquiteto, porém, Boumediène a considerou "revolucionária demais" (ODDY, 2019), por isso ela acabou não sendo construída. O episódio foi analisado por Samia Henni, a qual argumenta que Niemeyer visava uma revolução arquitetônica a partir da recusa dos ângulos retos, enquanto Boumediène falava em revolução no sentido político, nos termos de romper com o colonialismo francês e encontrar um novo rumo (ODDY, 2019, p.32-45). Já o Centro Cívico chegou a ter sua construção iniciada, mas foi interrompida e nunca mais foi retomada (NIEMEYER, 2000).



FIG.5:

Universidade de Constantine em 2012. Fonte: "The Revolution Will Be Stopped Halfway: Oscar Niemeyer in Algeria", do fotógrafo Jason Oddy, 2012.

O ministro Benahya chegou a comentar com Niemeyer a admiração que tinha em relação aos brasileiros por seu espírito militante. Luiz Hildebrando analisa o fato como uma reação nascida da frustração de impotência diante da ação militar contra as universidades, em particular a de Brasília, assim se tornando militantes da reforma universitária argelina (HILDEBRANDO, 1990). Pudemos constatar que, nessa época, a discussão das universidades era muito presente em diversos lugares do mundo, como revelam algumas edições das revistas *L'architecture d'aujourd'hui*, do início da década de 1970. Vários projetos de Niemeyer na Argélia foram divulgados nesta revista, em conjunto com outras obras importantes da época, dentre elas muitas universidades.

3. ENGENHARIA BRASILEIRA

As dificuldades para a construção desses projetos na Argélia eram imensas. Como já citada, a falta de mão de obra e

profissionais locais capacitados resultaram em uma oportunidade de chamar profissionais brasileiros para a participação. Para a realização da obra também foi chamada a Construtora Rabello, empresa de Marco Paulo Rabello, grande amigo de Oscar Niemeyer, que ficou responsável pela Universidade de Constantine e de Argel, e mais alguns projetos que não eram do arquiteto. Sua função era organizar a construção em conjunto com uma empresa argelina que não tinha experiência (SUSSEKIND, 2023). Foi possível encontrar em algumas revistas, como a Revista *Módulo*, propagandas da Construtora Rabello, e até da Projectum, usando a Universidade de Constantine com o slogan "A arte e a técnica brasileira na Argélia".

Sussekind, como cita em entrevista à autora, diz que costumava escrever diversos artigos para a Revista *Módulo*, por incentivo do próprio Oscar. No número 44, o engenheiro escreve um artigo sobre a evolução da engenharia no Brasil, e usa, dentre vários exemplos, a Universidade de Constantine. Segundo ele, foi devido a

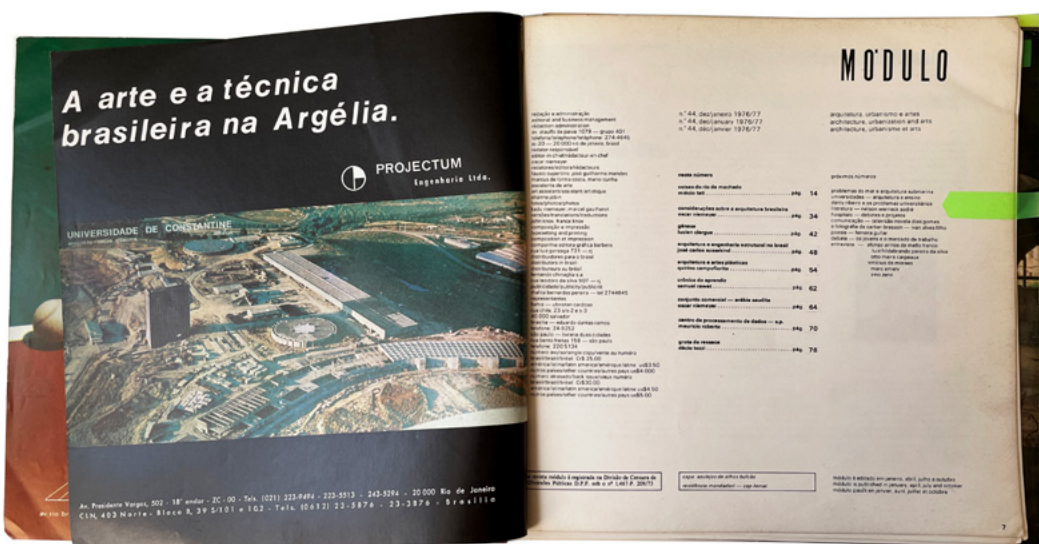


FIG.6: Propaganda da empresa de engenharia Projectum com a Universidade de Constantine. Fonte: Revista Módulo n.44, dez./jan. 1976/77.

uma inteligente integração arquitetura-estrutura-construção que a arquitetura brasileira conseguiu expressivos resultados que souberam valorizar a estrutura em conjunto com a arquitetura.

Bloco de Classes da Universidade de Constantine

A necessidade de grandes espaços livres no pilotis, a fim de estabelecer uma comunicação visual global do mesmo com o conjunto da Universidade, impôs um vão de 50 metros e, para o bom equilíbrio da estrutura, adotaram-se balanços de 25 metros nas extremidades. A parede fachada foi tornada o elemento estrutural principal da obra, com altura total de cerca de 6 metros. [...]

Auditorium da Universidade de Constantine

Trata-se de uma casca cilíndrica com duas águas, apoiando-se, ao centro, no

pórtico representado sumariamente no corte x-x e, nas extremidades, com apoio corrido sobre o bloco de fundação. A peça especialmente arrojada da obra é o pórtico bi-rotulado, que recebe um painel de carga de cerca de 50 metros, vencendo um vão de 60 metros tendo sido, portanto criada no centro da casca, uma nervura invertida com cerca de 3,5 metros de altura. É de se ressaltar a grande elegância e funcionalidade da obra, que oferece uma área interna, inteiramente livre, da ordem de 3500 m². (SUSSEKIND, 1976/77, p.50).

O edifício de classes e o edifício de laboratórios foram considerados um dos mais emblemáticos e chamaram a atenção dos engenheiros franceses que se mostraram incrédulos com a estrutura (SUSSEKIND, 2023). Os dois possuem praticamente a mesma estrutura. Para conseguir vencer os grandes vãos e balanços, foram necessárias três grandes vigas no sentido longitudinal, não apenas de transição, mas que envolvem e definem

o espaço interno. Em diálogo com o projeto pedagógico, a ideia também era que a estrutura geral fosse independente das divisões internas, de modo que os espaços pudessem se adaptar às diferentes demandas. Hildebrando (1990) afirma que o objetivo era criar uma modulação que harmonizasse o presente e o futuro.

Os engenheiros franceses fizeram o cálculo estrutural de modo que as vigas tivessem 1,5 metros de espessura, quando Oscar contratou a equipe de brasileiros, fizeram o cálculo das vigas com apenas 40 centímetros. Com isso, foi possível que o edifício de classes trouxesse a sensação de edifício flutuante e que valorizasse a vista e desafogasse a praça (NIEMEYER, 2007, p. 20), já que é suspenso por pilotis – única diferença em relação ao prédio de laboratórios, que é colado no solo. A solução de um edifício aparentemente pesado e elevado do chão tinha surgido pela primeira vez em 1960, para o projeto do Museu da Universidade de Brasília (não construído), com desenho muito similar (CABRAL, 2003).

[a estrutura no edifício de classes] mais simples era impossível, era calcular uma viga transversal que se repetia centenas de vezes, e tinham os três paredões enormes que eram concretados in loco. Então, como é que era um jeito de dar bastante trabalho para a população local? Essas vigas eram absolutamente iguais, o vão delas era grandezinho, mas não era nenhum horror a proporção estrutural, fácil de resolver. Foram feitas pré-fabricadas, em um canteirinho no próprio lugar, e era repetir, fazer e repetir. (SUSSEKIND, 2023)

Outro edifício relevante é o auditório, que como todos os outros do conjunto também foi montado in loco. Possui uma leveza estrutural, de modo que contrasta com o prédio de classes que é mais robusto e imponente (NIEMEYER, 2007). Com sua forma de livro aberto, ou de pássaro levantando voo, o arquiteto inaugura o partido dos grandes espaços criados por meio de abóbadas que se apoiam numa grande viga de concreto, que ele já tinha esboçado na Oca do Ibirapuera, na Igreja da Pampulha, e retoma vinte anos depois no Memorial da América Latina (CABRAL, 2003): “Essas linguagens que ele vai retomando e

reelaborando, isso que eu queria mostrar na minha dissertação, de como ele pega, muda, refaz” (CABRAL, 2023).

Sussekind conta em entrevista que não foi ele quem concebeu a estrutura do auditório, mas foi responsável por seu detalhamento enquanto ainda era estagiário na Projectum (escritório de engenharia coordenado por Bruno Contarini, Mário Vila Verde e Carlos Fragelli). O auditório é composto por duas meias cascas, no qual o encontro entre elas não chega no chão. Para ter o vão livre necessário, chega em um pórtico e viga aparente, o mais esbelta possível, para conservar a sensação de estruturas leves. O engenheiro revela, também, que como a concretagem foi feita inteiramente no local, foi dada a ordem de encharcar o concreto durante três meses, para garantir que não iria trincar.

Para Sussekind, o desenvolvimento da engenharia e da arquitetura brasileira nessa época esteve diretamente ligado ao avanço em relação às tecnologias do concreto, devido a sua plasticidade e flexibilidade, possibilitando assumir qualquer forma, em conjunto com sua grande resistência. Essa técnica ainda não era usada na Argélia, era a primeira vez que esses trabalhadores entravam em contato com essas soluções (MARÇAL apud NIEMEYER, 2007), por isso a dificuldade em encontrar mão de obra especializada. Como comenta Newton Arakawa (2023), havia mão de obra, ainda que não houvesse técnica. Fernando Cabral (2003) afirma em sua tese que o começo da construção foi bastante complicado devido à falta de mão de obra qualificada, mas era um requisito do presidente Boumédiène que a maior parte dos trabalhadores fosse argelina.

Cecília Saliture cita (2022) a falta de confiança dos próprios argelinos, que no momento de retirada das formas de algum dos edifícios “estavam apreensivos que tudo caísse”. Por isso, lembra ela, um dos engenheiros brasileiros colocou seu próprio carro embaixo do prédio como meio de demonstrar que acreditava nos cálculos e também na mão de obra que o executou.

4. CONSIDERAÇÕES FINAIS

A arquiteta argelina Zahra Hadji conta, em conversa com a autora, que logo no primeiro ano de faculdade ensina-se sobre

o projeto da universidade e sua relevância, entretanto ele é explicado apenas do ponto de vista do momento político argelino. Ela não sabia da situação política que o Brasil vivia e nem da grande presença de brasileiros que foram para o país e se envolveram no projeto. Ademais, acredita que atualmente apenas arquitetos e estudantes da universidade têm consciência da história dos edifícios, já que ela, por sua vez, só aprendeu quando entrou na faculdade. A arquiteta afirma sem dúvidas que os desenhos executivos e as pranchas dos projetos devem estar guardados nos arquivos das universidades, assim como Fernando Cabral também comentou em entrevista, porém não foi possível entrar em contato para descobrir se realmente estão lá e se é viável ter acesso a eles. A Fundação Oscar Niemeyer possui apenas alguns dos desenhos escaneados e catalogados, entretanto têm algumas caixas não catalogadas que podem conter mais materiais. Por outro lado, o engenheiro Luis Marçal afirma que não havia plantas detalhadas, apenas plantas globais e estruturais (CABRAL, 2003).

Fernando Cabral teve a oportunidade de visitar a Argélia em 2014, e conta que visitou a Universidade de Constantine e constatou que as instalações se encontram do mesmo jeito que estavam quando saiu de lá, na década de 1970. Ou seja, não avançaram na segunda parte do projeto que constava a construção dos alojamentos para estudantes e do centro esportivo. Como visitou durante o período de férias letivas, o campus encontrava-se praticamente vazio, contudo, as instalações pareciam bem conservadas e funcionando. Depois da morte de Boumediène todos os projetos de Niemeyer foram interrompidos, corroborando para as narrativas de que era o presidente que incentivava as obras do arquiteto no país (CABRAL, 2023). Também segundo esse relato, a Universidade de Argel parecia um pouco abandonada, mas funcionando.

É difícil compreender o momento político que a Argélia vivia naquele momento pós-independência e pós-golpe. Newton Arakawa diz em entrevista que não a considerava uma ditadura, mas um regime militar com partido único, com um caráter religioso e cultural. Segundo ele, era um regime forte, que dominava tudo, e progressista, porque estava trabalhando

pela construção do país, com a arabização. Na época, muitas mulheres iam para a universidade e andavam sem véu, elas eram valorizadas porque haviam tido um papel importante na guerra de libertação (CABRAL, 2003). Hadji afirma, mesmo não tendo vivido essa época, que o governo de Boumediène foi uma ditadura, entretanto confirma que existia um viés progressista e que estavam caminhando nessa direção. A arquiteta conta, também, que após a morte do presidente, a situação política ficou muito enfraquecida devido à falta de consciência da população, especialmente em relação ao voto, por esse motivo que o Partido Islâmico acabou ganhando muita força e tomando conta do país, mudando as prioridades.

Ubirajara Brito comenta (NIEMEYER, 2007, p.103) que a presença brasileira na Argélia foi tão marcante e significativa durante as décadas de 1960 e 1970 que alguns argelinos mais afeitos à cultura e educação francesas deixavam transparecer o receio de que se estava substituindo o colonialismo francês por um colonialismo brasileiro, mesmo que o primeiro fosse mais exploratório e o segundo mais focado na cultura e educação. Em contrapartida, Fernando Cabral afirma que não via essa preocupação e que eram muito bem recebidos por todos do país.

Segundo o engenheiro Luis Marçal (NIEMEYER, 2007), aconteceu na Argélia um fato parecido com o que aconteceu durante a construção da cidade de Brasília: a mão de obra evoluiu. A partir dessa presença marcante de brasileiros em um país que acabava de se libertar de uma colonização agressiva e com uma educação escassa, foram possíveis trocas de conhecimento que proporcionaram que os argelinos aprendessem as novas técnicas apresentadas, como o presidente Boumediène havia requisitado.

"A construção da Universidade de Constantine foi a primeira grande oportunidade que nosso país teve de exportar serviços e tecnologia", afirma Sussekind (2023), e mesmo que tenha sido realizado por exilados e militantes de esquerda durante o período ditatorial, foi muito benéfico para a imagem do Brasil. Brito (apud NIEMEYER, 2007, p.103) afirma que dificilmente se reunirá novamente um grupo de professores, cientistas e tecnólogos, competentes e abnegados, para

colaborar com um arquiteto na produção de uma obra “incomparavelmente harmônica, funcional e bela”.

Foi o projeto construído favorito de Oscar Niemeyer, ao mesmo tempo também, o que ele mais demorou para iniciar, por causa da complexidade de montar todo o programa pedagógico, em conjunto junto com diversos profissionais de várias áreas da educação, e só então pensar uma arquitetura que conversasse e seguisse os mesmos princípios (NIEMEYER, 2007). Entretanto, é possível considerar, como afirma Fernando Cabral (2023), que a Universidade de Constantine só existe como ela é devido a ditadura civil-militar brasileira e, em decorrência da Universidade de Brasília ter sido tomada pelos militares, com isso, Niemeyer e todos os intelectuais envolvidos estavam no exílio.

NOTAS

1. Conceituada por Paul Thompson, a história oral ganha força como método de pesquisa nos anos 1950, com o advento do gravador. No Brasil, esse método foi introduzido pelo Centro de Pesquisa e Documentação de História Contemporânea do Brasil (CPDOC) da Fundação Getúlio Vargas, que ampara estudos sobre o modernismo brasileiro.
2. As entrevistas foram realizadas, em sua maioria, em 2023. De maneira formal e informal, com conversas ao vivo, chamadas de vídeo e mensagens, com os agentes que se disponibilizaram a contar um pouco da sua relação com Niemeyer e a Universidade de Constantine. Foi também estabelecido contato com algumas outras pessoas que não responderam ou não quiseram conversar.
3. Darcy não estava na Argélia, estava exilado no Uruguai, porém a partir de trocas de correspondências encontradas na Fundação Darcy Ribeiro é possível perceber seu grande envolvimento na elaboração do projeto pedagógico da Universidade de Constantine se baseando nos planos originais da Universidade de Brasília.

REFERÊNCIAS

- ALFIERI, Bruno. João Vilanova Artigas: ricerca brutalista. *L'architecture d'aujourd'hui*, v.45, n.170-172, p. 97, 1973/1974.
- ARAKAWA, Newton. Entrevista concedida a Fernanda Teixeira. 2023.
- CABRAL, Fernando Frank. **A procura da beleza: aprendendo com Oscar Niemeyer**. 2003. Dissertação (Mestrado) – Faculdade de Arquitetura e Urbanismo, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2003.
- CABRAL, Fernando Frank. Entrevista concedida a Fernanda Teixeira. 2023.
- CRUZ, Fábio Lucas da. **Brasileiros no exílio: Argel como local estratégico para militância política (1965-1979)**. 2016. Tese (Doutorado) – Pós-graduação em história social, Universidade de São Paulo Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências humanas, São Paulo,

2016. Disponível em: https://www.teses.usp.br/teses/disponiveis/8/8138/tde-04102016-125816/publico/2016_FabioLucasDaCruz_VCorr.pdf. Acesso em: 5 out. 2022.

HILDEBRANDO, Luiz. **O fio da meada**. 1. ed. São Paulo: Brasiliense, 1990.

KREUZ, Débora Strieder. O exílio brasileiro na Argélia (1964-1979): breves notas para o debate. *Revista de la Red de Intercâmbios de Historia de América Latina Contemporánea*, Córdoba, ano 7, n.13, p.171-182, dez./maio 2020/2021.

MOTTA, Flavio. Introduzione al Brasile. *L'architecture d'aujourd'hui*, v.45, n.170-172, p.61-67, 1973/1974.

NIEMEYER, Oscar. Considerações sobre a arquitetura brasileira. *Módulo*, Rio de Janeiro, ed.44, dez./jan. 1976/1977.

NIEMEYER, Oscar. **Minha arquitetura**. 3. ed. [S.l.]: Editora Revan, 2000.

NIEMEYER, Oscar. *Módulo*, n.44, 1976/1977.

NIEMEYER, Oscar. Universidade de Constantine. *Módulo*, n.47, 1977.

NIEMEYER, Oscar. Universidade de Constantine. Rio de Janeiro: Revan, 2007.

ODDY, Jason. **The Revolution Will Be Stopped Halfway: Oscar Niemeyer in Algeria**. Nova Iorque: Columbia Books, 2019.

RIBEIRO, Darcy. **A universidade necessária**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1975.

SALITURE, Cecília. Entrevista concedida a Fernanda Teixeira. 2022/2023.

SUSSEKIND, José Carlos. A evolução conjunta da Arquitetura e da Engenharia Estrutural no Brasil. *Módulo*, Rio de Janeiro, ed.44, dez./jan. 1976/1977.

SUSSEKIND, José Carlos. Entrevista concedida a Fernanda Teixeira. 2023.

TAVARES, Cristina; MENDONÇA, Fernando. **Conversações com Arraes**. Belo Horizonte: Vega, 1979.

THOMPSON, Paul. **A voz do passado: História oral**. São Paulo: Paz e Terra, [1998].

UNIVERSITÉS D'ALGER ET DE CONSTANTINE. *L'architecture d'aujourd'hui*, n.182-184, 1975/1976.

SOBRE A AUTORA

Aluna de graduação do curso de Arquitetura e Urbanismo da Escola da Cidade. Possui pesquisas no ramo da fotografia e questões de gênero, dentro e fora do campo da arquitetura.

fetavaresteixeira@hotmail.com

Porta, escada, janela: um ensaio

Luiza Fraccaroli Baptista da Costa

Orientação: Profa. Joana Barossi (Escola da Cidade)

Pesquisa: Trabalho de Conclusão de Curso, Escola da Cidade, 2023.

O que motivou o Trabalho de Conclusão de Curso foram três exercícios arquitetônicos que me foram propostos no primeiro ano de graduação. As motivações da escolha do tema deste presente trabalho muito decorrem de inquietações acumuladas ao longo dos

seis anos de graduação e, em especial, do primeiro contato com os códigos da arquitetura. Elementos arquitetônicos basilares como a porta, a escada e a janela conduzem neste ensaio uma reflexão metalinguística acerca do próprio projetar em arquitetura.

Door, stairs, window: an essay

The motivation for the Final Paper stems from three architectural exercises that were proposed to me in the first year of my bachelor's degree studies. The choice of this theme largely arises from concerns that accumulated over the six years of my education, specially from the first contact with architectural codes. Basic architectural elements such as the door, the staircase, and the window prompt a metalinguistic reflection on architectural design itself in this essay.

Puerta, escalera, ventana: un ensayo.

La motivación para este trabajo de conclusión de curso surge de tres ejercicios de arquitectura propuestos durante mi primer año de carrera. La elección de este tema se deriva en gran medida de las inquietudes acumuladas a lo largo de los seis años de mi educación, especialmente de mi primer contacto con los códigos arquitectónicos. Elementos arquitectónicos básicos, como la puerta, la escalera y la ventana, provocan una reflexión metalingüística sobre el propio diseño en arquitectura en este ensayo.

Uma maçaneta é um elemento pensado a partir da escala de uma mão. Geralmente consiste em uma barra afastada do plano de uma porta que permite o abraçar de uma mão comum, com tamanho suficiente para absorver as pequenas variações que cada pessoa possa trazer. Em alguns casos a maçaneta pode ter também um formato similar a uma esfera, mas que funciona da mesma maneira que foi mencionada anteriormente: é um elemento que pivota num mesmo eixo para desferrolhar a porta e permitir sua abertura.

O casarão do Instituto Moreira Salles, no Rio de Janeiro, foi morada do embaixador e banqueiro Walther Moreira Salles, encomendado no final da década de 1940 ao arquiteto Olavo Redig de Campos. O pedido de Moreira Salles era que não fosse simplesmente uma casa, mas também um lugar para encontros, banquetes e festas que acompanhassem as prioridades de um homem de negócios bem relacionado. Nesse fervilhar de usos do casarão, seria também um lugar que se prestasse a uma certa exibição de uma posição de prestígio e renome do morador.

As maçanetas do casarão foram feitas em latão e foram moldadas pelas mãos do embaixador. As mesmas maçanetas poderiam ser usadas por qualquer um que caminhasse pela casa e encaixavam na mão de qualquer pessoa, claro. Afinal, apesar das pequenas diferenças, mãos são, essencialmente, mãos. Mas de alguma maneira é como se as mãos de Moreira Salles fossem, simbolicamente, as únicas capazes de caber perfeitamente naquelas reentrâncias. Como se fossem as únicas capazes de abrir as portas da casa. Uma casa que se punha tanto como aberta ao público, mas que resguardava pequenos detalhes apenas a seu dono.



Durante a Guerra Fria, Estados Unidos e União Soviética firmaram uma disputa pela influência política e econômica mundial que ganhou proporções desmedidas. Para além dos confrontos diretos, as duas potências tornaram-se adversárias na chamada corrida espacial, um momento de testes de aprimoramento tecnológico para levar o homem ao espaço. Yuri Gagarin, astronauta soviético, foi o primeiro homem a estar no espaço e fazer a famosa constatação: "A terra é azul". O êxito soviético foi considerado uma verdadeira afronta pelos estadunidenses, que passaram a ambicionar a conquista da Lua como maneira de reafirmar sua relevância frente ao cenário global. Foi quando, em 1969, na expedição Apollo 11, Neil Armstrong tornou-se o primeiro homem a pisar na Lua.

Os pés contêm a fina linha que intermedia o corpo e o mundo. São eles que, articulados meticulosamente, permitem o movimento: um par de pés leva ao passo. Se há séculos ambicionava-se conquistar as alturas, e se por anos construiu-se escadas e rampas para verticalizar a paisagem, a conquista da Lua significa de fato o suprassumo do poder voraz e violento da ação humana. "Um pequeno passo para um homem e um grande salto para a humanidade", foi o que enunciou Armstrong para se referir ao feito. Após mais de 50 anos, suas pegadas ainda podem ser vistas em solo lunar.



O filme "Janela Indiscreta", de Hitchcock, retrata a história de um fotógrafo que sofreu um acidente e, recuperando-se em sua casa, passa a bisbilhotar os vizinhos pela janela até que descobre um possível crime no apartamento da frente.

Uma janela insere-se no plano da parede como brecha transparente em oposição à opacidade predominante da fachada. Com o passar dos anos, a janela ganha deformações e distorções que alargam seus sentidos. Mas se há uma constante é a ideia de que ver através da janela é uma alternativa que se coloca tanto ao observador interno ao edifício quanto ao externo.

O olhar é o que articula essas duas dimensões e, a depender da entonação deste ato, os efeitos podem ser os mais diversos. É possível olhar com intenções simplesmente contemplativas, é claro. Mas se uma janela pode ser indiscreta, pressupõe-se que o olhar pode significar também vigiar.

Por muitos anos, as casas mantinham poucas aberturas no térreo, muitas vezes com apenas a porta de entrada. Numa espécie de antropomorfia, a casa assemelhava-se a um rosto, em que a boca seria a porta, e os olhos, localizados um pouco mais acima, seriam as janelas. O olhar nas alturas associa-se mais à ideia de "vigiar" do que de "contemplar"; é um olhar que se manifesta como ato de poder. Quando se olha alguém de cima para baixo, há uma hierarquia implicada. Um farol, que se põe elevado em relação a cota do mar, permite dominar as águas e controlar as movimentações das embarcações.

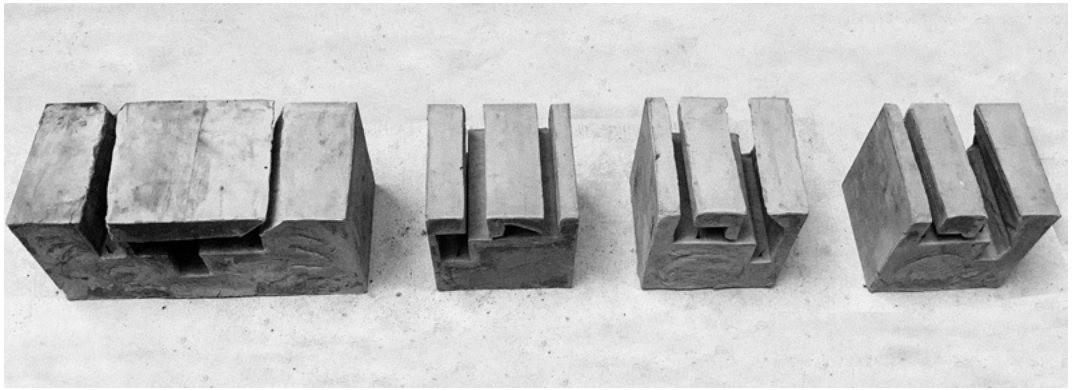


Meu trabalho leva o nome de "porta, escada, janela". Tudo começou com uma vontade: visitar meu primeiro ano de graduação. Por muitas vezes, discutindo com colegas, professores, amigos e familiares, essa ideia gerava um verdadeiro estranhamento, como uma escolha pouco ortodoxa para um trabalho de conclusão de curso, quando na verdade, se pararmos para pensar, esse é um movimento bastante óbvio para esse momento. Um trabalho que se presta a concluir anos de estudo me soou bastante oportuno para voltar ao momento em que entrei nessa faculdade.

"Porta escada janela", por muitos anos, foi o nome dado ao primeiro exercício que se fazia na faculdade. A proposta era compor com esses três elementos básicos da arquitetura uma única peça. Não havia território específico, era preciso criar uma arquitetura para lugar algum. No meu primeiro ano, não tivemos esse exercício, mas de alguma maneira esses três elementos pairavam sobre o escopo pedagógico.

Naquela ocasião, nos foram propostos três outros exercícios: uma passagem subterrânea na Avenida Paulista, uma conexão por passarelas e rampas na estação de metrô Sumaré e um mirante na Represa Guarapiranga.

Foram muitas as estratégias para decupar esses três projetos. Na realidade, de fato me propus a seguir uma série de etapas para mergulhar no que eu havia pensado há seis anos com aqueles três enunciados que me foram apresentados. Foi uma tentativa de estipular ações e iniciativas que me pusessem a pensar como a estudante do primeiro ano, com todo seu frescor, sua inocência e sua prontidão para o curso de arquitetura.

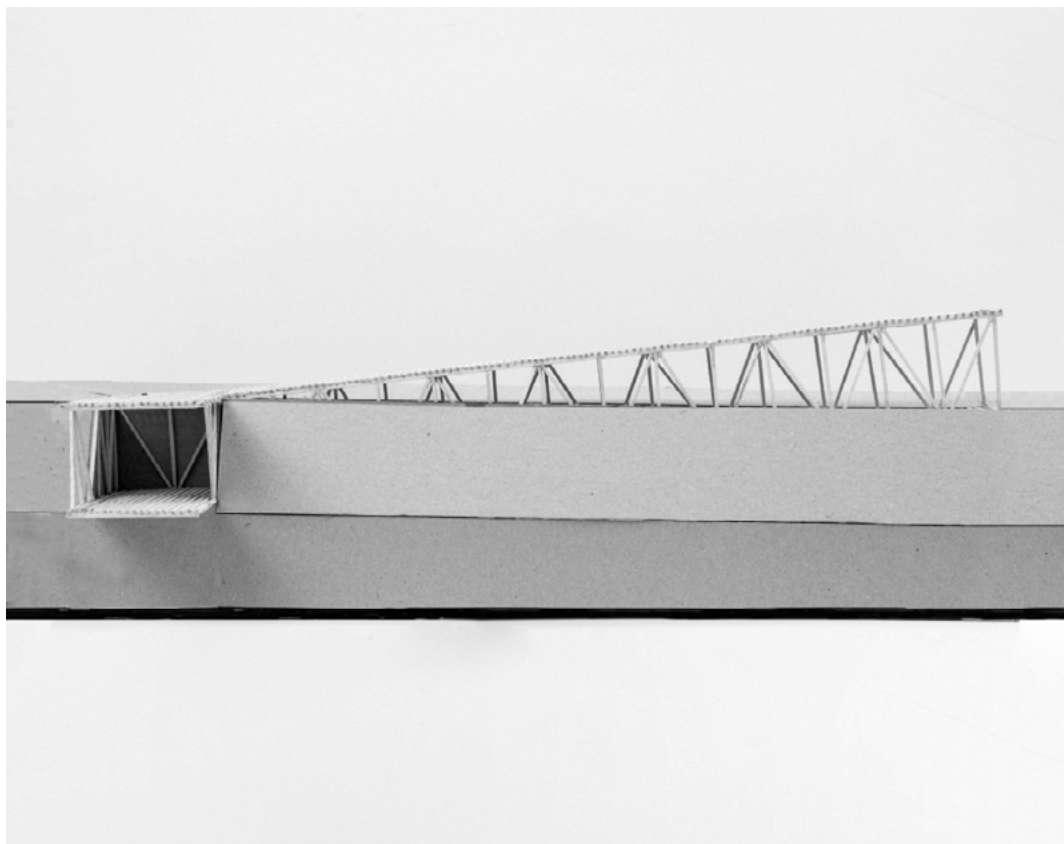


O projeto da Avenida Paulista dialogava com um embate que foi posto na década de 1970, quando houve um plano para o alargamento da avenida e a construção de uma via expressa subterrânea: a Nova Paulista. Foram desapropriados alguns terrenos para esse alargamento, assim como seus subsolos, que se tornaram galerias fantasmas na avenida e que permanecem até hoje. Na época foi bastante intrigante pensar nessas cavidades que resistem ao tempo e que esburacam essa avenida em todo seu subsolo.

O projeto propunha uma passagem nesse lugar subterrâneo. Fizemos maquetes em concreto, para pensar volumetricamente as relações de cheio e vazio que se dariam naquele espaço. Era preciso moldar o vácuo, enfrentar o desocupado, o hiato, a lacuna, o oco. Chamamos o projeto de Virado à Paulista e nos dispusemos a pensar o espaço pela ausência.



Na estação Sumaré, nos com a declividade aguda. O projeto versava na lógica da conexão entre diferentes cotas. Permitir a transposição de níveis nos foi muito mais penoso do que parecia. Era preciso pensar uma passarela que atasse o topo ao fundo do vale, passando pelos viadutos que cruzam essas duas escarpas e fazendo conectar também a própria estação, que movimenta contingentes espantosos de pessoas todos os dias. Estávamos lidando com circulação, com fluxos. Fazer a maquete mostrou-se tão desafiador quanto pensar o projeto em si. Entendemos o que eram curvas de nível ao passar o estilete por cada placa de papel que representaria a topografia daquele lugar. Com essa base pronta, tornou-se muito mais fácil pensar a intervenção que faríamos, com as encostas nos dando pistas do que faria mais sentido ali.



Por fim, na represa Guarapiranga: nos foi colocada uma paisagem anômala na cidade. Um espaço vasto, que perde a chance de ser ocupado por edifícios para receber água. Claro, não seria assim se não fosse uma estrutura compulsória para o funcionamento da infraestrutura urbana, mas fato é que ela está ali, a represa. Um grande vazio fluido, frente à densidade e dureza da cidade.

Ali pensamos o mirante. Cada estudante pensou a implantação do seu projeto em lugares diferentes, com a oportunidade de escolher, dentre tantos possíveis, um ponto de vista. O mirante me fazia pensar em algo proeminente, como um telescópio. Na escolha do lugar para a implantação, acabei por repetir esse pensamento: escolhi logo uma península, uma porção de terra que é quase totalmente cercada por água, mas que está ligada ao continente por apenas um dos lados. Como um território que se debruça na represa, o mirante fez o mesmo: mergulha na terra como se o fizesse na água e emerge em balanço para olhar a paisagem.

Ali eu estava aprendendo a pensar o espaço como se aprende a construir uma frase. Sempre me foi lógico fazer essa analogia. E o escopo do primeiro ano da faculdade parecia pensar também de maneira quase que literária. Os programas propostos faziam-se por metáforas: continuávamos falando de uma porta (a passagem na Avenida Paulista), uma escada (a conexão no Sumaré) e uma janela (o mirante na Guarapiranga).

Uma das primeiras faíscas deste trabalho foi quando vi um projeto de Lina Bo Bardi para a revista *Domus*, em 1940. Chamava-se *Casa Sul Mare di Sicilia*. O projeto seria pensado para uma publicação e, assim, não tinha pretensões de ser construído. Livres dessa ambição, Lina Bo Bardi e Carlo Pagani compuseram o projeto quase como um poema, ao meu ver: são muitas as figuras de linguagem. Os desenhos são povoados por pessoas, objetos e elementos da arquitetura que metaforizam signos da cultura italiana. É quase possível sentir o cheiro das plantas rasteiras da vegetação, ou mesmo passar o calor excessivo do sul da Itália com seus céus alaranjados. As cores são vibrantes, os gestos arquitetônicos são hiperbólicos. As paredes são espessas para controlar a temperatura e o pátio interno permite o espaço ventilar por dentro, como o movimento que fazem os vulcões em erupção daquela região.

Depois desses seis anos de faculdade, Lina me lembrou que é possível pensar o espaço fazendo estrofes, brincando com os sentidos, fazendo a arquitetura ser poesia. Conseguiu não só fazer isso com projetos especulativos como esse, mas também com espaços construídos de gestos inspiradores.



Como síntese do meu trabalho, trago três ensaios textuais e imagéticos sobre aqueles três projetos.

Começo pela porta, como se faz ao entrar em uma casa. Esta parte do livro está perfurada por um pequeno buraco redondo. O buraco conduz a leitura e serve como lembrete de que a porta sugere a ação de atravessar. Este furo não é grande o suficiente para ver o que está por trás com nitidez, como faz um olho mágico, mas ao virar a última página vê-se a imagem das maquetes do projeto da Paulista, como se abrisse a porta.

Em seguida, sobe-se a escada. Nesta parte, o livro está cortado ao meio, transversalmente. O virar das páginas lembra o gesto de subir os degraus. O texto está em cima, as imagens estão embaixo, mas apesar dessa organização, a leitura fica quase que um pouco desconfortável, como é também estar ofegante quando se sobe um lance de escadas.

Por fim, olha-se pelas janelas. As páginas do livro agora ganham pequenas aberturas, que enquadram partes das imagens, como faz a moldura de uma janela. É possível ver apenas um recorte, mas, virando as páginas vê-se a cena inteira, como fazemos ao olhar a janela e mergulhar nas várias histórias que suas paisagens contam.

A leitura do livro, ao mesmo tempo que propõe um percurso pelo espaço, abrindo a porta, em seguida subindo a escada e finalmente olhando pela janela, também percorre pelo corpo. A porta está para as mãos, na medida que são elas que permitem sua abertura. A escada está para os pés, já que é o passo que permite subir ou descer. A janela está para os olhos, já que permitem observar o que lhe couber.



Naquele primeiro ano, antes mesmo de pensar o espaço, nos pusemos a reconhecer o próprio corpo. Disse Foucault (2013, p.19):

Não se vive em um espaço neutro e branco; não se vive, não se morre, não se ama no retângulo de uma folha de papel. Vive-se, morre-se, ama-se em um espaço quadriculado, recortado, matizado, com zonas claras e sombras, diferenças de níveis, degraus de escada, vãos, relevos, regiões duras e outras quebradiças, penetráveis porosas.

Naquele ano, fazia parte do escopo pedagógico traçar um arco do corpo ao lugar, entendendo que projetar, em arquitetura, passa por reconhecer o embate inevitável do corpo no espaço. Foram feitos exercícios de enfrentamento e investigação, com levantamentos métricos de cada parte do corpo (o palmo, o pé, o braço) e do corpo em movimento (o passo). Trata-se de uma apreensão de proporção para dimensionar e propor arquitetura, além de uma compreensão crítica dos marcadores sociais que se inscrevem nesse corpo e que determinam sua ocupação no espaço.

No início deste ensaio, eu trouxe três situações em que gestos do nosso corpo representam demarcações de poder no espaço. A ocupação dos corpos no espaço nunca é neutra. Há corpos que são absolutamente repelidos, outros que são aceitos. O Modulor é um sistema de medidas idealizado por Le Corbusier que tem como base as dimensões do corpo humano, definidoras das necessidades espaciais. Ocorre que o Modulor é um homem, branco, europeu, monoteísta, e é com base nessa premissa que se pensa o espaço – e o resto está à margem.

Em algum momento da minha graduação passei a perceber essa dimensão de fato violenta da ideia de ocupar o espaço, e, portanto, fazer arquitetura. Li uma vez que no ato de desenhar “o corpo envolve-se, mobiliza-se, converge para o esforço psicomotor da inscrição, do material riscador que sulca” (OLAIO; POUSADA, 2014, p.17). É violento o que fazemos. Fazemos sulcos, rasgos, inscrições: verdadeiras cicatrizes no espaço. É inevitável: estamos completamente envolvidos nesse ato.

De alguma maneira, talvez este trabalho de conclusão de curso tenha fechado um pouco este arco. Entre o encantamento dos gestos projetuais de Lina Bo Bardi e o entendimento de que projetar é um ato que está imbuído de uma certa violência, me encontro aqui, prestes a me tornar arquiteta.

Projetar é um termo que pode incidir sobre o sentido de planejar ou imaginar. Por outro lado, pode significar também antecipar ou prever. De qualquer forma, há algo sobre o projeto que aponta para uma maneira de apreender uma determinada questão e sobre

ela direcionar uma suposição, uma hipótese, uma possibilidade de resposta. No limite, poderíamos entender que projetar não é mais que traçar narrativas (dentre várias possíveis) para responder a determinadas contingências materiais, políticas, estéticas e territoriais.

De alguma maneira, gosto de aproximar o projeto da ficção, não como algo que se opõe à realidade, mas como algo que elabora e informa sobre ela e isso, por si só, constrói realidade. Da mesma forma, projeto não é oposto de construção: projeto já é construção. O projeto articula estratégias de linguagem que de fato produzem espaço. É gesto de responsabilidade, arriscado e corajoso.

se vejo alguma coisa, uma mesa, por exemplo, o que vejo é a madeira em forma de mesa. É verdade que essa madeira é dura (eu tropeço nela), mas sei que perecerá (será queimada e decomposta em cinzas amorfas). Apesar disso, a forma "mesa" é eterna, pois posso imaginá-la quando e onde eu estiver. Por isso a forma "mesa" é real e o conteúdo "mesa" (a madeira) é apenas aparente. Isso mostra, na verdade, o que os carpinteiros fazem. Pegam uma forma de uma mesa (a ideia de uma mesa) e a impõem em uma peça amorfa de madeira. Há uma fatalidade nesse ato: os carpinteiros não apenas informam a madeira (quando impõem a forma de mesa), mas também deformam a ideia de mesa (quando distorcem a madeira). A fatalidade consiste também na impossibilidade de se fazer uma mesa ideal. (FLUSSER, 2007, s.p.)

Como o carpinteiro, criamos a ideia do espaço e fazemos a imposição de construir sobre ele o que projetamos. Ao projetar, informamos e deformamos o espaço. E, da mesma maneira, temos de lidar com a impossibilidade de se fazer um espaço ideal.

Entendo este trabalho também como um projeto – ou, talvez como um projétil, no sentido de que quer fazer lançamentos, quer fazer reverberar daqui pra frente –, um projeto que na sua forma e na sua matéria lidam com a porta, a escada e a janela, especulam possibilidades e traçam narrativas com esses elementos. O trabalho não se presta a concluir ou fechar uma ideia em absoluto. Não é assim com o projeto, não é assim com o espaço. É um passeio, um ensaio. Afirmações, certezas, completudes, absolutismos de todos os gêneros não são caros ao ensaio. Se queremos nos aproximar do que seria ensaiar, temos de lidar com a turbidão, a opacidade das coisas. Não só lidar, mas aceitar essa condição. Há que se contentar com contornos excêntricos, com a cor dessaturada, com a impossibilidade de continência.

Por fim, reproduzo aqui um trecho que escrevi no meu trabalho:

Claro, se vou falar sobre meus próprios processos ao fazer arquitetura, só posso ensaiar, posto que este é um recorte de um contínuo que nunca cessa. O espaço é um compósito, multidimensional, em que se permite inscrições múltiplas. As tentativas de apreensão do espaço, por sua vez, acabam por trabalhar com esse caleidoscópio, essa amálgama, procurando destrinchá-la, mas admitindo que isso será impossível, um esforço incessante. (COSTA, 2023, s.p.)

CRÉDITOS IMAGENS

FIG.1: Ailton Silva, [Maçaneta do IMS Rio], 2015. Disponível em: <https://ims.com.br/2019/09/25/ims-rio-casa-e-jardim-sobre-a-casa-da-gavea/>. Acesso em: 23 abr 2024.

FIG.2: Nasa, [Pegada deixada na Lua durante a missão Apollo 11], 1969. Disponível em: <https://www.gazetadopovo.com.br/opinia0/artigos/nem-todo-mundo-queria-o-homem-na-lua/>. Acesso em: 23 abr 2024.

FIG.3: Alfred Hitchcock, Janela Indiscreta, 1954. Disponível em: <https://www.planocritico.com/critica-janela-indiscreta-1954/>. Acesso em: 23 abr 2024.

FIG.4: Maquete em concreto realizada em 2018. Fonte: Elaborado pela autora.

FIG.5: Maquetes topográficas realizadas em 2018. Fonte: Elaborado pela autora.

FIG.6: Maquete em madeira realizada em 2018. Fonte: Elaborado pela autora.

FIG.7: Lina Bo Bardi e Carlo Pagani, [Imagens do projeto Casa Sul Mare di Sicilia, publicado na "Revista Domus"], 1940.

FIG.8: Imagens do livro resultante do Trabalho de Conclusão de Curso, realizado em 2023. Fonte: Elaborado pela autora.

LEPECKI, André. **Coreopolítica e coreopolícia**. Nova Iorque: Tisch School of the Arts, 2012.

OLAIO, Ant3nio; POUSADA, Pedro. **Desenho**: plasticidade e prática conceptual. Coimbra: Imprensa da Universidade de Coimbra, 2014.

PONTI, Gio. **Amate l'architettura**: l'architettura è un cristallo. Macerata: Quodlibet, 2022.

RANCIÈRE, Jacques. **A partilha do sensível**. Tradução de Mônica Costa Neto. São Paulo: Exo Experimental org./ Ed. 34, 2009.

SIMMEL, Georg. A ponte e a porta. **Revista de Ciências Sociais – Política e Trabalho**, n.12, p.11-15. Disponível em: <https://periodicos.ufpb.br/ojs/index.php/politicaetrabalho/article/view/6379>.

SZYMBORSKA, Wislawa. **Poemas**. Tradução de Regina Prybycuen. São Paulo: Companhia das Letras, 2012.

VALERY, Paul. Poesia e pensamento abstrato. In: VALERY, Paul. **Variedades**. São Paulo: Ed. Iluminuras, 1991.

SOBRE A AUTORA

Luiza Fraccaroli Baptista da Costa graduou-se em Arquitetura e Urbanismo na Escola da Cidade em 2023 com o Trabalho de Conclusão de Curso intitulado "porta, escada, janela" com orientação da Profa. Joana Barossi.

luizafbcosta@gmail.com

REFERÊNCIAS

ADORNO, Theodor. **O ensaio como forma**. In: ADORNO, Theodor. Notas de literatura. Tradução de Jorge Almeida. São Paulo: Duas Cidades/Ed. 34, 2003.

BACHELARD, Gaston. **A poética do espaço**. São Paulo: Abril Cultural, 1979.

BAROSSO, Joana Johnsen. **Espécies de espaços: paradoxos perequianos entre a linguagem e o espaço**. 2022. Dissertação (Mestrado em Projeto, Espaço e Cultura) – Faculdade de Arquitetura e Urbanismo, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2022.

BARTHES, Roland. **A morte do autor**. In: BARTHES, Roland. O rumor da língua. Tradução de Mario Laranjeira. São Paulo: Martins Fontes, 2004.

CALVINO, Italo. **Cidades invisíveis**. São Paulo: Companhia das Letras, 1990.

CERTEAU, Michel de. **A invenção do cotidiano**. Tradução de Ephraim Ferreira Alves. Petrópolis: Vozes, 1998.

CORTÁZAR, Julio. Instruções para subir uma escada. In: CORTÁZAR, Julio. **Todos os contos** v.1 (1945-1966). Tradução de Heloisa Jahn. São Paulo: Companhia das Letras, 2021.

FLUSSER, Vilém. **O mundo codificado**. Tradução de Raquel Abi-Sâmara. São Paulo: CosacNaify, 2007.

FOUCAULT, Michel. **As palavras e as coisas**: uma arqueologia das ciências humanas. Tradução de Salma Tannus Muchail. São Paulo: Martins Fontes, 1999.

FOUCAULT, Michel. **O corpo utópico, as heterotopias**. Tradução de Salma Tannus Muchail. São Paulo: n-1 edições, 2013.

GARCIA, Marília. Expedição nebulosa. **Revista Serrote**, Instituto Moreira Salles, p.154-181, 2019.

GARCIA, Marília. **Parque das ruínas**. São Paulo: Luna Parque, 2018.

HEIDEGGER, Martin. Construir, habitar, pensar. In: HEIDEGGER, Martin. **Ensaio e conferências**. Tradução de Marcia Sá Cavalcante Schuback. Petrópolis: Vozes, 2004.

Casa de vó

Mariana Macedo, Vitoria Ajukas e Julia Deccó

Orientação: Prof. Dr. Gilberto Mariotti, Profa. Ms. Joana Barossi e Luciana Ligeiro.

Pesquisa: Trabalho da disciplina Meios de Expressão e Representação, Escola da Cidade, 2023.

Este ensaio foi produzido durante o primeiro semestre de 2023 na disciplina Meios de Expressão e Representação ministrada pelos professores Gilberto Mariotti, Joana Barossi e Luciana Ligeiro. A proposta do trabalho foi descrever um espaço ficcional utilizando a escrita e a fotografia. A partir de imagens

de arquivos familiares de uma das integrantes do grupo, decidimos fazer o ensaio sobre a casa de vó. Nossa intenção foi descrever o espaço para além do construído, pensando questões relacionadas ao imaginário, ao sensorial e à memória, abarcando temas como luto, gênero e classe social.

Grandma's house

This essay was produced during the first semester of 2023 for the subject Means of Expression and Representation taught by professors Gilberto Mariotti, Joana Barossi, and Luciana Ligeiro. The purpose of the work was to describe a fictional space using writing and photography. Utilizing images from family archives of one of the group members, we decide to write the essay about grandma's house. Our intention was to describe the space beyond its physical structure, delving into issues related to the imaginary, the sensorial, and the memory, covering themes such as mourning, gender, and social class.

Casa de la abuela

Este ensayo fue producido durante el primer semestre de 2023 para la asignatura Medios de Expresión y Representación impartida por los profesores Gilberto Mariotti, Joana Barossi y Luciana Ligeiro. El propósito del trabajo fue describir un espacio ficticio utilizando la escritura y la fotografía. Utilizando imágenes de los archivos familiares de uno de los miembros del grupo, decidimos escribir el ensayo sobre la casa de la abuela. Nuestra intención fue describir el espacio más allá de su estructura física, adentrándonos en temas relacionados con lo imaginario, lo sensorial y la memoria, abarcando temas como el duelo, el género y la clase social.

Ato I

Sempre achei a sala da sua casa um espaço muito peculiar. A escada com os degraus de mármore preto, o corrimão de madeira e o guarda corpo de ferro formando um desenho extremamente simétrico que seria muito possível de ser visto em uma área externa, misturado com o chão de taco e tapetes com grafismos turcos. Os sofás de couro falso meio plastificado na cor creme, o conjunto de móveis de madeira envernizada contendo todos os equipamentos eletrônicos da época: TV de tubo, vitrola, tocador de fita cassete. Demonstrando uma variedade de estilos e de vontades bem típicos dos meus avós. Pessoas extremamente distintas, mas intensamente vinculadas, que fizeram dar certo apesar de não terem tido nada de mão beijada.

Eu amava esse vestido, porém tinha muita dificuldade de me amar, sempre via defeito: as bochechas muito redondas, as pernas muito grossas, os braços muito gordos. Nesse dia minha vó pediu para eu posar em frente à escada. Ela pegou a câmera e tirou uma foto com um flash tão forte que até hoje lembro do clarão. Não sabia o que era ser mulher, mas aí já me chamavam de "mocinha". Nunca superei sua partida e acho que por isso ainda sinto dificuldade de amar.

Conheci minha mãe por dois anos, depois ela foi embora pra Bahia, meus avós que me criaram. A minha irmã é dois anos mais nova que eu, ela não mora com a gente.



Ato II

Esse dia foi um sol danado, lembro das férias de janeiro e de passar a tarde brincando na laje. A laje é o quintal da casa, a área aberta que mais bate sol e que tem vista para o resto do bairro. O muro é baixo, dá pra se sentar, conversar com o vizinho do lado direito, que também tem uma laje.

Foi nessa época que aprendi que a teimosia tem força, pois ela nos fez chegar à mureta, que divide a casa com a do vizinho. Essa foto simboliza o despertar de uma característica que talvez carregue até hoje. Ficamos horas, eu e o João, pedindo para nos colocarem lá, nos vestimos igual como forma de apelação. Traçamos linhas de argumentação, tudo para sentirmos a adrenalina de estar na mureta. Faria de tudo de novo pra voltar. Como é bom ser criança, não ter responsabilidades, não ter travas ou traumas, não conhecer a morte... Que saudades de você.

Apesar de a laje ser esse grande quadrado de concreto, é o lugar da casa que eu mais ficava, gostava de tomar banho de mangueira, brincar com os meus primos, tomar sol. Para chegar nela tem que subir alguns degraus meio duvidosos, é um pouco mais alta que o andar da sala e isso faz com que seja possível falar com quem está dentro da casa por uma janela.

Essa foto me remete a um tempo mais leve, de não saudade. Um tempo de outros tempos, de alergias pelo carpete, pelo cachorro, pelo pó na cortina que você insistia em usar –hoje controversamente a sala está mais clara, com a luz que entra direto e bate no chão de taco que já já vai embora também. Muita coisa mudou, até o João mudou, duvido que ele arriscaria subir nessa mureta hoje se ela ainda existisse, se não tivessem construído um muro alto, enorme, que tirou o sol da laje pelas tardes, que tirou a possibilidade de ouvir a fofoca do vizinho, que tirou essa lembrança que agora precisa mais do que nunca desta foto para que fique em minha memória. Ando muito apegada às fotos de família desde que você se foi, assim como o muro que tirou o sol, sua partida deixou nossos dias mais nublados.



Ato III

Nesse dia está um sol danado, lembro das férias de janeiro e de passar a tarde brincando na laje. O vovô está com a gente brincando de pega-pega. Aqui, como diz minha vó, ele é jovem há mais tempo, tem por volta de 60 e poucos anos. Seu Zé sempre foi muito magrelo, quando era novo jogava futebol todos os dias e tinha a canela tão fina que chamavam ele de Piteira.

Que tempo é esse entre o que foi e o que virá? Presente. É difícil assimilar o presente sem sua presença, você sempre foi parte dele e de repente não é mais. Difícil entender que tudo vai, e normalmente não volta. A casa é a mesma, o portão de aço pintado de marrom, o chão de caco amarelo nas áreas externas, o mesmo sofá, mas com outro forro, que agora é cinza, a cozinha ainda é azul e ela se mantém iluminada por aquela luz branca que eu odeio, a escada ainda é de mármore preta.

Os vizinhos não são mais os mesmos, os novos subiram um muro que tampou a vista do lado direito, agora só dá pra ver pra frente. Parece que é uma lição pra gente, ver a frente. O luto é um processo estranho, quando parece que a gente superou bate uma saudade, um aperto, só nos basta extravasar pelos olhos o que o coração sente.

O que nos resta são as fotos, e ainda bem que as tenho, pois me fazem lembrar da sua essência, mais do que da sua doença. Eu ainda revisito os filmes que você me indicou, hoje entendo melhor o seu gosto por eles. Agora compreendo por que você nunca se casou, é difícil se relacionar com outras pessoas, principalmente com os homens. Vira e mexe me pego relembando e revivendo momentos de infância em que escrevia de canetas coloridas no rodapé branco do chão, das tantas vezes que coloquei as bonecas penduradas no corrimão branco-metálico. Ou então de apoiar o pequeno colchonete no topo da escada, dar um impulso e escorregar até o nível do chão. Lembrar desse lugar me faz ver o vazio, o não lugar que sua falta faz. O corrimão, o mármore da escada, a laje, a cozinha com ladrilhos estampados, o muro deixou de existir. Não consigo mais ver o chão de madeira escura, os móveis antigos. Não consigo mais ver você.



CRÉDITOS

Imagens de acervo pessoal

SOBRE AS AUTORAS

Julia Deccó, atualmente no 5º ano em arquitetura e urbanismo pela Escola da Cidade. Durante esse período teve a oportunidade de atuar em áreas diversas como audiovisual e legislação urbanística e expandir seus interesses na fotografia urbana e na leitura e observação dos espaços públicos a partir de estudos do cotidiano.

juliaddecco@gmail.com

Mariana Macedo, estudante de arquitetura e urbanismo na Escola da Cidade, tem uma atuação abrangente que inclui artes visuais e arquitetura. Seu interesse pelo cinema a influenciou desde o início, e São Paulo, sua cidade natal, é uma fonte constante de inspiração. Ela utiliza fotografia, audiovisual e escrita em suas pesquisas, explorando questões humanas como cotidiano, memória, sonhos e afetos.

macedomariana5@gmail.com

Vitoria Ajukas, estudante de Arquitetura e Urbanismo na Escola da Cidade, tem seus interesses voltados para o campo da geografia. Com foco em estudos urbanos, direito urbanístico e psicogeografia, ela dedica-se tanto a análises pessoais quanto a questões legislativas, enquanto trabalha dentro da prefeitura de São Paulo.

vitoria.ajukas@gmail.com

Entre a materialidade e a memória: o caso do Complexo Oban/DOI-Codi

Beatriz Coutinho de Freitas

Orientação: Prof. Ms. Pedro Beresin (Escola da Cidade).

Pesquisa: Iniciação Científica, bolsa do Programa de Iniciação Científica da Escola da Cidade, 2023.

Esta pesquisa investiga as relações entre memória e espaço construído no antigo DOI-Codi de São Paulo. Este estudo será realizado por meio de reflexão acerca das ações museológicas, pedagógicas e patrimoniais que estão atualmente em curso ou que podem ser estabelecidas em um futuro memorial. Uma vez que o acesso ao patrimônio sempre se dá a partir da construção de narrativas (COLOMBO,

2017), a busca pelos atores sociais e suas perspectivas, bem como os conflitos que envolvem a memorialização desse patrimônio se justifica pela possibilidade de promover o diálogo e confrontar diferentes olhares sob um mesmo espaço, o que pode contribuir para a definição de iniciativas posteriores. Para além disso, pensar o futuro do memorial é uma forma de defender sua relevância no presente.

Palavras-chave: memória; DOI-Codi; patrimônio

Between Materiality and Memory: The Case of the Oban/DOI-Codi Complex

This research investigates the relationship between memory and the built space in the former DOI-Codi of São Paulo. The study will be conducted through reflection on museological, pedagogical, and heritage actions currently underway or that may be established in a future memorial. Since access to heritage always occurs through the construction of narratives (COLOMBO, 2017), the search for social actors and their perspectives, as well as the conflicts involving the memorialization of this heritage, is justified by the possibility of promoting dialogue and confronting different perspectives on the same space, which can contribute to the definition of subsequent initiatives. Furthermore, considering the future of the memorial is a way to defend its relevance in the present.

Keywords: memory; DOI-Codi; heritage.

Entre la materialidad y la memoria: el caso del Complejo Oban/DOI-Codi

La investigación examina la relación entre la memoria y el espacio construido en el antiguo DOI-Codi de São Paulo. Se llevará a cabo a través de la reflexión sobre las acciones museológicas, pedagógicas y patrimoniales actualmente en curso o que pueden establecerse en un futuro memorial. Dado que el acceso al patrimonio siempre se produce a través de la construcción de narrativas (COLOMBO, 2017), se busca entender las perspectivas de los actores sociales y los conflictos que rodean la memorialización de este patrimonio. Esta búsqueda se justifica por la posibilidad de promover el diálogo y confrontar diferentes perspectivas sobre el mismo espacio, lo que puede contribuir a la definición de iniciativas posteriores. Además, reflexionar sobre el futuro del memorial se presenta como una forma de defender su relevancia en el presente.

Palabras clave: memoria; DOI-Codi; patrimonio.

1. INTRODUÇÃO

O complexo Oban/DOI-Codi é um importante “patrimônio de memória difícil” (MENEGUELLO, 2020) na cidade de São Paulo. Antigo centro de repressão e tortura, desempenhou um papel crucial no aprimoramento e na disseminação de métodos que foram posteriormente aplicados não apenas no Brasil, mas também em outros países da América Latina (NEVES, 2014). O conjunto de edifícios, localizado na Rua Tutóia, foi tombado em 2014 pelo Conselho de Defesa do Patrimônio Histórico, Arqueológico, Artístico e Turístico do Estado de São Paulo (Condephaat)¹ e em 2017 pelo Conselho Municipal de Preservação do Patrimônio Histórico, Cultural e Ambiental da Cidade de São Paulo (Conpresp)², atendendo às reivindicações da sociedade. Desde o tombamento, há uma crescente demanda para a conversão desse espaço em um memorial destinado à pesquisa, à educação em direitos humanos e à homenagem às vítimas. Entretanto, após uma década desse processo, o cenário se tornou complexo e repleto de disputas, uma vez que envolve interesses públicos, motivações individuais e dimensões coletivas.

Desde o tombamento, há uma crescente demanda para a conversão desse espaço em um memorial destinado à pesquisa, à educação em direitos humanos e à homenagem às vítimas. Entretanto, após uma década desse processo, o cenário se tornou complexo e repleto de disputas, uma vez que envolve interesses públicos, motivações individuais e dimensões coletivas.

Assim, essa pesquisa busca investigar as possibilidades de entrada nos “lugares de memória difícil” a partir de bibliografias, do mapeamento dos agentes envolvidos na história e na patrimonialização do DOI-Codi, bem como os interesses e as perspectivas que estão sendo disputadas acerca do futuro desse bem. Atualmente, a única forma de acesso ao conjunto de edifícios se dá por meio de visitas mediadas organizadas pelo Núcleo de Preservação da Memória Política (NM).

Essas visitas ocorrem mensalmente no edifício considerado antiga sede do aparato repressivo, e contam com o intermédio de historiadores e um ex-presos político, Maurice

Politi. A experiência da visita consiste na compreensão de como se dava a estrutura de repressão, averiguação e tortura de presos políticos, do entendimento da dimensão e relevância dos lugares de testemunho, bem como permite o diálogo e a elaboração de perguntas, próprias da relação de cada visitante com o espaço.

Dessa forma, a pesquisa se desenvolveu a partir de três frentes: a primeira foi centrada nas visitas guiadas; a segunda compreendeu a análise e sistematização da discussão bibliográfica; e a terceira, por fim, buscou conduzir e interpretar entrevistas com os envolvidos na história do DOI-Codi, tanto enquanto centro de tortura, quanto patrimônio tombado.

A experiência das visitas mediadas foi porta de entrada para a identificação dos agentes e das disputas correntes; foi por meio desses eventos que conhecemos a maioria das pessoas entrevistadas. Essa atividade representa uma ação memorial efetiva – narrativa e discurso – e que oferece pistas acerca das futuras possibilidades de tradução da memória na materialidade. Por fim, a perspectiva pessoal, traduzida nas análises a seguir, proporciona a reflexão a partir do olhar simultâneo como espectador e pesquisador.

A última frente de trabalho consistiu na elaboração de entrevistas. A metodologia para essa etapa se deu a partir do levantamento de hipóteses ao longo do processo de elaboração do projeto de pesquisa, na discussão bibliográfica, e principalmente como consequência das visitas mediadas. Para tanto, foram elaboradas questões que conduziam ao esclarecimento da visão dos entrevistados sobre determinados assuntos.

Ao longo desse processo, entrevistamos pessoas cujas histórias se relacionavam diretamente com o DOI-Codi no período de centro de detenção e tortura: Emílio Ulrich, Maurice Politi e Gilson Modesto. Também tivemos a oportunidade de nos aproximar do posicionamento da família Herzog, no que diz respeito a sua colocação diante da musealização daquele espaço. Além disso, entrevistamos representantes de instituições públicas e privadas empenhadas no processo de tombamento e patrimonialização, entre os quais: o Núcleo Memória, o Condephaat e o Instituto Vladimir Herzog. Conversamos

também com membros do GT DOI-Codi, grupo de pesquisa fundado com o objetivo de organizar as discussões acerca do futuro memorial: o arquiteto Silvio Oksman e a historiadora Deborah Neves. Essas entrevistas tiveram o objetivo de aprofundar o entendimento das posições, argumentos e estratégias adotadas pelos agentes envolvidos nas disputas identificadas.

2. MEMÓRIA, MATERIALIDADE E DISPUTA

A busca por uma definição daquilo que entendemos como memória conduziu à compreensão de que este é um campo de disputas (ZALIS, 2016) e que não existe uma memória única e inequívoca, mas uma multiplicidade de discursos que lutam por legitimação ao serem transmitidos (BARRETA, 2014). Assim, memórias são elaboradas e reelaboradas constantemente por grupos sociais no momento presente sobre eventos do passado, a partir das necessidades socioculturais e ideológicas (LEMOS, 2019).

Dentre a diversidade de conceitos que definem – ou tentam definir – os processos memoriais, a definição de memória coletiva é a que mais se adequa a esta análise. A memória coletiva se constitui a partir do conjunto de lembranças e representações que une e conecta diferentes grupos sociais em uma determinada cultura (HALBWACHS, 1990). É influenciada por narrativas históricas, tradições, rituais e práticas culturais compartilhadas, sendo assim é fundamental para a coesão social e é moldada por diferentes perspectivas e interpretações, muitas vezes resultando em narrativas variadas sobre os mesmos eventos históricos.

Além de construção coletiva (HALBWACHS, 1990), as memórias são também espaciais e materiais (JELIN, 2002). O conceito de memória material de Maurice Halbwachs refere-se à dimensão física e tangível de lembranças coletivas, para ele as memórias são construídas e sustentadas não apenas por meio de narrativas e representações simbólicas, mas também através de objetos, lugares e artefatos. Halbwachs ainda observa que a memória material reforça a conexão entre os indivíduos e o passado compartilhado pelo grupo, tornando-se uma parte essencial na construção da identidade coletiva.

Uma vez que os processos memoriais são uma experiência temporal e espacial, é possível

adicionar camadas de complexidade à nossa definição. Para Lemos:

A constituição, utilização, modificação ou destruição de determinadas materialidades podem estar diretamente relacionadas às tentativas de construção e desconstrução de diferentes memórias e, assim, de diferentes histórias, narrativas e identidades que são permeadas por disputas de poder. (LEMOS, 2019, p.60)

A memória material é, portanto, capaz de intermediar relações políticas e sociais, fortalecer hierarquias e estruturas dominantes (LEMOS, 2019). Sendo assim, temos sempre que considerar que materialidades estão relacionadas a processos de lembrança e esquecimento, que envolvem ações e discursos sociopolíticos e relações de poder, tanto no passado quanto no presente.

Nesse sentido, os “lugares de memória difícil” são uma categoria que considera as dimensões simbólicas e políticas de locais relacionados a acontecimentos históricos traumáticos, e a preservação desses sítios se justifica justamente na carga simbólica e emocional que representam na esfera da memória individual e coletiva. Os lugares de testemunho são formas de legitimação do direito à memória, de luto ou peregrinação para familiares de vítimas. Como provas materiais de crimes e da própria ocorrência dos regimes de exceção – que por vezes são colocadas em questionamento a serviço de interesses políticos, impedem a ocultação dos fatos e o descrédito das vítimas (MENEQUELLO, 2020).

A preservação desses locais tem se justificado também na noção de que é preciso “conhecer para não repetir” (RODRIGUES, 2021, p.28). As ações de memorialização que orientam estes espaços atuam sobre as gerações mais novas, ao se fazer compreender episódios de abusos cometidos contra grupos sociais que se perpetuam na atualidade. Educar para o “nunca mais” significa fundamentalmente estabelecer conexões entre o passado e o presente no sentido de valorização dos direitos humanos.

No Brasil, o crescimento de tendências neonazistas aponta para práticas que se apoiam em eventos do passado para construir discursos no presente. A criação de memórias de resistência é uma forma de combater o abismo ideológico e cultural que

se tem produzido, sob a luz dos “lugares de memória”, a educação patrimonial tem a oportunidade de se aliar a luta pelos direitos humanos, contra o esquecimento e no combate a reformulação inverossímil de um passado.

A ditadura civil-militar sempre ocupou o imaginário de um período de prosperidade econômica, integridade política e ordem pública (NAPOLITANO, 2015) para parte da população brasileira. A eleição de Jair Bolsonaro (2018-2022), mobilizou o negacionista e o revisionista histórico como base ideológica do governo, que atuaram de forma bastante eficaz sob a população, principalmente estimulando valores ultraconservadores, moralistas e saudosistas. Assim, o retorno dos militares ao poder e a tendência antidemocrática na população afirmam a tese de que o Estado brasileiro “caminha a passos lentos em direção a um acerto de contas com seu passado” (RODRIGUES, 2021, p.36). Se por um lado, uma parcela significativa da sociedade (movimentos sociais, imprensa e figuras públicas) condenam a ditadura, por outro as medidas implantadas no processo de restauração democrática impossibilita ações reais contra aqueles que cometeram violações aos direitos humanos (NAPOLITANO, 2015). De maneira geral, se tem feito conviver no mesmo país, discursos de memória que condenam o regime e atuações institucionais que transmitem valores que reafirmam a violência política (NAPOLITANO, 2015).

Apesar desse cenário, políticas memoriais e medidas de reparação têm ocorrido em resposta às reivindicações de grupos sociais, especialmente aqueles diretamente afetados pelo regime. Entre 2012 e 2014, cinquenta anos após o golpe, foi estabelecida uma conjuntura relativamente favorável para debater a memória socialmente construída (CYMBALISTA, 2017). Nesse contexto, a Comissão Nacional da Verdade (CNV) emergiu como a principal política de memória no país. Entre suas várias iniciativas, destacou-se a identificação de centenas de locais relevantes para a rememoração do período (NEVES, 2020). Em São Paulo, por exemplo, podemos mencionar a antiga sede do Deops, o Edifício Maria Antônia, o Arco Tiradentes e o complexo de edifícios Oban/DOI-Codi.

Esse último foi central em relatos e investigações ao longo da continuidade da comissão. Assim, em outubro de 2012, o ofício

nº306/2012 enviado pela CNV ao governador do estado de São Paulo teve como objetivo recomendar o tombamento do conjunto, bem como sua destinação a um espaço de memória. O documento propõe que o antigo DOI-Codi “se constitua em espaço continuamente aberto ao público, a que se tenha conhecimento amplo das mazelas do período histórico vivido sob o regime ditatorial” (NEVES, 2020).

O Complexo Oban/DOI-Codi – inicialmente fundado como Operação Bandeirante (Oban) – foi o principal órgão de planejamento e execução das ações repressivas contra opositores ao regime, operante com maior violência entre os anos de 1969 e 1974. A partir dos interesses do Governo do Estado, do Exército Brasileiro e de grandes empresários, foi primeiro idealizado como uma estratégia de centralizar as atividades repressivas no Estado, e posteriormente empregado como uma estrutura nacional de repressão, captura, averiguação e interrogatório de pessoas. Sob a gestão do Coronel Carlos Brilhante Ustra, as dependências do DOI-Codi foram, segundo relatórios da CNV, o local de ocorrência de pelo menos 17% das mortes e desaparecimentos políticos registrados em todo o período de ditadura civil-militar (RODRIGUES, 2021), incluindo o assassinato do jornalista Vladimir Herzog. A morte de Herzog, em 1975, tornou-se um dos símbolos da luta pela restauração da democracia e está intensamente presente na memória coletiva do período.

Ao se configurar como uma estrutura que atuou e foi concebida unicamente para o controle político, o complexo de edifícios Oban/DOI-Codi tem, na contemporaneidade, caráter singular e potencial para se tornar o mais relevante centro de pesquisa e memória da ditadura na América Latina (NEVES, 2021).

O tombamento do complexo inclui: a 36ª Delegacia de Polícia de São Paulo (edifício 1 na imagem), onde há evidências de celas e salas de tortura; o edifício sede do DOI-Codi (número 2a na imagem), onde a maioria das sessões de tortura ocorriam, sendo este o único edifício autorizado para visitas; adjacente a ele, identificado como 2b, está a estrutura de apoio logístico, que serviu de moradia para Ustra e sua família em alguns momentos, conforme relatado por sobreviventes; o estacionamento, indicado pelo número 3, era o local onde os prisioneiros sofriam as primeiras violações; e por fim, os edifícios apontados como 4 e 5, agora



FIG.1: Imagem de satélite da Rua Tutoia e Tomás Carvalhal. Fonte: Imagem retirada do Parecer Técnico UPPH noGEI-256-2012/ figura 24...

referentes à área administrativa e à garagem do Departamento de Homicídios e Proteção à Pessoa (DHPP), espaços menos relevantes na memória das testemunhas (FIG.1).

O tombamento em instâncias municipais e estaduais, medida aparentemente capaz de apaziguar disputas, não foi suficiente para levar ao consenso os diferentes agentes que atuam sob esse lugar, bem como seus diferentes interesses. Se a memória é campo de disputa, o patrimônio também é.

Considerando os desafios políticos, estéticos e pedagógicos inerentes aos "sítios de memórias difíceis" (CABRAL, 2016), e partindo da ideia de que a entrada no patrimônio é sempre mediada pela construção de narrativas (COLOMBO apud CABRAL, 2017), esta pesquisa também se propôs a explorar os diferentes pontos de vista dos agentes envolvidos no processo de patrimonialização atual e na futura musealização do antigo DOI-Codi. Por meio desta abordagem, pretendeu-se produzir reflexões que possam servir de subsídio para pensar o futuro das instalações e as formas de transmissão da memória por meio da materialidade.

Adiante, serão apresentados os resultados obtidos. A primeira parte trata da identificação dos agentes e suas perspectivas sobre o futuro dos edifícios tombados,

enquanto a segunda apresenta e discute os diferentes projetos que são idealizados para o que virá a ser o memorial DOI-Codi (FIG.2).

3. OS AGENTES E SUAS MÚLTIPLAS PERSPECTIVAS

Janice Gonçalves, autora da tese "Lugares de memória, memórias concorrentes e leis memoriais" (2015), argumenta que a reivindicação de uma memória por diversos agentes sociais resulta na explosão de "batalhas de memória", "guerras de memória" ou, ainda, "memórias concorrentes" (GONÇALVES, 2015, p.23). Assim, o processo de tombamento de um patrimônio não é suficiente para levar ao consenso diferentes atores com diferentes interesses e pontos de vista.

O pedido de tombamento das "Antigas Instalações da Oban/DOI-Codi" foi protocolado em 2012 por Ivan Seixas, ex-perseguido político, com apoio técnico da UPPH, da historiadora Deborah Neves e entidades da sociedade civil. O documento inovou ao incluir depoimentos de ex-presos, permitindo a identificação de locais de crimes dentro do complexo (NEVES, 2020). Assim, a conclusão do Parecer Técnico sugeriu o tombamento de todas as edificações no lote e a urgência da transferência da propriedade à



FIG.2:
Edifício principal de execução das atividades repressivas. Único aberto às visitas mediada. Fonte: Registro da autora, set. 2022.

Secretaria de Cultura de São Paulo, para que se possibilitasse a criação de um memorial.

A inscrição antigo DOI-Codi no Livro de Tombo se deu em 2015, e caracterizou o complexo como o principal centro de repressão da ditadura. Apesar desse cenário, o tombamento não garante a conversão do complexo em um local público de memória, gerando incertezas sobre sua transformação até o momento atual.

A disputa central envolve a propriedade do edifício entre a Secretaria de Segurança Pública (SSP) e a Secretaria de Cultura, na qual a transferência do lote é crucial para obter financiamento público e privado e inaugurar o memorial. A principal divergência diz respeito à presença da delegacia no perímetro tombado, uma vez que os órgãos patrimoniais reivindicam a desativação de todos os edifícios pertencentes ao complexo.

A resistência a essa medida ocorre principalmente no âmbito da SSP e da vizinhança. Em 2014, uma associação de moradores do bairro da Vila Mariana publicou um abaixo assinado com mais de 10 mil assinaturas (NEVES, 2021), cujo objetivo era pressionar as autoridades contra a

transferência da delegacia para outro endereço, ainda que alegam não se opor à instalação do memorial.

A concessão do edifício onde funciona a delegacia é uma das medidas de maior importância para as vítimas e seus familiares, devido a sua carga simbólica e a existência comprovada de antigas celas no local. Devemos ressaltar também que as ações exercidas nas dependências do DOI-Codi, entre os anos de 1969 e o início da década de 1980, não eram segredo para a sociedade civil em geral, muito menos para a vizinhança no entorno imediato. Assim, de certo modo, os vizinhos ao DOI-Codi na época foram também vítimas do terrorismo de Estado.

Mesmo que o perfil do bairro tenha se transformado ao longo dos últimos cinquenta anos, a adesão desse grupo social ao projeto de memorial é crucial na luta pela sua instalação. César Rodrigues, historiador colaborador do NM, explicou a importância de uma boa relação entre a memória e a comunidade de seu entorno:

A gente entende que é importante para a vizinhança ter uma delegacia, mas talvez não seja necessariamente naquele espaço [...] A gente tem que fazer um

trabalho lá, tentar ouvir a vizinhança, [...] porque qualquer memorial, qualquer museu, não faz sentido existir se não tem vínculo com a comunidade do entorno. (RODRIGUES, 2023)

O trabalho de diálogo ao qual Rodrigues se refere inclui tentativas de acordo entre os defensores do memorial frente à SSP. Ivan Seixas conta que foi oferecida uma negociação de transferência da delegacia para o edifício da Rua Tomás Carvalhal (números 4 e 5 na fig.1), que fazem parte do complexo, mas não estão muito envolvidas com a memória daquele espaço (BARROS; PIZARRO; MÔES, 2020). Para ele, os obstáculos impostos pela SSP em relação ao memorial decorrem do fato de que um lugar de memória seria um lembrete da participação da polícia civil nos fatos que lá ocorreram: "Ali é uma delegacia que já existia (antes do DOI-Codi) que era conivente com tortura, assassinato e desaparecimento. Hoje eles não podem pregar um prego porque está tombado, mas a gente também não pode ocupar" (BARROS; PIZARRO; MÔES, 2020).

Desde 2018, alguns ofícios foram encaminhados à SSP solicitando que os edifícios fossem finalmente cedidos. As respostas envolvem a impossibilidade de disponibilizar outro espaço que pudesse comportar o DP dentro dos padrões necessários. Para Ivan, o argumento foi apenas um pretexto para dificultar as negociações.

Contudo, apesar das dificuldades de diálogo, os defensores do memorial se mantêm firmes nas tentativas de negociação. Ao longo dos últimos anos, o Grupo de Trabalho Interinstitucional GT DOI-Codi vem solicitando a transferência parcial do complexo, com o objetivo de facilitar um acordo. Ainda assim, o pedido encontra-se arquivado pela Secretaria da Cultura desde 2019, sem que houvesse qualquer resposta. Segundo Flávio Pereira, advogado que acompanha a ação, o impasse agora se encontra nas mãos da Secretaria de Cultura, que alega falta de verba para a instalar e manter um memorial.

Apesar do cenário jurídico de estagnação se manter desde o tombamento, as visitas mediadas permanecem, junto a outras atividades periódicas ou pontuais. O início da primeira etapa de escavações arqueológicas no local, em agosto de 2023, significou um avanço importante. A pesquisa intitulada "Arqueologias do DOI-Codi de São Paulo:

leituras plurais da repressão e da resistência", é uma iniciativa da Universidade Federal de São Paulo (UNIFESP) e da Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG), com financiamento CNPq e da Universidade Estadual de Campinas (Unicamp).

O projeto de arqueologia, arqueologia forense e arqueologia pública (Unicamp, 2023), somados à coleta de testemunho, busca vestígios do funcionamento do órgão e investiga evidências materiais e biológicas de práticas de tortura no local. O material coletado será encaminhado para laboratório, onde poderá ser analisado e estudado profundamente. Além disso, parte importante do trabalho foi o envolvimento de pesquisadores multidisciplinares e a criação de uma oficina de arqueologia aberta ao público.

Foi notável, ao longo desse evento, a quantidade de voluntários engajados no programa e o interesse da mídia pelo assunto nas primeiras semanas de agosto. Contudo, os entraves políticos continuam perceptíveis nessa nova etapa de pesquisa, não somente na dificuldade de obtenção de financiamentos, mas na ligeira e simbólica alteração na conduta do 36º DP.

Após o anúncio do início do projeto arqueológico e a previsão do aumento de visitas, um portão de grades foi instalado, tornando impossível o acesso direto às instalações do antigo DOI-Codi e obrigando os visitantes a adentrarem a delegacia. Essa medida sugere uma provável intenção de controle sobre as atividades memoriais, além de uma possível tentativa de intimidação do público e dos pesquisadores. Dessa forma, torna-se evidente o embate ideológico, político e ético entre diferentes grupos em relação ao futuro do DOI-Codi. Enquanto institutos, associações da sociedade civil organizada e parte da grande mídia, juntamente com universidades e órgãos de preservação como Condephaat e UPPH, defendem a preservação do local como um memorial, governantes, a Secretaria de Segurança, o exército brasileiro e alguns segmentos conservadores da sociedade, incluindo vizinhos e funcionários das forças de segurança, resistem a essa ideia.

No entanto, visões divergentes sobre como a memória deve ser conduzida no edifício não estão necessariamente ligadas a ideias negacionistas ou que banalizam a atuação do regime. Entre as vítimas e familiares dos mortos também não há



FIG.3:
Portão de acesso aos andares superiores do edifício, onde aconteciam as sessões de tortura e interrogatório. Fonte: Registro da autora, set. 2022.

FIG.4:
Vista do complexo edificado a partir do pátio do estacionamento. À esquerda em primeiro plano está a delegacia, ao fundo edifício principal e anexo. Fonte: Registro da autora, set. 2022.

consensos. Enquanto alguns desejam um memorial, outros preferem a completa destruição do complexo e a criação de um espaço alternativo de homenagem. O contato com alguns ex-presos, durante os trabalhos de campo, foi fundamental para investigar as diferentes relações estabelecidas entre a memória individual e a memória coletiva no antigo complexo (FIG.3 e FIG.4).

Maurice Politi, por exemplo, foi preso em decorrência de seu engajamento na Ação Libertadora Nacional (ALN) entre dezembro de 1973 e janeiro de 1974, aos 21 anos de idade. Após a anistia, transformou a experiência da tortura em motivação de sua carreira. Baseada no trabalho pedagógico e reconciliador, atualmente é diretor administrativo do NM e responsável por guiar as visitas mediadas mensalmente:

O que a gente mais faz no Núcleo é palestrar, e vou te dizer que temos um certo sucesso em combater essa onda revisionista. [...] A gente diz: "nós resistimos cinquenta anos atrás dessa forma [...] diante da falta de liberdade, da censura, da repressão"; hoje a resistência assume outras características, a sociedade é outra.

A gente explica para eles: "o teu avô tem razão quando fala que naquele tempo tinha menos violência, ditadura

foi boa", não é que ele tem razão, era o conhecimento dele na época, tinha censura, ele não sabia o que acontecia. [...]

Eu falo sempre, ditadura é igual a medo. Então você não quer mais esse período de medo, porque o dia que você tiver numa ditadura, você vai ter medo de tudo [...] Eu acho que a melhor forma da gente combater essa onda revisionista é elucidando sobre o que aconteceu, e é nossa obrigação, nós que ainda estamos vivos, dizer para os mais jovens o que aconteceu para que não aconteça nunca mais. (POLITI, 2019)

Politi atribui um caráter político e pedagógico ao transmitir as experiências que vivenciou no passado. Sua atuação visa destacar como a ditadura implementou estratégias para normalizar a falta de liberdade, a censura e a desinformação. Ele acredita na educação para o "nunca mais", na justiça de transição e vê o espaço do DOI-Codi como um catalisador dessa visão.

Outro ponto interessante da atuação de Maurice Politi como educador é que ele pouco fala de sua experiência pessoal, César Rodrigues explica em entrevista essa decisão:

O Maurice Politi não gosta de falar das torturas que sofreu. Eu já perguntei, ele falou assim: "se eu falo sobre as torturas que sofri, pode ser que cause o

efeito contrário nas pessoas que estão nos escutando, falar das torturas é falar sobre um terror muito grande, então se tivéssemos uma outra ditadura hoje e se as pessoas ficassem com os relatos que passamos, talvez elas não enfrentem, elas ficariam em casa guardadas". (RODRIGUES, 2023)

Assim, Politi pensa a educação em direitos humanos a partir da perspectiva de quem teve seus direitos violados. Para ele, a amplificação do efeito do terror pode ter efeito contraproducente nas pessoas que ouvem histórias, o medo poderia desencorajar o engajamento político das gerações mais novas. Ao filtrar informações, ele demonstra que a educação para "o nunca mais" deve ser construída a partir da sensibilização do público e de forma cuidadosa.

Emílio Ulrich, também anistiado, tem outra relação com a tortura. Foi preso em 1970, quando militava no grupo Vanguarda Popular Revolucionária (VPR). Em entrevista, ele conta que sofria sessões especiais de tortura praticadas diretamente por Ustra, provavelmente devido ao fato de ter desertado do exército para integrar a VPR. Os danos causados pela violência de Estado o acompanharam ao longo da vida:

Eu saí completamente louco. Minha cabeça não funcionava, me tornei alcoólatra. Não conseguia viver, não conseguia dormir, sonhava com tortura, sonhava com o Ustra todos os dias. Eu não conseguia falar sobre a tortura, não conseguia descrever o que tinha acontecido comigo. (ULRICH, 2023)

Apesar do trauma, Emílio é bastante presente nos encontros realizados pelo NM. César também elucidou a urgência de Emílio em relatar as atrocidades que vivenciou:

O Emílio fala bastante sobre os episódios. Ele passou muitos anos sem falar, é um trauma muito grande, só conseguiu voltar a falar depois que participou daquelas clínicas do testemunho do programa do Governo Federal, na época da Comissão. Traziam psicólogos para poder conversar com essas pessoas. (RODRIGUES, 2023)

O trauma de Emílio transcende a tortura que sofreu no DOI-Codi e encontra a dimensão da descredibilidade das vítimas

da ditadura, resultado sobretudo do efeito de discursos negacionistas. Emílio nos conta dos anos em que sofreu com o descrédito de familiares, amigos e até mesmo daqueles que assistiram suas palestras. Atualmente, parece sentir conforto em compartilhar suas memórias no espaço do DOI-Codi, uma vez que lá se conforma um ambiente de respeito e credibilidade as memórias compartilhadas, também pretende publicar um livro intitulado "A tortura nunca acaba", no qual narra os dias que passou no cárcere: "Eu andei fazendo palestra e até parentes não acreditam, contestam a existência de ditadura. Mas aí eu descobri uma coisa: livro tem credibilidade no Brasil! Eu não vou provar nada, mas vou contar, acredite quem quiser" (ULRICH, 2023).

É notável a dimensão da dor de Emílio, uma vez que o descrédito é também uma forma de violência – a partir desse ponto de vista, o título de seu livro ganha mais uma camada de sentido. Para ele, falar de si é uma forma de reelaborar o trauma, e a crença na autoridade dos livros está na segurança de não haver um interlocutor direto, não haver diálogo. A experiência de terror durante a década de 1970 e o posterior descrédito o levou a ter uma visão bastante cética acerca do futuro do DOI-Codi como espaço memorial e pedagógico:

Isso aqui ainda não foi transformado em um centro de memória porque os militares não querem, e não vão deixar. Será no máximo muito mal elaborado, para dizerem que existe, para se reunir como se faz hoje, porque eles toleram algum movimento, só para dizer que o país é democrático. [...] Não tem jeito, agora estou no fim da vida, o que eu posso fazer? Só lamento, lamento pelo povo brasileiro, lamento pela juventude e pelos meus netos. Porque o Brasil dificilmente vai mudar. (ULRICH, 2023)

Apesar de ativos defensores dos direitos humanos, Emílio e Politi se posicionaram de formas distintas. Enquanto um acredita ter o dever de buscar o diálogo ponderado com a sociedade, o outro dá seu testemunho no sentido de uma elaboração individual do trauma.

A dimensão dos lugares de memória para a reformulação pessoal apareceu também na conversa com outro anistiado, Gilson Modesto, que ficou preso entre 1969 e 1970 no DOI-Codi.

Apesar de não estar diretamente envolvido com entidades de luta pelo memorial, frequentou as visitas mediadas algumas vezes com um objetivo: “não deixar morrer a memória de todos, e também a minha” (MODESTO, 2022).

Durante a visita, Gilson explicou que em todas as vezes em que participou dos encontros, conseguiu recuperar memórias que havia esquecido. Ele ressaltou que um dos efeitos do trauma é a propensão ao esquecimento. Recentemente, Gilson passou também a encarar o ato de lembrar como parte de um movimento de vigilância em relação ao que é considerado a versão oficial da história: “A gente precisa lembrar para não permitir que ocorra aqui o que aconteceu com o Memorial da Resistência” (MODESTO, 2023), referindo-se ao plano museológico instalado no edifício, que partiu da construção de cenário, “higienizados” na visão de Modesto, para sensibilizar o público.

Assim, os “lugares de memória” concentram dimensões pessoais e coletivas (CYMBALISTA, 2017). A partir dos encontros com Emílio e Gilson, percebemos que os espaços de testemunho atuam também no estabelecimento de redes de apoio entre vítimas, lugares de encontro entre pessoas que passaram por experiências parecidas.

Nesse sentido, existe também um grupo composto por familiares, especialmente mães de mortos e desaparecidos, denominado Cordão da Mentira (MONCAU, 2023). O grupo se reúne todo 1 de abril em frente ao antigo DOI-Codi e promove uma passeata pelo bairro da Vila Mariana, com o objetivo de denunciar a impunidade dos torturadores, tanto no passado quanto no presente. O engajamento desse grupo aproxima a luta por justiça de familiares de vítimas da ditadura com as atuais famílias que tiveram seus entes queridos mortos pelo aparato policial.

Dessa forma, percebemos que os familiares também têm diferentes formas de lidar com a perda, distintas atuações, opiniões e experiências, que conformam um ambiente de reflexões bastante rico. A colocação da família Herzog é ilustrativa nesse contexto:

O instituto foi criado com a intenção de manter viva a lembrança do legado e a memória do Vlado, porque hoje em dia quando as pessoas lembram de

Vladimir Herzog, automaticamente vem o tema da ditadura e também a fatídica imagem dele morto. A família, por uma questão muito legítima de trauma, tem uma certa resistência a tudo que se relaciona com essa imagem [...] O instituto foi criado para lembrar que, para além daquela foto, existiram 38 anos de vida muito ativa, de muito trabalho, muita reflexão e muita luta. [...] Eles não visualizam aquele espaço como um lugar que mereça ser tratado como um memorial, como um patrimônio. Para eles, olhar aquele espaço é olhar o Vlado assassinado. (ABREU, 2023)

Ainda que Vladimir Herzog tenha sido figura de indiscutível valor para o cenário intelectual brasileiro, a divulgação da foto de sua morte teve profundo impacto na história da luta por liberdade política no Brasil. As circunstâncias do assassinato de Herzog e a difusão massiva da imagem daquele momento são parte do sofrimento da família, que tem o desejo de cultivar a vida e o trabalho do jornalista, ao invés de referências a sua morte. Assim, é possível perceber que os contextos de trauma também são bastante diversos, enquanto a dor da família Herzog se tornou midiática, a de Emílio foi invisibilizada e, portanto, ambos têm relações distintas com tudo que os remete a esse passado de dor.

Apesar da opinião de familiares, o Instituto Herzog se coloca de outras maneiras na sociedade, uma vez que tem sua atuação voltada para a educação em direitos humanos, jornalismo e memória, verdade e justiça. As instituições e os profissionais da área têm, por óbvio, papéis, posições e crenças que podem divergir daqueles que tiveram suas vidas pessoais profundamente atingidas pela violência de Estado.

Assim, partimos para os posicionamentos de profissionais que lidam com questões dos lugares de testemunho. Para os historiadores com os quais pude conversar, Deborah Neves, César Rodrigues e Gabrielle Abreu, é inequívoca a relevância de relembrar e homenagear as vítimas em um futuro memorial, mas o complexo Oban/DOI-Codi tem capacidade de comunicar muito além da tortura.

Uma vez que é preciso “fazer falar os lugares de memória” (CABRAL, 2019, p.106), uma narrativa que se pretende

suficientemente pedagógica deve, na opinião dos historiadores, mais do que homenagear as vítimas, criar conexões entre o passado e o futuro. Em um país marcado por violências históricas, cuja justiça nunca foi plenamente alcançada, a relevância do DOI-Codi transcende seu próprio contexto histórico, demonstrando como a ditadura civil-militar no Brasil foi responsável pelo surgimento de grupos de extermínio e a institucionalização da tortura como prática dentro das polícias (CNV, 2015), que atuam sobretudo contra populações pretas, pobres e indígenas até hoje. Os “lugares de memória difícil” podem ser assim entendidos de várias maneiras, desde espaços pedagógicos que nos ensinam sobre o presente, até locais de peregrinação e encontro entre vítimas. São também espaços para lembrar, ou para alguns, esquecer.

A partir do reconhecimento desses vários agentes, individuais e coletivos que disputam a memória e seus usos políticos, ideológicos, estéticos e éticos no espaço do DOI-Codi, podemos identificar as “guerras de memória” mencionadas por Janice Gonçalves (2015).

Assim, apesar de haver divergências, especialmente sobre como expressar a memória no espaço edifício, os grupos ouvidos por essa pesquisa compartilham valores ligados à preservação da memória, enquanto setores conservadores, de extrema-direita ou entidades que atuaram na repressão política, operam de forma a desencorajar ações de reparação, seja de forma simbólico ou explícita. Essa divergência de perspectivas contribui para as tensões em torno do uso e do significado do espaço do DOI-Codi.

4.OS DIFERENTES PROJETOS E SUAS QUESTÕES

Após a identificação dos atores sociais e do contexto em que cada um está inserido, partimos para a investigação das relações entre memória e espaço construído, por meio da reflexão acerca das ações museológicas, pedagógicas e patrimoniais em curso ou que serão implantadas no complexo de edifícios. Tendo em vista que a entrada no patrimônio sempre se dá a partir da construção de narrativas (COLOMBO *apud* CABRAL, 2017), entender os diferentes projetos para este lugar permeia disputas acerca da história e da memória da ditadura civil-militar no Brasil.

É fundamental salientar que não existem diretrizes para um plano museológico, uma vez que os trabalhos do GT e demais entidades têm voltado seus esforços para a viabilização burocrática do memorial – processo que já se arrasta há doze anos. No entanto, essa discussão não deve ser limitada ao momento de efetiva consolidação da proposta do memorial.

Nesse sentido, partimos do debate acerca da manutenção, ou não, das edificações em sua condição atual. Segundo o relatório da UPPH, observa-se poucas alterações no conjunto, sobretudo no edifício sede do aparato repressivo, desde o fim do regime. Esta constatação evidencia, na dureza dos espaços vazios, a dimensão emocional e afetiva que contribui com o fazer pedagógico. A preservação da memória é também discussão espacial (BARRETA, 2014):

Em termos de ocupação do espaço, o plano museológico deve contemplar uma intervenção mínima, porque são provas judiciais, mas causam impacto no visitante pelo que ele é e pela história que tem. A ideia não é espetacularizar, é um lugar para ser de reflexão, pesquisa, conhecimento e produção de sensibilidades. O plano museológico, de arquitetura e expografia precisa passar pela narrativa das pessoas que ficaram presas, que foram assassinadas, dos familiares, mas também pelo que nos faz entender o que foi o DOI-Codi, porque ele funcionou tão bem (para o objetivo que foi criado) e quais os impactos que essa política teve na nossa democracia. (NEVES, 2023)

A perspectiva de que a preservação dos espaços sem adições complexas sugere uma abordagem mais eficaz para lidar com as memórias individuais e coletivas. Essa perspectiva encontra respaldo também na experiência das visitas mediadas ao local. A vivência pessoal de explorar o espaço testemunho do DOI-Codi, tal como foi vivenciado pelas vítimas, evoca uma sensação semelhante àquela relatada por Didi-Huberman em sua obra “Casca” (2017). Ao descrever uma visita ao complexo Auschwitz-Birkenau, ele reflete a respeito do inevitável convite a imaginar o inimaginável:

Meu amigo Henri, que me acompanhava, me contou ter me ouvido dizer: “Isto é



FIG.5:
Fragmento do
piso original da
sala sob vinílico
recente, exposto a
partir de escavação
arqueológica.
Fonte: Registro da
autora, ago. 2023.

inimaginável". Foi o que eu disse, como todo mundo. Mas, se devo continuar a escrever, ajustar o foco, fotografar, montar minhas imagens e pensar isso tudo, é precisamente para tornar uma frase desse tipo incompleta. Cumpriria dizer: "Isto é inimaginável, logo devo imaginá-lo apesar de tudo". (DIDI-HUBERMAN, 2017, p.127)

O prédio vazio e a narrativa que guia o percurso são suficientemente potentes para transmissão da memória e construção de sensibilidades. Nesse contexto, as visitas mediadas são uma atividade pedagógica de inquestionável impacto e relevância, que fortalecem os laços de empatia em relação à memória das vítimas. Em vários momentos durante as visitas, tivemos o ímpeto de imaginar pessoas com idade próxima sendo levadas à força até aquele edifício, de onde nunca voltaram. Assim, as visitas mediadas criam narrativas e discursos que oferecem modos de acesso e entendimento dos "lugares de memória" de forma mais próxima ao público (FIG.5). Pensar em intervenções mínimas também é uma forma de preservar a história factual, uma vez que artifícios expográficos estão mais sujeitos às armadilhas narrativas da memória individual. Nesse sentido, vale ressaltar que os depoimentos são, no caso de

graves violações de direitos humanos, uma das únicas formas para se provar os crimes, mas não devem ser encarados como verdades históricas. A memória sempre será suscetível a transformações, ainda mais em contextos traumáticos. No caso das visitas ao antigo DOI-Codi, o testemunho de ex-presos e a mediação por historiadores são uma forma de reproduzir memórias na estrutura física e espacial daquele lugar. Assim, a preservação de seu estado de ruína é um exercício para um olhar arqueológico: "Olhar as coisas de um ponto de vista arqueológico é comparar o que vemos no presente, o que sobreviveu, com o que sabemos ter desaparecido" (DIDI-HUBERMAN, 2017, p.131).

Apesar do argumento de historiadores, ex-presos e seus familiares em prol da proteção integral do complexo, existem grupos que se opõem à criação de um memorial no antigo DOI-Codi. Essa perspectiva muitas vezes se baseia na concepção equivocada de que um novo memorial abordaria um tema redundante, dada a existência do Memorial da Resistência, e na ampla controvérsia em torno da delegacia (NEVES, 2023). Enquanto alguns veem a impossibilidade de convivência das duas atividades, Neves discute possíveis benefícios na integração entre as duas atividades:

É óbvio que o ideal seria que a delegacia saísse de lá, para termos todo o espaço dedicado adequadamente. Mas enquanto isso não acontece, eu acho que seria pedagógico, inclusive para os agentes de segurança [...] porque a gente sabe que a violação dos direitos humanos continua sendo prática entre as polícias. (NEVES, 2023)

Ouvindo a visão de Neves, uma medida potencialmente educativa e menos burocrática nos pareceu uma alternativa razoável. No entanto, a recente instalação do portão que bloqueia o acesso ao complexo revela uma relação delicada, que parece estar apaziguada, até não estar mais.

Existe também um contraponto legítimo à manutenção do espaço do DOI-Codi como ruína, defendido por uma parcela de familiares e ex-presos. A ideia seria conceber um parque, uma praça ou um monumento em homenagem às vítimas no lugar onde hoje estão os edifícios. A perspectiva de destruição completa do antigo Oban/DOI-Codi origina-se do desejo de não reviver o passado, excessivamente doloroso na dimensão da memória individual. Gabrielle Abreu, comenta acerca dessa concepção, que é compartilhada por parte da família Herzog:

A estrutura física é o que eles não gostariam de ver intacta, mas que esse parque ainda fosse uma referência a memória da ditadura, como fizeram no Carandiru, por exemplo. Acho que é importante um museu que se utiliza daquela estrutura física para poder contemplar a história, mas ainda entendo a perspectiva da família. É um outro caminho, mas não deixa de ser um caminho, porque é uma ideia um pouco pautada no trauma, isso tem que ser respeitado, não é menos legítimo. (ABREU, 2023)

A posição da família ilustra uma compreensão distinta acerca do impacto dos "lugares de memória difícil" para grupos que sofreram diretamente com a violência de Estado. A intenção de que a estrutura não permanecesse intacta, mas que ainda fosse preservada como uma referência à memória da ditadura é uma posição legítima, apesar de inevitavelmente perpassar apagamentos e silenciamentos. Gabrielle, que além de

representante do instituto, é historiadora, compreende a perspectiva da conexão pessoal com o local, no entanto, sua atuação profissional caminha no sentido da defesa de um espaço museal, mesmo diante dos desafios políticos, estéticos e pedagógicos (CABRAL, 2016) que essa decisão significa.

Outro ponto bastante presente na fala dos entrevistados é acerca de uma lacuna deixada pela falta de espaços que falam sobre a ditadura no Brasil, que possibilitaria ao futuro memorial um discurso ainda pouco explorado. Gabrielle comenta a relevância de um museu que possa dar espaço a outras vozes, que não foram incluídas na memória social e coletiva do período:

Espaços de memória associados a períodos autoritários são oportunidades interessantes para grupos de pessoas que estão na condição de subalternidade em relação à memória oficial, de terem espaço para poderem narrar sua própria história. Me parece uma oportunidade de constituir um espaço em referência às pessoas que lutaram contra o regime, e que ao longo da história, não foram enaltecidas.

A ditadura é um tema muito sensível e de difícil penetração no Brasil, fruto de um esforço bem-sucedido do regime militar: ocultar o debate político. No contexto onde alguns enaltecem o regime ou então dizem que não foi tão cruel assim, eu acho que a construção de espaços como esse ajudam a contar essa história, para as pessoas que vivenciaram aquele período e não entendem aquilo como exatamente uma ditadura. (ABREU, 2023)

Uma vez que a memória coletiva da ditadura no Brasil é muito vinculada à uma classe média intelectualizada e branca, pouco se fala sobre a repressão nas regiões afastadas dos grandes centros urbanos. Essas memórias, ao serem deslocadas para as periferias, trazem um acréscimo necessário a uma memória tradicional que se tem da história do regime e da luta política, um trabalho fundamental para se reconhecer a continuidade da violência racial e de classe antes de 1964, durante o período militar, e que perdura no presente.

Nesse aspecto, ao discutirmos acerca da persistência dessas relações, Theodor Adorno traz uma importante reflexão sobre como as abordagens pedagógicas devem contribuir

para interromper os ciclos de violência herdados de períodos de perseguição contra grupos sociais ou políticos. Em "Educação pós Auschwitz" (1995), Adorno argumenta que é essencial a responsabilização dos agressores e a necessidade de promover a consciência e a autorreflexão por meio da educação, uma reflexão produzida em outro tempo e contexto, mas que se adequa também ao nosso.

Não acredito que adianta muito apelar a valores eternos, acerca dos quais justamente os responsáveis por tais atos reagiriam com menosprezo; também não acredito que o esclarecimento acerca das qualidades positivas das minorias reprimidas seja de muita valia. É preciso buscar as raízes nos perseguidores e não nas vítimas, assassinadas sob os pretextos mais mesquinhos.

[...] Os culpados são unicamente os que, desprovidos de consciência, voltaram contra aqueles seus ódios e sua fúria agressiva. É necessário contrapor-se a uma tal ausência de consciência, é preciso evitar que as pessoas golpeiem para os lados sem refletir a respeito de si próprias. A educação tem sentido unicamente como educação dirigida a uma autorreflexão. (ADORNO, 1995, p.17)

Dessa forma, Adorno argumenta acerca da identidade dos perpetradores e da relevância de compreender as origens e os processos que levaram pessoas comuns a se tornarem torturadores. Tendo isso em vista, questionamos os entrevistados a respeito da possibilidade de se trazer narrativas que tratam da imagem dos perpetradores no espaço testemunho do futuro memorial, sobretudo com relação à memória de Ustra, único condenado como torturador pela justiça brasileira e figura indissociável da história do centro de tortura.

As respostas para essa questão foram bastante variadas. Maurice Politi, por exemplo, acredita que "não dá pra contar a história desse lugar sem falar na figura de Ustra" (POLITI, 2022). Assim como Emílio, que apesar de ter sido diretamente torturado pelo coronel, compartilha de opinião muito semelhante:

Conheci o Ustra porque ele me torturava [...] então quando eu vou contar a história do que aconteceu comigo, eu

preciso falar dele. [...] eu acho que seria indispensável [mencionar as figuras dos perpetradores no contexto de memorial] porque fazer um centro de memória e não falar da tortura que a gente sofreu aqui não adianta nada. (ULRICH, 2023)

Assim, apesar de divergirem na forma como dialogam com o passado, Maurice e Emílio defendem a importância de abordar a passagem de Ustra pelo DOI-Codi, momento que retrata toda a atrocidade do período. César acrescenta que a rememoração dessas figuras no Brasil atual comunica muito sobre a ascensão de ideais de extrema-direita no país:

Ustra é um personagem importante naquele espaço. Ele foi importante para a mecânica do órgão, então acredito em um trabalho de biografia, que fale sobre o processo em que ele foi declarado como torturador [...] Acho que podemos falar até do impeachment da Dilma, a gente tem que fazer um trabalho de mostrar o quanto a extrema-direita pode tomar espaços. Acho que caberia uma sala para falar sobre o Ustra, quem foi essa pessoa que desrespeitava totalmente os Direitos Humanos. (RODRIGUES, 2023)

César destaca que a última década no Brasil foi marcada pelo resgate da figura do coronel, a partir de homenagens públicas e o uso de slogans como "Ustra vive". Assim, a extrema-direita tem se articulado também em um trabalho de memória, que fundamenta seu caráter revisionista, golpista e violento contra a oposição.

Já Gabrielle, ao trazer para essa reflexão uma importante ponderação, evidencia a tese de que não existem consensos no campo das memórias difíceis. Ela considera complexa a realidade sociopolítica brasileira e a relação que se tem construída em torno da figura de torturadores:

O foco tem que estar sempre na narrativa das vítimas e do que elas têm para contar sobre aquele período, todas as experiências que a gente tem em lugares de memória foram encaminhadas com foco nas experiências das vítimas, isso é uma característica do que a gente chama de Justiça de Transição: os perpetradores são colocados em segundo plano, essa é uma questão inclusive metodológica.

Mas pensando na convivência de torturadores com aquele lugar, acho que deve ser mencionado, porém não deve estar no foco dessa construção [...]. Temos que tomar muito cuidado, tem que ser feito com bastante delicadeza, para não dar visibilidade a um grupo que não merece tamanha atenção, para não desembocar num enaltecimento, ainda mais no Brasil, onde as pessoas ainda enaltecem aquele regime.

Aqui o exercício de memória ainda não foi feito plenamente. (ABREU, 2023)

Uma vez que a figura de Ustra não está apenas presente nos relatos dos sobreviventes, mas também de forma física no complexo, a questão da representação dos perpetradores, principalmente em um contexto tão complexo, destaca a importância de desenvolver um plano museológico baseado em discussões coletivas, uma vez que não há consenso sobre essas questões.

Assim, a partir da aproximação dos agentes ouvidos e de suas opiniões, podemos perceber, em última análise, a variedade de questões museológicas, pedagógicas e patrimoniais que podem, e devem, orbitar o futuro plano museológico do memorial DOI-Codi. De maneira geral, podemos salientar a potência de manutenção das instalações tal como elas se encontram, a capacidade das visitas mediadas em estabelecer um diálogo próximo ao público, a necessidade de se trabalhar profundamente a memória dos torturadores e a oportunidade de se trazer novos atores sociais à luz das discussões sobre o período civil-militar no Brasil. O memorial é uma oportunidade de visualizar um projeto de país mais justo e democrático.

5. CONSIDERAÇÕES FINAIS

A investigação do conceito de memória coletiva conduziu-me à compreensão de que este constitui um campo permanente de disputas (ZALIS, 2016). A memória coletiva relaciona-se então com processos subjetivos, baseados em experiências socioculturais, simbólicas, temporais e materiais.

Sempre contextuais e situadas, a memória é também conceito conectado e construído em relação a determinados lugares, ou seja, são sempre espaciais (LEMONS, 2019). Assim, se as disputas memoriais acontecem no campo do discurso, a partir das multiplicidades de atores

sociais que lutam por legitimação, acontecem igualmente na dimensão do espaço, uma vez que as dinâmicas dos conflitos envolvem também a definição de quem terá o direito de ocupar um espaço e na forma como essa definição será estabelecida.

Segundo Colombo (2017), os lugares de memória são espaços onde atores sociais se enfrentam, se encontram, e ao mesmo tempo constroem e afirmam traços identitários para si mesmos e para os outros. Além disso, as formas de representações desses espaços também se referem a confrontações e disputas. É no debate despertado por esses espaços que é possível imaginar múltiplas dimensões e perspectivas para um determinado lugar. Nesse contexto, essa iniciação científica buscou mapear agentes, suas disputas e múltiplas ideias para o futuro memorial que deverá ser implementado no DOI-Codi de São Paulo.

Quando iniciamos o projeto de pesquisa, imaginávamos um espaço imobilizado no tempo, à espera do momento em que suas questões burocráticas e ideológicas fossem apaziguadas, e que assim só assim seria possível o estabelecimento de um memorial amplamente aberto ao público. No entanto, percebemos que, apesar da ausência de consensos, de projetos e das perspectivas concorrentes ainda não resolvidas, existe naquele espaço ações memoriais efetivas, que são construídas unicamente a partir de esforços da sociedade civil.

Apesar de todos os esforços que mantêm viva a memória no antigo DOI-Codi, a falta de oficialização de um memorial representa uma séria ameaça para a memória coletiva e individual que reside naquele espaço. Uma vez que as iniciativas governamentais em relação a lugares de memória encontram forte resistência no Brasil, a institucionalização desses espaços fica à mercê de circunstâncias políticas, sociais e econômicas específicas. Portanto, a existência de planos, projetos e pesquisas anteriores ao surgimento de um cenário propício para o memorial contribui para a imaginação de possibilidades diversas, para o aprofundamento e expansão dos debates.

Por fim, após um ano acompanhando as questões apresentadas nessa pesquisa, ficou perceptível, para além da complexidade dos processos de construção de centros de memória difícil, a necessidade de se levar em conta a escuta dos agentes envolvidos na história na luta pela preservação de um bem.

Em processos colaborativos é impossível contemplar todas as vozes, no entanto, talvez seja necessário que todas sejam validadas. Refletir sobre o futuro do memorial DOI-Codi é, em última análise, uma forma de garantir sua relevância no presente.

NOTAS

1. O Conselho de Defesa do Patrimônio Histórico, Arqueológico, Artístico e Turístico do Estado de São Paulo (CONDEPHAAT) é um órgão colegiado vinculado à esfera pública estadual, mais especificamente ao estado de São Paulo. Sua função é a preservação, proteção e promoção do patrimônio histórico, arqueológico, artístico e turístico do estado de São Paulo. É responsável também por analisar e deliberar sobre processos de tombamento de bens culturais, como edifícios históricos, sítios arqueológicos, praças e monumentos, com o objetivo de conservar e valorizar o patrimônio cultural paulista.
2. O Conselho Municipal de Preservação do Patrimônio Histórico, Cultural e Ambiental da Cidade de São Paulo (CONPRESP) é um órgão colegiado vinculado a esfera municipal da cidade de São Paulo. Sua função é a preservação, proteção e promoção do patrimônio histórico, cultural e ambiental da cidade, também delibera questões relacionadas ao tombamento de bens culturais, aprovação de projetos de restauração e intervenções em áreas protegidas.

REFERÊNCIAS

- ABREU, Gabrielle. **Entrevista concedida a Beatriz Coutinho de Freitas**. Setembro de 2023.
- ADORNO, Theodor. Educação após Auschwitz. In: ADORNO, Theodor. **Educação e emancipação**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1995.
- BARRETA, Jocyane. Arqueologia da repressão e da resistência e suas contribuições na construção da memória. **Revista de Arqueologia Pública**, Universialidade Estadual de Campinas, Campinas, São Paulo, No. 10, p. 79-81, 2014
- BARROS, PIZARRO, MÔES. Tutóia, 921: a luta para transformar o DOI-Codi em um memorial de resistência. **Último Segundo** – IG, 31 jul. 2020. Disponível em: <https://ultimosegundo.ig.com.br/brasil/2020-07-30/tutoia921-a-luta-para-transformar-o-doi-codi-em-um-memorial-deresistencia.html>. Acesso em: 29 jul. 2022.
- CABRAL, Rebeca L. Auschwitz-Birkenau: entre a barbárie e a cultura. **Revista M.**, v.1, n.1, jan.- jun., 2016.
- CABRAL, Rebeca L. **Memórias de dor em Buenos Aires: de ex-centros clandestinos a lugares de memória e consciência**. Dissertação (Mestrado em História e Fundamentos da Arquitetura e do Urbanismo) - Faculdade de Arquitetura e Urbanismo, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2019.
- COLOMBO, Pamela. **Espacios de desaparición: vivir e imaginar los lugares de la violencia estatal (Tucumán, 1975-1983)**. Buenos Aires: Miño e Dávila, 2017.
- COMISSÃO NACIONAL DA VERDADE. **CNV: Memórias reveladas**. Brasília, parte 1: repressão política origens e consequências do esquadrão da morte. São Paulo: Alesp, 2015.
- CYMBALISTA, R; FELDMAN, S.; KUH, B. M. **Patrimônio cultural: memórias e intervenções urbanas**. São Paulo: Annablume/ Núcleo de Apoio e Pesquisa, 2017.
- DIDI-HUBERMAN, Georges. **Cortezas**. Asociación Shangrila Textos Aparte, 2017.
- GONÇALVES, J. Lugares de memória, memórias concorrentes e leis memoriais. **Revista Memórias em Rede**, v.7, n.13, jul.-dez. 2015.

HALBWACHS, Maurice. **A memória coletiva**. São Paulo: Vértice, 1990.

IPPDH – DIREITOS HUMANOS DO MERCOSUL. **Princípios fundamentais para as políticas públicas sobre lugares de memória**. Argentina, 2012.

LEMOS, Caroline Murta. **Arquitetando o terror: um estudo sensorial dos centros de detenção oficiais e clandestinos da ditadura civil-militar do Brasil (1964-1985)**. Tese (Doutorado em Arqueologia) - Campus de Laranjeiras, Universidade Federal de Sergipe, Laranjeiras, 2019.

MENEGUELLO, Cristina. **Dicionário temático de patrimônio: debates contemporâneos**. Campinas, SP: Editora da Unicamp, 2020.

MONCAU, Gabriela. "Aos 59 anos do golpe militar, Cordão da Mentira desfila contra os massacres de ontem e hoje." **Portal Brasil de Fato**, São Paulo, abril de 2023. Disponível em: <https://www.brasildefato.com.br/2023/04/01/aos-59-anos-do-golpe-militar-cordao-da-mentira-desfila-contras-os-massacres-de-ontem-e-hoje>. Acesso em: abril de 2023.

MODESTO, Gilson. **Entrevista concedida a Beatriz Coutinho de Freitas**. Setembro de 2022.

MOREIRA, Eduardo. **Provocação histórica: DOI-CODI: Memorial e ditadura**. 27 out. 2021. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=GAichEzwTME>. Acesso em: jul. 2022.

NAPOLITANO, Marcos. Recordar é vencer: as dinâmicas e vicissitudes da construção da memória sobre o regime militar brasileiro. **Antíteses**, v.8, 2015.

NEVES, Deborah Regina Leal. **A persistência do passado: patrimônio e memória da ditadura em São Paulo e Buenos Aires**. 2014. Dissertação (Mestrado em História Social) – Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2014.

NEVES, Deborah. **Entrevista concedida a Beatriz Coutinho de Freitas**. 2023.

NÚCLEO MEMÓRIA. **O dia em que a Justiça entrou no DOI-Codi** [online]. 29 out. 2021. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=qlkSTCrUqwo>. Acesso em: 29 jul. 2022.

POLITI, Maurice. **Entrevista concedida a Beatriz Coutinho de Freitas**. Abril de 2023.

RODRIGUES, César. **Entrevista concedida a Beatriz Coutinho de Freitas**. Maio de 2023.

RODRIGUES, César. **Tombamento pelos tombados: O processo de patrimonialização do DOI-Codi em São Paulo**. Guarulhos: Unifesp, 2021.

TV 247. **Por Elas: memória e resistência** [Entrevista com Maurice Polit]. 24 abr. 2019. Disponível em: https://www.youtube.com/watch?v=TweICSR_2R8. Acesso em: ago. 2023.

ULRICH, Emilio. **Entrevista concedida a Beatriz Coutinho de Freitas**. Abril de 2023.

ZALIS, Lior Zisman. **Por uma política do aparecimento: descobrindo o espaço das imagens no espaço da política: um estudo sobre os lugares de memória**. Monografia (Bacharelado em Direito) - Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro (PUC-Rio), Departamento de Direito, Rio de Janeiro, 2016.

SOBRE A AUTORA

Beatriz Freitas é aluna do 6º ano da Escola da Cidade. Ao longo da graduação, vem se interessando por temas que relacionam arquitetura com os campos da história, memória e patrimônio.

bfreitas67@gmail.com

Coletivo como método: experiências de coletivos feministas universitários

Luciana Fernandes

Orientação: Prof. Dr. Pedro Lopes (Escola da Cidade).

Pesquisa: Iniciação Científica, bolsa do Programa de Iniciação Científica da Escola da Cidade, Escola da Cidade, 2023.

Este artigo se debruça sobre a atuação do Coletivo Feminista Carmen Portinho no debate acerca de violências de gênero na Faculdade de Arquitetura e Urbanismo da Escola da Cidade. Para isso, investigou-se as semelhanças entre sua história e as experiências do Coletivo Feminista Mayumi Watanabe, da Faculdade de Arquitetura e Urbanismo da Universidade de São Paulo (FAU-USP) e do Coletivo Feminista Zaha, vinculado à Faculdade de Arquitetura e Urbanismo da Universidade Presbiteriana Mackenzie (FAU-Mack), tratando-se, então, de uma sistematização das

estratégias utilizadas no enfrentamento a violências e desigualdade de gênero pelas mulheres arquitetas no campo profissional e acadêmico. Para isso, parte-se do entendimento de gênero enquanto campo estruturante nas relações de poder, tratando de considerar os conflitos de gênero no meio acadêmico como parte basilar na produção de conhecimento, localizando esse quadro em um amplo cenário em que se debate a presença feminina e a atuação feminista no meio da Arquitetura e Urbanismo em diferentes escalas.

Palavras-chave: Coletivo estudantil; gênero; arquitetura e urbanismo.

Collective as a method: experiences of feminist collectives in universities

This article focuses on the actions of the Coletivo Feminista Carmen Portinho in the debate about gender-based violence at the Faculdade de Arquitetura e Urbanismo da Escola da Cidade. We investigate the similarities between its history and the experiences of the Coletivo Feminista Mayumi Watanabe, at the Faculdade de Arquitetura e Urbanismo da Universidade de São Paulo (FAU-USP), and the Coletivo Feminista Zaha, affiliated with the Faculdade de Arquitetura e Urbanismo da Universidade Presbiteriana Mackenzie (FAU-Mack), thus providing a systematization of the strategies used in addressing gender-based violence and inequality by women architects in both professional and academic fields. The understanding of gender as a structuring factor in power relations is considered, thus examining gender conflicts in the academic environment as fundamental to the production of knowledge, situating this framework within a broader context that discusses the presence of women and feminist action in the field of Architecture and Urbanism at various scales.

Keywords: Student collective; gender; Architecture and Urbanism.

Colectivo como método: experiencias de colectivos feministas en universidades

Este artículo se centra en la actuación del Colectivo Feminista Carmen Portinho en el debate sobre violencia de género en la Facultad de Arquitectura e Urbanismo da Escola da Cidade. Para ello, se investigan las similitudes entre su historia y las experiencias del Colectivo Feminista Mayumi Watanabe, de la Facultad de Arquitectura e Urbanismo de la Universidad de São Paulo (FAU-USP), y del Colectivo Feminista Zaha, vinculado a la Facultad de Arquitectura e Urbanismo de la Universidad Presbiteriana Mackenzie (FAU-Mack). Así, se sistematizan las estrategias utilizadas para enfrentar la violencia y la desigualdad de género por parte de las mujeres arquitectas en el ámbito profesional y académico. Partimos del entendimiento del género como un campo estructurante en las relaciones de poder, considerando los conflictos de género en el ámbito académico como parte fundamental en la producción de conocimiento, situando este panorama en un amplio contexto en el que se debate la presencia y actuación feminista en el campo de la Arquitectura y Urbanismo en diferentes escalas.

Palabras clave: Colectivo estudiantil; género; arquitectura y urbanismo.

1. APRESENTAÇÃO

Esta pesquisa abordou a trajetória do Coletivo Feminista Carmen Portinho no contexto das relações de gênero e poder entre docentes, discentes e funcionários na Associação Escola da Cidade – Faculdade de Arquitetura e Urbanismo. O estudo se concentrou nas práticas da organização horizontal estudantil sobre a pauta da violência de gênero, explorando sua história, dinâmicas e impacto dentro da instituição. Além disso, procurou compreender a atuação de coletivos feministas em outras faculdades de Arquitetura e Urbanismo, comparando e relacionando experiências em suas semelhanças e diferenças, com o objetivo de sistematizar e refletir sobre as estratégias que estudantes arquitetas utilizam para enfrentar desigualdades de gênero no âmbito profissional e acadêmico.

No ano de 2019, o Conselho de Arquitetura e Urbanismo do Brasil (CAU/BR) publicou uma visão inédita sobre a presença da mulher na Arquitetura e Urbanismo. No mesmo ano, o CAU/BR formou a Comissão Temporária de Equidade de Gênero, que realizou o “1º Diagnóstico de Gênero na Arquitetura e Urbanismo”, publicado em 2020. Essa segunda pesquisa, reitera a desigualdade entre homens e mulheres nesse campo profissional e, ainda, revela os atravessamentos de raça nessas relações. As pesquisas apontam que, mesmo em maior número total, as mulheres representam a minoria nos cargos de autoridade ou entre vencedores de prêmios de concursos públicos, têm rendimento médio salarial mais baixo, e estão mais suscetíveis a sofrer assédio sexual, moral e discriminação de gênero no ambiente de trabalho.

Um dado importante colocado na primeira pesquisado CAU/BR, de 2019, é a tendência de aumentar, ainda mais, a predominância feminina no campo profissional da arquitetura e urbanismo, uma vez que 67% das estudantes de graduação são mulheres. Nesse sentido, a análise das relações de gênero deve se voltar também para o meio acadêmico, identificando de que forma essas desigualdades estão presentes nas estruturas da faculdade de arquitetura de urbanismo e como se projetam para fora dela.

Localizada no centro da cidade de São Paulo, a Escola da Cidade é uma faculdade particular de arquitetura e urbanismo

fundada em 2001 pela Associação Escola da Cidade. No ano de 2014, formou-se, na Escola da Cidade, o Coletivo Feminista Carmen Portinho, organizado por estudantes a partir de pautas que envolviam conflitos de gênero no meio acadêmico. Mesmo anos antes dos dados divulgados pelo CAU/BR, as participantes do coletivo pensavam sobre a realidade que viviam, como o fato de, por exemplo, a faculdade ser composta majoritariamente por mulheres, mas em sala de aula apenas lhes serem apresentadas arquitetos homens como referência de conhecimento. A busca por respostas, por outras referências e por outras formas de se produzir arquitetura foi o que levou o coletivo a promover diversas oportunidades de despertar o tema na comunidade acadêmica, como por meio de palestras, rodas de conversa, grupos de estudos e espaços de acolhimento. O próprio nome dado ao coletivo surgiu de uma experiência de revisão historiográfica sobre aquilo que lhes era ensinado em sala de aula. Carmen Portinho (1903-2001) foi engenheira e a primeira mulher urbanista no Brasil, fazia muitas parcerias com seu marido, o arquiteto Affonso Reidy, o qual assinava os projetos que, então, ficaram conhecidos nacional e internacionalmente apenas pelo seu nome.

Nessa mesma época, outros coletivos feministas estudantis também estavam sendo criados¹ Esse momento de demanda das estudantes ocorreu em decorrência de casos de assédio ou então de uma necessidade de mudança de currículo, sendo parte de uma conjuntura ainda mais ampla do movimento feminista no Brasil e no mundo. Os coletivos reivindicavam melhores condições para a formação profissional dos arquitetos e arquitetas, entendendo a importância da temática de gênero ser tratada dentro da instituição como uma forma de se fazer uma arquitetura crítica ao que estava sendo produzido até então, abrindo espaço para a possibilidade de uma arquitetura mais diversa e inclusiva.

Dessa maneira, todas essas ações levaram a uma transformação para além das estudantes que integravam os coletivos. Conforme as alunas expunham suas demandas, a instituição era pressionada a dar uma resposta, fosse ela positiva ou negativa, o que movimentou as relações e

as discussões acerca de gênero dentro do ambiente acadêmico.

2. ESTUDANTES UNIVERSITÁRIAS E FEMINISMO

É de extrema importância que se entenda esse processo como uma reflexão acerca das estruturas que moldam as relações na faculdade e, mais ainda, como resultado de uma iniciativa de estudantes mulheres da graduação organizadas em um coletivo feminista articulado na instituição. As experiências relatadas nesta pesquisa, traçaram um vínculo direto entre as demandas e ações do Coletivo e a própria história da Associação Escola da Cidade, que é transformada por essas estudantes e pelos seus desejos de uma outra forma de se viver a academia e a arquitetura e urbanismo.

Em seu livro "Explosão Feminista: arte, cultura, política e universidade", Heloisa Buarque de Hollanda (2018) analisa o movimento feminista na atualidade a partir de diferentes frentes em que isso se manifesta. Denominando de feminismo de quarta onda, em referência aos momentos de grande evidência da atuação política de mulheres em décadas passadas, a autora também se dedica a compreender a forma como a questão de gênero atravessa as universidades no século XXI. Com isso, identifica os coletivos feministas estudantis como "organizadores de ações descentralizadas cujas decisões são compartilhadas e apartidárias" (HOLLANDA; MORAES; FARIAS, 2018, p.218), pontos centrais para iniciar a discussão.

Heloisa Buarque de Hollanda, Andrea Moraes e Patrícia Silveira de Farias reconhecem os coletivos feministas, que surgem em massa a partir da década de 2010, como estratégias de luta para a abordagem de pautas feministas no ambiente universitário. Sobre isso, discorrem acerca da importância da experiência compartilhada entre mulheres, capaz de dar consistência a um discurso coletivo que, pela própria identificação, ganha força e voz no ambiente acadêmico. Assim, as mulheres deixam de passar por desconfortos e violências em silêncio ou sozinhas. A intervenção e o potencial de transformação tornam-se ainda mais potentes por serem, justamente, coletivos. Como observa Andréa Lopes:

Acho que, em termos de gênero, os coletivos são uma novidade. Já as mulheres na academia não são. Desde a primeira onda já havia mulheres na academia. Para mim, os coletivos representam uma crise das instituições; as instituições não representam mais as pessoas. [...] Nesse sentido, os coletivos são menos hierárquicos, mais dialógicos. E pensam menos em grandes causas do que nas questões locais, imediatas. (VIEIRA *apud* HOLLANDA, 2018, p.216)

Ao falar da experiência feminina nas faculdades, Heloisa Buarque de Hollanda também aponta para a questão da violência de gênero como fator determinante sobre essas vivências. A autora aponta para a pesquisa divulgada pelo Instituto Avon, o qual revelou que 56% das universitárias entrevistadas já sofreram assédio sexual no contexto acadêmico, sendo que 63% relatam não ter reagido no momento em que sofreram a violência (INSTITUTO AVON; DATA POPULAR, 2015).

Fica evidente a importância da organização dos coletivos feministas nas universidades, já que são o ponto focal de articulação das estudantes em enfrentamento a essas violências cotidianas. Por meio de coletivos, essas mulheres identificam que suas questões não dizem respeito a uma experiência individual, mas sim a uma condição estrutural das instituições e da sociedade, em que o potencial de transformações também se encontra nas trocas e ações coletivas.

A revista científica do Departamento de Ciências Sociais da Universidade Central da Colômbia, "Nômaditas", se debruçou sobre esse tema em sua 51ª edição (jul./dez. 2019), com o título Violencias de género en las universidades. Nela, diversos artigos trazem estudos de caso e contextos amplos sobre conflitos de gênero no ambiente acadêmico, reforçando os agentes envolvidos e protocolos institucionais. Em um dos artigos, a professora Sarah Valentina Forero Bustamante parte das experiências de cinco universidades, públicas e privadas, da Colômbia e das ações de seus respectivos coletivos feministas para compreender o combate à violência de gênero na faculdade, por meio da formalização de documentos de enfrentamento a tais condutas.

A ação coletiva pode se manifestar principalmente de três formas: violenta, convencional ou disruptiva; ela tem três fontes de poder: a capacidade de desafiar as autoridades, de gerar incerteza e de incentivar a solidariedade; e seu sucesso depende da possibilidade de explorar oportunidades políticas e de criar estruturas para a ação coletiva (TARROW, 1997). O que se segue é uma descrição dos processos de adoção de medidas para responder às violências nas cinco universidades e sua relação com as categorias que definem a ação coletiva, evidenciando seu papel chave na adoção de compromissos institucionais. (BUSTAMANTE, 2019, p.247, tradução nossa)²

Desse modo, é possível reconhecer, assim como apontado por Heloisa Buarque de Hollanda (2018), que os coletivos surgem como uma alternativa diferenciada de se engajar em formas de fazer pesquisa, arte, política e intervenções, bem como de impulsionar transformações institucionais. Além de buscarem novas referências em aprofundamentos de estudos, resgatando nomes apagados, como de Carmen Portinho, os coletivos também se destacam pela luta por políticas de permanência na faculdade, garantindo a segurança e o bem-estar das mulheres presentes na instituição. São essas disputas por discursos e por existência que transformam o meio acadêmico a partir de suas bases para todo o campo profissional.

Comprometer-se com a segurança e saúde das alunas de uma forma nunca atestada significa projetar uma nova geração de profissionais que, por sua vez, serão novas agentes sobre a produção de conhecimento no futuro. Na arquitetura e no urbanismo, isso sugere novas pesquisas sobre História da Arquitetura, repensando a historiografia tradicional (RAGO, 2019; GÁTI, 2018); novos projetos que se atentem sobre o espaço doméstico e sua função histórica e social; novas técnicas e usos de materiais construtivos; novos discursos artísticos; novos urbanismos, que repensem as cidades a partir de quem as vivenciam; entre tantos outros caminhos possíveis de se revolucionar a prática e o conhecimento. Nesse sentido, também se propõe uma outra relação com os modelos tradicionais de discurso científico. As experiências de coletivos e militâncias universitárias trouxeram o

debate sobre a potência do lugar do afeto e da experiência para essas produções acadêmicas (HOLLANDA; MORAES; FARIAS, 2018).

Nesse ponto, vale destacar que as ações de coletivos feministas se articulam profundamente a um cenário de transformação no Ensino Superior no Brasil, em particular promovido pela adoção de ações afirmativas e pela ampliação do acesso de pessoas negras à universidade, tensionando os modos de se fazer política e saber. A esse respeito, Stephanie Lima aponta em sua tese de doutorado a relação das pautas interseccionais entre gênero e raça no ambiente acadêmico e a própria produção de conhecimento, partindo "da hipótese de que o aumento de pessoas negras nas universidades e a proliferação de sujeitos políticos negras e negros configuram um contexto que (re)organiza as fronteiras entre 'campos políticos' e 'acadêmicos'" (LIMA, 2019, p.72). Assim, a autora analisa as experiências dos corpos nos espaços que habitam como um dos caminhos possíveis para a própria produção de conhecimento e compreensão das formas contemporâneas de politização de raça, gênero e sexualidade.

Ainda, a atuação de coletivos estudantis universitários contemporâneos influencia a nova forma que criam de se relacionar entre si e com agentes externos. A esse respeito, Sarah Bustamante discorre sobre a importância dos vínculos afetivos e apoio emocional para o funcionamento dos coletivos, suas reivindicações e ações políticas.

A solidariedade é talvez o fator de poder mais importante para essa expressão universitária do movimento feminista. Os coletivos, além de terem sido formados pela mobilização de solidariedades (ou sororidades) preexistentes entre um número reduzido de mulheres conscientes das violações comuns por serem mulheres, consolidaram-se como grupos de apoio e acompanhamento às estudantes vítimas, o que, de acordo com Gamson, Fireman e Rytina, é "essencial para ativar a disposição das pessoas a levantarem a voz contra uma autoridade injusta, autoridade que talvez tolerassem caso tivessem que enfrentá-la sozinhas" (TARROW, 1997, p.55). Esses mecanismos, segundo Tarrow, criam redes de

solidariedade que permitem a manutenção das redes de base, apesar da diminuição no nível de ação coletiva. (BUSTAMANTE, 2019, p.248, tradução nossa)³

3. GÊNERO COMO CATEGORIA PARA PESQUISA

Diante do exposto, cumpre destacar que a pesquisa se assentou na compreensão de que é cada vez mais necessário tratar gênero não apenas como uma "subespecialidade" nos meios acadêmicos, mas como uma "questão epistemológica que coloca em suspensão a própria ideia de 'campos de conhecimento'" (HOLLANDA; MORAES; FARIAS, 2018, p.209). Sobre isso, Joan Scott (1995, p.88) sugere em seu artigo "Gênero: uma categoria útil de análise histórica":

O gênero é uma forma primária de dar significado às relações de poder. Seria melhor dizer: o gênero é um campo primário no interior do qual, ou por meio do qual, o poder é articulado. [...] Estabelecidos como um conjunto objetivo de referências, os conceitos de gênero estruturam a percepção e a organização concreta e simbólica de toda a vida social. Na medida em que essas referências estabelecem distribuições de poder (um controle ou um acesso diferencial aos recursos materiais e simbólicos), o gênero torna-se implicado na concepção e na construção do próprio poder.

Mais ainda, devemos pautar o gênero, conjuntamente às suas interseccionalidades (AKOTIRENE, 2018), a partir de sua condição de violência, que determina as relações entre sujeitos e estrutura todo um campo de conhecimento profissional. Por fim, tratar sobre as violências de gênero no meio acadêmico é acreditar e partir de uma outra possibilidade de produção de conhecimento, uma mais diversa e ainda mais transformadora.

Dessa forma, a pesquisa buscava inicialmente compreender a experiência de anos de existência do Coletivo Feminista Carmen Portinho mediante um olhar sistemático das transformações da Escola da Cidade, a partir de iniciativas estudantis. No entanto, por meio do método

investigativo adotado, seguiu por um campo de análise mais amplo, com o intuito de contemplar diferentes coletivos feministas e abordar a questão do gênero nas instituições de ensino de arquitetura e urbanismo.

Ao final, a pergunta que norteou a pesquisa foi: quais são os objetivos, desafios e conquistas de um coletivo feminista estudantil, mas especificamente, no contexto da arquitetura e urbanismo? Encontrando semelhanças e diferenças entre as distintas experiências acadêmicas, foi possível localizar o Coletivo Carmen Portinho em sua trajetória e na história das instituições contempladas, compreendendo também a importância de tais ações para a formação de novos profissionais e de arquitetas, arquitetos e urbanistas que já exercem forte influência no campo profissional.

4. TRILHAS METODOLÓGICAS

O método da pesquisa partiu de uma experiência pessoal e política de membra e representante do Coletivo Feminista Carmen Portinho e de vivências compartilhadas por estudantes da graduação em Arquitetura e Urbanismo da Escola da Cidade como chave para uma análise mais ampla sobre violências de gênero no Ensino Superior e no campo profissional da arquitetura e urbanismo. Parte também da investigação sobre o impacto das trajetórias acadêmicas e do envolvimento com coletivos feministas nas vidas pessoais e profissionais das estudantes, que agem diretamente na produção de conhecimento no meio arquitetônico. Para isso, a pesquisa abriu-se para a interlocução com membras de outros coletivos feministas de cursos de arquitetura e urbanismo que atuam na cidade de São Paulo: o Coletivo Feminista Mayumi Watanabe, da Faculdade de Arquitetura e Urbanismo da Universidade de São Paulo (FAU-USP) e o Coletivo Feminista Zaha, vinculado à Faculdade de Arquitetura e Urbanismo da Universidade Presbiteriana Mackenzie (FAU-Mack).

Nesse sentido, a fim de compreender as complexidades em torno desse debate, a pesquisa previu utilizar três eixos principais de abordagem: 1) a formação de uma bibliografia aprofundada sobre gênero,

violência, coletivos feministas e produção de conhecimento; 2) a busca por documentação de atividades do Coletivo Carmen Portinho, resultando na formação de uma linha do tempo; e 3) entrevistas com alunas e ex-alunas que já passaram pelos coletivos Carmen Portinho, Mayumi Watanabe e Zaha (totalizando sete entrevistas).

Nossa afiliação ao Coletivo Carmen Portinho e a proximidade com as situações, incluindo a presença em casos mencionados, tiveram influência no direcionamento da pesquisa. Nesse sentido, compreende-se a dimensão ética da minha posição enquanto pesquisadora e participante do coletivo, que a todo momento foi repensada e analisada como parte desse processo metodológico. Dessa forma, esta pesquisa se baseou no método etnográfico para coleta e organização dos dados que a compõem (URIATE, 2012; FONSECA, 1999), compreendendo que a etnografia não se limita a uma disciplina, mas que se trata de um método possível de ser aplicado em diferentes áreas, inclusive no campo da arquitetura e urbanismo, como aqui se dispõe (FONSECA, 2017). A influência das nossas experiências pessoais aliada ao conteúdo muitas vezes delicado e íntimo revelado nos documentos, reforçou o comprometimento ético da pesquisa para alcançar seus objetivos (FERREIRA, 2015; GAMA, 2020).

5. FAZENDO ENTREVISTAS

A escolha de entrevistas como método de pesquisa se deu pela compreensão de como um coletivo estudantil se estrutura. Os coletivos feministas estudados, de uma forma geral, não possuem uma organização fixa, sendo parte de sua dinâmica as transformações ao longo dos semestres conforme o interesse e participação das mulheres envolvidas. Assim, as histórias desses coletivos não se concentram em uma única pessoa, cargo ou documento. Muitos acontecimentos importantes para a história de um coletivo não são documentados, ou são registrados apenas para uma circulação interna mais restrita, e, por isso, dependem de relatos de pessoas que estiveram envolvidas para serem explicados.

Com isso, a elaboração das entrevistas objetivou, em princípio, memorar um relato factual da história do Coletivo Feminista

Carmen Portinho a partir das vozes de quem construiu esse movimento ao longo dos anos. Prontamente, as entrevistas se encarregaram de revelar como a militância dessas estudantes nos coletivos feministas é aliada a experiência de cada uma dessas mulheres no meio acadêmico e profissional da arquitetura e urbanismo. Dessa forma, buscou-se entender nas conversas com as entrevistadas suas memórias de coletivo, bem como suas percepções sobre o impacto do ativismo em suas vidas pessoais e profissionais, a relação com a faculdade e as transformações que notaram ao longo de suas trajetórias.

Em vista disso, além de alunas e ex-alunas da Escola da Cidade, a pesquisa contou com alunas e ex-alunas da Faculdade de Arquitetura e Urbanismo do Mackenzie, que constituem o Coletivo Feminista Zaha, e da Faculdade de Arquitetura e Urbanismo da Universidade de São Paulo, que compõem o Coletivo Feminista Mayumi Watanabe. Conversar com estudantes de outras faculdades de arquitetura e urbanismo foi interessante para alcançar vivências que não são condições de uma única instituição em particular e poder constatar as questões que estão mais amplamente ligadas ao contexto de uma mulher, estudante e arquiteta. Para isso, a elaboração de um roteiro de entrevistas foi essencial para que as respostas das entrevistadas pudessem ser comparadas e complementadas umas pelas outras, ganhando o sentido mais amplo para além das instituições citadas, e enfatizando as questões sobre os métodos utilizados pelas alunas como coletivo.

6. TRABALHO COLETIVO: ANÁLISE DAS ENTREVISTAS

No processo de formulação, realização e transcrição das entrevistas foi possível reconhecer um acúmulo de temáticas estudadas na pesquisa. A riqueza dos relatos e reflexões produzidas nos encontros resultaram em entrevistas de conteúdos sensíveis, em que houve a exposição de sujeitos e situações de violência. Trabalhar com esse material foi um processo essencial para a pesquisa, e que a todo momento reforçava a importância do cuidado com as alunas, com as informações e com o trabalho de militâncias dos coletivos feministas.

A análise do material transcrito revelou situações, problemas, perguntas e direcionamentos comuns a diferentes entrevistadas e instituições. As percepções similares, bem como as mais diversas, das mulheres que contribuíram com suas falas contribuíram para uma abordagem encadeamento entre agentes, ações e reações. Os agrupamentos temáticos feitos a partir dessas contribuições se referem a condição das estudantes nas faculdades de arquitetura e urbanismo, a organização, função e atuação de um coletivo feminista nesse ambiente e a forma como a experiência acadêmica molda e é moldada pelas mulheres atuantes nesse meio.

6.1 VIOLÊNCIA DE GÊNERO

A existência de um coletivo feminista numa faculdade pressupõe uma organização de mulheres frente a violências de gênero naquele ambiente, em diferentes níveis e formas de expressão. Entre os coletivos estudados nesta pesquisa, essas violências se manifestaram de maneiras similares ao longo dos anos e impactaram a trajetória das mulheres, dos coletivos e das instituições com muitos pontos em comum. É notório que, nos casos analisados, a estruturação dos coletivos sempre esteve disposta a responder ao contexto da faculdade, ao passo que denúncias de assédio ou pautas mais pontuais sempre foram decisivas para a atuação do coletivo.

O início dos três coletivos coincide com o incômodo que as alunas sentiam sobre comportamentos de homens dentro das faculdades, muitas vezes sem ainda nem ter o vocabulário para direcionar essas questões. Mesmo assim, o encontro entre as alunas legitimava esse sentimento comum sobre essas práticas e as fortalecia para considerarem uma reação a essas intimidações.

Quando a gente recebeu os relatos e foi vendo como é tudo pequeno, mas quando soma ganha uma escala surreal. As frases que eu escrevi lá, por exemplo, eu tinha deixado passar totalmente, mas aí você vai percebendo o quanto aquilo tem uma atmosfera coletiva e uma importância real. (Relato de

uma aluna da Escola da Cidade sobre uma atividade realizada pelo Coletivo Carmen Portinho em que incentivava as alunas a escreverem frases problemáticas que já haviam escutado na faculdade)

Quando esses comentários de cunho machista passaram a ser lidos como assédios verbais e morais as alunas puderam se apropriar de mecanismos para lidar com esses casos. Essa designação aproxima esses casos das ocorrências de assédio físico, apresentando todas essas situações para a comunidade acadêmica com a devida seriedade e responsabilidade. Os casos de assédio físico relatados nas faculdades se manifestaram, principalmente, nas festas estudantis e, apesar de se assemelharem na forma como se deram, se diferenciam na maneira como cada faculdade repercutiu e lidou com os casos.

Com todos os casos, ao longo dos anos, os coletivos passaram a encontrar maneiras de dialogar com a instituição de ensino para que houvesse uma punição dos assediadores (alunos ou professores). Nesse sentido, as alunas encontraram uma outra barreira que teriam que lidar: os casos de violência institucional. Nessas situações, as estudantes das diferentes faculdades se depararam com a falta de recursos das instituições para receber e encaminhar as denúncias até então reunidas pelos coletivos feministas.

Mais ainda, essa carência de meios passou a ser uma pauta importante para todos os coletivos, os quais encontraram seus próprios mecanismos de diálogo com as instituições. No caso do Coletivo Carmen Portinho, por exemplo, a demanda das alunas levou a uma reestruturação da faculdade, que, até hoje, é repensada para conseguir dar conta dos ocorridos e que são trazidos à tona principalmente pela atuação do coletivo feminista. Apesar de haver essa resposta positiva da faculdade atualmente, muito foi feito até que se chegasse nessas condições, como também analisado mais profundamente na pesquisa – e, vale registrar, muito resta ser feito.

Essa violência institucional não passa apenas pela resolução de problemas levantados pelos coletivos, mas pela própria forma como a faculdade se estrutura e pelos sujeitos que a compõe. As entrevistadas

mostraram preocupação com a formação do corpo docente e de funcionários da faculdade, que muitas vezes apresenta, ou apresentava,⁴ em sua maioria, homens nos cargos de maior poder (diretoria e coordenação de disciplina, por exemplo). Esse fator impactava as alunas no que dizia respeito a com quem elas iriam dialogar quando levassem suas questões, bem como na própria formulação do curso que estava sendo apresentada na academia.

Uma preocupação recorrente entre as alunas é a desproporcionalidade entre o número de professoras mulheres em relação aos homens, principalmente no que diz respeito aos departamentos de projeto. A falta das professoras nesses cursos significa a falta de representatividade para as alunas, que buscavam referências para suas próprias formações profissionais. Além disso, essa busca por referências também se voltava para fora das próprias instituições, sendo ponto de partida para o debate da visibilidade das mulheres na história da arquitetura e do urbanismo, que passou a ser essencial nas pautas trazidas pelas estudantes.

6.2 ACOLHIMENTO

Todos os três coletivos contemplados nas entrevistas descreveram a fase inicial da sua formação de maneiras similares. Neles, a principal função do coletivo em sua formação era promover o compartilhamento de experiências entre as alunas a fim de proporcionar um espaço de acolhimento entre elas. Essa iniciativa aconteceu, de forma geral, a partir de alunas que já se conheciam e tinham interesses similares, dinâmica que foi se diversificando conforme mais mulheres se aproximavam. Essa condição fazia com que os coletivos tivessem dificuldade de serem reconhecidos nas faculdades, como se a reunião entre mulheres precisasse apresentar algum objetivo ou ação mais concreta para receber o título de uma entidade política.

Falavam que era "grupo de Luluzinha", eram "só amiguinhas", até as meninas falavam isso. Tipo, "não é um coletivo feministas, são as amiguinhas". E eu não gostava, mas eu acreditava que algum dia conseguiríamos conquistar o reconhecimento do que representávamos. (Relato de uma ex-

aluna da Escola da Cidade, presente na criação do Coletivo Carmen Portinho)

Os coletivos apontaram para a importância e para as dificuldades de contarem com o acolhimento como uma das funções dessa organização. Ao longo dos anos de atuação, cada coletivo tomou um direcionamento em relação a isso, abrindo novas frentes, ou então acumulando melhores formas de lidar, mas sempre mantendo essa como uma chave de recepção para as mulheres da faculdade. Sobre isso, todas reconhecem a importância de um coletivo feminista estudantil funcionar de acordo com cada geração que se encontra na faculdade, caracterizando o coletivo em fases que apresentam diferentes características ao longo dos semestres.

[A turma do] ano acima do meu falava sobre o coletivo ser um lugar muito pouco receptivo, que era um "grupinho" muito seletivo de meninas que já eram amigas e que se encontravam para falar sobre os problemas, mas elas não se encontravam muito naquele lugar do coletivo, porque era um lugar de apoio, muito pessoal. [...] Eu acho que era uma coisa muito rica e que elas precisavam muito naquele momento. Até porque, se hoje em dia já é ruim de machismo na EC, eu imagino que seis anos atrás com certeza era ainda pior. [...] A gente começou a querer estruturar um pouco mais e constatou que estávamos entrando em uma nova fase do coletivo, que não é só mais esse lugar de se abrir e "chorar as pitangas", até porque não tinha essa intimidade pra gente fazer isso, isso é uma coisa que foi criada. A gente começou a querer estudar, fazer grupos de estudos. [...] Eu acho que a minha entrada no Coletivo foi nesse lugar mais acadêmico, mais teórico, o que pra mim foi o meu momento favorito, honestamente. Na minha cabeça, o seu ano [2018] marcou uma nova era do coletivo, que foi um movimento de sair de dentro da EC, do casulo, de começar a se posicionar politicamente, não só dentro da EC, mas no mundo, começar a agir mais e não só pensar. Eu vejo essas três eras do coletivo. (Relato de uma ex-aluna da Escola da Cidade sobre a transformação

conforme as novas turmas foram integrando o Coletivo)

Apesar disso, as alunas reconhecem a importância de todos esses momentos para a formação política das mulheres e do coletivo atualmente. Quando enfrentaram os primeiros casos de denúncia de assédio na faculdade, estavam amparadas pela base crítica que haviam formado sobre feminismo e com referências úteis para a argumentação. Uma das entrevistadas, ex-aluna da Escola da Cidade, conta do primeiro caso em que houve denúncias contra um professor da faculdade, momento que se tornou uma das primeiras ações que o Coletivo Carmen Portinho se colocou diante do corpo docente, discente e de funcionários da instituição.

O que eu acho que foi bom é que o pessoal do coletivo que tava presente conseguiu se colocar de uma maneira muito pacífica e calma, e mesmo assim pontuar as questões. E eu acho que muito por conta de ter estudado bastante nesse último ano, de ter conseguido criar repertório para trabalhar as questões. Talvez, no começo a gente de fato fosse meio "Luluzinha", e também não tem problema nenhum. Mas eu sinto que a partir dessa conversa que as portas foram se abrindo pra que de fato a gente pudesse ter representatividade e, também, uma certa responsabilidade. (Relato de uma ex-aluna da Escola da Cidade)

A questão do acolhimento como função principal de um coletivo passou a apresentar embates internos ao passo que crescia a presença do coletivo nas faculdades. O que de início se apresentava como desabafos das alunas em reuniões passou a ser formalizado como denúncias, como uma forma de levar os casos para as instâncias responsáveis das faculdades. Esse movimento restabeleceu essas organizações, as quais tiveram que repensar o papel do acolhimento e a função dos coletivos feministas nas faculdades.

Enquanto o lugar do acolhimento parecia essencial nos objetivos iniciais dos coletivos, ao longo do tempo, o acúmulo de casos relatados fez com que as alunas passassem a querer agir sobre eles, buscando não só amparar as vítimas, mas também atuar

na faculdade para que isso não ocorresse mais. No entanto, isso se voltou para a responsabilidade dos coletivos feministas de lidarem com os casos de assédio, o que fez com que essas alunas entendessem suas potências e seus limites de atuação.

No que diz respeito ao acolhimento, os coletivos poderiam proporcionar esse espaço de troca e segurança entre as alunas, mas não tinham a estrutura para oferecer um atendimento psicológico profissional. Sobre as denúncias de assédio, os coletivos não têm poder de ação judicial, seja para atuação interna ou externa às instituições, tendo que se proteger juridicamente quando esses casos surgem. O que cabe aos coletivos é o estabelecimento de uma rede entre as mulheres e outras instâncias, seja um apoio psicológico profissional, canais de denúncia na instituição de ensino, ou de suporte jurídico para encaminhamento de casos que levam, por exemplo, a um boletim de ocorrência.

A chave do acolhimento se mostrou uma força muito grande para os coletivos feministas que se formaram a partir dessa troca, que também gerava confiança entre as alunas. Esse espaço foi onde as estudantes reconheceram um ponto de apoio e segurança na faculdade, em que poderiam compartilhar e construir uma soberania que melhoraria sua experiência acadêmica.

No entanto, conforme os coletivos foram crescendo, novas diretrizes surgiram entre as alunas. Seja a formação de um grupo de estudos mais estruturado ou a atuação como um grupo de extensão da faculdade, novas iniciativas surgiam como vontades das alunas como forma de aproveitar esse espaço de autonomia estudantil criado. Foi então que, o que antes era uma potência, passou a ser um ponto que precisava ser limitado e devidamente encaminhado, já que o desejo das estudantes não era tornar os coletivos em uma ouvidoria de relatos de assédio, apesar de ser uma demanda que surge por conta dos casos constantes e sistêmicos de violência.

Assim, as alunas compreendem a importância de direcionar as denúncias de assédio para as instituições, já que as integrantes dos coletivos já não tinham a capacitação para lidar integralmente com os casos. Nas entrevistas, tanto as integrantes do Coletivo Carmen Portinho quanto do Coletivo Mayume Watanabe relataram a

dificuldade em manter uma constância para responder as denúncias que chegavam até elas, considerando a própria rotatividade dos coletivos e sua dinâmica que se transforma a cada semestre. Dessa forma, assume-se que a responsabilidade sobre as denúncias de assédio dentro da faculdade não deveria ser do grupo de estudantes, mas sim, da própria instituição que historicamente só é notificada pelos coletivos feministas.

6.3 DIÁLOGO COM A INSTITUIÇÃO

A partir do momento que os coletivos assimilam seus limites de atuação, conforme crescem suas responsabilidades, passam a investir na relação estabelecida com as respectivas instituições de ensino. Os coletivos, que se formaram comprometidos com a legitimação das violências de gênero vividas na faculdade, recebiam denúncias e proporcionavam espaços de compartilhamento dessas experiências que aliviava o sentimento de solidão das alunas. No entanto, o que se evidenciou foi a insuficiência dos espaços de acolhimento tendo em vista a persistência dos casos, a curto e longo prazo.

A formalização de denúncias de casos de assédio, por exemplo, foi uma experiência vivida pelos três coletivos entrevistados, a qual visava a documentação oficial desses ocorridos que poderiam ter diferentes destinos. Esses registros transformam os casos, que antes eram apenas avisos e desabafos das mulheres, em queixas notificadas e de possível encaminhamento para apuração em níveis institucionais. Com a organização de provas de assédios físicos, morais e sexuais na faculdade, se torna viável a exigência de um posicionamento e ação da instituição, que se faz por meio do diálogo entre corpo discente e diretoria. Com isso, os coletivos têm o objetivo de solucionar o problema de violência de cada ocorrência denunciada e, mais ainda, de toda a cultura interna que permite a frequência desses casos.

Outro ponto muito importante nessa ponte feita entre os coletivos e a instituição é o debate sobre a responsabilidade de lidar com tais casos. O que as estudantes perceberam com essas experiências é que a falta de recursos que tinham para dar um fim aos assédios nas respectivas faculdades significava que esse era um problema

que não seria solucionado apenas pelas suas mãos. Esse cenário envolve diversos fatores, o qual exige respostas de diferentes sujeitos, seja tratando de relações trabalhistas ou de normalização de tais condutas. Isso significa que esse processo envolve o pronunciamento de estudantes, principais vocalizadoras dessas violências, a escuta e encaminhamento das denúncias por parte da instituição e a atenção e preocupação de toda a comunidade acadêmica, de forma geral, que deve compreender e se conscientizar sobre o assunto.

Nesse sentido, os coletivos passaram a se organizar com o intuito de cobrar uma responsabilização das faculdades, as quais tiveram experiências distintas em cada caso. Mesmo assim, um fator em comum entre elas foi a inexistência de canais de comunicação e apuração de casos de assédio institucional antes da demanda das estudantes. Esse pioneirismo das alunas fez com que as faculdades também tivessem que se reestruturar para lidar com as denúncias que continuavam a surgir.

Nós recebíamos denúncias e percebemos que não tinha nada pra fazer, nem a diretoria, nem a USP tinha uma política de receber nada. [...] Em algum ano surgiu esse USP Mulheres. Parece que foi uma demanda de fora, chegou na reitoria da USP e falaram que teriam que criar o USP Mulheres. Eram tipo duas professoras, banners e cartazes falando que eles tão fazendo alguma coisa, mas não tinha nenhuma ação de fato. Criaram uma comissão de direitos humanos que tinham os professores, mas ela nunca se reuniu, foi uma coisa que a gente ficou brava. E foi uma escolha de professores bem aleatória. (Relato de uma ex-aluna da FAU-USP sobre os canais de ouvidoria e apuração em casos de denúncia de assédio na faculdade)

Além disso, um outro desafio encontrado pelos três coletivos foram as relações pessoais que constituem as universidades. As entrevistadas relataram a dificuldade de dar encaminhamento a uma denúncia devido aos envoltórios cordiais, corporativistas e mesmo familiares entre o corpo docente e de funcionários das instituições. Isso complexifica o ato da denúncia, tendo em vista que as alunas reconhecem essas relações como algo que poderia atrapalhar a apuração do ocorrido e até lhes prejudicar

profissionalmente, uma vez que continuariam convivendo no ambiente acadêmico com professores próximos ao caso tratado.

Têm alguns professores do Mackenzie que são bem mais velhos e que estão para se aposentar, mas não se aposentam, e que o Mackenzie não vai demitir. Nós sabemos quem são esses professores. São os professores que são os filhos, os netos, parentes, das pessoas que fundaram a FAU no Mackenzie, que sabemos que nunca vão sair também até eles quiserem. São sempre esses professores que dão problema. As pessoas sabem e não querem denunciar, porque sabem que não vai dar nada. (Relato de uma ex-aluna da FAU-Mack).

6.4 AS MULHERES QUE CONSTROEM EM COLETIVO

O fio condutor de todas as entrevistas foi a jornada pessoal de cada entrevistada com os coletivos, com o feminismo e com a arquitetura e urbanismo. A intersecção entre essas frentes na formação dessas mulheres expõe a questão do gênero como um conflito pessoal, acadêmico, profissional e político, e que se manifesta em diferentes camadas de suas vidas.

Um dos primeiros pontos reforçados foram as relações construídas a partir dos coletivos feministas. Para muitas, uma das partes mais importantes de suas experiências foi a construção de uma rede de mulheres que estavam alinhadas nesse ativismo. Isso se desdobra em contatos profissionais, valorizando o trabalho dessas mulheres, mas também (senão, principalmente) no fortalecimento de amizades. Nos coletivos é evidente a importância do lugar do afeto que se estabelece entre as mulheres que os compõem, sendo muitas vezes as relações mais íntimas que permitem a aproximação ou a abertura para debates que talvez antes não fossem possíveis de serem estabelecidos.

Antes de entrar na faculdade, eu não lembro exatamente qual era minha relação com o feminismo. Eu com certeza considerava uma coisa importante, mas não era uma dimensão dos meus estudos, um tema de enorme interesse. Mas essa minha amiga estava procurando gente para participar, senão

o coletivo não ia existir. E, acho que é muito uma questão da minha personalidade, mas na hora que eu vi a minha amiga sozinha tentando fazer alguma coisa eu decidi ajudar. (Relato da aluna da FAU-USP sobre como começou a participar do Coletivo Feminista Mayumi Watanabe, experiência similar a outras experiências relatadas)

O termo "fofoca" foi muito usado no decorrer das entrevistas, sendo relacionado a tentativas de deslegitimar a seriedade e compromisso dos coletivos feministas, visto que o termo é usualmente associado a um grupo de mulheres que conversam sobre temas menos importantes, ou sem embasamento. No entanto, essa palavra pode conter uma potência no que diz respeito às organizações feministas que são, em sua essência, mulheres que conversam. O bar depois de uma reunião, a confraternização de final de ano e outros eventos extraoficiais dos coletivos feministas sempre foram elementos chave em suas histórias, já que são espaços propícios para o estabelecimento de laços afetivos entre as integrantes, o que permite uma maior confiança e identidade ao compartilhar experiências sobre ser mulher.

Diversas são as situações em que a denúncia de assédio sexual, por exemplo, não se dá formal ou oficialmente, mas sim no momento da "fofoca", como uma forma de desabafo ou alerta, em um tempo distinto de elaboração do ocorrido. Assim, os coletivos feministas são uma potencial subversão do caráter pejorativo do termo "fofoca", já que direcionam, por meio dos vínculos estabelecidos, em um tempo e espaço oficial o que sempre foi deixado de lado como menos importante para a produção de trabalho e da vida.

Sobre essa coletividade, as entrevistadas também apontaram a importância dessas organizações no seu entendimento de feminismo. Pensar sobre a forma como esse conhecimento vem sendo difundido hoje influencia muito o modo como as novas gerações se relacionam com o tema. Além disso, fica clara a transformação do entendimento que mulheres têm sobre suas próprias experiências de gênero a partir do momento que passam a perceber suas questões como intrínsecas a uma condição de grupos sociais.

É uma coisa que, pra mim, fez muita diferença, do jeito que eu vejo o mundo e

como eu me comporto. É completamente diferente você ler um post, um texto sobre revidar na rua ou não uma assoviada, e você ter três reuniões com muita gente pensando em formas de reagir, ou se você vai mudar o jeito de se vestir, quais são as consequências etc. É completamente diferente o nível do debate em um coletivo dessas informações que vemos individualmente. (Relato de uma ex-aluna da FAU-USP)

A construção de um feminismo a partir do coletivo também transformou as percepções das alunas sobre o que se passava e, por conseguinte, suas ações e reações a essas situações. E essas transformações impulsionaram as mudanças de todos que não estavam diretamente envolvidos com o coletivo, mas que de alguma forma se relacionavam com ele. As instituições, docentes e outros estudantes foram parte da mudança que envolveu toda a comunidade ao longo dos anos, também considerando o aumento significativo que o debate sobre a mulher teve na sociedade de uma forma geral e na cena pública brasileira nos últimos anos.

Eu sinto que essa mudança vai acontecendo tanto dentro da gente quanto dentro da instituição, então eu acho que é difícil comparar. Eu com certeza mudei muito meu comportamento dentro disso tudo. Se algum professor dava qualquer tipo de abertura de, por exemplo, ser um pouco mais "carinhoso" comigo eu já me colocava como um "não". Mas acho que aconteceu uma mudança bem grande, porque eu sinto que, o que hoje em dia é falado, antes era completamente naturalizado. Não que agora não exista, mas acho que um pouco menos. Acho que hoje as pessoas têm mais noção dessas coisas. (Relato de uma aluna da Escola da Cidade)

O relato da aluna da Escola da Cidade revela como para as alunas a transformação de comportamentos assediadores de professores, por exemplo, partia de uma assertividade delas que aprenderam, por meio do envolvimento com os coletivos feministas, a impor limites. Isso pode ser entendido como um pressuposto de um pensamento difundido e enraizado

de culpabilização da vítima, como se os assédios só ocorressem quando a mulher desse a abertura, mas também denuncia que essa é a forma como as transformações têm ocorrido. Como forma de proteção, as alunas é que foram protagonistas de suas próprias mudanças de comportamento para que, assim, os professores acompanhassem essas mudanças. Nesse sentido, nota-se a importância de um entendimento coletivo sobre assédio, visto que, aparentemente, os assediadores poderiam agir de forma reativa, testando até saberem qual é o limite imposto por cada aluna individualmente.

Na jornada das estudantes, os coletivos feministas foram os pontos de apoio para situações de violência e opressão, mas também foram, igualmente, os espaços que proporcionaram uma grande produção de conhecimento acadêmico. Com o compartilhamento de bibliografia que não é acessada no currículo obrigatório da faculdade de arquitetura e urbanismo, as alunas se empenham em uma formação paralela e complementar, praticamente autodidata.

Mesmo quando só tinham três pessoas na reunião e não sabíamos o que fazer, falávamos sobre possíveis ações. Só de pensar nessas coisas eu sinto que já fez uma diferença. De pensar em projetos, em criações, a partir dessa lente. Porque depois das oito horas da noite, quando nos reuníamos no C.A., pensávamos a partir da lente do coletivo, sabe? Eu lembro que, nessa época que estávamos fazendo as reuniões das vertentes e chamando convidadas, por exemplo, saíamos das reuniões pensando em como conectar isso com a arquitetura. E eu sinto que pra mim fazia muito sentido. (Relato de uma aluna da Escola da Cidade sobre a importância de formações coletivas sobre conteúdos de interesse comum)

Essas experiências também foram essenciais para a transformação dos cursos nas instituições. O interesse das alunas nessa temática fomentou diversas pesquisas e projetos, seja de professoras que se aproximavam por isso ou das próprias alunas que estavam iniciando uma produção acadêmica. A rede que o coletivo forma permite um compartilhamento de experiências que gera muitas perguntas de pesquisa e abre oportunidades para

que essas pesquisas sejam feitas. Nesse sentido, é possível entender os coletivos feministas como responsáveis primários pelo desenvolvimento de inúmeras pesquisas científicas que qualificam o debate dentro do campo da arquitetura e do urbanismo.

Além disso, muitas alunas relataram a importância do coletivo para o aprofundamento de debates de gênero para além de um tema de pesquisa específico. As estudantes tiveram a oportunidade de desenvolver esse interesse a ponto de se tornar uma lente a qual sempre as acompanha, independente do objeto analisado.

Do ponto de vista profissional, eu não pretendo ter um enfoque de gênero no meu TCC, por exemplo, porque não é do meu interesse, no momento, ter esse enfoque. E como enfoque eu digo literalmente valorizar o gênero como o recorte que eu estabeleço. [...] Eu não pretendo entrar em um grupo que se especializam nesse tipo de pesquisa de gênero, apesar de estar sempre ouvindo podcast, vendo palestras, lendo sobre isso. Estou sempre pensando nisso, de um ponto de vista mais estrutural agora, sabe? Como não dá para separar, não estou fazendo um recorte, não estou focando, simplesmente. [...] Esse tipo de coisa, que eu acho que é um esforço constante que a gente tem que ter, mas que, tendo discutido feminismo na minha graduação, se torna um movimento muito mais natural. (Relato de uma aluna da FAU-USP)

Somado a isso, a questão do gênero também é um ponto importante para as estudantes que passaram a perceber a sua presença nos espaços de arquitetura e urbanismo como um ato político e transformador. Quando se fala de mulheres na arquitetura e urbanismo, muitas vezes não é necessário referir-se a mulheres que pesquisam relações de gênero, mas simplesmente, mulheres que atuam no campo profissional de forma ampla. Aqui se vê a importância de entender como a presença do corpo nesses espaços é parte de um contexto de tensões políticas. Mais importante ainda é quando esse corpo tem consciência dessas tensões. Trata-se de tirar o peso de que para transformar o campo

profissional é preciso falar diretamente sobre um tema único que intersecciona arquitetura e urbanismo e feminismo, quando, na verdade, as próprias relações de trabalho em si dizem respeito a isso também.

Acho que eu ainda estou tentando descobrir esses lugares, estou me formando agora, então eu não sei. É interessante, porque antes de eu entender o que era arquitetura eu já entendia o que era feminismo e eu aprendi o que era arquitetura também a partir de dessa perspectiva. Eu escolhi essa ótica ao longo de toda a minha graduação. Não foi só o meu TCC, foi o trabalho da aula de história, foi fazer um seminário e escolher o tema gênero e arquitetura, fazer em projeto uma cooperativa para mulheres etc. Eu sinto que em todos os momentos que eu consegui falar de gênero durante a faculdade, eu fiz. Isso foi muito rico, porque é legal você ter um foco, sendo gênero, sendo bioconstrução, sendo outra coisa que você gosta. Foi muito legal pra mim ter esse foco e ter essa conexão com as minhas amigas, com as meninas da sala. Nós compartilhamos isso e quando fazemos um trabalho, criamos conexões, não só entre as coisas da faculdade, mas das referências que ganhamos com o coletivo, as pessoas que conhecemos, e tudo isso. [...] Por exemplo, ser próxima de uma pessoa mais velha que eu não teria me aproximado normalmente. Aí você tem essas pessoas que você admira e você vê o que elas estão fazendo e como as discussões de gênero vão entrando nos trabalhos das pessoas de diferentes formas. [...] Eu nunca tinha pensado em seguir uma carreira acadêmica, por exemplo, nunca tinha pensado em mestrado, e, agora, é uma coisa que eu quero estudar. [...] O coletivo me levou para lugares, fez eu conhecer as pessoas certas, e uma coisa leva a outra. Você vai criando uma rede de contatos e eu fico muito feliz com a rede de contatos que eu criei para mim, porque é uma rede de mulheres fodas. [...] Tem uma questão da atuação profissional mesmo, com quem você escolhe trabalhar, o que você escolhe projetar, assim como uma aproximação com o lugar teórico que eu não sabia que era possível. Eu nunca me vi como uma pessoa intelectual, então é

muito interessante ver como escrevi uma monografia e agora me vejo interessada nesse lado, quase como se fosse uma pessoa que eu não conheço, sabe? Abre muitas portas o coletivo. (Relato de uma aluna da Escola da Cidade)

7. CONSIDERAÇÕES FINAIS

A pesquisa, que tinha como objetivo inicial aproximar-se da história do Coletivo Feminista Carmen Portinho, foi capaz de abarcar um conjunto ainda maior de experiências estudantis encadeadas às experiências de gênero. O levantamento de relatos e documentos conta uma trajetória ainda em andamento sobre os objetivos, desafios e conquistas dos diferentes coletivos feministas contemplados, traçando, ainda, uma relação com o contexto em que se davam nas respectivas faculdades de arquitetura e urbanismo.

Os coletivos feministas, que surgiram como uma reação às violências sistemáticas nas faculdades, se transformam conforme cresce sua atuação e envolvimento das alunas, passando a ser um movimento muito mais ativo de prevenção a tais violências e de desenvolvimento de projetos. A forma de organização desses grupos também sinaliza uma transformação em serem capazes de operar conforme as demandas das alunas e da faculdade. Assim, o que antes era um funcionamento autônomo, horizontal e flexível, passa a contar com distribuição de cargos e comprometimento maior das integrantes, que devem responder a atribuições mais específicas e aprofundadas.

Com isso, o que se nota é a constante busca das estudantes por uma estrutura que não tem um modelo pré-definido, mas que tem como pressuposto a militância coletiva. Seja por não receberem a prioridade nas práticas acadêmicas e profissionais ou então pelas experiências distintas que as novas gerações chegam na faculdade, se faz necessária a versatilidade sobre a qual os coletivos feministas se constroem.

Essa maleabilidade abre espaço para o questionamento de como os coletivos se encontram atualmente e quais são suas tendências para o futuro. Os três coletivos contemplados nesta pesquisa relataram as dificuldades que passam desde a pandemia da Covid-19, que impactou diversos pontos

nos grupos. O primeiro deles foi a reorganização imediata, já que houve a interrupção de encontros presenciais por quase dois anos nas instituições de ensino, obrigando as alunas a reconsiderarem suas ações de maneira remota, dependendo muito mais de redes sociais e outros meios virtuais. O segundo ponto foi a dificuldade de se conectar com as novas turmas que ingressavam na faculdade, principalmente considerando o que também foi apontado na pesquisa da importância das amizades e outros vínculos afetivos para a formação dos coletivos. A terceira dificuldade é a que lida com as consequências dessa conjuntura, sobretudo a partir de 2022 e o retorno das aulas presenciais, em que os coletivos devem pensar como se reestruturar e se reconectar, também levando em conta como as novas gerações entram na faculdade, a partir de diferentes experiências e percepções de debates feministas.

Além disso, a pesquisa apontou para a responsabilidade das instituições em seguir e promover as transformações em conjunto aos movimentos do corpo discente. Quando os conflitos de gênero passam a ser pauta de formação das faculdades, há o diálogo entre diferentes cargos que, mesmo que ainda muito hierarquizados, formam a comunidade acadêmica. Essa situação permite a variação entre funções e exige que os coletivos repensem seus papéis e seus objetivos. No caso da Escola da Cidade, a criação da Comissão de Diálogo (2016), do Código de Ética (2017) e, mais recentemente, da Cartilha "O que é assédio? Caminhos para seu enfrentamento na Escola da Cidade" (2020) mostra um evidente processo de progressão desencadeado pela revisão dos caminhos tomados e novas demandas das estudantes organizadas em um Coletivo e da instituição. Uma hipótese é que esses passos poderiam levar às denúncias de assédio não passarem mais pelo Coletivo Carmen Portinho, sendo feitas diretamente às entidades responsáveis da instituição. Nesse sentido, o Coletivo não se responsabilizaria mais pelo encaminhamento da denúncia em si, podendo ser mais responsável pela fiscalização e aprimoramentos de tais processos, ou então ter a oportunidade de ter mais tempo e recursos para o seguimento de novos projetos.

De maneira geral, a pesquisa agregou um olhar sobre as contribuições dos coletivos feministas para as faculdades e, mais ainda, para o campo profissional e acadêmico da arquitetura e urbanismo. Essas contribuições devem ser analisadas a partir dos conteúdos

levantados pelas alunas, essencialmente o debate da mulher na chave do feminismo, mas também pela forma que esses assuntos são abordados. Pensar no coletivo como método é uma forma de reconsiderar a produção acadêmica tradicional, reconhecendo que são nos coletivos em que se buscam novas referências, novas práticas e novas formas de se fazer e pensar a arquitetura e o urbanismo.

Ainda, a atuação dos coletivos exige que as faculdades pensem sobre qual é o lugar do cuidado nas instituições de ensino. Reconhecer que esse é um papel geral da comunidade acadêmica e valorizar os movimentos estudantis pode ser a chave para um ensino mais atualizado, capaz e acessível. Por fim, é considerar que as novas práticas profissionais e acadêmicas para a arquitetura e urbanismo já circulam entre as estudantes há anos, as quais estão transformando os espaços que ocupam a partir da lente feminista.

NOTAS

1. Em relação aos coletivos contemplados nesta pesquisa, o Coletivo Mayumi Watanabe (FAU-USP) foi criado no início de 2015 e o Coletivo Zaha (FAU-MACK) surgiu a partir de uma ação no início de 2016.
2. Texto original: La acción colectiva puede presentarse principalmente de tres formas: violenta, convencional o disruptiva; tiene tres fuentes de poder: la capacidad para desafiar a las autoridades, para generar incertidumbre y para incentivar la solidaridad; y su éxito depende de la posibilidad de explotar las oportunidades políticas y de crear marcos para la acción colectiva (TARROW, 1997). Lo que se plantea a continuación es una descripción de los procesos de adopción de medidas para responder a las violencias de las cinco universidades y su relación con las categorías que definen la acción colectiva, evidenciando su rol clave en la adopción de compromisos institucionales.
3. Texto original: La solidaridad es tal vez el factor de poder más importante para esta expresión universitaria del movimiento feminista. Los colectivos además de haber sido formados por la movilización de solidaridades (o sororidades) preexistentes entre un reducido número de mujeres conscientes de las vulneraciones comunes por ser mujeres, se consolidaron como grupos de apoyo y acompañamiento a las estudiantes víctimas, lo cual, de acuerdo con Gamson, Fireman y Rytina, es "esencial para activar la disposición de los individuos a alzar la voz contra una autoridad injusta, autoridad que quizá habrían tolerado en caso de tener que enfrentarla solos" (TARROW, 1997, p.55). Estos mecanismos, según Tarrow, crean redes de solidaridad que permiten el mantenimiento de las redes de base a pesar de la disminución en el nivel de acción colectiva.
4. Há casos ao longo dos anos em que isso já foi considerado, impulsionada pela atuação dos coletivos, como por exemplo, a determinação na Escola da Cidade de haver pelo menos uma professora mulher entre o grupo de professores que compõem a disciplina de projeto em cada semestre.

REFERÊNCIAS

AKOTIRENE, Carla. **O que é interseccionalidade?** Belo Horizonte: Letramento/Justificando, 2018.

BUSTAMANTE, Sarah Valentina Forero. **Ante las violencias contra universitarias: acción colectiva, estudiantil y feminista.** Revista Nómadas, Universidade Central da Colômbia, v.51, p.243-255, out, 2019. Disponível em: http://nomadas.uccentral.edu.co/nomadas/pdf/nomadas_51/51_14f_ante_violencias_contra_universitarias.pdf. Acesso em: 20 jun. 2021.

CAU/BR. **1º Diagnóstico de Gênero na Arquitetura e Urbanismo.** Cau.br.gov.br, 2020. Disponível em: <https://www.cau.br.gov.br/wp-content/uploads/2020/08/DIAGN%C3%93STICO-%C3%ADntegra.pdf>. Acesso em: 20 jun. 2021.

CAU/BR. **Inédito: visão completa sobre a presença da mulher na Arquitetura e Urbanismo.** Cau.br.gov.br, 2019. Disponível em: <https://www.cau.br.gov.br/inedito-visao-completa-sobre-a-presenca-da-mulher-na-arquitetura-e-urbanismo/>. Acesso em: 20 jun. 2021.

ESCOLA DA CIDADE E COLETIVO FEMINISTA CARMEN PORTINHO. **O que é assédio? Caminhos para seu enfrentamento na Escola da Cidade.** São Paulo: Associação Escola da Cidade, 2021.

FERREIRA, Letícia Carvalho de Mesquita. Pesquisar e participar da formulação de uma causa pública: notas etnográficas sobre o desaparecimento de pessoas no Brasil. Campos, v.14, p.195-216, 2015.

FONSECA, Cláudia. **Quando cada caso NÃO é um caso: pesquisa etnográfica e educação.** Revista Brasileira de Educação, n.10, p. 58-78, 1999.

FONSECA, Cláudia. **"Lá" onde, cara pálida? Pensando as glórias e os limites do "campo" etnográfico.** Mundaú, v.1, p.96-118, 2017.

GAMA, Fabiene. **A autoetnografia como método criativo: experimentações com a esclerose múltipla.** Anuário Antropológico, [S. l.], v. 45, n. 2, p.188-208, 2020.

GAZI, Andréa. **Esposas: a consorte nas parcerias profissionais entre arquitetos.** Revista Arquitetas invisíveis, v.2, p.23-26, mar. 2018.

HOLLANDA, Heloisa Buarque de. **Explosão feminista: arte, cultura, política e universidade.** São Paulo: Companhia das Letras, 2018.

HOLLANDA, Heloisa Buarque de; MORAES, Andrea; FARIAS, Patrícia Silveira de. Na academia. In: HOLLANDA, Heloisa Buarque de. **Explosão feminista: arte, cultura, política e universidade.** São Paulo: Companhia das Letras, 2018.

INSTITUTO AVON. **Violência contra a mulher no ambiente universitário.** Institutoavon.org.br, 2015. Disponível em: https://drive.google.com/file/d/17R-bdbLgFp2xn-FWfhc7_c1Ll5Y2Fjn/view. Acesso em: 20 jun. 2021.

LIBA, Fernanda. "Abre caminhos, firma rodas": as encruzilhadas do Baque Cidade. São Paulo, Monografia de Conclusão de Curso, Escola da Cidade – Faculdade de Arquitetura e Urbanismo, 2020.

LIMA, Stephanie. "Nós negros e LGBT estamos aqui!": raça, gênero e sexualidade na ação política em universidades brasileiras. Revista Conexão Política, Universidade Federal do Piauí, v.08, n.1, p. 71-90, jun. 2019. Disponível em: <https://revistas.ufpi.br/index.php/conexao politica/article/view/9389/5465>. Acesso em: 20 jun. 2021.

RAGO, Margareth. Epistemologia feminista, gênero e memória. In: HOLLANDA, Heloisa Buarque de (org.). **Pensamento feminista brasileiro: formação e contexto.** Rio de Janeiro: Bazar do Tempo, 2019, p.371-388.

SCOTT, Joan. Gênero: Uma categoria útil de análise histórica. Educação & Realidade, v.20, n.2, p.71-99, jul./dez. 1995.

SOBRE A AUTORA

Graduada em Arquitetura e Urbanismo pela Escola da Cidade em 2023.

lucianofernandes@gmail.com

XV Jornada de Iniciação Científica

Comissão científica: Profa. Dra. Carolina Heldt; Profa. Ms. Deborah Sandes de Almeida; Prof. Dr. Gilberto Mariotti; Prof. Dr. João Kuhn; Profa. Dra. Juliana Braga; Profa. Dra. Monica Dolce; Profa. Dra. Marianna Al Assal; Profa. Dra. Paula Dedecca; Prof. Dr. Pedro Beresin; Prof. Ms. Pedro Vada; Prof. Ms. Thiago Benucci; Bruna Bonfim; Beatriz Monte Claro; Bruno Maschio; Clarice Romeu Boffa; Gabriela Boaventura Silva da Fonseca; Gabriela Saraiva Sanovicz; Lia Abrão Ballak; Isabela Ferreira; Matheus de Jesus; Nicole Gonçalves Mariano.

Promovida anualmente pela Escola da Cidade desde 2009, a Jornada de Iniciação Científica chegou à sua xv edição. Proposta como oportunidade de difusão de pesquisas desenvolvidas no âmbito de cursos de graduação e idealizada como espaço prolífico de debate, evidenciando as múltiplas possibilidades assumidas pela pesquisa nos vários campos de investigação da arquitetura e urbanismo, seus objetivos vem sendo alcançados e suas expectativas superadas na medida em que, a cada ano, ampliam-se a abrangência e diversidade da pesquisas e pesquisadores envolvidos.

Nesta edição, diante da possibilidade de mantermos o evento remoto, com o uso das mídias digitais, mas priorizarmos sua realização presencial, o evento foi planejado com mesas presenciais e remotas, ambos os casos com difusão on line, contando com a participação de pesquisadores e docentes das várias regiões do Brasil e da América Latina. O que possibilitou ampliar o debate entre os alunos da Escola da Cidade e de outras universidades, faculdades e escolas de ensino superior e, ao mesmo tempo, aprofundar o debate e a análise rigorosa sobre os conteúdos tematizados no processo de iniciação científica.

Neste sentido, a XIV Jornada de Iniciação Científica foi organizada com 11 mesas entre os dias 6 e 7 de maio, reunindo cerca

de 50 pesquisas de alunos de graduação, e contou com debate promovido por professores da Escola da Cidade, na qualidade de mediadores, e a leitura e análise por debatedores convidados, professores e profissionais de destaque em seus campos de atuação. Em mesas que abordam questões tão diversas como Método, análise e alcance dos indicadores urbanos; Paisagens culturais - permanências e transformações; Urbanismo e a produção do ambiente construído; Mitigação e adaptação do espaço às mudanças do clima; Método e instrumentos de planejamento na produção do espaço; Literatura, linguagem e expressão urbana; Desenho, técnica e projeto: reflexões sobre a modernidade; Território, memória e resistência; Novas perspectivas do direito à cidade e à memória; Olhares para os espaços da infância; Acervos, agentes e circuitos na produção de arquitetura, estiveram reunidas investigações desenvolvidas por alunas, alunos e orientadores nacionais e internacionais, com e sem recursos de financiamento em faculdades públicas e particulares.

No dia 8 de maio a mesa "Inteligência artificial e a produção do espaço" encerra o evento com coordenação de Gabriela de Mattos e debate de Pedro Vada, Guilherme Bretas, Lucas Girard e Gabriel Poli.

Programação e resumos dos trabalhos

MESA 1

MÉTODO, ANÁLISE E ALCANCE DOS INDICADORES URBANOS

Coordenação: Profa. Dra. Carolina Heldt D'Almeida (EC e SENAC)

Comentário: Prof. Dr. Tomás Wissenbach (CEBRAP)

1. Índices de avaliação da ciclabilidade: metodologias e formas de avaliação de cicloestruturas

Rafael Dalceno Andreassa (IFSP)

orientação: Prof. Dr. Douglas Gallo (IFSP)

2. Os ambientes digitais do Centro de Estudos da Metrópole (CEM): investigações sobre interação e usabilidade

Luciana Salvarani (FAU-USP)

orientação: Prof. Dra. Mariana Abrantes

Giannotti (FAU-USP)

3. A dimensão humana da cidade contemporânea: percepções e representações de uma comunidade universitária

Giovana Rodrigues de Sousa (IFSP)

orientação: Prof. Dr. Douglas Gallo (IFSP)

4. A relação entre preço da terra e tipologias imobiliárias habitacionais

Bruna Pioli (UFPR)

orientação: Prof. Dra. Letícia Nerone Gadens (UFPR)

5. Da obsolescência ao aproveitamento do solo público urbano: renovação urbana na Zona Monumental de Pueblo Libre

Taís Janellys Perales Angeles

(Pontificia Universidad Católica del Perú)

orientação: Augusto Román, Susana López,

Cesar Tarazona (Pontificia Universidad Católica del Perú)

1. Índices de avaliação da ciclabilidade: metodologias e formas de avaliação de cicloestruturas

O objetivo do trabalho é compreender e analisar metodologias de avaliação da infraestrutura cicloviária, possibilitando sua aplicação na pesquisa em desenvolvimento para avaliação do acesso cicloviário ao Campus São Paulo do IFSP. A metodologia utilizada foi a pesquisa bibliográfica sobre métodos e índices de avaliação da qualidade de sistemas cicloviários, seus

parâmetros e aplicações. A reorientação do planejamento e da gestão urbana com foco na saúde, entendida como qualidade de vida, passa pelo enfrentamento do desafio da mobilidade urbana. Uma cidade saudável é aquela cujas políticas públicas e desenho urbano impactam a caminhabilidade e a ciclabilidade, garantindo uma mobilidade mais sustentável e ativa, garantindo que a população melhore seus níveis de saúde. Assegurar a qualidade dessas cicloestruturas é uma forma de favorecer a acessibilidade cicloviária, contribuindo para uma mobilidade mais ativa e uma cidade mais saudável.

2. Os ambientes digitais do Centro de Estudos da Metrópole (CEM): investigações sobre interação e usabilidade

Como continuidade das pesquisas desenvolvidas pelo Centro de Estudos da Metrópole (CEM) nas últimas duas décadas de atuação, nas suas áreas de difusão e transferência acadêmicas principalmente, o principal objetivo do presente trabalho é a investigação, a produção e a revisão das interfaces gráficas dos ambientes digitais sob gestão do CEM, que englobam seu site principal e seus sistemas interativos, já prontos ou em fase de implementação, buscando um produto final que permita organizar a produção do centro de modo eficiente e de fácil navegação e aprendizado para o maior número possível de usuários. A abordagem metodológica da pesquisa se baseia no diálogo intenso com os diferentes agentes envolvidos no processo de criação e interação com os ambientes digitais, destacando-se entre eles a equipe de transferência. Os projetos das interfaces dos ambientes digitais foram realizados pela plataforma online de edição gráfica Figma. Além disso, a pesquisa buscou se desenvolver a partir da combinação de diversas outras atividades, incluindo o levantamento do comportamento dos usuários no portal, o diálogo interno com a diretoria do centro e avaliações das estruturas

atuais dos ambientes digitais, de forma quantitativa e qualitativa, visando a produção de interfaces digitais interativas que cumpram com o objetivo principal das áreas de difusão e transferência, que é a democratização do acesso à informação produzida pelo centro. Nesse contexto, parte-se de um entendimento da complexidade da interface gráfica como suporte da interação dos usuários com o conteúdo do CEM, o que exige também entender os múltiplos agentes envolvidos na sua produção e circulação, além de compreender o papel dessas interfaces na consolidação da imagem institucional que se busca transmitir.

3. A dimensão humana da cidade contemporânea: percepções e representações de uma comunidade universitária

O crescimento constante das desigualdades socioespaciais após a consolidação da cidade moderna é amplamente debatido, entretanto pouco é feito pelo poder público para resolver as demandas da população, impactando diretamente o acesso à vida urbana e o direito à cidade. O objetivo do presente estudo é discutir como a desumanização das cidades está relacionada com a desigualdade socioterritorial, entendendo o espaço urbano como um reflexo da sociedade. Este texto apresenta um recorte de um projeto de pesquisa de Iniciação Científica em desenvolvimento, fomentado pelo CNPq. A metodologia utilizada é a qualitativa e a revisão integrativa da literatura, realizada a partir de artigos, livros, teses e dissertações que abordam o tema da "cidade humana" nas bases de dados Scopus, Scielo, Science Direct, Web of Science, Periódicos Capes e no Catálogo de Teses e Dissertações da Capes.

4. A relação entre preço da terra e tipologias imobiliárias habitacionais

A pesquisa tem por objetivo verificar a relação entre o preço da terra e as tipologias imobiliárias, utilizando como caso de estudo a produção formal de habitação vertical em Curitiba (PR), entre 2010 e 2022. O estudo parte da compreensão do funcionamento do mercado de terras e dos seus conceitos relevantes, tais como a formação do preço da terra, a natureza residual do preço e o impacto do funcionamento desse mercado sobre a

estrutura urbana. Parte-se do pressuposto de que o espaço construído é conformado pela lógica de funcionamento do mercado de terra e, portanto, faz-se necessário apreender as suas dinâmicas para pensar planejamento e gestão urbana a partir da realidade empírica, alinhando políticas públicas que facilitem a efetivação dos princípios previstos no Estatuto da Cidade. Para tanto, metodologicamente, a pesquisa foi estruturada a partir da identificação das variações do preço da terra em Curitiba, bem como da localização e categorização das tipologias lançadas pelo mercado imobiliário no período de análise: habitacional 1-2 blocos, habitacional 3 ou mais blocos, misto e multiuso. Para tanto, utilizou-se pesquisa documental e webgráfica, nas quais foram apreendidos os dados do preço da terra e categorizadas as tipologias imobiliárias a partir dos Certificados de Vistoria e Conclusão de Obras (cvco). A espacialização desses dados, em comparação com pesquisas anteriores, dá suporte para identificar as regiões de valorização e tendências de crescimento do mercado imobiliário na capital paranaense. Além disso, permite a identificação do porte e tipologia dos empreendimentos de habitação vertical lançados e as suas localizações na cidade. Dessa forma, verifica-se a relação que se estabelece entre as tipologias habitacionais verticais e a definição do preço da terra, reconhecendo localizações urbanas de maior valorização e expectativas de produção habitacional na capital.

5. Da obsolescência ao aproveitamento do solo público urbano: renovação urbana na Zona Monumental de Pueblo Libre

Após identificar um projeto de condomínio paralisado na Vila Militar de Pueblo Libre, reconhece-se um vazio urbano composto pelo Quartel Militar Bolívar e pela Vila Militar, apresentando-se como um espaço obsoleto dentro da cidade. Embora o lote tenha acesso para prestação de serviços e seja próximo de instalações e de uma rede de transporte público, é um espaço subutilizado – além de ser um obstáculo à conectividade do seu ambiente. Além disso, seu perímetro de paredes cegas degrada e gera insegurança. Da mesma forma, a presença de um canal que atravessa o terreno é identificada como

potencial gerador de biodiversidade. Os objetivos do projeto são três: reorganizar o solo urbano, conectar o espaço subutilizado e a cidade, regenerar a água e a infraestrutura ecológica trazendo ensinamentos ancestrais às cidades. Para este propósito conceitos como urbanismo ecológico e cidade dos 15 minutos são tomados como referência. Assim, esse espaço é aproveitado integrando-se à cidade, intensificando o uso do solo. Enquanto o projeto paralisado propõe (apenas) 1200; o projeto acadêmico propõe 379, compensando a diferença com a disponibilização de diversos equipamentos, espaços de comércio, trabalho e lazer, promovendo uma vida urbana muito ativa. Um novo bairro é gerado através de acessos, bordas ativas, caminhos e espaços públicos predominantemente pedestres. Foi tomada uma infraestrutura hídrica desconhecida e escondida da vista do cidadão, renaturalizando-a e tornando-a parte fundamental do novo espaço público; configurando-se num eixo hídrico, ecológico, programático e histórico. Reavaliando-o como parte de um patrimônio pré-hispânico desconhecido e dando-lhe relevância numa Zona Monumental onde só se celebra a história recente. Além de utilizar infraestruturas verdes para a limpeza e recirculação de águas cinzentas enquanto paisagem, como é o caso das zonas húmidas construídas, marcando um segundo eixo no projeto.

MESA 2

PAISAGENS CULTURAIS – PERMANÊNCIAS E TRANSFORMAÇÕES

Coordenação: Prof. Ms. Deborah Sandes de Almeida (EC)

Comentário: Profa. Dra. Ana Carolina Carmona Ribeiro (IFSP)

1. Arte e arquitetura na Ruta de la Plata: levantamento e mapeamento de antigas igrejas com pinturas murais conservadas no caminho entre Potosí e Arica

Denilson Choquecallata Colque (FAU-USP)
orientação: Profa. Dra. Renata Maria de Almeida Martins (FAU-USP)

2. Largos do Centro Histórico de São Paulo: uma aproximação morfológica

Larissa do Nascimento Cunha (FAU-USP)
orientação: Prof. Dr. Felipe de Souza Noto (FAU-USP)

3. As fronteiras entre a preservação e a transformação no território da Grota do Bixiga em São Paulo

Samantha Stéfanny Chaves de Oliveira (USJT)
orientação: Profa. Dra. Eneida de Almeida (USJT)

4. Rio Itapicuru: fontes visuais para uma arqueologia da paisagem

Bárbara Carneiro Servidone (FAU-USP)
orientação: Profa. Dra. Renata Maria de Almeida Martins (FAU-USP)

5. Plantas e poder: as palmeiras no modernismo brasileiro

Giovanna de Paula Ferraz (IFSP)
orientação: Profa. Dra. Ana Carolina Carmona Ribeiro (IFSP)

1. Arte e arquitetura na Ruta de la Plata: levantamento e mapeamento de antigas igrejas com pinturas murais conservadas no caminho entre Potosí e Arica

Este projeto de Iniciação Científica visa realizar um levantamento e mapeamento das pinturas murais conservadas nas igrejas da conhecida Ruta de la Plata, compreendendo especificamente o antigo caminho entre Potosí e Arica. O processo de colonização espanhola ocorrido no século XVI, além de representar uma etapa exploratória da acumulação primitiva, introduziu nessas regiões modelos e repertórios provenientes da Europa. Dessa forma, ao se colocarem em tensão com aqueles das culturas indígenas, deram origem ao que Gauvin Bailey (2010) intitulou de "barroco andino híbrido".

A descoberta da mina de prata em Potosí em 1545 e sua importância econômica ao longo dos séculos XV e XVI suscitaram o interesse da coroa em restaurar as antigas vias de comunicação, e uma importante rota reutilizada foi aquela entre Potosí e Arica, para o transporte de mercúrio destinado às minas de prata de Potosí, bem como para a exportação da prata com destino a Sevilha. Na rota há pelo menos cinco igrejas que preservam seus programas de pinturas murais do século XVIII, todos elaborados com a participação das comunidades indígenas, e que estão localizados nos pueblos de Parinacota, Pachama, Curahuara de Carangas, Soracachi e Copacabana de Andamarca; sendo as duas primeiras na região de Arica e Parinacota, no Chile, e as três últimas na região de Oruro, na Bolívia. Portanto, com o intuito de contribuir para um melhor conhecimento deste relevante patrimônio, este trabalho pretende, a partir dos importantes estudos realizados sobre as pinturas murais (GISBERT, 2008; CORTI; GUZMÁN *et al.*, 2013, 2016, 2019, 2021), realizar um levantamento e mapeamento das antigas igrejas com pinturas ainda hoje conservadas, reunindo dados sobre seus programas iconográficos e sua materialidade, sobretudo quanto aos pigmentos utilizados, buscando dar uma maior relevância à participação indígena.

2. Largos do Centro Histórico de São Paulo: uma aproximação morfológica

De formação vinculada às igrejas e a algumas atividades cívicas da época, os largos da cidade de São Paulo constituem os principais vazios urbanos destinados às manifestações públicas, ainda que atrelados à tutela eclesiástica em sua maioria, presentes no tecido urbano. Incorporados ao solo urbano mundano após a gradativa perda do poder eclesiástico, a morfologia desses vazios se vê transformada em diferentes graus pelos processos de urbanização até sua condição atual. O objetivo da presente pesquisa é identificar, catalogar e analisar estes processos de transformação morfológica nos principais largos da cidade de São Paulo, com ênfase nas regiões da Barra Funda, Bom Retiro, Brasilândia, Cambuci, Freguesia do Ó, Liberdade, República, Santa Cecília e Sé. A partir do redesenho

de recortes cartográficos, da comparação entre estas bases bidimensionais e da caracterização da volumetria do entorno e de representações gráficas em cada período identificado busca-se formar um quadro comparativo que permita identificar os processos de deturpação a que estes vazios foram submetidos, bem como caracterizar os processos urbanísticos que levaram a estas transformações.

3. As fronteiras entre a preservação e a transformação no território da Grota do Bixiga em São Paulo

Este projeto dedica-se à investigação e salvaguarda da memória urbana e do patrimônio cultural da Área Especial da Grota do Bixiga, situada no Bairro do Bixiga, em São Paulo, conforme denominação da Resolução de Tombamento nº22/2002. A pesquisa almeja compreender a relevância histórica, arquitetônica e cultural do bairro compreendida na formulação das políticas públicas de proteção do patrimônio desse território, procurando, por um lado, analisar o processo de atribuição de valores implícito no processo de patrimonialização institucional, e por outro, identificar lacunas nos instrumentos elaborados (e em sua aplicação), tendo em vista averiguar os efeitos da legislação produzida (e sua interpretação) para a preservação do patrimônio material e imaterial. Interessa ainda reconhecer os conflitos existentes entre a legislação de preservação e a legislação urbana mais abrangente produzida pelo Plano Diretor Estratégico (PDE). O estudo consiste, portanto, na sistematização de dados sobre a trajetória do Conpresp (Conselho Municipal de Preservação do Patrimônio Histórico, Cultural e Ambiental da cidade de São Paulo), abrangendo a concepção do Igepac-Bela Vista (Inventário Geral do Patrimônio Ambiental, Cultural e Urbano de São Paulo – Bela Vista) em 1984; a aprovação da Resolução de Tombamento, em 2002; a proposição do TICP (Território de Interesse da Cultura e da Paisagem), novo instrumento previsto na gestão urbana do Plano Diretor. Os procedimentos metodológicos interligam fontes teóricas e materiais empíricos, baseados em revisões bibliográficas e consultas a fontes documentais, além de visitas a campo, com o propósito de reconhecer as

principais evidências materiais dos bens protegidos, suas relações com práticas socioculturais existentes no território, os agentes locais e as atividades relacionadas com a preservação da memória do lugar. Os resultados apontam para a conciliação entre preservação e planejamento, considerando a participação ativa da comunidade local, visando fortalecer vínculos de pertencimento e fomentar a diversidade étnica e cultural da população residente.

4. Rio Itapicuru: fontes visuais para uma arqueologia da paisagem

Esta pesquisa aspira colaborar para o reconhecimento do Rio Itapicuru como paisagem cultural, a partir da análise das relações culturais, sociais, ambientais e econômicas entre o rio e as populações locais; sobretudo, aquelas dos municípios do território sisaleiro da Bahia e proximidades, abrangendo principalmente o território inserido na bacia hidrográfica do Rio Itapicuru como Campo Formoso, Jaguarari, Itiúba, Senhor do Bonfim, Cipó, Itapicuru, Conde, entre outros. O estudo baseou-se nas fontes encontradas sobre paisagem, ocupação e patrimônio, na produção de material iconográfico e cartográfico e no detalhamento socioespacial, urbanístico e cultural das cidades e povoados inseridos no território da bacia hidrográfica do Rio Itapicuru. Foram elencadas fontes em perspectiva de longa duração, desde o período pré-colonial (através da reunião de estudos arqueológicos, etnográficos etc.) até a contemporaneidade; tendo em vista a sua relevância para o processo de ocupação e permanência das comunidades tradicionais no estado da Bahia, assim como o desenvolvimento dos municípios abrangidos, incentivando trabalhos que se debruçam sobre as regiões rurais e ribeirinhas do nordeste do Brasil. Foi possível catalogar, no total, 1323 fotos e 218 vídeos, além de 16 mapas (entre eles, 5 de autoria própria), destacando os seguintes temas: 1) a história do cangaço e do bando de Lampião; 2) a presença indígena e quilombola, e assentamentos de trabalhadores rurais; 3) as festas de São João; 4) o Povoado de Canudos; 5) o retrato do sertão no audiovisual. A pesquisa se coloca numa perspectiva decolonial, que visa colaborar para a preservação da paisagem cultural do Rio Itapicuru,

ainda pouco abordada pela historiografia. Destaca-se, também, que esta Iniciação Científica colaborou diretamente com os objetivos do Projeto Jovem Pesquisador Fase 2 da Fapesp, Barroco-Açu, desenvolvido na FAU-USP, e com os grupos de estudo Ásia Global FAU e Abya-Yala FAU.

5. Plantas e poder: as palmeiras no modernismo brasileiro

A pesquisa investiga as representações e significados das *Arecaceae*, a família botânica das palmeiras, no contexto do modernismo artístico e arquitetônico brasileiro. Analisando expressões artísticas e literárias do modernismo paulista dos anos 1920 e 1930 e as manifestações arquitetônicas e paisagísticas da chamada "escola carioca", busca-se entender se, no decorrer do século XX, as palmeiras ainda carregavam os significados de poder político e econômico que possuíam no século XIX, ou se o modernismo as transformava – procurando assim compreender a relação entre os imaginários botânicos e as mudanças sociais, culturais e políticas do Brasil. Tendo em vista uma abordagem crítico-projetual sobre o papel das palmeiras na cultura brasileira, o método do trabalho consistiu na realização de pesquisas bibliográficas e iconográficas acerca do uso e representação das palmeiras em projetos paisagísticos, na literatura e em desenhos e pinturas de artistas renomados do século XX; estão ainda sendo realizados estudos de caso sobre os jardins do Museu de Arte Moderna, do Aterro do Flamengo e do edifício do Ministério da Educação (Rio de Janeiro), o Fórum Vegetal da Câmara dos Deputados (Brasília) e o Memorial da América Latina (São Paulo).

MESA 3

URBANISMO E A PRODUÇÃO DO AMBIENTE CONSTRUÍDO

Coordenação: Arq. Bruna Bonfim (EC)

Comentário: Profa. Dra Carolina

Pescatori (UNB)

1. Ícone maldito: um olhar para o conjunto Governador Kubitschek

Tiago Barreto da Silva (UFBA)

orientação: Prof. Dr. José Carlos Huapaya

Espinoza (UFBA)

2. Por uma história do urbanismo e do planejamento urbano na América Latina: eventos especializados, 1950-1980

Leandra Paranhos de Santana Lima (UFBA)

orientação: Prof. Dr. José Carlos Huapaya

Espinoza (UFBA)

3. O potencial da área não edificável adjacente à linha férrea de Piquerobi-SP como espaço público: levantamentos e percepções da paisagem

Paulo Henrique Stringari Fontolan Coleti (Unoeste)

orientação: Prof. Ms. Victor Martins de Aguiar

(Unoeste)

4. Centro atravessado: mapeamento e indagações sobre os impactos da construção da Ligação Leste-Oeste do município de São Paulo

Dominique Crizane Moraes Aires (BA)

orientação: Prof. Dr. Marcos Virgílio da Silva (BA)

5. Abordagem histórica do processo de formação do distrito de Porto Primavera-SP

André Salmerón Reis (FCT-Unesp)

orientação: Profa. Dra. Arlete Maria Francisco

(FCT-Unesp)

1. Ícone maldito: um olhar para o conjunto Governador Kubitschek

O objetivo principal desta comunicação é revisitar e ampliar as contribuições de trabalhos que se debruçam sobre o significado do Conjunto Governador Kubitschek (CGK) para o movimento moderno brasileiro. Uma revisão destes trabalhos mostra-nos a predominância por algumas abordagens específicas. Buscamos, portanto, visibilizar tramas, sujeitos e fatos ainda pouco explorados, ou mesmo desconhecidos. Para tal, tomamos como fonte principal de análise o conteúdo de jornais e revistas publicados entre 1951 e 1970. Essa aproximação nos permite perceber a tensa relação do trinômio Rolla-Niemeyer-Kubitschek; identificar as origens e interesses específicos para a proposta do CGK; e o processo conturbado

de sua concretização. De ícone ligado à modernidade ao progresso e à inovação passou a ser considerado como um ícone maldito na paisagem da capital mineira.

2. Por uma história do urbanismo e do planejamento urbano na América Latina: eventos especializados, 1950-1980

Este projeto de pesquisa busca compreender como foram construídas as redes intelectuais no campo do urbanismo e planejamento urbano na América Latina, e pelos profissionais latino-americanos, tendo como objeto os eventos especializados. Tem por objetivo principal identificar, analisar e balizar a produção bibliográfica latino-americana produzida entre as décadas de 1950 a 1980 com temática voltada para o urbanismo e planejamento urbano, já que a discussão em relação à temática no continente é pouco explorada em relação à sua produção. Pretende-se, então, a partir de um olhar temporal, entender a contribuição dos eventos no continente e propor uma discussão mais ampla, e com isto, proporcionar informações que contribuam para a compreensão e o alargamento para uma outra perspectiva sobre a história do urbanismo e do planejamento urbano na América Latina.

3. O potencial da área não edificável adjacente à linha férrea de Piquerobi-SP como espaço público: levantamentos e percepções da paisagem

As linhas férreas foram agentes responsáveis pela formação e estruturação de várias cidades brasileiras, sobretudo na região do extremo oeste do estado de São Paulo, em que os vários municípios têm interfaces de suas histórias conectadas ao complexo ferroviário. O remanescente ferroviário local é compreendido como elemento que balizou a formação da malha urbana de Piquerobi-SP. No entanto, percebe-se uma dicotomia: o conjunto arquitetônico e urbano da estação ferroviária é conservado, porém há desconhecimento, por parte da população local, de tal elemento como agente significativo para o município, assim como se verifica falta de conservação da área não edificável da linha férrea. Nesse sentido, esta pesquisa objetiva realizar um levantamento quanti-qualitativo da área não edificável adjacente à linha

férrea da cidade e seu entorno imediato. A metodologia adotada se baseará na realização de levantamentos e coleta de dados para verificar as possibilidades de ocupação desse espaço, com a finalidade de se valorar o conjunto ferroviário por meio da proposição de diretrizes urbanísticas orientadas à concepção de espaços públicos.

4. Centro atravessado: mapeamento e indagações sobre os impactos da construção da Ligação Leste-Oeste do município de São Paulo

A pesquisa desenvolvida entre 2021-2022 consiste em realizar um mapeamento das modificações geradas pela construção da ligação Leste-Oeste que corta o centro de São Paulo (toda a extensão do Elevado João Goulart, Viaduto Júlio de Mesquita Filho, Viaduto Jaceguai, Viaduto do Glicério, Viaduto Leste-Oeste, Complexo Viário Evaristo Comolatti, até desembocar na Avenida Alcântara Machado). Com base em artigos, matérias de jornais, decretos e leis que remontam ao desenvolvimento da cidade, assim como nos conceitos de lugar e memória, pretende-se abordar antecedentes de intervenções de cunho rodoviário na cidade de São Paulo, o processo de consolidação das regiões afetadas e suas transformações a partir da construção da ligação. O objetivo é dimensionar, por meio de sobreposições cartográficas, o impacto das demolições e desapropriações, refletindo sobre uma "memória coletiva" afetada e transformada com o processo de implantação dessas vias elevadas. Por fim, será apresentado um mapeamento que estime a quantidade das demolições ocorridas para que seja possível visualizar as áreas onde os impactos da construção da Ligação Leste-Oeste foram mais intensos.

5. Abordagem histórica do processo de formação do distrito de Porto Primavera-sp

O território brasileiro contempla uma rica rede de bacias hidrográficas que historicamente favoreceu o desenvolvimento da indústria hidroenergética, como é o caso da Companhia Energética de São Paulo (Cesp), que teve uma forte atuação no século XX no âmbito da construção das barragens e usinas hidrelétricas. Concomitantemente, para dar apoio às

obras, construiu núcleos residenciais, sendo o distrito de Porto Primavera, hoje pertencente ao município de Rosana, a última experiência da empresa. O distrito foi concebido como núcleo permanente para apoiar as obras da construção da Usina Hidrelétrica Engenheiro Sérgio Motta, mas que contribuiria para o desenvolvimento e ocupação da região do Pontal do Paranapanema, extremo oeste do Estado de São Paulo. Esta pesquisa teve como objetivo compreender a história de formação do distrito e as origens dos elementos presentes no plano urbano. A pesquisa se pautou em revisão bibliográfica e em trabalho de campo, por meio do qual foi possível constatar a implementação quase completa do plano original.

MESA 4 MITIGAÇÃO E ADAPTAÇÃO DO ESPAÇO ÀS MUDANÇAS DO CLIMA

Coordenação: Profa. Dra. Monica Dolce
(UNIP e EC)

Comentário: Prof. Dr. Eduardo Pizarro (USJT)

1. O uso de wetlands e o sistema condominial aplicado à escala do bairro

Reinaldo Almeida Silva (EC)

orientação: Prof. Dr. José Guilherme Schutzer (EC)

2. A arquitetura e o futuro mais quente: os atuais indicadores normativos brasileiros de desempenho térmico nos edifícios face ao aquecimento global

Stephane Queiroz Nogueira

(SENAC)

orientação: Prof. Dr. Walter José Ferreira Galvão

(SENAC)

3. Diretrizes projetuais que influenciam o conforto e a eficiência energética no conceito de sustentabilidade

Melisa Ayana Odam (UFPR)

orientação: Profa. Dra. Lisana Katia Schmitz Santos
(UFPR)

1. O uso de wetlands e o sistema condominial aplicado à escala do bairro

O panorama de falta de coleta e tratamento de esgotos no Brasil é algo considerável quando pensamos na dificuldade de instalação de uma rede coletora em áreas distantes dos coletores troncos das concessionárias devido a barreiras urbanas e topográficas, ou em um urbanismo informal que impossibilite a instalação de uma infraestrutura padrão, como em favelas e loteamentos próximos a áreas de mananciais. A partir dessas prerrogativas, o objetivo do estudo é verificar possibilidades de universalização de saneamento básico em um microssistema de captação e tratamento de efluentes apoiado em técnicas ecológicas existentes, considerando características como a topografia, espaços livres e a estrutura existente – quadros ilustrados no caso de um bairro na cidade de Itaquaquecetuba que lida com a falta do serviço devido a difícil topografia e a uma pequena área de manancial, o que impossibilita a instalação de uma estação elevatória. A partir dessa situação, o estudo visa desenvolver um projeto de sistema sustentável de

coleta e tratamento de esgoto baseado nas wetlands ou banhados construídos, utilizando como métrica os microssistemas do modelo condominial, pensando espaço, função e desenho de uso da infraestrutura de saneamento como objeto de desenho da prática da arquitetura e do urbanismo.

2. A arquitetura e o futuro mais quente: os atuais indicadores normativos brasileiros de desempenho térmico nos edifícios face ao aquecimento global

O clima global passa por um momento de profundas transformações. Agravado pela ação humana, as mudanças ocorrem de maneira significativa nas variáveis ambientais de conforto ambiental térmico, particularmente fazendo com que haja uma ascensão progressiva na temperatura do ar e uma queda da umidade. Nesse sentido, as normativas prescritivas de conforto ambiental térmico, que se baseiam em médias de condições climáticas de um período, normalmente os dez anos anteriores às definições do clima de um local, precisam ser revistas. Assim, baseado em simulações computacionais e cálculos prescritivos, este trabalho terá como objetivo analisar os indicadores preconizados nas normas brasileiras NBR 15220 e NBR 15575 para uma projeção de condições climáticas futuras, particularmente para a cidade de São Paulo, verificando se esses indicadores permanecem válidos para modelos climáticos considerando os efeitos do aquecimento global.

3. Diretrizes projetuais que influenciam o conforto e a eficiência energética no conceito de sustentabilidade

O presente trabalho tem como objetivo principal apresentar as diretrizes projetuais no conceito de sustentabilidade, que auxiliam no conforto térmico e na eficiência energética. Primeiramente, na revisão bibliográfica, foi abordada a definição e um breve histórico do termo sustentabilidade, seguido pela discussão da sustentabilidade no âmbito da arquitetura em relação à eficiência energética e à arquitetura passiva. A segunda parte apresenta as diretrizes projetuais, organizadas seguindo uma sequência de aprofundamento, partindo das mais gerais, como o estudo e interação com o lugar valorizando os

elementos naturais, então os antrópicos ligados às interferências do entorno promovidas pela legislação, tais como o gabarito existente e possível. E por último, questões mais gerais como a interação entre a forma e o lugar e aberturas. Por fim, apresentamos correlatos na arquitetura brasileira que utilizam parte desses conceitos e diretrizes projetuais no projeto arquitetônico. A metodologia do trabalho se norteou primeiramente por uma ampla pesquisa exploratória de caráter bibliográfico para seleção de fontes em artigos, periódicos e trabalhos finais de graduação, seguida pela leitura e revisão bibliográfica deste material para um aprofundamento nos conceitos iniciais de sustentabilidade e sustentabilidade na arquitetura. A segunda etapa consistiu no aprofundamento das diretrizes projetuais, além da pesquisa e seleção de obras arquitetônicas que aplicam os conceitos de sustentabilidade apresentados e que possuem um menor impacto ambiental, utilizando estratégias passivas. Tais exemplares de arquitetura dão suporte aos resultados, demonstrando e permitindo a discussão das diretrizes projetuais apresentadas na revisão bibliográfica. Destaca-se, portanto, que este estudo não envolve a totalidade dos assuntos acerca da arquitetura sustentável, mas um recorte entre as premissas, com enfoque no conforto térmico e eficiência energética.

MESA 5

MÉTODO E INSTRUMENTOS DE PLANEJAMENTO NA PRODUÇÃO DO ESPAÇO

Coordenação: Prof. Ms. Pedro Vada (EC)
Comentário: Prof. Ms. Rafael Costa (UFABC)

1. SIG Histórico de Campinas – Georreferenciamento da Planta Cadastral de 1929

Raquel Mendes Rodrigues (PUC-Campinas)
orientação: Profa. Dra. Renata Baesso Pereira (PUC-Campinas)

2. Prompt: A construção de um espaço digital, multiplataforma como elemento decisivo para o *storytelling*

Renan Costa da Silva Bergamasco
(Centro Universitário Barão de Mauá)
orientação: Prof. Dr. César Muniz
(Centro Universitário Barão de Mauá)

3. Estudo sobre a formação do centro de Caiuá-SP a partir da teoria da sintaxe espacial

Pedro Paglione de Paiva (Unesp)
orientação: Profa. Dra. Arlete Maria Francisco (Unesp)

1. SIG Histórico de Campinas – Georreferenciamento da Planta Cadastral de 1929

Iniciação Científica sobre a elaboração de um SIG histórico para Campinas-SP, focando no georreferenciamento da Planta Cadastral de 1929. Acredita-se que um SIG Histórico proporciona novas perspectivas para analisar a história urbana, destacando as transformações na cidade e seu espaço social. O georreferenciamento dessa planta é crucial por conter informações detalhadas dos lotes urbanos. O SIG Histórico utiliza tecnologias geoespaciais para organizar e visualizar dados históricos em contexto geográfico, facilitando a compreensão do passado. A pesquisa se alinha com estudos recentes que utilizam geotecnologias na história urbana, promovendo uma melhor compreensão da evolução do espaço urbano ao longo do tempo.

2. Prompt: A construção de um espaço digital, multiplataforma como elemento decisivo para o *storytelling*

A pesquisa explora minuciosamente a integração da inteligência artificial na arquitetura contemporânea, abordando sua capacidade de criar espaços adaptáveis e multiplataformas, indo além da simples automação. Uma

vez que a arquitetura passa por uma revolução impulsionada pela IA, que amplia a criatividade e técnicas dos profissionais, ao alavancar algoritmos avançados e técnicas de aprendizado de máquina, os arquitetos podem conceber espaços dinâmicos que se adaptam às necessidades dos usuários e contextos variados, enquanto enfrentam questões éticas e sociais relacionadas à sua aplicação. O objetivo é inspirar uma nova geração de arquitetos a explorar o potencial transformador da IA na criação de espaços verdadeiramente adaptáveis, inclusivos e inovadores. A pesquisa também busca compreender a aplicação prática da IA na arquitetura, contextualizando-a historicamente e considerando sua adaptação para diversas plataformas digitais, como jogos e filmes. Além disso, explora o papel da IA na modelagem, renderização e análise de dados arquitetônicos, utilizando o algoritmo Prompt como estratégia. A metodologia envolve pesquisa teórica e empírica, buscando ampliar a compreensão sobre a IA na arquitetura. A integração da IA expandiu os horizontes da prática arquitetônica, permitindo uma abordagem mais eficiente e artística. Projetos residenciais, urbanísticos, históricos, cenários e figuras podem se beneficiar dessa nova abordagem, unindo o caráter artístico à eficiência. O controle e a autoria permanecem com os arquitetos, enquanto a IA se torna uma aliada na materialização de visões arquitetônicas inovadoras. Assim, cada arquiteto contribui para a riqueza e a diversidade do campo da arquitetura mediada por IA, em uma era de possibilidades ampliadas e horizontes expandidos.

3. Estudo sobre a formação do centro de Caiuá-SP a partir da teoria da sintaxe espacial

Esta pesquisa teve como objetivo o estudo e aplicação da sintaxe espacial em uma pequena cidade do interior paulista, Caiuá, de forma a compreender a formação da centralidade urbana a partir da estruturação do núcleo original da cidade e sua evolução até os dias atuais. Para a sintaxe espacial, a configuração espacial é o conceito chave

para compreender a relação entre espaço e sociedade, na medida em que gera padrões de movimento, o qual influencia onde as atividades sociais e econômicas são realizadas. A teoria sustenta que o movimento tem uma dimensão morfológica, isto é, que é um produto funcional da natureza intrínseca ao layout e, nesse sentido, a centralidade é um processo e não um estado. A ideia central da teoria é que os padrões de movimento são determinados primeiramente pela estrutura organizacional da malha urbana. A teoria permite a quantificação dessas dinâmicas sociais e também compreender a influência da malha nessas dinâmicas. A realização deste trabalho se deu por meio de pesquisa bibliográfica para compreensão da teoria e, posteriormente, sua aplicação. Os resultados demonstraram a convergência entre o conteúdo conceitual e analítico sintático da teoria e a realidade da cidade estudada.

MESA 6

LITERATURA, LINGUAGEM E EXPRESSÃO URBANA

Coordenação: Prof. Dr. João Sodré
(FAAP e EC)

Comentário: Prof. Dr. Gabriel Pedrosa
Pedro (SENAC)

1. Os pobres e desvalidos imersos no Monstro Urbano: os romances de Charles Dickens como uma janela para a Londres oitocentista

Matheus José de Souza Dias (Unicamp)
orientação: Profa. Dra. Josianne F. Cerasoli
(Unicamp)

2. Fantasmas, fósseis e animais: cosmopolíticas do habitar em Brasília

Bruno Maschio (EC)
orientação: Prof. Dr. Gilberto Mariotti (EC)

3. Geografia do invisível: estudo da dimensão topo-semiótica do bairro do Bixiga, São Paulo

Leandro Cabral Silva (IFSP)
orientação: Prof. Dr. Douglas Gallo (IFSP)

4. Entre corpo tecido e vegetação: um olhar para a figura feminina nas pinturas brasileiras do fim do século XIX

Lia Abrão Ballack Dias (EC)
orientação: Prof. Dr. Pedro Beresin (EC)

5. Repassos: a tecelagem do Triângulo Mineiro em exposição do Masp e pesquisa do CNRC

Isabela D'Auria Caragelasco (FAU-USP)
orientação: Prof. Dr. Eduardo Augusto Costa (FAU-USP)

1. Os pobres e desvalidos imersos no Monstro Urbano: os romances de Charles Dickens como uma janela para a Londres oitocentista

A pesquisa é um estudo aprofundado e uma análise ampliada de alguns dos romances do escritor realista inglês Charles Dickens, um dos autores cuja obra melhor apresenta o ambiente urbano oitocentista em sua complexidade. A partir do uso historiográfico de fontes literárias no campo da história urbana, referenciado nos estudos seminais de Stella Bresciani em "Londres e Paris no século XIX: espetáculo da pobreza" (1975), esta iniciação científica tem como objetivo principal explorar o potencial da obra dickensiana como subsídio para o estudo histórico. Para a realização desta investigação, o método fundamental foi a análise e leitura sistemática de dois dos romances dickensianos: "Oliver Twist" e "A

casa soturna". O trabalho também coteja as obras literárias selecionadas com duas outras de natureza documental: o "Report on the Sanitary Condition of the Labouring Population of Great Britain" e o "Poor Law Commissioners' Report of 1834". Como resultados dessa perquirição, espera-se ampliar a compreensão sobre o universo urbano oitocentista nas obras de Dickens, elucidando os estudos do campo de história urbana e delimitando abordagens sensíveis sobre problemas socioeconômicos de caráter crônico presente nas grandes metrópoles mundiais até a atualidade. Busca também problematizar possíveis matrizes liberais e utilitaristas presentes nas abordagens e nos posicionamentos de Dickens em relação ao pensamento da elite burguesa na Inglaterra do período.

2. Fantasmas, fósseis e animais: cosmopolíticas do habitar em Brasília

Esta pesquisa tem como objeto alguns textos sobre Brasília. Em primeiro lugar, os discursos mobilizados na construção de Brasília, em especial os enunciados de Lucio Costa, Mário Pedrosa e Juscelino Kubitschek, indagando sobre as ideias de território e habitat. Busca-se evidenciar como uma imaginário coletiva da capital se constrói e quais as continuidades dessa representação com nossa herança colonial. Atentando especialmente para os vínculos entre modernismo arquitetônico e nacional-desenvolvimentismo, com enfoque nas relações interespecíficas. Em segundo, os contos "A margem da alegria", de Guimarães Rosa, e "Visões do Esplendor", de Clarice Lispector. Em ambos se constrói uma outra imagem de Brasília, colocando em foco relações entre humanos e não-humanos, que ensaiam outros modos de habitar a capital. Esse diálogo (entre os textos do campo da arquitetura e da política com as narrativas literárias) se faz com o intuito de aprofundar uma investigação acerca da noção de habitar, buscando seus sentidos múltiplos e plurais. Para tal, adotamos como metodologia a análise do discurso para nos aproximar desses textos e produzir interpretações. Lançamos mão dos estudos contemporâneos acerca do antropoceno, em especial o conceito de cosmopolítica, elaborado pela filósofa Isabelle Stengers, para pensar quais são os modos não-

hierárquicos de habitar e de conviver, produzindo alianças e afinidades com fósseis, fantasmas e animais e, desse modo, buscando ampliar as perspectivas sobre habitar Brasília.

3. Geografia do invisível: estudo da dimensão topo-semiótica do bairro do Bixiga, São Paulo

Os edifícios, transmutados posteriormente em lojas, centros culturais ou habitações, somados às ruas e às outras estruturas concretas do espaço urbano compõem a dimensão topológica da cidade. Esse universo das formas guarda no seu interior o verdadeiro espírito e a substância humana que confere ao território seu caráter social. A pesquisa, que segue em desenvolvimento, objetiva compreender os signos contidos nas formas (estruturas) urbanas, especialmente localizadas e vinculadas a uma geografia própria. O tema versa sobre um recorte da estrutura ausente do Bixiga, território sem limites rígidos que ocupa a centralidade da cidade de São Paulo. Os resultados parciais até o momento, sem a pretensão de esgotar o tema, podem contribuir para a compreensão do cotidiano do bairro e seus aspectos mais profundos, principalmente no que tange a processos de apropriação e significação pelos moradores.

4. Entre corpo tecido e vegetação: um olhar para a figura feminina nas pinturas brasileiras do fim do século XIX

Essa pesquisa tem como objetivo inicial realizar uma investigação comparativa entre a representação das lavadeiras e das mulheres burguesas nas pinturas brasileiras do final do século XIX. Durante esse processo, foram feitas algumas mudanças nos objetos a serem analisados. A geração de pintores formados pela Academia Imperial de Belas Artes no final do século XIX era composta por uma ampla maioria masculina. Cada um à sua maneira, esses artistas, pela primeira vez, passaram a colocar o cotidiano das cidades brasileiras como tema principal em suas pinturas e, assim, os motivos de costume se tornaram uma categoria artística (TOME, 2014). As mulheres, que neste momento se tornavam uma importante figura urbana, apesar de em sua grande maioria não pintarem,

passaram a ser pintadas com maior frequência e profundidade. Muitos dos novos temas que surgiam neste momento, as pinturas que representavam lavadeiras e mulheres burguesas no interior doméstico, se tornaram recorrentes. Lado a lado, elas apresentam, em meio a uma infinidade de diferenças, um ponto em comum: a estranha impressão de que seus corpos se camuflam com suas respectivas paisagens de cena. É a partir da premissa de que os pintores deste período acabam sempre tirando foco dos corpos femininos em suas pinturas, que a presente pesquisa se propõe, então, a discutir os processos de camuflagem do corpo feminino nas pinturas do século XIX por meio de um estudo comparativo entre as pinturas de lavadeira de Antonio Ferrigno e Eliseu Visconti. De toda forma, este comparativo se dá sem descartar o estudo das imagens das burguesas no interior doméstico, entendendo-as como elemento de tensão, não de comparação. Assim o foco se volta para as lavadeiras, mas sem nunca perder o universo relacional, uma vez que a ideia de lavadeira, da mulher do espaço público, não existe sem a da mulher que fica em casa, a burguesa.

5. Repassos: a tecelagem do Triângulo Mineiro em exposição do Masp e pesquisa do CNRC

A pesquisa explora as conexões entre a exposição "Repassos: exposição documento", no Museu de Arte de São Paulo Assis Chateaubriand (Masp) em 1975, e o projeto de pesquisa "Tecelagem no Triângulo Mineiro", executado entre 1976 e 1986 pelo Centro Nacional de Referência Cultural (CNRC). Para isso, são propostas visitas ao acervo do Masp e ao Fundo do CNRC no Arquivo do Iphan, localizado em Brasília, visando a uma análise documental que estabeleça leituras específicas sobre cada uma das iniciativas e suas possíveis relações de influência. Como resultados, espera-se uma contribuição para as discussões referentes à identidade do design no Brasil, assim como de suas políticas de preservação do patrimônio cultural, visto a aproximação dos fenômenos estudados com duas figuras importantes para tais diálogos no país: Lina Bo Bardi, uma das organizadoras da exposição de 1975, e Aloísio Magalhães,

um dos fundadores do CNRC. Além disso, é de intenção dessa pesquisa iluminar questões referentes à produção tecelã da década de 1970, contribuindo para o aprofundamento bibliográfico das produções artesanais brasileiras.

MESA 7

DESENHO, TÉCNICA E PROJETO: REFLEXÕES SOBRE A MODERNIDADE

Coordenação: Profa. Dra. Juliana Braga Costa (EC e Mackenzie)
Comentários: Profa. Dra. Luciana Brasil (Mackenzie)

1. Formas livres e utopia anticolonial: a Universidade de Constantine de Oscar Niemeyer segundo os técnicos e intelectuais brasileiros envolvidos em sua realização

Fernanda Tavares Teixeira (EC)
orientação: Prof. Dr. Alexandre Benoit (EC)

2. As estações rodoviárias e o imaginário de país moderno

Ana Clara Sousa Guedes Alcoforado (EC)
orientação: Prof. Dr. Pedro Beresin (EC)

3. Continuidades e rupturas na arquitetura brasileira de pavilhões expositivos: análise a partir da expo Bruxelas 1958, Osaka 1970 e Dubai 2020

Lucas Nascimento Saito (USJT)
orientação: Profa. Dra. Maria Isabel Imbrunito (USJT)

4. Projetos em série: a produção residencial do escritório de Salvador Candia para a incorporadora Gomes de Almeida Fernandes (1970-1990)

Beatriz Monte Claro Marcondes Rocha (EC)
orientação: Profa. Dra. Paula Gorenstein Dedecca (EC)

5. Abrahão Sanovicz: como a linha socialista do sionismo formou o traço do artista

Gabriela Saraiva Sanovicz (EC)
orientação: Prof. Dr. Pedro Beresin (EC)

1. Formas livres e utopia anticolonial: a Universidade de Constantine de Oscar Niemeyer segundo os técnicos e intelectuais brasileiros envolvidos em sua realização

Esta pesquisa tem como foco investigar a presença dos intelectuais e técnicos brasileiros envolvidos na criação e execução da Universidade de Constantine na Argélia, projeto de Oscar Niemeyer, concluída em 1969. Após a conquista da independência, o novo governo buscava se afastar da influência cultural francesa, o que resultou, entre outras ações, no convite a Niemeyer para desenvolver uma série de projetos, sendo a Universidade de Constantine o de maior importância. O arquiteto, que vivia na França devido ao golpe militar, viu nesse convite um meio de mobilizar intelectuais da UnB exilados, indicando-os para formular o programa de ensino da nova universidade, e ao mesmo tempo, de levar engenheiros para conduzir o canteiro de

obras, introduzindo no país novas técnicas do concreto armado desenvolvidas em Brasília. Reconhecer os sujeitos e resgatar suas memórias desse projeto pode permitir a abertura de novos entendimentos da arquitetura produzida por Niemeyer, relativizando a ideia de gênio, assim como problematizando os desdobramentos da ideologia do desenvolvimentismo em um capítulo singular que se intersecciona com o movimento de independência em um país do norte da África.

2. As estações rodoviárias e o imaginário de país moderno

Neste artigo, abordaremos a relação entre arquitetura moderna e discurso político durante a ditadura civil-militar (1964-1985) no Brasil. Destacando dois projetos de estações rodoviárias, resultados da fusão entre o ideal desenvolvimentista estatal e o imaginário modernista arquitetônico, a pesquisa explora a consolidação da memória social desse período por meio das obras de infraestrutura urbana. Partindo da perspectiva dos rituais como manifestações que revelam visões de mundo dominantes, abordar os símbolos como estratégia para se analisar eventos políticos permite entender como as ações dos militares ampliaram o programa da estação rodoviária para além do edifício, mas quanto ao seu impacto e papel na legitimação do regime. A partir da análise da rodoviária de Jaú (1973), projeto de Vilanova Artigas, e a rodoviária de Cuiabá (1977), de Paulo Mendes da Rocha, Moacyr Freitas e Newton Arakawa, a pesquisa busca identificar os elementos que sustentavam o regime militar brasileiro a partir da percepção de que as paixões políticas agem de forma marcante na constituição das identidades e na vida política. Enxergando os projetos sob esse viés, entende-se que a arquitetura brasileira buscou representar por meio de sua monumentalidade a construção de uma identidade nacional e representação do desenvolvimento.

3. Continuidades e rupturas na arquitetura brasileira de pavilhões expositivos: análise a partir da Expo Bruxelas 1958, Osaka 1970 e Dubai 2020

Esta pesquisa propõe investigar por meio de um estudo comparativo três pavilhões que representaram o Brasil em exposições mundiais, a saber: o pavilhão em Bruxelas

(1958), projetado por Sérgio Bernardes; o pavilhão em Osaka (1970), concebido por Paulo Mendes da Rocha; e o pavilhão em Dubai (2020), realizado pelo MMBB, Ben-Avid e JFG.ARQ. O estudo inicia-se com uma revisão da literatura e uma análise dos desenhos. De forma objetiva, a análise comparativa da arquitetura dos três pavilhões visa destacar os aspectos distintos e comuns, bem como a contribuição para a atualização do pensamento e da tecnologia arquitetônica brasileira. Em todas as obras estudadas, três elementos recorrentes se destacam: 1) a relação entre o espaço interno e externo através de um percurso contínuo; 2) a topografia concebida como um meio de interação entre o público e a natureza; e 3) a cobertura como um elemento técnico com funções lúdicas e pedagógicas.

4. Projetos em série: a produção residencial do escritório de Salvador Candia para a incorporadora Gomes de Almeida Fernandes (1970-1990)

Essa pesquisa tem como objetivo estudar um conjunto de projetos de edifícios residenciais, desenvolvido pelo escritório de Salvador Candia e encomendado pela incorporadora e construtora Gomes de Almeida Fernandes Ltda. sobretudo entre as décadas de 1970 e 1990. Trata-se de pensar, a partir deste conjunto seriado, as dinâmicas do mercado imobiliário no período, a estruturação dos escritórios de arquitetura para atender essa demanda, bem como suas estratégias projetuais, e os resultados destes impactos na construção da cidade de São Paulo durante seu processo de metropolização.

5. Abrahão Sanovicz: como a linha socialista do sionismo formou o traço do artista

A pesquisa visa explorar a interseção entre desenho, arquitetura e socialismo no sionismo, através das obras gráficas do arquiteto Abrahão Sanovicz (1933-1999), destacando seu aspecto pessoal e sua identidade judaica. A trajetória de Sanovicz reflete a experiência de um imigrante judeu no Brasil, influenciado pela formação política no movimento juvenil sionista Dror, pela tradição judaica e pela imigração. Sua família migrou da Polônia para o Brasil, escapando do antissemitismo e do nazismo na Europa. Apesar dos desafios linguísticos

e culturais, Sanovicz foi incentivado a estudar e se formou em Arquitetura pela USP, participando também da Escola de Artesanato do MAM. Sua identidade judaica foi cultivada tanto em casa quanto em espaços como o Dror e a Casa do Povo, onde podia praticar livremente sua judeidade e engajamento político. Diferentemente de sua vida acadêmica na USP, onde sua identidade judaica não era evidente, Sanovicz expressava sua judeidade em sua vida privada e em suas obras de arte. Suas gravuras e desenhos frequentemente retratam elementos da cultura judaica, assinados em ídiche, refletindo sua herança e experiência pessoal. Ao examinar a vida de Sanovicz sob a ótica do judaísmo, a pesquisa busca oferecer uma nova compreensão de sua carreira e produção artística, revelando camadas previamente não exploradas de sua identidade e influências. Este estudo transcende a análise convencional de Sanovicz como apenas um arquiteto, destacando sua complexa relação com a arte, a arquitetura e sua identidade judaica.

MESA 8

TERRITÓRIO, MEMÓRIA E RESISTÊNCIA

Coordenação: Prof. Ms. Thiago Benucci (EC)
Comentário: Ms. Laura Pappalardo (FAU-USP)

1. Calabouço: memórias soterradas no Rio de Janeiro

Daniel Alves da Silva Lavinias (PUC-Rio)
orientação: Profa. Dra. Ana Luiza Nobre (PUC-Rio)

2. Você está em território Akroá-Gamella: história oral da resistência de um povo "extinto" do Maranhão

Paulo Jeremias Aires (Unicamp)
orientação: Profa. Dra. Silvana Barbosa Rubino (Unicamp)

3. A arquitetura vernacular: Marrocos através da simbiose entre arquitetura e paisagem

Jean Guilherme Oliveira (Universidade de Granada)
orientação: Bernardino Francisco Líndez Vílchez (Universidade de Granada)

4. Comunidades indígenas no litoral do estado do Paraná: aldeia Kuaray Haxa

Júlia Larissa Silveira da Silva (UFPR)
orientação: Profa. Dra. Marina Millani Oba (UFPR)

5. Arquitetura sustentável: bioconstrução no cenário do recôncavo baiano

Maria Alice Barreto Leone
(Centro Universitário Maria Milza)
orientação: Profa. Ms. Larissa Grazielle Silva dos Santos (Centro Universitário Maria Milza)

1. Calabouço: memórias soterradas no Rio de Janeiro

O trabalho, premiado como melhor pesquisa de Iniciação Científica do Centro de Teologia e Ciências Humanas na Premiação Pibic/PUC-Rio 2023, investiga e mapeia a região da Ponta do Calabouço, no centro da cidade do Rio de Janeiro, buscando marcas no chão que revelam mecanismos sistemáticos de apagamento promovidos pelo Estado, com foco no Restaurante do Calabouço, símbolo da luta estudantil contra o regime militar (1964-1985). O trabalho busca revelar eventos e fatos pouco valorizados pela história oficial, explorando a relação entre arquitetura, memória coletiva e processos de colonização, urbanização e desterritorialização de origem secular. Enfatiza também histórias e arquiteturas demolidas e/ou invisibilizadas, entre outros fatores, pelos inúmeros aterros realizados na cidade. Trata-se da segunda etapa de pesquisa desenvolvida em 2022 (Dissensões: um recorte da constelação independente

do Atlas do Chão, menção honrosa na Premiação Pibic/PUC-Rio 2022) no âmbito do Atlas do Chão (atlasdochao.org), coordenado pela Profa. Ana Luiza Nobre no Lã/Laboratório de Análises Arquitetônicas, do Departamento de Arquitetura e Urbanismo da PUC-Rio, em parceria com o Prof. David Sperling, do Instituto de Arquitetura e Urbanismo da USP.

2. Você está em território Akroá-Gamella: história oral da resistência de um povo "extinto" do Maranhão

O povo Akroá-Gamella vive hoje em um território interseccionado por três municípios da baixada maranhense, Matinha, Penalva e Viana. Os moradores mantêm relações de reciprocidade, práticas socioculturais e seu modo de vida. Após anos de hostilidade, os Akroá-Gamella foram considerados extintos, mas se adaptaram diante do contexto de conflitos e usaram estratégias para sobreviver em meio a perseguições e apagamento identitário. Como indígena pertencente ao povo Akroá-Gamella, pretendo buscar, discutir e contar a história do apagamento histórico ocorrido dentro do território dos Akroá-Gamellas, bem como analisar qual era a nossa relação com o chão que pisamos há mais de trezentos anos. Pretendo ainda trazer à pesquisa uma análise de como sobrevivemos quase três séculos de apagamento histórico e identitário, na expectativa de obter informações que possam contribuir para o resgate da memória ancestral e para a melhoria dos nossos direitos. Como recorte temporal adotarei o século XX e início do século XIX, mais precisamente o ano de 1900 até a autodeclaração pública de 2014, para discutir esses aspectos históricos. Esse recorte se dá principalmente pelo fato de ser o período mais rico de memórias dos anciãos do meu povo.

3. A arquitetura vernacular: Marrocos através da simbiose entre arquitetura e paisagem

A paisagem transcende a mera aparência de um cenário, é o palco dinâmico onde as narrativas humanas se desenrolam, os encontros entre o homem e a natureza acontecem, e onde a essência encontra a sua morada. Desde as imponentes montanhas até as vastas planícies, cada

elemento carrega consigo uma história única, revelando as intrincadas interações entre a natureza e a humanidade. No interior do Marrocos, no território pré-saariano do vale do Drâa, a arquitetura emerge como uma resposta aos desafios impostos pela natureza. Enfrentando condições adversas, as comunidades locais desenvolveram um habitat resiliente, integrando-se harmoniosamente à paisagem circundante. O Ksar de Tamnougalt é um exemplo marcante desse esforço, testemunhando a determinação e habilidade necessárias para tal realização. Utilizando materiais naturais, a arquitetura local atende às demandas de abrigo, defesa e crescimento da comunidade, estabelecendo uma conexão intrínseca com a paisagem. Além de promover uma sensação de pertencimento e harmonia, essa integração preserva o patrimônio cultural e fomenta o desenvolvimento econômico sustentável. O reconhecimento do valor histórico e cultural dessas construções incentiva as comunidades locais a preservá-las e transmitir os seus conhecimentos ancestrais. Assim, a relação entre arquitetura de terra e paisagem ilustra a habilidade humana de se adaptar e integrar-se ao meio ambiente, gerando cidades resilientes e culturalmente enriquecedoras. A metodologia adotada foi revisão bibliográfica, deriva e documentação mediante fotografia e desenhos.

4. Comunidades indígenas no litoral do estado do Paraná: aldeia Kuaray Haxa

O presente trabalho tem como objetivo descrever a presença de comunidades indígenas na região litorânea do estado do Paraná, dando enfoque à Aldeia Guarani Mbyá Kuaray Haxa, do município de Guaraqueçaba. A pesquisa tem como propósito investigar e apresentar os processos de consolidação territorial dessa comunidade, analisando seu estado atual e abordando os conflitos contemporâneos com o Estado, especialmente em relação à Reserva Biológica Bom Jesus. A pesquisa foi desenvolvida em colaboração com o Projeto Origem, uma organização sem fins lucrativos cujo objetivo é apoiar e fortalecer a resistência dos povos indígenas do sul do Brasil. Através dessa parceria, busca-se fornecer uma análise mais abrangente e precisa dos desafios enfrentados pelas comunidades Guarani Mbyá no Paraná,

bem como destacar importantes aspectos de sua história e cultura. Este trabalho busca contribuir para o conhecimento e a compreensão de conflitos fundiários enfrentados por comunidades indígenas, destacando a importância da justiça social e o respeito às diversidades culturais.

No enfrentamento das complexidades e desafios que os indígenas Guarani Mbyá de Kuaray Haxa encaram na defesa de seus territórios e modo de vida, destaca-se sua resiliência e profunda conexão com a natureza e espiritualidade. A trajetória dessa comunidade, desde a busca pelas terras ancestrais até os atuais conflitos territoriais com a Reserva Biológica Bom Jesus, revela não apenas a luta por direitos fundiários e preservação cultural, mas também uma busca incessante pela manutenção dos laços espirituais com a natureza e a Mata Atlântica. Nesse contexto, o diálogo intercultural e a busca por soluções que harmonizem a preservação ambiental com a presença indígena se tornam imperativos.

5. Arquitetura sustentável: bioconstrução no cenário do recôncavo baiano

São expressivos os impactos socioambientais causados por atividades industriais humanas, como a extração de matéria prima e a geração de resíduos poluentes. Nesse contexto, profissionais da arquitetura e engenharia buscam uma nova forma de pensar a construção e todos os aspectos que a envolve. A bioconstrução traz consigo novos conceitos e métodos construtivos que se adaptam à utilização de materiais naturais provenientes de cada região, com o objetivo de reduzir os custos e o impacto ambiental relacionado à construção de residências. Nessa perspectiva, o trabalho parte do problema de como desenvolver um modelo de habitação de interesse social utilizando os princípios bioconstrutivos que se adequem ao clima do recôncavo baiano. A metodologia contempla um estudo descritivo de abordagem qualitativa. Será desenvolvido um projeto arquitetônico no software para profissionais da área de construção, o revit. Inicialmente, será feito um estudo preliminar da região (levantamento de dados, programa de necessidades); em seguida, será realizado o projeto executivo (todas as plantas, cortes e fachadas)

necessário para a execução da obra.

Espera-se que o trabalho possibilite uma moradia ambientalmente sustentável para uma população de baixa renda, em que será possível reduzir o custo da construção ao mesmo tempo que se preocupa com a preservação do meio ambiente.

Coordenação: Profa. Dra. Marianna Boghosian Al Assal (EC)
Comentário: Prof. Dr. Renato Cymbalista (FAU-USP)

1. O território da Liberdade: memórias subterrâneas e experiências coletivas

Clarice Boffa Romeu e Nicole Gonçalves Mariano (EC)
orientação: Profa. Dra. Amália Cristovão dos Santos e Profa. Dra. Glória Kok (EC)

2. Estudo arquitetônico e urbano da moradia do idoso na cidade de São Paulo: Centro, Mooca, Pari e Brás

Sabrine Veloso Pires Klitzke (EC)
orientação: Profa. Dra. Anália Maria Marinho de Carvalho Amorim (EC)

3. Corpo, memória e cidade: uma proposta de leitura sobre o centro de São Paulo a partir de territorialidades, afetos e subjetividades transvestigêneres

Maria Piedade (EC)
orientação: Prof. Dr. Gilberto Mariotti (EC)

4. Mobilidade e acessibilidade: explorando a dimensão da neurodiversidade nas condições de deslocamento

Bruno Santana do Nascimento (Fatec)
orientação: Profa. Dra. Flávia Ulian (Fatec)

5. Entre a materialidade e a memória: o caso do Complexo Oban/Doi-Codi

Beatriz Coutinho de Freitas (EC)
orientação: Prof. Dr. Pedro Beresin (EC)

1. O território da Liberdade: memórias subterrâneas e experiências coletivas

Esta pesquisa é baseada em estudos anteriores conduzidos sob a orientação das professoras Amália dos Santos e Glória Kok. Inicialmente, o projeto resultou de uma parceria entre a Escola da Cidade e o Museu dos Territórios dos Aflitos, estabelecida em abril de 2023. Seu objetivo principal é a organização de um acervo diversificado, incluindo elementos iconográficos, cartográficos, sonoros e visuais, bem como documentos oficiais, entrevistas, anúncios de jornais e relatos históricos. Paralelamente, está em curso a elaboração de um projeto expográfico centrado no bairro da Liberdade e em sua comunidade, inspirado no conceito do Museu de Rua localizado no Beco dos Aflitos. Essa abordagem reforça a natureza

territorial das reflexões museológicas propostas pelo Museu dos Territórios dos Aflitos.

2. Estudo arquitetônico e urbano da moradia do idoso na cidade de São Paulo: Centro, Mooca, Pari e Brás

Este trabalho busca compreender as necessidades das pessoas idosas que moram sozinhas na cidade de São Paulo, do ponto de vista arquitetônico e urbano, tendo como local de observação e estudos os bairros do Centro, Mooca, Brás e Pari. Para pensar uma cidade tão plural como São Paulo do ponto de vista urbano, se faz necessário entender suas dinâmicas e analisar as demandas dos mais variados grupos. Neste trabalho elegemos a população idosa, buscando sempre a acessibilidade universal. O método foi observar exemplos de boas práticas projetuais e explorar os estudos feitos em cada uma das esferas que constitui o fazer construtivo, contribuindo para a concepção de um olhar mais gentil e assertivo que se integra ao desenho da habitação desses indivíduos. O estudo da cartografia dos bairros eleitos e o estudo das boas práticas arquitetônicas e urbanas no que concerne ao uso da cidade pela população idosa embasam essa pesquisa. O objetivo do trabalho é avançar na proposição de políticas públicas que se adequam às necessidades de uso dos espaços por essa parcela da população, de forma que consigam viver uma vida longa com autonomia. Levando em consideração o estudo do desenho urbano, o centro, concentra maior infraestrutura no desenho da cidade, com calçadas mais largas, pouca irregularidade no piso, melhor sinalização de trânsito, melhor arborização, etc. Outros bairros como Mooca, Pari e Brás, ainda enfrentam problemas, principalmente nas vias secundárias. Ainda assim, todos apresentam questões quando a topografia é desfavorável e carecem de acessibilidade universal. Cada vez mais a pessoa idosa tende a se isolar em casa, tanto pelo contexto urbano que não abraça suas necessidades quanto pelo desfavorecimento à vida coletiva. Em muitos casos ainda, a habitação também não contempla suas necessidades. Em suma, pensar na pessoa idosa é pensar em dispositivos que beneficiarão a sociedade como um todo. Uma vez que a população brasileira está

no processo de envelhecimento, os dados coletados demonstram a necessidade e urgência de olhar para as questões arquitetônicas e urbanas que afetam a pessoa idosa, podendo vir a ser uma oportunidade de repensar os espaços das nossas cidades.

3. Corpo, memória e cidade: uma proposta de leitura sobre o centro de São Paulo a partir de territorialidades, afetos e subjetividades transvestigêneres

Esta pesquisa revela a construção de uma relação sensível de aproximação da memória transvestigêneres paulistana, colocando em evidência espaços, afetividades e performances por meio da inscrição desses corpos na área central da cidade. Os objetivos quanto ao recorte temático e espacial escolhido se apoiaram na hipótese de ser possível criar um novo imaginário de significações sobre a paisagem do centro de São Paulo, de maneira a tornar o próprio corpo em discurso o elemento central da metodologia gerada pela prática de encontros. Tendo o relato como expressão central, buscou-se alcançar, mediante interações entre corpos sociais e jornadas, uma possibilidade de percurso que se desdobra no esmiuçamento da fala e de suas pretensões referenciadas em um território. Portanto, a partir do estabelecimento de vínculos com a comunidade, foram formulados dispositivos analíticos capazes de compreender os desafios teórico-metodológicos que englobam o enfrentamento de subjetividades implicadas nas ideologias e práticas que se alicerçam em mecanismos de violência, recusa, afetividade e sofrimento.

4. Mobilidade e acessibilidade: explorando a dimensão da neurodiversidade nas condições de deslocamento

Os deslocamentos refletem diretamente o nível de acessibilidade às atividades essenciais para a dignidade humana e, conseqüentemente, para o pleno desenvolvimento das pessoas. Este estudo teve como escopo investigar as condições de acessibilidade na Zona Leste de São Paulo, com ênfase na população neuroatípica, englobando indivíduos com Deficiência Intelectual (d.i.), Transtorno do Déficit de Atenção com Hiperatividade (TDAH) e Transtorno do Espectro Autista (TEA). A

mobilidade urbana é considerada um pilar fundamental para assegurar os direitos humanos fundamentais, tais como saúde e educação, bem como para fomentar a igualdade social e a plena cidadania. Por meio de questionários avaliativos, foram conduzidas entrevistas com familiares de indivíduos neuroatípicos e profissionais que atuam junto a essas famílias para a coleta de dados. Este processo proporcionou valiosas percepções acerca das dificuldades enfrentadas por esse grupo ao se locomover pela cidade, contribuindo para o debate sobre a neurodiversidade e a acessibilidade na mobilidade urbana. Adicionalmente, procedeu-se com um levantamento da aderência dos sistemas de transporte público na região, assim como da disponibilidade de equipamentos e serviços destinados a atender às necessidades da população neurodivergente. Essas análises espaciais proporcionaram perspicácias acerca da estrutura dos deslocamentos e da distribuição dos serviços relacionados à morfologia urbana. Por meio destas abordagens, almejou-se obter um entendimento mais aprofundado da dinâmica dos deslocamentos nessa área específica da cidade, contribuindo, desta forma, para a discussão acerca da acessibilidade e qualidade de vida dessa população.

5. Entre a materialidade e a memória: o caso do Complexo Oban/doi-Codi

Esta pesquisa investiga as relações entre memória e espaço construído no antigo doi-Codi de São Paulo. Este estudo será realizado por meio de reflexão acerca das ações museológicas, pedagógicas e patrimoniais que estão atualmente em curso ou que podem ser estabelecidas em um futuro memorial. Uma vez que o acesso ao patrimônio sempre se dá a partir da construção de narrativas (COLOMBO, 2017), a busca pelos atores sociais e suas perspectivas, bem como os conflitos que envolvem a memorialização desse patrimônio se justifica pela possibilidade de promover o diálogo e confrontar diferentes olhares sob um mesmo espaço, o que pode contribuir para a definição de iniciativas posteriores. Para além disso, pensar o futuro do memorial é uma forma de defender sua relevância no presente.

Coordenação: Prof. Dr. Pedro Beresin
Schleder Ferreira (EC)
Comentário: Paula Mendonça
(Instituto Alana)

1. Primeira infância, design e desenvolvimento: novas relações com o espaço público a partir do brincar

Isabella Ferreira Alves e Silva (EC)

orientação: Prof. Ms. Pedro Henrique Neves Viana dos Santos (EC)

2. Biblioteca Monteiro Lobato (BML) 70 Anos: ruas para crianças e territórios culturais verdes

Isabella Ferreira Alves e Silva e Antonio Viegas (EC)

orientação: Prof. Ms. Pedro Henrique Neves Viana dos Santos (EC)

3. Pesquisa pós-ocupação de Parques Naturalizados em Fortaleza

Vitória Ajukas (EC)

orientação: Profa. Ms. Gabriela Tie Nagoya Tamari (EC)

4. Um olhar sobre o espaço da educação infantil em São Paulo: Santa Inês, um colégio católico

Gabriela Boaventura Silva da Fonseca (EC)

orientação: Prof. Dr. João Carlos Kuhn (EC)

1. Primeira infância, design e desenvolvimento: novas relações com o espaço público a partir do brincar

Este trabalho surge como um desdobramento das questões abordadas no caderno "Biblioteca Monteiro Lobato (BML) 70 anos: ruas para crianças e territórios culturais verdes", no qual se buscou entender a relação das crianças com a cidade e seus territórios verdes. A partir disso, esta pesquisa realizou uma revisão bibliográfica, que perpassa alguns teóricos que se debruçaram sobre história do design de mobiliário e brinquedos infantis, estudos científicos que comprovam e ressaltam a importância do incentivo ao desenvolvimento motor, cognitivo e socioemocional na primeira infância (0-6 anos) e análise de materiais e técnicas construtivas de objetos já produzidos. Posto isso, esta pesquisa tem por objetivo a produção de um protótipo de mobiliário/brinquedo, a ser implantado em escolas da rede pública infantil e em espaços públicos. Ela parte de uma metodologia que se baseia na produção e experimentação em maquetes de diversos materiais e escalas,

na produção de diagramas e no estudo da materialidade e das técnicas construtivas, visando explorar as diversas possibilidades espaciais que podem surgir a partir desses elementos e de seu design. Pretende-se, assim, promover o desenvolvimento infantil nesse período tão crucial da vida, bem como estabelecer novas relações das crianças com os espaços públicos e ambientes escolares.

2. Biblioteca Monteiro Lobato (BML) 70 Anos: ruas para crianças e territórios culturais verdes

Este caderno é o resultado de articulações preliminares entre a Plataforma Agenciamentos Territoriais Contemporâneos (Conselho Científico/Associação Escola da Cidade) e o arquiteto Rodrigo Agostini. Entre dezembro de 2022 e abril de 2023, a plataforma conduziu uma pesquisa acadêmica realizada com financiamento do CAU-SP (Edital de Fomento 06/2022), tendo como objetivo a elaboração de diretrizes para um projeto mobilidade urbana entre escolas públicas da Vila Buarque e a Biblioteca Monteiro Lobato. A pesquisa foi desenvolvida a partir de quatro eixos temáticos: primeira infância na cidade; paisagem e territórios verdes; microacessibilidade no entorno das escolas e infraestrutura; e conexões e redes do bairro.

3. Pesquisa pós-ocupação de Parques Naturalizados em Fortaleza

A presente pesquisa estuda os processos de pré e pós-ocupação de parques naturalizados e foi desenvolvida a partir do Edital 03/2022 de Bolsa de Pesquisa Aplicada. Analisaremos especificamente a pós-ocupação de dois microparques implantados na cidade de Fortaleza: o Microparque José Leon, na Cidade dos Funcionários, e o Microparque Seu Zequinha, na Barra do Ceará. Em um primeiro momento buscamos compreender os parques naturalizados a partir de uma revisão bibliográfica e também dos processos metodológicos para analisar esses espaços a partir de pesquisa quantitativa e qualitativa. Em um segundo momento, foi feita uma pesquisa de campo na cidade de Fortaleza, com visita aos microparques e aplicação dos formulários desenvolvidos na primeira etapa. Apresentaremos a primeira etapa da pesquisa, desenvolvida no segundo

semestre de 2022 e algumas das reflexões feitas durante a viagem à Fortaleza, realizada na segunda quinzena de janeiro de 2023. A depuração qualificada dos dados foi desenvolvida no semestre seguinte, quando foram transformados em análises textuais e materiais gráficos com nossas conclusões.

4. Um olhar sobre o espaço da educação infantil em São Paulo: Santa Inês, um colégio católico

A pesquisa buscou investigar os espaços escolares como suportes físicos da educação infantil. A partir do estudo de caso do Colégio Santa Inês, fundado em 1907, no bairro do Bom Retiro (São Paulo/SP), observou-se as mudanças realizadas no local no início do século XX, tendo como foco principal a experiência espacial e experimental do grupo de alunos. Para isso, é importante entender também os princípios da pedagogia salesiana e como esta se fez presente no desenho da edificação, isto é, programas e partidos que partiram de uma filosofia católica. A fim de encontrar quais os aparatos espaciais que possibilitam tal prática e em que medida a edificação e o espaço educacional contribuem para a realização de tais atividades, foram analisados desenhos arquitetônicos, imagens do banco de dados do acervo histórico municipal e também do Colégio Santa Inês, em conjunto com a leitura teórica sobre os conceitos de Dom Bosco e seu legado na pedagogia. Deste modo, a pesquisa explora a relação da arquitetura, seja na concepção e construção da edificação em si ou mesmo dos espaços destinados à educação, com o pensamento pedagógico, buscando analisar o quanto a criança é considerada, em sua percepção de mundo, ao se pensar e projetar tais espaços.

MESA 11

ACERVOS, AGENTES E CIRCUITOS NA PRODUÇÃO DE ARQUITETURA

Coordenação: Profa. Dra. Paula Gorenstein Dedecca (EC)

Comentário: Profa. Dra. Priscila Peixoto (FAU UFRJ)

1. Ícones modernos malditos: do apogeu ao ocaso

Ruan Carlos Marques dos Santos (UFBA)
orientação: Prof. Dr. José Carlos Huapaya Espinoza (UFBA)

2. Arquitetas e urbanistas latino-americanas: um olhar a partir dos periódicos especializados "Jornal Arquiteto", "Arquiteto" e "Boletim IAB SP" (1946-2009)

Leandra Paranhos de Santana Lima (UFBA)
orientação: Prof. Dr. José Carlos Huapaya Espinoza (UFBA)

3. A Salvador moderna através da revista "Técnica"

Miren Arantza Soares Campos (UFBA)
orientação: Prof. Dr. José Carlos Huapaya Espinoza (UFBA)

4. O universo da morada brasileira dos anos 1950 a partir da "Acrópole – Revista brasileira de arquitetura, urbanismo e decoração"

Júlia de Castro Jardim (UFG)
orientação: Profa. Dra. Eline Maria Mora Pereira Caixeta (UFG)

5. Arquitetura futurista no cinema

Louise Cristina Shoenherr Fernandes (UFPR)
orientação: Prof. Dr. Artur Renato Ortega (UFPR)

1. Ícones modernos malditos: do apogeu ao ocaso

A historiografia da arquitetura e urbanismo modernos tem construído uma narrativa que exalta "obras paradigmáticas" ou "singulares" entendidas como "emblemáticas" de um tempo e contexto determinados. No entanto, observamos que a produção arquitetônica e urbanística, em diversos casos, trouxe à tona múltiplos conflitos, que resultaram em revisões e adaptações do pensamento hegemônico, levando algumas dessas obras a serem entendidas como marginais. O entendimento, seleção e denominação dos projetos mais "representativos", em muitos dos casos, está atrelado a determinadas figuras "icônicas", de modo que a historiografia lhes deem destaque não só pela importância atribuída à obra

desses arquitetos, mas pelo significado que elas têm para o movimento moderno. No caso latino-americano, o ideário modernista foi incorporado a partir de sua vinculação com os processos de modernização e com o anseio de uma sociedade moderna (GORELIK, 2015); a arquitetura e o urbanismo modernos serviram então, como ferramentas para a concretização desse projeto, e a contribuição e envolvimento direto do poder público foi decisivo para levar adiante muitas dessas experiências. Nessa perspectiva, o trabalho oriundo desta pesquisa tem como objetivo visibilizar a pré-existência na área projetada para o Conjunto 23 de Enero e os consequentes tensionamentos relacionados à sua erradicação. Para isso, valemo-nos do levantamento e análise do conteúdo de revistas, bibliografia e sites especializados sobre a temática habitacional e a história urbana na Venezuela. As propostas de Carlos Raúl Villanueva em Caracas, em especial o Conjunto 23 de Enero, simbolizaram o anseio pela construção de uma nova sociedade, no entanto, resultaram em uma série de problemas de segregação e contrastes entre o idealizado e o realizado. Ele acabou por se tornar tudo o que não deveria ser, um ícone maldito.

2. Arquitetas e urbanistas latino-americanas: um olhar através dos periódicos especializados "Jornal Arquiteto", "Arquiteto" e "Boletim IAB SP" (1946-2009)

Esta pesquisa é uma continuidade do projeto "Arquitetas e urbanistas [des] conhecidas: por uma ampliação da história da arquitetura e do urbanismo modernos na América Latina, 1946-2009", que existe desde 2017. Foi realizado um levantamento e revisão das revistas "Bem-Estar" e "Arquitectura", bem como dos periódicos "Boletim IAB SP", "Arquiteto" e "Jornal Arquiteto", estes publicados por veículos brasileiros. Com o objetivo de identificar a aparição das mulheres nas publicações, seja na autoria de artigos, projetos, entrevistas, depoimentos ou prêmios, e elaborar uma base de dados, as informações e documentações encontradas foram sistematizadas a partir de tabelas e gráficos, para publicação em site específico, o que contribui também para análise e compreensão do panorama do recorte temporal e da temática explorada,

permitindo uma problematização a respeito da invisibilidade das mulheres arquitetas e urbanistas ao longo da história da arquitetura e do urbanismo na América Latina. As publicações foram acessadas a partir de acervo digital disponível nos sites das respectivas entidades responsáveis, devido à crise sanitária do Covid-19. Além disso, houve participação e interação nas discussões do grupo de pesquisa "LAB20 – Laboratório da Arquitetura e do Urbanismo do século xx". A reflexão de gênero é fundamental para a (des)construção da história da arquitetura e urbanismo modernos na América Latina, tema pouco explorado e negligenciado, além da perspectiva de outras narrativas que tornem estas mulheres visíveis e reconheçam as suas contribuições ao longo da história.

3. A Salvador moderna através da revista "Técnica"

A pesquisa tem por objetivo entender os processos de modernização da cidade de Salvador a partir da revista "Técnica", publicada pelo Sindicato de Engenheiros da Bahia, entre 1940 e 1959. Interessa-nos identificar os profissionais envolvidos nos processos de produção do espaço, além de identificar, localizar e mapear os projetos divulgados na revista. Para tal, foram realizados levantamentos da revista nas bibliotecas da FA-UFBA e da Escola Politécnica, além da Biblioteca Central dos Barris. A metodologia da pesquisa leva em consideração a digitalização dos artigos correspondentes e a alimentação de tabela com as seguintes informações: arquiteto/engenheiro responsável pelo projeto, ano de inauguração do projeto, localização e finalidade.

4. O universo da morada brasileira dos anos 1950 a partir da "Acrópole – Revista brasileira de arquitetura, urbanismo e decoração"

A arquitetura do século xx foi determinada pelo modo de vida do homem moderno. Diante dos novos meios de produção, a racionalidade e o pragmatismo atribuídos ao homem moderno levaram à crescente perda da subjetividade expressa na cultura arquitetônica da morada. Dessa forma, a casa que antes simbolizava o abrigo e a intimidade torna-se impessoal e funcional para se adaptar à aceleração do cotidiano.

O Brasil dos anos 1950 foi marcado por essas tendências modernas na arquitetura residencial, as quais foram registradas em periódicos especializados de arquitetura, como a "Acrópole" (1938-1971), documento fundamental para o entendimento do universo da morada brasileira da época. O objetivo da pesquisa é, por meio da consulta a esses periódicos, identificar e analisar projetos residenciais da época e compreender até que ponto estão presentes valores da casa tradicional, e até que ponto respondem às novas alternativas do habitar moderno. A fim de identificar características que aproximam a casa moderna do sujeito e do lugar, tornando-a um local de intimidade, resguardo e identidade, essa pesquisa identificou 74 casas da revista "Acrópole", formando um banco de imagens, das quais 34 foram selecionadas a partir de critérios elaborados com base na revisão bibliográfica, e sistematizadas em uma planilha Excel. Dessas 34 casas, cinco foram analisadas graficamente e com maior profundidade. Essas análises possibilitaram uma maior compreensão do caráter da produção arquitetônica da época, embasando as discussões levantadas acerca das características e conceitos subjetivos que permeiam o universo da morada.

5. Arquitetura futurista no cinema

O foco desta pesquisa reside na percepção da arquitetura futurista no cinema, particularmente nas idealizações artísticas do futuro e sua manifestação em cenários arquitetônicos fictícios. Para alcançar esse objetivo, analisa-se três curtas-metragens da série "Love, Death & Robots", criada por Tim Miller e David Fincher: "When the Yogurt Took Over" (2019), "Automated Customer Service" e "Pop Squad" (ambos de 2021). Em cada um desses curtas, a arquitetura desempenha um papel distinto na construção do mundo futuro retratado. Em "When the Yogurt Took Over", uma cidade que inicialmente se assemelha à nossa realidade atual passa por transformações dramáticas, evoluindo de uma utopia para uma distopia. Em "Automated Customer Service", a urbanização é fortemente influenciada pela tecnologia e é predominantemente habitada por robôs, com a arquitetura refletindo luxo e conforto. Em "Pop Squad",

durante um período de avanço tecnológico, a cidade se divide ainda mais, amplificando as divisões sociais pré-existentes. Em cada caso, a arquitetura não apenas molda o ambiente, mas também serve como um meio poderoso de comunicação sobre as sociedades retratadas. Destaca-se, assim, a importância da relação entre arquitetura e cinema, revelando como essas obras cinematográficas fornecem percepções profundas sobre o papel da arquitetura na construção do futuro. Além disso, mostra como o cinema oferece uma plataforma rica para explorar avanços sociais, físicos, estéticos e tecnológicos na arquitetura, enriquecendo nossa compreensão das possibilidades e desafios que o futuro pode apresentar para nossa sociedade e nosso ambiente construído.

Professores convidados

Prof. Dr. Tomás Wissenbach

Geógrafo e mestre em Geografia Humana pela USP e doutor em Administração Pública e Governo pela FGV-SP. É pesquisador e coordenador de projetos no Cebrap e professor do Cebrap.Lab. Atua em pesquisas relacionadas ao monitoramento e avaliação de políticas urbanas e planejamento territorial, orçamento público, indicadores sociais e ambientais e geoinformação aplicada às políticas públicas. Possui 15 anos de experiência em gestão pública, indicadores e planejamento territorial, em diferentes órgãos da administração pública estadual (Seade e Emplasa) e municipal (Secretaria de Planejamento, Secretaria de Desenvolvimento Urbano). Entre 2013 e 2016, como diretor do Departamento de Informações da Secretaria Municipal de Desenvolvimento Urbano da Prefeitura de São Paulo, coordenou a implementação do GeoSampa – Sistema de Informações Geográficas da Cidade de São Paulo.

Prof. Dra. Ana Carolina Carmona Ribeiro

Doutora em Arquitetura e Urbanismo pela Faculdade de Arquitetura e Urbanismo da Universidade de São Paulo (2023), possui graduação em Arquitetura e Urbanismo pela Universidade de São Paulo (2006) e é mestre pelo Programa de Pós-Graduação em Artes Visuais na Escola de Comunicações e Artes da Universidade de São Paulo (2010). É professora no Instituto Federal de São Paulo, ministrando aulas nos cursos de Arquitetura e Urbanismo e Técnico em Edificações. Tem experiência nas áreas de Arquitetura e Urbanismo, Paisagismo, Design gráfico e Artes Visuais.

Profa. Dra Carolina Pescatori

Professora Adjunta do Departamento de Projeto, Expressão e Representação e do Programa de Pós Graduação da Faculdade de Arquitetura e Urbanismo da Universidade de Brasília (PPG-FAU/UNB). É arquiteta e Urbanista pela UNB, com intercâmbio na Pennsylvania State University (PSU/EUA). Mestre em Arquitetura da Paisagem com concentração em Desenho Urbano e Planejamento Urbano pela PSU/EUA, com

bolsa pela própria PSU, tendo recebido o prêmio Alma Heinz (2006) e Academic Honors of The American Society of Landscape Architects (2007). E doutora pelo PPG-FAU/UNB em Teoria e História da Cidade e do Urbanismo, com tese sobre a atuação de empresas urbanizadoras e o processo de dispersão urbana; menção honrosa no I Prêmio Rodrigo Simões de Teses de Doutorado - ANPUR (2017). Líder do grupo de pesquisa Topos - Paisagem, Planejamento e Projeto e pesquisadora do Grupo de Pesquisa em História do Urbanismo e da Cidade (GPHUC/CNPq-UNB) e do Centro Interdisciplinar de Estudos sobre Cidade (CIEC/Unicamp). Coordenadora do PPG-FAU-UNB (2023-atual).

Prof. Dr. Eduardo Pizarro

Arquiteto e urbanista pela Universidade de São Paulo (2012), mestre em Arquitetura e Urbanismo pela Universidade de São Paulo (2014) e doutor em Arquitetura e Urbanismo pela Universidade de São Paulo (2019). É assessor do Gabinete da Presidência do Conselho de Arquitetura e Urbanismo de São Paulo, CAU/SP. Conselheiro Suplente no Comitê de Mudança do Clima e Ecoeconomia do Município de São Paulo. Atua como professor de TFG, Conforto Ambiental, Projeto da Paisagem e Projeto Urbano na Universidade São Judas Tadeu, USJT. Ganhador de prêmios nacionais e internacionais como: Prêmio Jovem Cientista, promovido pelo CNPq, Fundação Roberto Marinho, Gerdau e GE, e entregue pelo Presidente da República (Brasília, 2012); 1st Prize na LafargeHolcim Forum Student Poster Competition (Detroit, 2016); Lafarge Holcim Awards por outstanding creativity and contribution to sustainable construction (Cairo, 2016); Most Innovative Design Award conferido pelo PLEA (Hong Kong, 2018); Bienal Panamericana de Quito, na Categoria Revista impressa, para a Móbile do CAU/SP; 10 lugar no Concurso São Paulo Áreas 40 - Brás, promovido pelo WRI Brasil e Bloomberg Initiative (São Paulo, 2016); Prêmio Inovadores Urbanos, promovido pela Minha Sampa e São Paulo Lab (São Paulo, 2015); Menção Honrosa da International Union of Architects (UIA) na Molewa International

Competition (Beijing, 2015); finalista do Urban Urge Award, Mojdeh Baratloo e Columbia University (Nova Iorque, 2014).

Prof. Ms. Rafael Costa

Arquiteto Urbanista e Geógrafo, com Pós-Graduação em Planejamento e Gestão do Território na UFABC, com atuação na área de planejamento, projeto e análise urbana. Atualmente, trabalha no Governo Federal / Gabinete Pessoal do Presidente da República / Gabinete Adjunto de Agenda, sendo responsável por análises territoriais para diferentes regiões do Brasil e em diversas frentes de trabalho (habitação, infraestrutura, energia, educação, saúde, questões ambientais e indígenas, questões urbanas, produção econômica, programas de governo, etc.), com o que colabora para a elaboração das Agendas do Presidente da República. Tem experiência profissional no setor público e privado, incluindo atuação junto à Secretaria de Urbanismo e Licenciamento de São Paulo, onde desenvolveu planos e projetos desde a escala metropolitana à local e foi também responsável pelas análises socioterritoriais para os grandes Projetos de Intervenção Urbana (PIU). É Professor de urbanismo e orientador de Trabalho Final de Graduação na Universidade São Judas (atualmente em licença).

Prof. Dr. Gabriel Pedrosa

Arquiteto e urbanista, com graduação, mestrado e doutorado pela faculdade de arquitetura e urbanismo da universidade de são paulo (FAU-USP) e pós-doutorado em comunicação e semiótica pela Pontifícia Universidade Católica de São Paulo (PUC-SP). É professor universitário, desenvolve, paralelamente, trabalhos em arte-educação, design gráfico e literatura.

Profa. Dra. Luciana Brasil

Arquiteta e Urbanista. Doutora pela Faculdade de Arquitetura e Urbanismo da Universidade de São Paulo (2019). Mestre em Estruturas Ambientais Urbanas pela Faculdade de Arquitetura e Urbanismo da Universidade de São Paulo (2004). Graduação em Arquitetura e Urbanismo pela Universidade Presbiteriana Mackenzie (1995). Professora Adjunta PPI na Universidade Presbiteriana Mackenzie desde 2018. Docente convidada no Curso de Pós-Graduação

Lato Sensu da Universidade Presbiteriana Mackenzie. É autora do livro "David Libeskind - ensaio sobre as residências unifamiliares" (Premiação IAB-SP 2008) e tem experiência na área de Teoria e História da Arquitetura e Urbanismo, com ênfase na docência de História e Teoria da Arquitetura Moderna e Contemporânea; Pesquisadora na área de historiografia da Arquitetura Moderna e Brasileira e Pesquisadora junto à FAUUSP na organização e curadoria do acervo do arquiteto David Libeskind. Possui experiência em projetos de Arquitetura, com participação em bancas e comissões julgadoras, sendo premiada em vários concursos nacionais e internacionais.

Ms. Laura Pappalardo

Arquiteta e urbanista formada pela Escola da Cidade (2017). Fez mestrado em Desenho Ambiental (Master of Environmental Design) na Escola de Arquitetura de Yale (2019-2021) e é doutoranda em Planejamento Urbano e Regional na Faculdade de Arquitetura e Urbanismo de São Paulo. Também é pesquisadora e membro do Chão Coletivo e do coletivo Ruinorama.

Prof. Dr. Renato Cymbalista

Professor Livre-docente pelo Departamento de História da Arquitetura e Estética do Projeto da FAU-USP. Professor titular do Programa de Mestrado em Cidades Inteligentes e Sustentáveis da UNINOVE (2019-2021). Possui graduação em Arquitetura e Urbanismo pela Faculdade de Arquitetura e Urbanismo da Universidade de São Paulo (1996), mestrado em Estruturas Ambientais Urbanas pela Faculdade de Arquitetura e Urbanismo da Universidade de São Paulo (2001) e doutorado em Estruturas Ambientais Urbanas pela Faculdade de Arquitetura e Urbanismo da Universidade de São Paulo (2006). Foi coordenador do núcleo de urbanismo do Instituto de Estudos, Formação e Assessoria em Políticas Sociais (2003-2008). Dentre diversas atividades é Presidente do Instituto Pólis (desde 2012), integra o Conselho Administrativo da Casa do Povo (desde 2014) Associado do Instituto Goethe (desde 2016), integra o Laboratório para Outros Urbanismos (FAU-USP), coordena o grupo de pesquisa "Lugares de Memória e Consciência" (USP-CNPq). É fundador da Associação pela Propriedade Comunitária, gestora dos fundos FICA e FUA.

Diretor de Direitos Humanos e Políticas de Memória, Justiça e Reparação da Pró-Reitoria de Inclusão e Pertencimento da USP (desde 2022)

Ms. Paula Mendonça de Menezes

Graduada em pedagogia e mestre em educação pela Universidade de São Paulo, com pesquisa nas áreas de educação e antropologia da infância. Paula atuou no Instituto Socioambiental, assessorando escolas indígenas e projetos culturais em comunidades do Parque Indígena do Xingu no Mato Grosso. Foi professora na Educação Infantil e Ensino Fundamental. É co-diretora do curta metragem Waapa, sobre as brincadeiras das crianças do povo Yudja, co-realização do Território do Brincar e Instituto Alana. É idealizadora do Já Pra Rua, projeto voltado para o fechamento de rua para as crianças brincarem no bairro do Butantã, em São Paulo. Atualmente, coordena as áreas de cidade e educação do Programa Criança e Natureza do Instituto Alana, com o foco no desenvolvimento de políticas públicas pautadas na educação integral e territórios educativos e no planejamento urbano voltado a criação de cidades mais verdes, brincantes e amigáveis à infância.

Prof. Dra. Priscila Peixoto

Graduada em Arquitetura e Urbanismo pela FAU-UFRJ (2007); especialista em História da Arte e da Arquitetura no Brasil pela PUC-Rio (2012); mestre e doutora em Urbanismo pelo PROURB-FAU-UFRJ (2013; 2018). Fez estágio doutoral na École nationale supérieure d'architecture Paris-Belleville (2016) e foi professora visitante na Université Rennes 2 (2022), ambos na França. Atualmente, atua como Professora Adjunta (DE) do Setor de Arquitetura no Brasil do Departamento de História e Teoria da FAU-UFRJ e é professora colaboradora no Programa de Pós-graduação em Arquitetura na mesma universidade (PROARQ-UFRJ), onde coordena a pesquisa "História da crítica da arquitetura". Desde 2020, integra o Laboratório de Narrativas Arquitetônicas (PROARQ-UFRJ) e o grupo de pesquisa "Arquivos, fontes e narrativas: entre cidade, arquitetura e design" (FAUUSP). Dentre suas atividades administrativas, desde 2022, exerce a função de Coordenadora adjunta de ensino do PROARQ-UFRJ e de Chefe do Departamento de História e Teoria da FAU-UFRJ.

Ms. Lucas Tavares de Menezes Girard

Possui graduação em Arquitetura e Urbanismo pela Universidade de São Paulo e mestrado em Arquitetura e Urbanismo pela mesma instituição, onde pesquisou as relações entre infraestruturas de informação e comunicação digitais, meio-ambiente e espaço urbano. Atualmente é pesquisador do CEST - Centro de Estudos Sociedade e Tecnologia, dentro do Departamento de Engenharia de Computação e Sistemas Digitais da Escola Politécnica da Universidade de São Paulo. É também Coordenador do Grupo de Cenários Urbanos Futuros (ex-Grupo de Estudos em Smart Cities) sediado na FAUUSP e vinculado ao NaWeb e ao RITE. Leciona cursos e ministra palestras e workshops.

Guilherme Bretas

Graduando em Arquitetura pela FAU-USP, artista visual e pesquisador dentro do projeto Demonumenta. Seu trabalho artístico tem como tema principal a Imagética da Memória, conjugando política, tecnologia e história em diversos formatos. Entre suas obras, se destacam a criação de 'Deep Fakes' como ferramentas de intervenção na memória africana e indígena no Brasil, se utilizando de Inteligência Artificial para tensionar temporalidades e imaginários. Para isso, Bretas transforma rostos de pessoas afro-indígenas, retratados a mais de 150 anos atrás, em vídeos animados. Suas criações têm o VideoMapping urbano em espaços de memória como suporte final mais comum.

Gabriel Poli

Coordenador de Internacionalização do IPT, Instituto de Pesquisas Tecnológicas do Estado de São Paulo, Gabriel é engenheiro de sistemas eletrônicos pela Poli-USP e doutorando e mestre pela FAU-USP, onde pesquisa cenários urbanos futuros, cidades inteligentes, inovação e tecnologia. No IPT, participa da Plataforma IASmin, centro de pesquisa e desenvolvimento de soluções de IA aplicadas à indústria, assim como da articulação de projetos de P&D em IA para diversos setores. Além de experiência coordenando projetos de inovação aberta entre os setores público e privado, trabalhou com políticas públicas de inovação e tecnologia nos níveis federal, estadual e municipal, assim como projetos de sustentabilidade social no terceiro setor.

Normas para submissão de trabalhos

SOBRE A REVISTA

A Revista Cadernos de Pesquisa da Escola da Cidade é uma publicação periódica criada com o objetivo de divulgar e tornar públicas as ações de Iniciação Científica e demais pesquisas de graduação desenvolvidas tanto por sua instituição sede, quanto em outras faculdades. De caráter acadêmico e científico configura-se como um espaço de discussão e reflexão dedicado às questões afeitas à pesquisa de arquitetura e urbanismo — e áreas afins — em seus múltiplos aspectos. Voltada para a publicação de trabalhos de pesquisa desenvolvidos por alunos durante a graduação, Cadernos de Pesquisa busca qualificar e fomentar as pesquisas desenvolvidas na Escola da Cidade, bem como chamar ao diálogo pesquisadores de outras instituições. A Revista Cadernos de Pesquisa tem periodicidade semestral em edições digitais (ISSN 2675-9918). De 2015 a 2023, teve suas edições impressas (ISSN 2447-7141). A revista recebe artigos e ensaios em fluxo contínuo para a avaliação por pares (*blind peer review*) e publica, ainda, anualmente, o Relato de Pesquisa da Escola da Cidade e os Anais da Jornada Científica da Escola da Cidade

1. CONDIÇÕES GERAIS

1.1. A Revista Cadernos de Pesquisa da Escola da Cidade publica trabalhos provenientes de pesquisas de caráter diverso (Iniciação Científica, Pesquisa Experimental e Trabalhos de Conclusão de Curso, entre outros) desenvolvidos por alunos de graduação nas áreas de arquitetura e urbanismo ou afins. Os orientadores têm papel fundamental no processo do desenvolvimento da pesquisa, e tal informação é destacada na abertura da publicação do trabalho na revista, no entanto, a autoria do trabalho submetido deve ser exclusivamente dos alunos.

1.2. As colaborações, aceitas em fluxo contínuo, poderão ser feitas em formato de artigos ou ensaios e serão apreciadas pelo conselho editorial, que avaliará a pertinência de sua publicação, encaminhará o texto para a avaliação de pareceristas e opinará sobre qual número da revista o trabalho será publicado.

1.3. É responsabilidade do autor encaminhar trabalhos em acordo com as normas estabelecidas pela revista, sob pena de não serem aceitos para publicação. O padrão de formatação tem por base as normas da Associação Brasileira de Normas Técnicas (ABNT), conforme as orientações que se seguem.

1.4. Cabe à revista e ao seu corpo editorial adequar os textos originais ao seu padrão editorial, submetendo os artigos à revisão gramatical e de estilo, assim como estabelecer os prazos para publicação.

1.5. A Revista Cadernos de Pesquisa da Escola da Cidade não se responsabiliza pela redação, nem pelas ideias emitidas pelos colaboradores e autores dos trabalhos publicados.

1.6. Ao submeter o trabalho o(s) autor(es) declara(m) estar ciente de todas as normas e responsabilidades, bem como:

- ser o único autor do trabalho ou, caso haja outros colaboradores, garantir que todos estão mencionados, cientes e de acordo com a submissão.

garantir que o trabalho é inédito ou mencionar estritamente nas notas de rodapé todos os dados sobre publicação prévia

- ser responsável exclusivo pela redação, ideias e opiniões presentes no trabalho (não incorrendo de forma alguma em qualquer tipo de plágio).

- cumprir princípios de ética e respeito no desenvolvimento da pesquisa e em relação a indivíduos e comunidades mencionadas e sempre que necessário possuir declaração de aprovação de comitê de ética da instituição onde a pesquisa foi desenvolvida. assumir total responsabilidade pelas imagens utilizadas, devidamente identificadas com fonte e crédito.

Quaisquer dúvidas poderão ser esclarecidas pelo e-mail: cadernosdepesquisa@escoladacidade.edu.br

ARTIGOS

Relato resultante de pesquisa científica organizados na forma de artigo que apresentem e discutam um ou mais dos seguintes aspectos atinentes a uma pesquisa em curso ou finalizada: formulação do problema investigado, o referencial teórico utilizado, a metodologia empregada, os resultados parciais ou totais alcançados e as principais dificuldades encontradas no processo de investigação.

2. FORMATAÇÃO

2.1. Os arquivos devem ser encaminhados em formato .doc ou .docx. Os textos deverão seguir o seguinte padrão: Formato A4 – Margens 2 cm – Alinhamento justificado – Parágrafo com espaçamento 6 pt (sem tabulação) e entre linhas simples. Fonte Arial tamanho 11 (para textos e títulos assim como referências, notas e citações).

2.2. O texto deve apresentar título (e eventual subtítulo) em português, inglês e espanhol até 85 caracteres (com espaço).

2.3. O nome completo por extenso do autor deve acompanhar nota de fim onde deverão constar as seguintes informações: formação acadêmica e titulação do(a) aluno(a); tipo da pesquisa (Iniciação Científica, Trabalho de Conclusão de Curso entre outros); ano de início e conclusão da pesquisa; apoio financeiro de alguma instituição; vínculo institucional da pesquisa; nome e vínculo institucional do(a) orientador(a); e endereço eletrônico do(a) aluno(a).

2.4. Os Artigos devem ter entre 25.000 e 40.000 caracteres (com espaço). Devem ainda conter resumo (mínimo de 700 e máximo 1.300 caracteres com espaço) em português, inglês e espanhol e até 3 palavras-chave em português, inglês e espanhol.

2.5. Referências (livros, teses, dissertações, sites etc., utilizados na elaboração do artigo) deverão ser apresentadas ao final do texto.

3. APRESENTAÇÃO

3.1. SEÇÕES

As divisões do trabalho deverão ser numeradas com algarismos arábicos. O indicativo de seção ou de título deve ser escrito em negrito, seguido de ponto.

3.2. CITAÇÕES

Seguem o padrão da ABNT NBR 10520/2023 (Informação e documentação – Citações em documentos – Apresentação). Todos os textos citados devem constar na lista de referências. As citações diretas ou indiretas no corpo do texto devem seguir o sistema de chamada autor-data. As citações diretas com mais de três linhas devem ser formatadas com recuo de 4cm da margem esquerda e sem aspas ou itálico.

3.3. NOTAS EXPLICATIVAS

As notas devem ser notas de fim, exclusivamente explicativas e deverão ser enumeradas sequencialmente, com algarismos arábicos.

4. REFERÊNCIAS

Deverão seguir o padrão ABNT NBR 6023/2002 (Informação e documentação – Referências – Elaboração). As referências (livros, teses, dissertações, sites, etc, utilizados na elaboração do artigo) devem ser listadas no final do trabalho, em ordem alfabética.

5. IMAGENS

5.1. Serão aceitas até 6 imagens para cada artigo e devem ser encaminhadas em formato .jpg, em cores (preferencialmente em RGB) ou PB (em escala de cinza), com resolução mínima de 300dpi e tamanho de 20x30cm. Sugerimos que as imagens sejam tratadas antes da submissão.

5.2. As imagens deverão ser numeradas e acompanhadas de documento .doc ou .docx com legendas. As legendas devem também conter obrigatoriamente informações sobre fonte e crédito das imagens.

ENSAIOS

Produto de pesquisa científica de caráter experimental e/ou propositivo e projetual, exposto na forma de ensaio textual, gráfico ou gráfico-textual, que busque discutir aspectos atinentes a uma pesquisa em curso ou finalizada com rigor conceitual, embora com flexibilidade quanto à sua formalização.

6. FORMATAÇÃO

Os ensaios devem ser encaminhados em arquivos em formato .jpg (elementos gráficos) e .doc ou .docx (elementos textuais) organizados segundo as seguintes indicações.

6.1. Deve-se apresentar um excerto do conteúdo textual do ensaio ou pequeno texto explicativo com mínimo de 700 e máximo 1.300 caracteres (com espaço), também traduzido para inglês e espanhol.

6.2. Deve-se apresentar título (e eventual subtítulo) em português, inglês e espanhol até 85 caracteres (com espaço).

6.3. O nome completo por extenso do autor deve acompanhar nota de fim onde deverão constar as seguintes informações: formação acadêmica e titulação do(a) aluno(a); tipo da pesquisa (Pesquisa Experimental, Trabalho de Conclusão de Curso entre outros); ano de início e conclusão da pesquisa; apoio financeiro de alguma instituição; vínculo institucional da pesquisa; nome e vínculo institucional do(a) orientador(a); e endereço eletrônico do(a) aluno(a).

6.4. Para os ensaios que contiverem partes textuais esse texto não deve ultrapassar de 20.000 caracteres (com espaço) e devem ser encaminhados em formato .doc ou .docx. Os textos deverão seguir o seguinte padrão: Formato A4 – Margens 2 cm – Alinhamento justificado – Parágrafo com espaçamento 6 pt (sem tabulação) e entre linhas simples. Fonte Arial tamanho 11 (para textos e títulos assim como referências, notas e citações).

6.5. Os elementos ou peças gráficas – até 8 peças gráficas que devem ser encaminhadas em formato .jpg, em cores (preferencialmente em RGB) ou PB (em escala de cinza), com resolução mínima de 300dpi e tamanho de 20x30cm. Sugerimos que as imagens sejam tratadas antes da submissão.

6.6. Ao final do documento textual deve obrigatoriamente constar listagem das imagens ou peças gráficas (seguindo numeração) com respectivas informações sobre fonte e crédito.

6.7. Adendo a este material, pede-se o envio de versão do ensaio em arquivo folha A4, PDF, como sugestão de diagramação, que explicito o diálogo entre imagem e texto ou entre imagens.

7. APRESENTAÇÃO

7.1. CITAÇÕES

Seguem o padrão da ABNT NBR 10520/2023 (Informação e documentação – Citações em documentos – Apresentação). Todos os textos citados devem constar na lista de referências. As citações diretas ou indiretas no corpo do texto devem seguir o sistema de chamada autor-data. As citações diretas com mais de três linhas devem ser formatadas com recuo de 4cm da margem esquerda e sem aspas ou itálico.

7.2. NOTAS EXPLICATIVAS

As notas devem ser notas de fim, exclusivamente explicativas e deverão ser enumeradas sequencialmente, com algarismos arábicos.

8. REFERÊNCIAS

Deverão seguir o padrão ABNT NBR 6023/2002 (Informação e documentação – Referências – Elaboração). As referências (livros, teses, dissertações, sites, etc, utilizados na elaboração do ensaio) devem ser listadas no final do trabalho, em ordem alfabética.

urbanização artificial tamara cres
árabes e islâmicas no ensino de histo
santos silva **história urbana da aven**
de janeiro, 1930–1960) andréia feito
anticolonial: a universidade de cons
teixeira **escada, porta, janela** luiza f
vó mariana macedo, vitoria ajukas
e a memória: o caso do complexo c
freitas **coletivo como método: as e**
universitários luciana fernandes